



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 336, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), para o interstício 2026 – 2031.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o processo SEI/IFS nº 23060.001617/2025-08 e a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada em 14/08/2025,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), para o interstício 2026 a 2031, na forma do anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aracaju, 20 de outubro de 2025.

Ruth Sales Gama de Andrade
Presidente do Conselho Superior/IFS



Plano de Desenvolvimento Institucional

2026 - 2031





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Rua Dom José Thomaz, 194 - Bairro São José - CEP 49015-090 - Aracaju/SE
Fone: (79) 3711-1400 E-mail: reitoria@ifs.edu.br

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2026 A 2031

ARACAJU - SE
JUNHO/2025

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Rua Dom José Thomaz, 194 - Bairro São José - CEP 49015-090 - Aracaju/SE
Fone: (79) 3711-1400 E-mail: reitoria@ifs.edu.br



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

**Secretário da Educação
Profissional e Tecnológica**
Marcelo Bregagnoli

Reitora
Ruth Sales Gama de Andrade



REITORIA

CAMPI

Reitora
Ruth Sales Gama de Andrade

Pró-Reitor de Administração
Ider de Santana Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Chirlaine Cristine Gonçalves

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Carlos Menezes de Souza Júnior

Pró-Reitor de Ensino
Alysson Santos Barreto

Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão
José Osmar dos Santos

Diretor de Inovação e Empreendedorismo
José Augusto Andrade Filho

Diretor de Tecnologia da Informação
Marcos Pereira dos Santos

Diretoria de Unidade Informacionais e Publicações
Kelly Cristina Barbosa

Diretor Geral do Campus Aracaju
Francisco Luiz Gumes Lopes

Diretor Geral do Campus São Cristóvão
Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Diretor Geral do Campus Lagarto
Ricardo Monteiro Rocha

Diretor Geral do Campus Itabaiana
Jairton Mendonça de Jesus

Diretora Geral do Campus Estância
Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Diretora Geral do Campus Glória
Jeanne de Souza e Silva

Diretor Geral do Campus Propriá
Jose Luciano Mendonca Moraes

Diretor Geral do Campus Tobias Barreto
Márcio de Melo

Diretor Geral do Campus Socorro
José Franco de Azevedo

Diretora Geral do Campus Poço Redondo
Irinéia Rosa do Nascimento

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDI 2026-2031 DO IFS

COMISSÃO CENTRAL (Portaria 2606/2023)

PRESIDENTE

Ruth Sales Gama de Andrade

MEMBROS

Alysson Santos Barreto
Carlos Menezes de Souza Júnior
Chirlaine Cristine Goncalves
Idler de Santana Santos
Irinéia Rosa do Nascimento
Jairton Mendonça de Jesus
Jeanne de Souza e Silva
Jose Augusto Andrade Filho
Jose Franco de Azevedo
Jose Luciano Mendonca Morais
José Osman dos Santos
Kelly Cristina Barbosa
Francisco Luiz Gumes Lopes
Márcio de Melo
Marco Arlindo Amorim Melo Nery
Marcos Pereira dos Santos
Ricardo Monteiro Rocha
Sonia Pinto de Albuquerque Melo

COMISSÃO TÉCNICA (Portaria 2605/2023)

PRESIDENTE

Marisa Rodrigues Antunes

MEMBROS

Alexandre Melo Diniz
Artur Cesar Valois Lobo de Castro
Evilásio Matias dos Santos
Carla Cristina Valois Lins Xavier
Carlos Whendel Kremer
Eduardo Carpejani
Juciana Karla Melo Lima
Manuela Iris dos Santos
Márcio de Souza Costa
Maria Alvina de Araújo Gomes
Maria Carolina Souza de Carvalho
Maria Verônica Barbosa dos Santos
Paulo Rege Santos Matos
Priscila Morgana Bezerra de Oliveira Mendonça
Rosa Elaine Andrade Santos
Silas Morais Silva de Almeida
Valdenice Araújo Santos Lima
Yanna Patrícia Araújo Pereira

RESPONSÁVEL PELA DIAGRAMAÇÃO

Isilly Santos de Jesus
Bolsista PBIEX Edital 28/2024 - Design Gráfico

COMISSÕES TEMÁTICAS

Eixo 1 **Planejamento Estratégico** **(Portaria 3312/2023)**

PRESIDENTE

Paulo Rege Santos Matos

VICE-PRESIDENTE

Maria Carolina Souza de Carvalho

MEMBROS

Cleber Marques Oliveira
Diego Vieira Leite
Jaime José da Silveira Barros de Medeiros
Leopoldo Ramos Oliveira
Márcio de Souza Costa
Maria do Carmo Bispo da Silva
Marisa Rodrigues Antunes
Wilton Luiz Mota Almeida

Eixo 3 **Políticas de Gestão de** **Infraestrutura Física e Tecnológica** **e de Sustentabilidade Financeira** **(Portaria 3314/2023)**

PRESIDENTE

Ider Santana Santos

VICE-PRESIDENTE

Chirlaine Cristine Gonçalves

MEMBROS

Allan Charles Marques de Carvalho
Celso Tavares dos Santos
Fabiana Felix Gondola
Jadson Fábio Santos
Kelly Cristina Barbosa
Márcio Rembrandt do Nascimento Lima
Marcos Pereira dos Santos
Marcus Alexandre Noronha de Brito
Silvanito Alves Barbosa
Valéria Maria Santana Oliveira

Eixo 2 **Políticas Acadêmicas e de** **Organização e Gestão de Pessoas** **(Portaria 3313/2023 e 308/2025)**

PRESIDENTE

Alysson Santos Barreto

VICE-PRESIDENTE

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos

MEMBROS

Ana Paula dos Santos Silva
Carlos Menezes Júnior
Célio Aguiar Fonseca
Cynthia Marise dos Santos Mattosinho
Elza Ferreira Santos
José Augusto Andrade Filho
José Osman dos Santos
José Sérgio Filgueiras Costa
Juciana Karla Melo Lima
Mário André de Freitas Farias
Paulo Durval Barreto de Araújo
Wesley Oliveira Santos

Eixo 4 **Organização Administrativa e** **Políticas e Planos de Gestão** **(Portaria 3315/2023)**

PRESIDENTE

Maria Alvina de Araújo Gomes

VICE-PRESIDENTE

Manuela Íris dos Santos

MEMBROS

Caio Marcelo de Albuquerque Cardoso
Carla Cristina Valois Lins Xavier
Frederico Chaves Sampaio
João Paulo do Nascimento Lisboa
José Damião de Melo
Juliano Azuma da Costa
Manuela do Nascimento Silva
Necessio Adriano Santos
Ricardo Ariel Correa Rabelo
Pablo Boaventura Sales Paixão

COMISSÕES LOCAIS

IFS Campus Aracaju (Portaria 3302/2023, alterada pela Portaria 1105/2024)

PRESIDENTE

Francisco Luiz Gumes Lopes

VICE-PRESIDENTE

Arthur Leonardo Pessoa Gomes

MEMBROS

Alan Deivid dos Santos Guimarães
Ana Paula Cavalcante de Oliveira
Carla Norma Correia dos Santos
Cristiane Almeida Santos Nascimento
Davi Rocha Pereira
Iracildes Silva Oliveira
Jislaine Silva Santos de Menezes
Jonathan Peterson Soares Aragão
José Vieira da Silva Neto
Josiane de Nazaré Silva Lopes
Lucimara Dias de Oliveira
Marcos André Santos Guedes
Maria Luísa Santos Nunes
Nara Vieira de Souza
Priscila Morgana Bezerra de Oliveira Mendonça
Reinaldo Vasconcelos Nascimento
Rômulo Alves de Oliveira
Roseanne Santos de Carvalho
Zuleide de Souza Santos

IFS Campus Glória (Portaria 3304/2023)

PRESIDENTE

Jeanne de Souza e Silva

VICE-PRESIDENTE

Danilo Felipe Viana Munduruca

MEMBROS

Andrea de Fátima Silva Rezende
Andrezza de Castro Lima
Camilly Vitória da Silva de Jesus
Evilasio Matias dos Santos
Fabrício Gabriel Lemos Santana
Francimeiry de Lima Souza

IFS Campus Estância (Portaria 3303/2023)

PRESIDENTE

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

VICE-PRESIDENTE

Diego Carlos Santos Possera

MEMBROS

Ana Gessika Araújo de Carvalho
Angelina Maria de Almeida
Anna Cristina Araújo de Jesus Cruz
Bárbara Bauler
Carlos Mariano Melo Júnior
Cyndi Moura Guimarães
Daniela Santana Santos
Edmilson Menezes da Silva
Iranilson Santos Aquino
José Antônio de Oliveira Júnior
Laís dos Santos
Leonardo Henrique da Silva Bomfim
Lidiane Brito Freitas
Maria Eduarda dos Anjos Santos
Ricardo de Jesus Santos
Suellen Karolyne Fernandes Ferro
Tamires Hespana Vieira
Yasmim Santos Oliveira
Ybson Luiz Santos Silva

IFS Campus Itabaiana (Portaria 3305/2023)

PRESIDENTE

Jairton Mendonça de Jesus

VICE-PRESIDENTE

Luciano de Melo Santos

MEMBROS

Adebora Iolanda dos Santos
Alex Alves Bueno
Artur Cesar Valois Lobo de Castro
Ayrton Moraes Ramos
Breno Veríssimo Melo de Jesus
Fabrício de Rezende Prado

COMISSÕES LOCAIS

Gabriela Aparecida Santos Santana
Geanderson dos Santos
Geovana Vieira Souto
Horácio César Leite Santos
João Batista Barbosa
Karine Oliveira Moura
Mateus de Carvalho Furtado
Raphaella Maria Nascimento Lima
Rosilene Oliveira de Jesus
Samuel Real Mota
Thiago Carvalho Peixoto
Thiago Luiz dos Santos
Victor Rodrigo Gerônimo da Silva
Weverton Santos de Jesus

IFS Campus Lagarto (Portaria 3306/2023)

PRESIDENTE

Ricardo Monteiro Rocha

VICE-PRESIDENTE

Mauro José dos Santos

MEMBROS

Alfredo Menezes Vieira
Ana Carolina Santos
Ary Leonan Lima Santos
Caio Marcelo de Albuquerque Cardoso
Catia dos Santos Fontes
Demostenes Rodrigues Varjao
Erick Santana dos Santos
Felipe Goes de Oliveira
Gabriella Conceição dos Santos
Gustavo Doria Lima
Hestia Raissa Lima Precoma
Janderson Santos Fraga
Jarbas Cordeiro Sampaio
José Fernando Alves dos Santos
Lucas Cruz Dias
Luma Mirely De Souza Brandao
Marcos Jose de Sant'Anna
Paulo Jorge Ribeiro Montes
Rosa Elaine Andrade Santos
Rubens de Souza Matos Junior
Solange dos Santos
Suzan Kelly Rodrigues dos Santos

Frantchesco Porciúncula Dias Pinto
Gilvan Cavalcante Bezerra
Jaconias Saturnino dos Santos Junior
Jerfferson dos Santos Santana
Jorge Araújo dos Santos
Manoela Falcon Gallotti
Mayka de Souza Lima
Richlecia Neto dos Santos
Sandro Iury Valverde Lima da Cruz
Wendel Menezes Ferreira
Wesley dos Santos Souza

IFS Campus São Cristóvão (Portaria 3309/2023)

PRESIDENTE

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

VICE-PRESIDENTE

Toniclay Andrade Nogueira

MEMBROS

Afram Domingos Silva de Meneses
Aline Alves Melo
Antônia Gabrielle Santos Luz
Bruno Sales de Oliveira
Christian Alley de Aragão Almeida
Danielle Guilherme Cavalcante da Silva
Djalma Santos Melo Júnior
Edgar de Andrade Mota
Emanuel Menezes da Conceição
Erick Arthur Silva de Lima
Graciele Batista do Nascimento
Juliana Sério
Julio Cesar dos Santos Amaro
Manoel Alves Lima
Manuela Rodrigues Santos
Maria Alice Correia de Moraes
Maria Verônica Barbosa dos Santos
Meire Costa Mota
Rafael Sant'Ana Jacaúna
Rafaela Cristiane Andrade Santos
Saulo Eduardo Galilleo Souza Santos
Wesley Goes Figueiredo

COMISSÕES LOCAIS

IFS Campus Propriá (Portaria 3308/2023)

PRESIDENTE

José Luciano Mendonça Moraes

MEMBROS

Antonio Aliberte de Andrade Machado
Fabiana Feitosa Carvalho
Felipe dos Santos Ferreira
Igor Oliveira Vasconcelos
Janisson Leite Pereira
João Rogério Menezes de Santana
João Victor Gonzaga Gonçalves
Sandro Andrade Monteiro Menezes
Yanna Patrícia Araújo Pereira

IFS Campus Socorro (Portaria 3310/2023)

PRESIDENTE

José Franco De Azevedo

VICE-PRESIDENTE

Revson Donato Pinto

MEMBROS

Adriano Ventura Marques
Aldo Samuel Muniz
Almir Tavares da Silva
Andreia da Silva Melo
Bárbara da Silva Siqueira
Claudia Cardinale Nunes Menezes
Cleiton Jose Rodrigues dos Santos
Edimilson da Silva Oliveira
Eline Alves Santos
Gabrielly Andrade Souza
Giselle Fernanda Costa de Santana
Jose Augusto Andrade Filho
Marillia Gabriely Santana Santos
Rafael Valentim Lopes de Menezes Ramos Santana
Sandra Patricia Bezerra Rocha
Soniedna Lima dos Santos Nunes
Suzaneide da Conceicao Silva Andrade
Thiago Santos Siqueira
Tiago Moura Bomfim
Valdenice Araujo Santos Lima

IFS Campus Poço Redondo (Portaria 3307/2023)

PRESIDENTE

Irinéia Rosa do Nascimento

MEMBROS

Eduardo Carpejani
Elizete Ferreira dos Santos Santana

IFS Campus Tobias Barreto (Portaria 3311/2023)

PRESIDENTE

Márcio Melo

VICE-PRESIDENTE

Jose Robson Ferreira Dantas

MEMBROS

Ana Paula Cadete de Araújo Viana
Aurivar Fernandes Filho
Bruno Santos Oliveira
Diego Armando de Oliveira Menezes
Diego Martins de Oliveira
Flávia Regina Ramos da Silva
Helan de Sousa
Hesnan Avila dos Santos
Iara de Oliveira Vasco
José Sérgio Filgueiras Costa
Juli Kelle Gois Costa
Patrícia Matos Dias da Encarnação
Rafael Guimarães Brandão
Roberta Cristine Wanderley dos Santos
Silas Moraes Silva Almeida

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comissões temáticas e as 10 dimensões do SINAES.	17
Figura 2: Unidade Descentralizada de Lagarto.	22
Figura 3: Abordagem histórica da trajetória institucional do CEFET-SE.	23
Figura 4: Vista aérea do Campus São Cristóvão.	25
Figura 5: Abordagem histórica da trajetória institucional do CEFET-SE.	26
Figura 6: Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe.	29
Figura 7: Visita técnica de alunos e professores do Campus Estância a Porto do Mato.	29
Figura 8: Laboratório de Engenharia Civil.	30
Figura 9: Ação do Programa Mulheres Mil.	31
Figura 10: Laboratório do curso de Laticínios.	32
Figura 11: Curso Integrado em Agropecuária.	32
Figura 12: Aula do Projeto LabLínguas.	33
Figura 13: Alunas do Projeto de Domótica.	34
Figura 14: Projeto AgroNordeste.	35
Figura 15: Mapa dos territórios de Sergipe	39
Figura 16: Profissionais do nível técnico e superior.	44
Figura 17: Organização Administrativa do IFS.	46
Figura 18: Componentes Organizacionais da estrutura organizacional do IFS.	47
Figura 19: Estrutura multicampi em funcionamento no IFS.	53
Figura 20: Cadeia de valor integrada do IFS.	57
Figura 21: Fatores ambientais internos e externos – SWOT Análise.	58
Figura 22: Mapa Estratégico do IFS 2026-2031.	59
Figura 23: Distribuição dos TAEs por nível.	117
Figura 24: Distribuição da Carga Horária entre os TAEs.	117
Figura 25: Distribuição da Qualificação Acadêmica.	118
Figura 26: Políticas Institucionais de Gestão.	169
Figura 27: Públicos-alvo da comunicação institucional.	171
Figura 28: Canais de comunicação externos e internos.	172
Figura 29: Resultados esperados com a implementação da PGCN.	175
Figura 30: Estruturas de governança e gestão de pessoas no IFS.	178
Figura 31: Harmonização de sistema de gestão.	182
Figura 32: Estrutura de governança e gestão de riscos e controles internos no IFS.	182
Figura 33: Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos.	183
Figura 34: Resultados esperados com a implementação da PGRC.	184
Figura 35: Princípios norteadores da PGTIC/IFS.	184
Figura 36: Princípios da Gestão Documental no IFS.	189
Figura 37: Estruturas de governança e Gestão da Inovação no IFS.	197
Figura 38: Dimensões de sustentabilidade no âmbito do IFS.	200
Figura 39: Estruturas de governança e de gestão da sustentabilidade no IFS.	203
Figura 40: Estruturas responsáveis pelas SIC/IFS.	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 41: Planos e programas de gestão institucionais.	216
Figura 42: Responsáveis pela estrutura de governança do PPSI.	221
Figura 43: Metodologia de aplicação do Framework.	221
Figura 44: Objetivos específicos vinculados ao Programa de Gestão de Desempenho do IFS.	222
Figura 45: Selo de participante no PNPC.	224
Figura 46: Gráficos estatísticos da representatividade da IES no CENSUP de 2023.	235

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Áreas de atuação acadêmica.....	37
Quadro 2: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR1.	59
Quadro 3: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR2.	60
Quadro 4: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR3.	61
Quadro 5: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR4.	61
Quadro 6: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR5.	62
Quadro 7: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR6.	62
Quadro 8: Iniciativas do Objetivo Estratégico PI7.....	63
Quadro 9: Iniciativas do Objetivo Estratégico PI8.....	64
Quadro 10: Iniciativas do Objetivo Estratégico PI9.....	64
Quadro 11: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS10.....	65
Quadro 12: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS11.....	67
Quadro 13: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS12.....	67
Quadro 14: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS13.....	68
Quadro 15: Dimensões e meta PPI.....	98
Quadro 16: Oferta de cursos e vagas: Campus Aracaju.....	101
Quadro 17: Oferta de cursos e vagas: Campus São Cristóvão.....	101
Quadro 18: Oferta de cursos e vagas: Campus Lagarto.....	102
Quadro 19: Oferta de cursos e vagas: Campus Estância.....	103
Quadro 20: Oferta de cursos e vagas: Campus Itabaiana.....	104
Quadro 21: Oferta de cursos e vagas: Campus Glória.	105
Quadro 22: Oferta de cursos e vagas: Campus Tobias Barreto.	106
Quadro 23: Oferta de cursos e vagas: Campus Propriá.....	107
Quadro 24: Oferta de cursos e vagas: Campus Socorro.	108
Quadro 25: Oferta de cursos e vagas: Campus Poço Redondo.	108
Quadro 26: Oferta de cursos de pós-graduação do IFS.....	109
Quadro 27: Soluções Tecnológicas Comuns aos campi e Reitoria do IFS.....	143
Quadro 28: Soluções Tecnológicas Específicas de cada Unidade.....	150
Quadro 29: Programas e Ações contidos na LOA 2025 do IFS.....	155
Quadro 30: Objetivos da política de comunicação, integrados à estratégia institucional.....	170
Quadro 31: Objetivos da PGCN integrados à estratégia institucional.	173
Quadro 32: Objetivos da PGP integrados à estratégia institucionall.	177
Quadro 33: Princípios norteadores da PGRC no IFS.....	179
Quadro 34: Diretrizes norteadoras da PGRC no IFS.....	179
Quadro 35: Objetivos da PGRC integrados à estratégia institucional.....	180
Quadro 36: Objetivos da PGTIC integrados à estratégia institucional.....	186
Quadro 37: Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC.	187
Quadro 38: Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Gestão Documental do IFS.....	189
Quadro 39: Objetivos da PGD integrados à estratégia institucional.....	189
Quadro 40: Partes Interessadas em Gestão Documental no IFS.	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 41: Resultados esperados com a implementação da estratégia.	194
Quadro 42: Objetivos da Política de Sustentabilidade integrados à gestão da estratégia institucional.	201
Quadro 43: Resultados esperados com a implementação da estratégia de sustentabilidade.	203
Quadro 44: Objetivos da POSIC integrados à gestão da estratégia institucional.	205
Quadro 45: Objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação integrados à estratégia institucional.	208
Quadro 46: Resultados esperados x iniciativas estratégicas associadas.	210
Quadro 47: Objetivos da Política Editorial integrados à estratégia institucional.	211
Quadro 48: Objetivos do PGR integrados à gestão da estratégia institucional.	218
Quadro 49: Processos avaliativos do IFS.	225
Quadro 50: Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação.	226
Quadro 51: Eixos e dimensões para avaliação institucional.	226
Quadro 52: Cursos Reconhecidos.	228
Quadro 53: Escala de valores para medir o grau de satisfação dos pesquisados.	229
Quadro 54: Cursos avaliados no IFS.	232
Quadro 55: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Aracaju.	241
Quadro 56: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Estância.	242
Quadro 57: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Glória.	243
Quadro 58: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Itabaiana.	244
Quadro 59: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Lagarto.	245
Quadro 60: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Propriá.	246
Quadro 61: Demandas da comunidade acadêmica do Campus São Cristóvão.	249
Quadro 62: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Socorro.	250
Quadro 63: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Tobias Barreto.	250
Quadro 64: Demandas da comunidade acadêmica da Reitoria.	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características socioeconômicas dos municípios do Alto Sertão de Sergipe.....	40
Tabela 2: Características socioeconômicas dos municípios do Baixo São Francisco de Sergipe. ..	40
Tabela 3: Características socioeconômicas dos municípios do Médio Sertão de Sergipe.....	41
Tabela 4: Características socioeconômicas dos municípios do Leste de Sergipe.....	41
Tabela 5: Características socioeconômicas dos municípios do Agreste Central de Sergipe.	42
Tabela 6: Características socioeconômicas dos municípios do Sul de Sergipe.....	43
Tabela 7: Características socioeconômicas dos municípios do Centro-Sul de Sergipe.	43
Tabela 8: Características socioeconômicas dos municípios da Grande Aracaju.....	44
Tabela 9: Indicadores do Objetivo Estratégico PR1.	60
Tabela 10: Indicadores do Objetivo Estratégico PR2.....	61
Tabela 11: Indicadores do Objetivo Estratégico PR3.....	61
Tabela 12: Indicadores do Objetivo Estratégico PR4.....	62
Tabela 13: Indicadores do Objetivo Estratégico PR5.....	63
Tabela 14: Indicadores do Objetivo Estratégico PR6.....	63
Tabela 15: Indicadores do Objetivo Estratégico PI7.....	64
Tabela 16: Indicadores do Objetivo Estratégico PI8.....	65
Tabela 17: Indicadores do Objetivo Estratégico PI9.....	65
Tabela 18: Indicadores do Objetivo Estratégico RS10.....	66
Tabela 19: Indicadores do Objetivo Estratégico RS11.....	67
Tabela 20: Indicadores do Objetivo Estratégico RS12.....	68
Tabela 21: Indicadores do Objetivo Estratégico RS13.....	69
Tabela 22: Mapa de Riscos Estratégicos.....	75
Tabela 23: Demonstrativo de servidores por cargo, nível e funções por unidade.....	113
Tabela 24: Titulação do corpo docente.....	114
Tabela 25: Regime de trabalho do corpo docente.....	115
Tabela 26: Infraestrutura física e instalações acadêmicas das unidades da Fase I do Plano de expansão.....	124
Tabela 27: Infraestrutura física e instalações acadêmicas das unidades da Fase II do Plano de expansão.....	124
Tabela 28: Infraestrutura física e instalações acadêmicas das unidades da Fase III do Plano de expansão.....	125
Tabela 29: Levantamento das necessidades das unidades do IFS.....	131
Tabela 30: Valor total das necessidades por eixos.....	135
Tabela 31: Data Center / Salas técnicas.....	142
Tabela 32: Parque Tecnológico.....	142
Tabela 33: Parque Tecnológico.....	143
Tabela 34: Orçamento do IFS 2026 a 2031.....	158
Tabela 35: Orçamento de 2026 a 2031- Reitoria.....	159
Tabela 36: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Aracaju.....	160
Tabela 37: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Lagarto.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 38: Orçamento de 2026 a 2031- Campus São Cristóvão.	161
Tabela 39: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Estância.	161
Tabela 40: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Itabaiana.	162
Tabela 41: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Glória.....	162
Tabela 42: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Propriá.	163
Tabela 43: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Tobias Barreto.	163
Tabela 44: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Socorro.....	164
Tabela 45: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Robalo.	164
Tabela 46: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Japaratuba.....	165
Tabela 47: Publicações estimadas - ciclo 2026-2031.....	213

SUMÁRIO

1	Perfil Institucional	18
2	Organização Administrativa	45
3	Planejamento Estratégico Institucional	54
4	Projeto Político Pedagógico Institucional	77
5	Conograma de Oferta de Cursos	100
6	Perfil do Corpo Docente e dos Técnicos-Administrativos	112
7	Infraestrutura	123
8	Capacidade e Sustentabilidade Orçamentária-Financeira	155
9	Políticas Institucionais de Gestão	168
10	Planos e Programas institucionais	215
11	Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	225
12	Processo de Monitoramento, Controle e Revisão do PDI	236
13	Demandas da comunidade acadêmica	240
14	Referências	253

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento a todos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Sergipe para o período de 2026 a 2031. Como reitora desta instituição, tenho a honra de compartilhar este documento que reflete o amadurecimento do nosso instituto e o nosso compromisso com a busca contínua pela excelência na educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada.

Este PDI foi elaborado de forma participativa, envolvendo toda a comunidade acadêmica, servidores, estudantes e parceiros, considerando os desafios e oportunidades que se apresentam em nosso contexto. Agradeço a todos que contribuíram com suas ideias e esforços para a construção deste documento, que orientará nossas ações nos próximos anos.

No âmbito deste plano, reafirmamos nosso compromisso com a formação integral de nossos estudantes, buscando inovar e aprimorar nossos currículos, promovendo uma educação que prepare nossos alunos para os desafios do mundo contemporâneo e para o exercício pleno da cidadania. Nosso objetivo é formar profissionais capazes de transformar realidades por meio do conhecimento, da ética e da responsabilidade social.

Outro aspecto central do PDI é a promoção de uma instituição verdadeiramente inclusiva. Trabalharemos para fortalecer nossas políticas de inclusão, garantindo oportunidades iguais para todos, valorizando a diversidade e criando um ambiente acolhedor, livre de discriminação, onde todos se sintam respeitados e valorizados.

Por fim, reforçamos a importância de uma gestão eficiente, transparente e orientada por resultados. Estabelecemos metas claras e indicadores de desempenho que nos permitirão acompanhar e avaliar continuamente nosso progresso, assegurando que nossas ações estejam alinhadas à nossa missão, visão e valores.

Convido toda a comunidade a embarcar nesta jornada de desenvolvimento e transformação. O PDI é um compromisso coletivo, e juntos podemos construir um futuro promissor para o nosso Instituto Federal de Sergipe, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural de nossa região.

Atenciosamente,
Ruth Sales Gama de Andrade
Reitora do Instituto Federal de Sergipe

METODOLOGIA

A metodologia para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026-2031 do Instituto Federal de Sergipe (IFS), com vigência até dezembro de 2031, foi desenvolvida a partir da análise da metodologia utilizada na elaboração do PDI 2020-2025, da revisão da legislação pertinente, do levantamento bibliográfico relacionado ao processo de elaboração do PDI dos Institutos Federais (IF's) que compõem a Rede Federal, do estudo de outros PDI's, além da análise da literatura relacionada às melhores práticas de Planejamento Estratégico.

O processo de construção do PDI se deu de forma democrática e participativa, cuja condução ficou sob a responsabilidades das comissões compostas por representantes de cada grupo do IFS (gestores, docentes, técnicos e discentes), o processo detalhado está no "Guia de Metodologia: PDI 2026-2031" aprovado por meio da Deliberação CGIRC/IFS N° 45, de 27 de setembro de 2023, disponível em <https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Guia_Metodol%C3%B3gico_do_PDI_2025-2029.pdf>.

As Comissões Temáticas estruturadas com base nos 4 eixos temáticos, englobam as 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, consideradas no processo de avaliação institucional, conforme estabelece a Lei nº 10.861/2004.

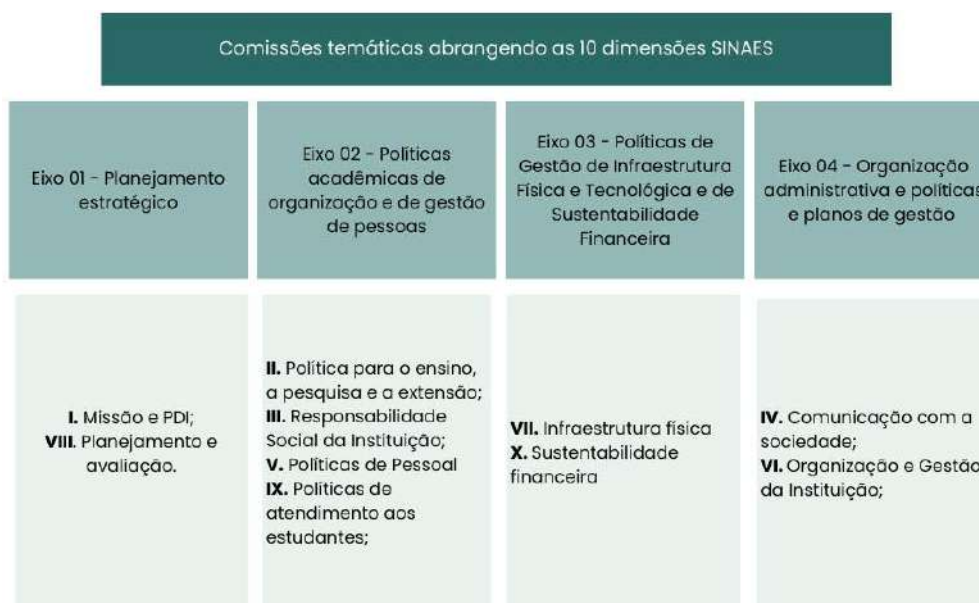


Figura 1: Comissões temáticas e as 10 dimensões do SINAES.
Fonte: Deliberação CGIRC/IFS N° 45, de 27 de setembro de 2023.

Perfil Institucional

1

- 1.1 Identificação
- 1.2 Histórico da instituição
 - 1.2.1 Histórico da Instituição - CEFET-SE
 - 1.2.2 Histórico institucional da EAFSC
- 1.3 Nova Estruturação
- 1.4 A expansão da rede de educação profissional e tecnológica – linha do tempo
- 1.5 Atuação acadêmica
- 1.6 Inserção regional

1. Perfil Institucional



Informações Básicas

- **Denominação**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
- **Denominação abreviada**
IFS
- **Natureza Jurídica**
Autarquia de Regime Especial
- **Órgão de Vinculação**
Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC)/Ministério da Educação
- **Principal Atividade**
Educação Profissional e Tecnológica
- **Portal**
www.ifs.edu.br



Contatos

Reitoria - Sede
(79) 3711-1400
reitoria@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br

Campus Lagarto
(79) 3711-3269
direcao.lagarto@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/lagarto

Campus Glória
(79) 3711-3295
direcao.gloria@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/gloria

Campus Aracaju
(79) 3711-3100
direcao.aracaju@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/aracaju

Campus Propriá
(79) 3711-3274
direcao.propria@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/propria

Campus Tobias Barreto
(79) 3711-3285
direcao.tbarreto@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/tobias-barreto

Campus Estância
(79) 3711-3601
direcao.estancia@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/estancia

Campus Itabaiana
(79) 3711-3293
direcao.itabaiana@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/itabaiana

Campus Poço Redondo
(79) 3711-1882
direcao.pocoredondo@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/poco-redondo

Campus São Cristóvão
(79) 3711-3050
direcao.scrivovao@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/sao-cristovao

Campus Socorro
(79) 3711-3265
direcao.socorro@ifs.edu.br
www.ifs.edu.br/socorro

1.1 Identificação

Com a promulgação da [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal de Sergipe – IFS.



A instituição multicampi é composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET-SE e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC, em que o CEFET possuía uma unidade descentralizada (UNED), localizada no município de Lagarto, que, com o processo de integração, posteriormente foi transformada em um dos campi do IFS.

Foi através do [Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007](#), que instituiu a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, que a referida integração foi realizada.



Posteriormente, a [Portaria nº 116/SETEC, de 31 de março de 2008](#), publica a relação das propostas de criação dos Institutos que foram aprovados nos diversos estados da Federação, inclusive o Instituto Federal de Sergipe.



A partir deste processo, os Institutos Federais (IFs) passaram a apresentar uma nova perspectiva no campo da educação profissional e tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão de um novo tempo.

Há, portanto, maior abrangência de atuação dessa modalidade de ensino, especialmente com o surgimento de novas unidades - por meio do plano de expansão, que hoje atua como campi avançados e vinculados aos seus respectivos Institutos Federais. Cada uma dessas instituições, agora denominada campus, tem trajetórias de educação profissional e tecnológica própria que são descritas a seguir.

1.2 Histórico da instituição

1.2.1 Histórico da Instituição - CEFET-SE

O Estado Brasileiro, por meio do [Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909](#), no governo do então presidente Nilo Peçanha, constituiu a rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, com o objetivo de atender aqueles “desfavorecidos da fortuna”, isto é, de prover as classes proletárias meios que garantissem a sua sobrevivência.



Em 1º de maio de 1911, a [Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe](#), “irmã caçula” da

rede, sob a direção do Dr. Augusto César Leite, iniciou suas atividades oferecendo o ensino primário. Formado pelas matérias de cultura geral - Letras e Desenho Geométrico e o ensino de ofícios, este último representado pelos cursos de Marcenaria, Alfaiataria, Selaria, Ferraria, Mecânica e Sapataria.

Na década de 1930, percebeu-se o início da presença do capitalismo industrial, inaugurando, assim, um novo quadro de demandas educacionais oriundo de camadas da população cada vez mais expressivas.

Na Primeira República, conforme especialistas, a economia brasileira iniciou o processo industrialização e, ainda timidamente, o de urbanização de suas cidades, fato que evidenciou novas perspectivas educacionais.

Em 1942, em atenção ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo deslocou-se da atividade agroexportadora para a industrial, os Liceus Industriais deram lugar às **Escolas Técnicas Industriais**, de forma a ampliar a oferta de ensino para o nível equivalente ao secundário.

Ainda antes do Estado Novo, por meio da Comissão de Educadores, foi elaborada proposta de reforma geral da educação nacional, que deu origem à nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ([Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#)), aprovada pelo Congresso Nacional depois de treze anos.



Durante esse processo, cunhou-se o conceito de **diretrizes e bases**, vistos, até então, de maneira dissociada, e a partir daí buscou-se sua integração e dinamismo. Assim, o termo bases possuiria conteúdo de concepção política, enquanto as diretrizes, invocava a ação adjetiva da educação, apresentando conteúdo de formulação operativa

Por meio da [Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959](#), a Escola adquire status de Autarquia Federal, com autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, de maneira concomitante.



Tal mudança possibilitou o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme apregoado em um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Dentro dessa perspectiva, o primeiro curso técnico oferecido foi o de Técnico em Edificações (1962), seguido dos Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas

e Motores, para atender às necessidades do setor industrial, que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

O advento da Ditadura Militar marcou expressivamente a política educacional brasileira, sobretudo a educação profissional. As Constituições de 1967 e 1969, sob inspiração ideológica da “segurança nacional”, abriram espaço para amplo apoio ao ensino particular e reduziram para doze anos a idade mínima permitida para o trabalho de menores, além de cercear a atividade docente

Em 1971, foi editada a segunda **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 5.692/71)**, denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, após longo período e marcada pela impermeabilidade a debates e à participação da sociedade civil.



Entre outras mudanças, a Lei nº 5.692/71 dotou de cunho técnico-profissional todos currículos relativos ao segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma foi estabelecido: formar técnicos sob o regime de urgência. Naquele período, as Escolas Técnicas Federais aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos.

Em 1980, objetivando suprir as demandas do mercado de trabalho, a **Escola Técnica de Sergipe** cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos em Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, foram extintos, criando-se então o Curso Técnico em Eletrônica.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou o início da política de interiorização da educação profissional, o que resultou para a ETFSE, além da modernização de suas dependências, o planejamento para construção da **Unidade Descentralizada de Lagarto**.



Figura 2: Unidade Descentralizada de Lagarto.
Fonte: IFS

No ano de 1988, inicia-se a interiorização da educação profissional em Sergipe com as preparações para a construção das instalações da UNED - Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto. O município de Lagarto ocupa uma área de 968,92 km², segundo os dados do IBGE, é o terceiro maior município em população de Sergipe, que compõe uma área dividida em mais de 100 povoados, com um bom sistema de transporte.

Sua economia baseada em atividades agropecuárias e um crescente número de indústrias, principalmente ligadas a produtos alimentícios, embalagens e móveis. Conhecida pelos seus moradores como “Cidade Ternura”, Lagarto possui uma história que data de meados do século XVII, e passou por diversas etapas de nomeação até chegar a condição de cidade em 1880. Sua economia baseia-se na agricultura, com o cultivo de fumo, frutas cítricas, mandioca

ca; na pecuária de corte e criação de ovinos; a indústria do tabaco tem destaque, além das indústrias de embalagens, móveis e alimentícias.

Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial. Em 2007, realiza-se o primeiro vestibular para o curso superior de tecnologia em Automação Industrial.

Em 20 de dezembro de 1996, é aprovada a nova [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira \(LDB\), Lei nº 9.394](#). No ano seguinte, através do [Decreto nº 2.208/97](#), foram regulamentados os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional.



Tais mudanças alteraram fortemente o processo de qualificação de mão de obra, em meio às transformações da educação profissional. Em 1998 retomou-se o processo de transformação das demais Escolas Técnicas Federais (ETF) em **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET)**, sob a égide da [Lei nº 8.948/94](#), do Decreto nº 2.046/97 e da Portaria Ministerial nº 2.267/97.

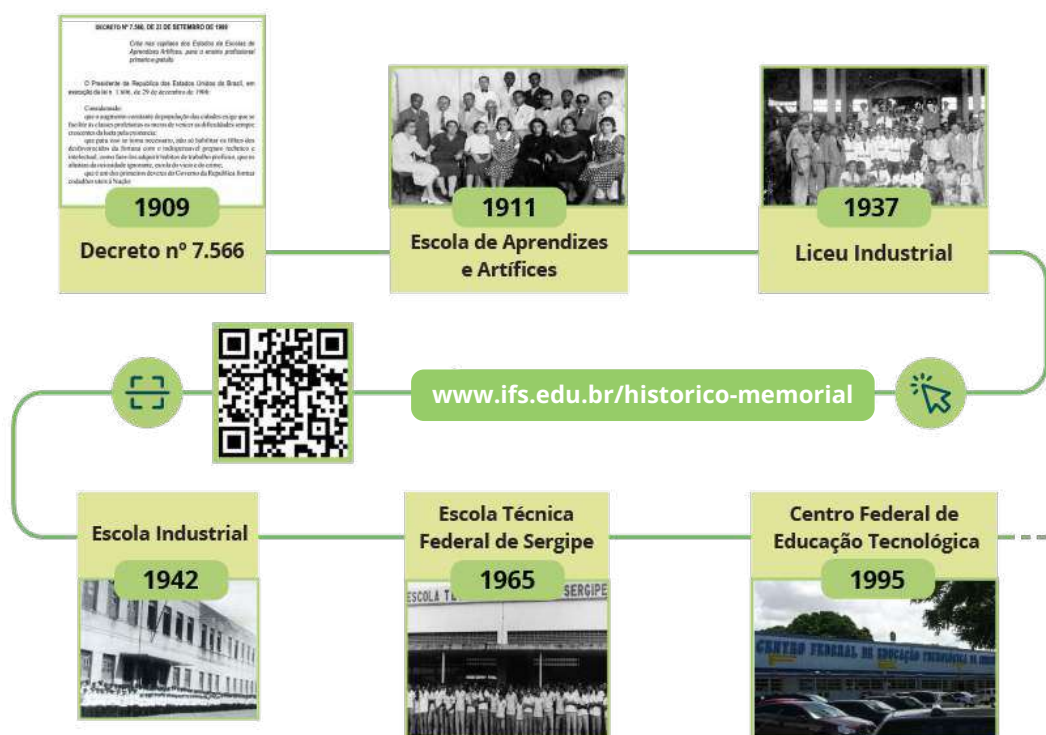


Figura 3: Abordagem histórica da trajetória institucional do CEFET-SE.
Fonte: Memorial do IFS (<http://www.ifs.edu.br/historico-memorial>)

Em 1998, o Governo Brasileiro assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida culminou, de certa forma, para o acirramento dos debates e impulsionou as Escolas no sentido de dotá-las de identidade própria e para que assumissem posição em face da sociedade e da realidade do mundo produtivo.

Os anos 90 mereceram, pois, análise especial e criteriosa, vez que as escolas da rede técnico-profissional procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas.

Desde então, ficou visível a opção de cada uma delas, baseada na maturidade construída acerca de questões relativas principalmente ao tripé educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiram na formação do homem e de seus direitos de cidadania. A partir deste momento histórico, a reformulação curricular processada no interior dos CEFET elevou o potencial da Instituição, capacitando-a a responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde localizava-se, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão.

Esse processo construtivo - sintonizado com o desenvolvimento do país - numa concepção de escala do regional ao global - referendou a atuação dessas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, com lastro no fundamento precípuo a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

Em Sergipe, por meio do projeto institucional de implantação do CEFET, protocolado sob o nº. 230/98-66, a Escola Técnica de Sergipe, passou a ocupar o status de Centro Federal de Educação Tecnológica, após quatro anos de atendimento às diligências para aprovar seu projeto institucional.

Com o advento da primeira Reforma do Ensino Profissional, mediante o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentou os art. 36 e de 39 a 41 da LDB, a Escola passou a ofertar, nos novos moldes, cursos de Nível Básico, Técnico e o Ensino Médio.

A partir de então, os desenhos curriculares assumiram estrutura modular, por competências, dissociando o ensino médio do técnico. No entanto, convém ressaltar que a concepção subjacente a esse modelo não teve aceitação de parte expressiva dos educadores.

Ademais, destaca-se que nesse período os estudantes egressos do ensino fundamental matriculavam-se no ensino médio e ao concluírem esse nível de ensino - quando aprovados no concurso vestibular - evadiam-se dos cursos técnicos, elevando, assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna.

Em 2004, o IFS passou a oferecer os Cursos Superiores de Tecnologia em Saneamento Ambiental e Ecoturismo. A partir de 2006/07, foram lançados os cursos de Licenciatura em Matemática e o de Graduação Tecnológica em Automação Industrial e, finalmente, em 2008/09 foram ofertados os cursos de Engenharia de Produção Civil e Licenciatura em Química.

Em 23 de julho de 2004, passou a vigor o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, revogando o Decreto nº 2.208/97, que redefiniu e regulamentou e articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, através da forma integrada.

A partir dessa prerrogativa legal, o CEFET-SE estruturou seus currículos e, a partir de 2007, ofertou 10 (dez) cursos técnicos integrados e 4 (quatro) na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como pressuposto a formação integral do educando, superando assim a segmentação e a desarticulação entre formação geral e profissional.

Dessa maneira, partiu-se da compreensão de que Educação é o exercício de uma prática social transformadora e de que a missão deste Centro é promover educação que combinando os saberes científicos, tecnológicos e humanistas.

Com isto, contribuiu-se para a formação do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, vis-à-vis ao mutante mundo do trabalho.

1.2.2 Histórico da Instituição - EAFSC

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC), autarquia federal, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), atualmente campus São Cristóvão, localizada na região leste do Estado de Sergipe, situa-se no Km 96 da BR 101, no povoado Quissamã, município de São Cristóvão, equidistante dos centros urbanos de Aracaju e São Cristóvão aproximadamente 19 (dezenove) quilômetros.



Figura 4: Vista aérea do Campus São Cristóvão.
Fonte: IFS

Teve como origem o **Patronato São Maurício**, criado em 1924, pelo governo do Estado de Sergipe, e oferecia curso de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com desajuste social e emocional.

Em 1926, por meio do **Decreto nº 942/26**, o Patronato teve sua denominação modificada, passando a se chamar Patronato de Menores “Francisco Sá” em homenagem ao Ministro da Aviação do Governo Artur Bernardes.



Em 1931, Augusto Maynard Gomes, então interventor federal, modificou a denominação do Patronato, que passou a se chamar **Patronato de Menores “Cyro de Azevedo”**.

Após 10 anos após a sua instalação, o Patronato de Menores “Cyro de Azevedo” foi federalizado.

Em 1934, o “Patronato” recebe, por meio do **Decreto nº 23.722/34**, nova denominação **“Aprendizado Agrícola de Sergipe”** e, a partir de 1939, **“Aprendizado Agrícola Benjamim Constant”**.



Esse modelo de escola ministrava o curso de Iniciação Agrícola, qualificando em dois anos operários agrícolas e complementando em mais três anos o curso de Mestría Agrícola.

Em 1952, a escola passou a ministrar os ensinos primário e ginásial, passando a denominar-se **“Escola Agrícola Benjamin Constant”**.

As Escolas Agrícolas foram criadas com o objetivo de formar técnicos agrícolas em nível médio, mantendo 2 (dois) cursos: Técnico em Agropecuária, presente em todas as escolas, e Técnico em Economia Doméstica, existente em algumas delas, inclusive na então “Escola Agrícola Benjamin Constant”.

Com o advento da LDB, a partir de 1964 a denominação da escola foi novamente modificada passando a **“Colégio Agrícola Benjamin Constant”**. A última alteração do nome da instituição ocorreu em 1979, quando passou a se chamar **“Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão”**.

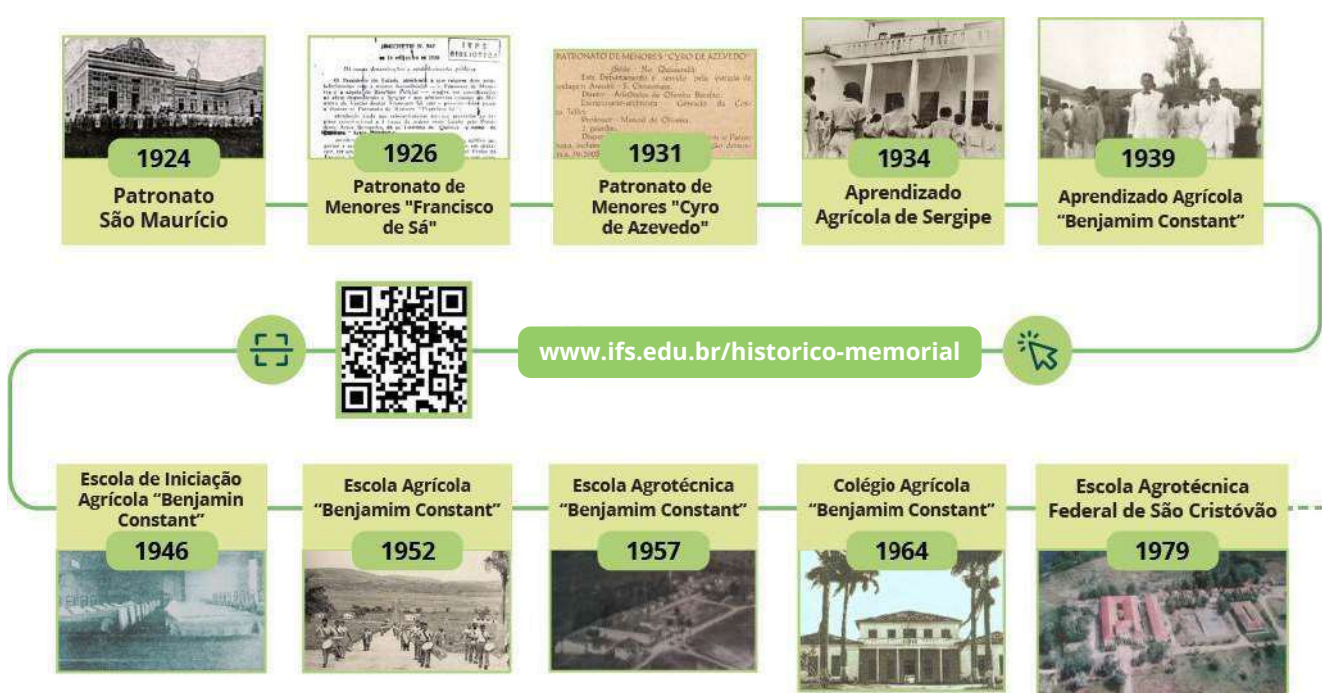


Figura 5: Abordagem histórica da trajetória institucional do CEFET-SE.

Fonte: Memorial do IFS (<http://www.ifs.edu.br/historico-memorial>)

Em 17 de novembro de 1993, a Escola, juntamente com o CEFET, é transformada em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da **Lei nº 8.731**, de 16 de novembro de 1993.

Antes de ser transformada em autarquia federal, na trajetória da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão houve quatro grandes reformas administrativas, nos anos de 1925, 1927, 1964 e 1979.



1.3 Nova Estruturação do IFS

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), a Unidade Sede e a UNED Lagarto do CEFET tornaram-se, respectivamente, campus Aracaju e campus Lagarto, enquanto a EAFSC, tornou-se campus São Cristóvão.



O campus Aracaju, instituído em 2009 e implantado na estrutura da antiga Unidade Sede do CEFET-SE, situa-se no Bairro Getúlio Vargas, na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

A economia aracajuana baseia-se nos serviços e na indústria e ocupa posição geográfica privilegiada, que lhe permite exercer influência direta nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, os quais fazem parte da região considerada “Grande Aracaju”.

A partir de 2009, a UNED-Lagarto foi transformada em campus Lagarto, sendo dotada de autonomia administrativa e orçamentária. Em 2007 foi realizado, em Lagarto, o primeiro processo seletivo para o curso superior Tecnológico em Automação Industrial, além de cursos de menor duração.

A evolução no número de cursos superiores ofertados pelo campus Lagarto é prova de seu alinhamento às necessidades de mão de obra e da pujança dos processos industriais locais e regionais, inclusive no tocante às avaliações pelo MEC. Neste contexto, a oferta de cursos foi ampliada, além daqueles já ofertados, foram iniciados os cursos técnicos de Edificações e Eletromecânica, o de Informática, junto com a oferta do Ensino Médio, à época denominado 2º Grau.

A oferta de cursos superiores é composta por: Tecnológico em Automação Industrial, Licenciatura em Física e Bacharelado em Sistema de Informação. Somou-se a estes, a implantação do curso de Engenharia Elétrica (2017.2) e Arquitetura e Urbanismo (2019.2).



O campus São Cristóvão, instituído em 2009, oferece cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia. É a única instituição no estado a disponibilizar regime de internato para seus estudantes, fornecendo moradia e alimentação. Composto por uma área de 868 hectares e localiza-se na BR-101, Km 96, Povoado Quissamã, município de São Cristóvão.

1.4 A Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica - Linha do Tempo

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ocorreu em três fases (2005 a 2014), representou ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A partir de 2008, iniciou-se a segunda fase do plano de expansão, com a construção de 150 novas unidades de forma a contemplar os 26 estados e o Distrito Federal.

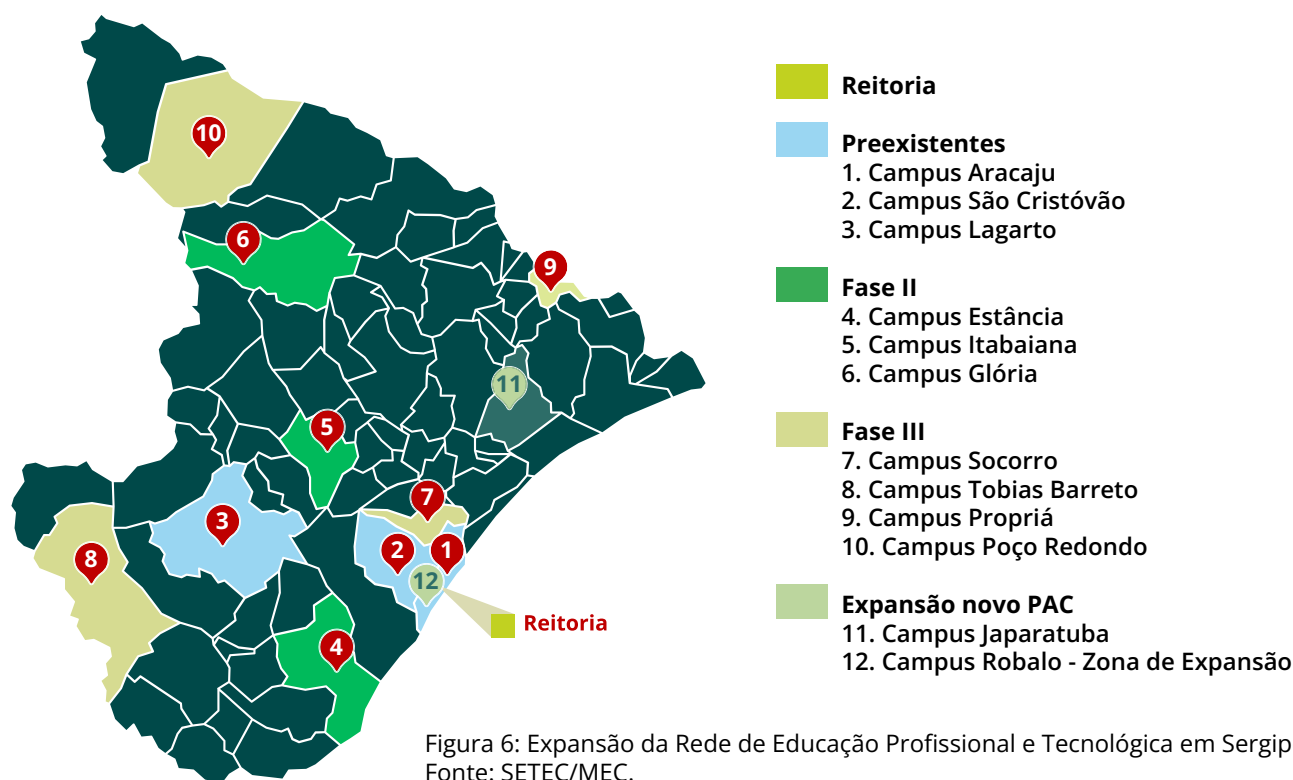
Ademais, em 2009, 64 unidades da primeira fase estavam implantadas ou em processo de implantação. Destaque-se o fato de que Sergipe não foi beneficiado na fase I do plano de expansão, cujo objetivo principal foi contemplar estados que ainda não possuíam unidades, bem como as periferias dos grandes centros urbanos.

Na segunda fase, iniciada em 2008, a definição das localidades contempladas teve por diretriz a abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- Distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- Cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- Proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- Interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- Redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- Identificação de potenciais parcerias.

Nesta fase foi autorizada, a construção de 150 novos campi pelo país, dentre eles, três em Sergipe, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Itabaiana e Estância, com vistas à interiorização da oferta pública de Educação Profissional e de Ensino Superior.

Com a terceira fase, a partir de 2011, o IFS foi contemplado com quatro campi, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto, Propriá e Poço Redondo, que atenderam aos critérios estabelecidos pelo Governo Federal, a exemplo de localizarem-se em microrregiões não atendidas por escolas federais.



Nessa fase de expansão, em atendimento ao acordo firmado entre o Governo Federal e os Municípios contemplados, o Instituto aceitou os terrenos doados pelas respectivas prefeituras para a instalação das unidades de Educação Profissional.

Atualmente, todos os campi possuem sede própria, sendo o campus Socorro, inaugurado em setembro de 2017, o campus Tobias Barreto, em 2019, o campus Glória, inaugurado em 2021, o campus Propriá, em 2022, e o campus Poço Redondo, em 2023.

1.4.1 Campus Estância

O campus Estância está localizado no município de mesmo nome, situado no território sul sergipano, distante 67 km da capital, de acordo com os dados do IBGE (2022), conta com 65.078 habitantes e renda per capita (2021) de R\$ 30.414,67. O município destaca-se economicamente nas seguintes áreas: comércio, agricultura, indústria alimentícia e têxtil, construção civil, fornecimento de energia e turismo, com ênfase para a área litorânea.

O campus Estância iniciou suas atividades em sede provisória, por meio de convênio firmado com a prefeitura, com a oferta de Cursos Técnicos Subsequentes, em 2011, na área de Edificações e na área de Eletrotécnica (2012), definidos a partir de uma audiência pública e alinhados aos Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Em seguida, o campus inovou com a oferta do **Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros**, a escolha deste curso considerou os fatores como: a região do campus possui forte tradição na área da pesca, com 26 (vinte seis) comunidades pesqueiras, das quais 12



Figura 7: Visita técnica de alunos e professores do Campus Estância a Porto do Mato.
Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/201-estancia/5659-levantamento> (Autor: Thiago Rodrigo Santos Souza)

(doze) em Estância, 06 (seis) em Santa Luzia e 08 (oito) em Indiaroba (cidades vizinhas), além de inúmeras organizações sociais de pescadores.



Em outubro de 2014, o campus foi transferido das instalações provisórias, na antiga Escola de Comércio, para a **sede própria**, localizada no bairro Valter Cardoso Costa, mais conhecido como Cidade Nova. A área que pertencia ao Governo do Estado passou para a municipalidade, sendo posteriormente destinada para construção do campus.

A partir de então, o campus passou a ofertar novos cursos, a exemplo do curso de **Bacharelado em Engenharia Civil (2015)**, atendendo à demanda local, estadual e nacional, oportunizando a verticalização dos itinerários formativos para aqueles alunos egressos do curso de Edificações.

A partir de 2020, em razão da oferta existente, o curso de Recursos Pesqueiros/Aquicultura passou a ser ofertado pelo Campus São Cristóvão.

O campus busca promover o desenvolvimento sustentável da região Sul, por meio da oferta de cursos técnicos profissionais de nível médio, tecnólogos e cursos superiores, além de projetos que possibilitem a qualificação técnica, a formação intelectual e a inclusão social da população.



Figura 8: Laboratório de Engenharia Civil.

Foto: Thiago Souza

Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/201-estancia/6965-curso-de-engenharia-civil-do-campus-estancia-obtem-conceito-4-do-mec>

Conheça mais...



1.4.2 Campus Itabaiana

A instalação de um **campus do Instituto Federal de Sergipe na cidade de Itabaiana** veio atender a necessidades de um município em crescimento. Itabaiana é a quarta maior cidade do estado, e fica a 54 quilômetros da capital.

Possui grande concentração de atividades comerciais em áreas como alimentação, tecido e materiais de construção, tanto no atacado quanto no varejo, e de indústrias de pequeno porte.

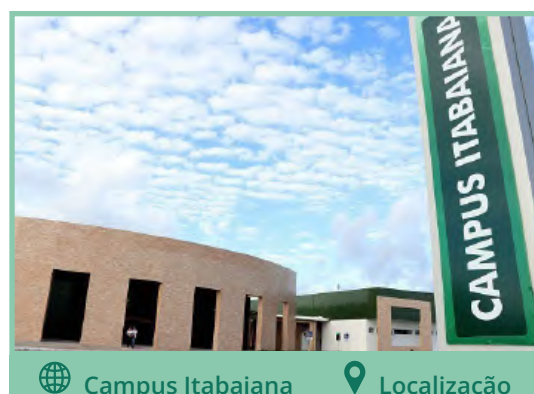




Figura 9: Ação do Programa Mulheres Mil.
Foto: Pesquisador Dr. Benjamin White
Fonte: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/3260-alunas-do-programa-mulheres-mil-realizam-atividade-de-educacao-ambiental-em-itabaiana>

Além da promoção do desenvolvimento integral dos alunos, por meio dos aspectos intelectual, afetivo e social que a educação integrada propõe, o IFS campus Itabaiana busca integrar a demanda comercial do município, ofertando cursos que possuem aproveitamento e empregabilidade, de modo a fornecer mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento da região, buscando impulsionar a economia local.

O início das atividades do IFS em Itabaiana data de 2011, em um espaço cedido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED), por meio de um convênio com o Governo do Estado, nas dependências do Colégio Estadual Murilo Braga.

A partir de 2018, *campus* Itabaiana passou a funcionar em sua sede definitiva, localizada na Av. Padre Airton Gonçalves Lima, no bairro São Cristóvão. As novas instalações são dotadas de salas de aula, biblioteca, miniauditórios, laboratórios, auditório, áreas de convivência e salas destinadas aos docentes e setores técnicos-administrativos.

Atualmente o Campus Itabaiana oferta cursos técnico profissionalizante de nível médio e cursos de graduação, de maneira a promover o desenvolvimento regional e local no contexto o qual está inserido.

Conheça mais... 



1.4.3 Campus Glória

O **campus Glória** está situado na cidade de Nossa Senhora da Glória, popularmente conhecida como a "Capital do Sertão", distante 121 Km de distância de Aracaju, com população, segundo o IBGE (2022), de 41.022 habitantes e PIB per capita de R\$ 20.967,52. A economia no município é pujante, principalmente no setor de leite e derivados, devido a presença indústrias de laticínios. Outra atividade de grande importância na região é a agricultura, com destaque para as culturas do feijão e do milho.

Os cursos ofertados visam estimular os principais Arranjos Produtivos Locais - Agricultura, Produção Alimentícia e Comércio - conforme definido em audiências públicas, nas quais



Campus Glória



Localização

foram observados os desafios e as oportunidades característicos da região.

Em 2011/2012, foram iniciados os primeiros cursos regulares do campus - Técnico de Nível Médio em Alimentos, Técnico de Nível Médio em Agroecologia e Superior em Tecnologia de Laticínios, além de 3 outros programas complementares do Governos Federal.

A época de forma provisória, o campus passou a funcionar por meio de convênios firmados com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado, por meio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), no Parque de Exposições João de Oliveira Dantas. Em 2021 foi inaugurada de forma definitiva a estrutura do novo Campus o qual está em pleno funcionamento.

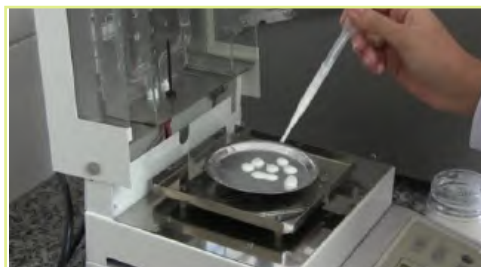
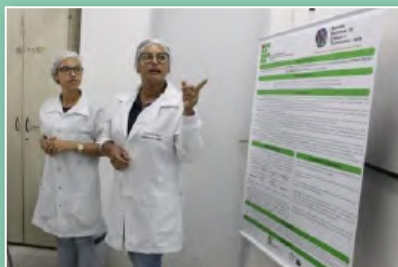


Figura 10: Laboratório do curso de Laticínios.
Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/211-gloria/10134-ifs-campus-gloria-oferta-vagas-para-cursos-de-alimentos-e-laticinios>



Figura 11: Curso Integrado em Agropecuária.
Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/211-gloria/5519-atividade-com-alunos-de-agropecuaria-simula-dia-de-campo>

Conheça mais...



1.4.4 Campus Tobias Barreto

O **campus Tobias Barreto** está situado na cidade de Tobias Barreto, município do sul sergipano, distante 131km da capital, que, consoante o IBGE (2022), possui 50.905 habitantes e PIB per capita de R\$12.405,95. Economicamente o município possui forte tradição na confecção e comércio de artigos têxteis.

Ele passou a funcionar a partir do final de do ano de 2014, que por cinco anos, o Campus funcionou em sede provisória, cedida por meio de convênio firmado com a municipalidade. A conclusão das obras com a mudança para as instalações próprias ocorreu no início de 2020.



Campus Tobias Barreto



Localização

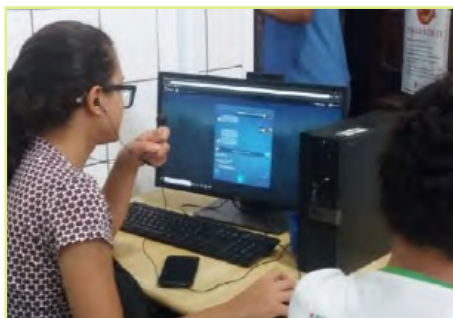


Figura 12: Aula do Projeto LabLínguas.
Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/7777-projeto-lablinguas-encerra-sua-segunda-turma-no-campus-tobias-barreto>

Atualmente o Campus Tobias Barreto oferta os cursos técnicos na forma subsequente, cursos na forma concomitante, os Cursos Médio na forma Integrado, além de cursos FIC do eixo tecnológico de informação e comunicação e de gestão e negócios, todos na modalidade presencial.

O **curso técnico subsequente** em Informática foi o primeiro curso ofertado, iniciando suas aulas em 2014. A escolha de um curso na referida área observou sua importância para o desenvolvimento do comércio e da sociedade.

O segundo curso ofertado foi de técnico subsequente em Comércio, teve início em 2015, e sua escolha considerou o necessário alinhamento com os Arranjos Produtivos Locais.

Com a entrega definitiva da estrutura física do novo campus, o IFS reafirma a necessidade de transformação das realidades locais, conjuntamente com o desenvolvimentos dos APLS.

Conheça mais... 



1.4.5 Campus Propriá

A implantação de um **campus do Instituto Federal de Sergipe na mesorregião** conhecida como Baixo São Francisco Sergipano, visou tanto explorar as potencialidades locais quanto satisfazer as necessidades de toda a região por mão de obra qualificada. Neste sentido, Propriá se constitui como principal cidade da região e polo para onde convergem as principais ações desenvolvidas nesse entorno.

De acordo com os dados do IBGE (2022), o município de Propriá possui 26.618 habitantes, PIB per capita de R\$ 18.628,15 e dista cerca de 100km de Aracaju, capital do estado. Em espaço cedido pela Prefeitura Municipal, a sede provisória do campus Propriá passou a funcionar a partir de novembro de 2014, na antiga Escola Técnica do Comércio.

O Campus Propriá possui abrangência geográfica em ao menos vinte cidades pertencentes principalmente à região do Baixo São Francisco Sergipano, com destaque para as cidades de Aquidabã, Igreja Nova, Japoatã, Neópolis, Porto Real do Colégio e Propriá.

A implantação do campus, parte da terceira fase de expansão da Rede Federal, marcou o



Campus Propriá

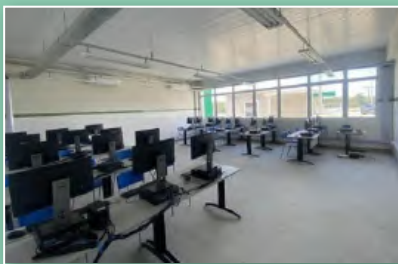


Localização

processo de fortalecimento e interiorização do ensino e de garantia de acesso à educação profissional e tecnológica à região do Baixo São Francisco.

Sua sede definitiva foi inaugurada em 2022, e está situada às margens da BR 101, Km 5, onde são ofertados cursos técnico profissionalizante de ensino médio e cursos Superiores.

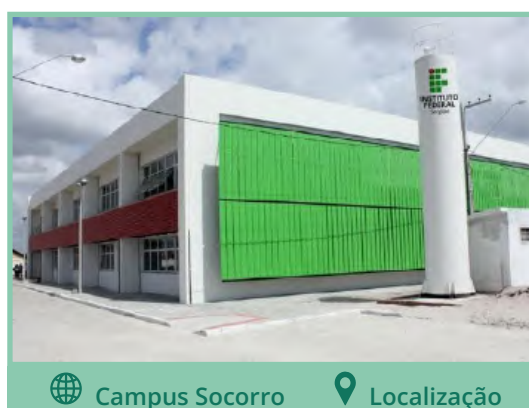
Conheça mais...



1.4.6 Campus Socorro

O **campus Socorro**, instalado na cidade de Nossa Senhora do Socorro, município com maior contingente populacional da Grande Aracaju.

De acordo com o IBGE (2022), o município possui contingente de 192.330 habitantes e PIB per capita de R\$ 17.219,66. Segundo dados da Assembleia Legislativa de Sergipe - ALESE (2020), o município possui como características econômicas o empreendedorismo, o comércio e a geração de emprego e renda advindos das indústrias de alimentos e bebidas instaladas. Na agropecuária, destaca-se o cultivo de coco, mandioca e cana de açúcar, a criação de gado para corte e leite; e a criação de camarão em viveiro.



Campus Socorro



Localização



Figura 13: Alunas do Projeto de Domótica.
Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/283-socorro/8001-praticas-integradoras>

Em razão de sua localização geográfica, mostra-se capaz de atender as demandas oriundas da sua comunidade, de parte da zona norte de Aracaju, e do município da Barra dos Coqueiros.

Suas atividades tiveram início em 2017, com a oferta do curso Técnico em Manutenção e Suporte de Computadores, na modalidade subsequente, nos turnos matutino e vespertino. Atualmente o Campus oferta cursos técnico integrado e também o subsequente e já é visível o engajamento existente com a comunidade o qual está inserido.

Conheça mais...



1.4.7 Campus Poço Redondo

Localizado na região do alto sertão sergipano, o **Campus Poço Redondo**, foi inaugurado em 2023 e atualmente está em processo de implantação. O seu funcionamento busca fomentar oportunidades em um município com o segundo menor PIB per capita (R\$ 11.738,11), IDH mais baixo de Sergipe (0,529) e população residente de 33.439 pessoas.

Com espaço cedido pela municipalidade, a sede do campus foi construída e está situada à Rodovia SE 206 e possui estrutura para instalação de biblioteca, setores administrativos, 2 laboratórios, 5 salas de aulas, 2 salas de coordenações e 2 salas para docentes.

Enquanto não dispõe de corpo funcional efetivo para seu funcionamento, foi designada uma equipe diretiva para implantação, sendo composta por direção geral, gerência de administração e gerência de ensino. No entanto, os primeiros professores já foram devidamente empossados e o campus entra em uma nova fase, o da implantação de cursos e funcionamento gradual das atividades meio e fim.





 Campus Poço Redondo  Localização



Figura 14: Projeto AgroNordeste.
Fonte: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10057-ifs-promove-eventos-voltados-ao-programa-agroifnordeste>

Mas mesmo com a implantação ainda em curso o campus desenvolveu no âmbito de sua atuação, o projeto AgroIF-Nordeste desenvolvido em parceria com o Instituto Federal do Piauí (IFPI), por meio do Termo de Execução Descentralizada TED nº 19/2018, com objetivo de desenvolver ações para fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando a produção agropecuária por meio de tecnologias validadas, assistência técnica e capacitação de técnicos de ATER (Profissional de Assistência técnica e Extensão Rural), gestão e comercialização.

1.4.8 Campi Japaratuba e Robalo

Por fim, convém destacar que o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC “Desenvolvimento e Sustentabilidade”, aprovou a criação de dois novos *Campi* para o Estado de Sergipe: o *Campus* no município de Japaratuba, localizado no Vale do Cotinguiba, região norte do Estado, e o de Aracaju Zona de Expansão, Campus Robalo, no bairro 17 de março, em área de expansão da capital sergipana. Ambos se encontram em processos preparatórios para início das respectivas obras.

1.5 Atuação Acadêmica

As áreas de atuação acadêmica do estão previstas no art. 8º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dispôs sobre os percentuais de oferta de cursos de Técnico de Nível Médio, Proeja e Licenciaturas.

Neste sentido, o Instituto Federal de Sergipe, em cada exercício, deverá garantir no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atendimento aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º da referida Lei; além de destinar ao menos 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

Desta forma, as principais áreas de atuação acadêmica do IFS podem ser visualizadas no quadro abaixo.

Eixos Tecnológicos	Curso	Nível de Formação	Campus
Produção Alimentícia	Alimentos	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju e Glória
	Agroindústria	Técnico de Nível Médio (Subsequente, Integrado e Concomitante)	São Cristóvão
Infraestrutura	Edificações	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju, Estância e Lagarto
	Agrimensura	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	São Cristóvão
Construção Civil	Desenho de Construção Civil	PROEJA/Técnico de nível médio (Integrado)	Aracaju
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	Técnico de Nível Médio (Integrado)	Lagarto
	Eletromecânica	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Lagarto
	Eletrônica	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju
	Eletrotécnica	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju e Estância
	Química	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju

Eixos Tecnológicos	Curso	Nível de Formação	Campus
	Petróleo e Gás	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Aracaju
	Sistemas de Energia Renovável	Técnico de Nível Médio (Integrado)	Socorro e Estância
Informação e Comunicação	Rede de Computadores	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Propriá e Lagarto
	Informática	Técnico de Nível Médio (Integrado, Subsequente e Concomitante)	Aracaju, Tobias Barreto e Propriá
	Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Nível Médio (Concomitante e Integral)	Tobias Barreto
	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico de Nível Médio (Subsequente, Integrado e Concomitante)	Itabaiana, São Cristóvão, Propriá e Socorro
		PROEJA	São Cristóvão
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Aracaju e Socorro
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Aracaju
	Hospitalidade e Lazer	Técnico de Nível Médio (Subsequente e PROEJA)	Aracaju
Recursos Naturais	Agropecuária	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Glória e São Cristóvão
	Recursos Pesqueiros	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Estância
	Agronegócio	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Itabaiana
	Aquicultura	Técnico de Nível Médio	São Cristóvão
Gestão e Negócios	Comércio	Técnico de Nível Médio (Subsequente, Integrado e PROEJA)	Tobias Barreto e Itabaiana
	Administração	Técnico de Nível Médio (Integrado)	Itabaiana
Produção Alimentícia	Laticínios	Superior de Tecnologia	Glória
	Alimentos	Superior de Tecnologia	São Cristóvão
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Gestão em Turismo	Superior de Tecnologia	Aracaju

Eixos Tecnológicos	Curso	Nível de Formação	Campus
Ambiente, Saúde e Segurança	Saneamento Ambiental	Superior de Tecnologia	Aracaju
Informação e Comunicação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia	
	Ciência da Computação	Superior de Tecnologia	Itabaiana
	Gestão da Tecnologia da Informação	Superior de Tecnologia	Propriá
Gestão e Negócios	Logística	Superior de Tecnologia	Itabaiana
Recursos Naturais	Agroecologia	Superior de Tecnologia	São Cristóvão
Matemática	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Aracaju
Química	Licenciatura em Química	Licenciatura	Aracaju
Física	Licenciatura em Física	Licenciatura	Lagarto
Construção Civil	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Lagarto
	Engenharia Civil	Bacharelado	Aracaju e Estância
Controle e Processos Industriais	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Lagarto
Informação e Comunicação	Sistemas de Informação	Bacharelado	Lagarto
Biologia	Ciências Biológicas	Licenciatura	São Cristóvão
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo	Mestrado Profissional	Aracaju
Desenvolvimento Educacional e Social	Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional	Aracaju

Quadro 1: Áreas de atuação acadêmica.

Fonte: Site do IFS

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Alto Sertão	4911,625	166.281	-	-
Canindé de São Francisco	902,248	26.834	0,567	R\$88.713,54
Gararu	654,994	11.096	0,564	R\$10.196,44
Monte Alegre de Sergipe	407,408	14.336	0,553	R\$10.542,43
Nossa Senhora da Glória	756,49	41.202	0,587	R\$15.466,17
Nossa Senhora de Lourdes	81,061	6.268	0,598	R\$10.757,98
Poço Redondo	1.232,123	33.439	0,529	R\$9.109,81
Porto da Folha	877,301	26.576	0,568	R\$9.952,90

Tabela 1: Características socioeconômicas dos municípios do Alto Sertão de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

O território do Baixo São Francisco possui base produtiva pouco diversificada e Produto Interno Bruto (PIB) pequeno, em grande parte oriundo de serviços, com concentração no setor governamental. A indústria é incipiente e pouco representativa, com algum destaque para a indústria têxtil e a produção de cimentos. A produção de cerâmica vermelha possui importância econômica e cultural para a região.

Dessa forma, o Baixo São Francisco apresenta baixos indicadores sociais, tendo um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe. O IFS está presente em Propriá, que é a cidade mais próspera da região.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Baixo São Francisco	1.949,846	132.134	-	-
Amparo de São Francisco	35,133	2.170	0,611	R\$14.014,72
Brejo Grande	148,858	7.841	0,54	R\$10.750,46
Canhoba	170,289	3.791	0,569	R\$13.885,78
Cedro de São João	83,71	5.391	0,623	R\$10.134,06
Ilha das Flores	54,64	8.321	0,562	R\$8.965,07
Japoatã	407,421	13.407	0,56	R\$13.228,75
Malhada dos Bois	63,199	3.579	0,599	R\$11.742,37
Muribeca	75,863	7.822	0,626	R\$12.257,63
Neópolis	265,953	16.426	0,589	R\$13.911,41
Pacatuba	373,818	12.502	0,555	R\$13.202,63
Propriá	92,461	26.618	0,661	R\$17.349,14
Santana do São Francisco	45,62	7.346	0,59	R\$10.613,45
São Francisco	83,854	3.243	0,587	R\$10.756,44
Telha	49,027	3.274	0,604	R\$11.698,52

Tabela 2: Características socioeconômicas dos municípios do Baixo São Francisco de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

O território do Médio Sertão possui como característica a baixa diversidade de sua base produtiva, com grande parte dos serviços atrelados ao setor governamental, e reduzida produção industrial. Nesse ambiente, a bovinocultura e as culturas de subsistências são pilares da agropecuária local, gerando baixo valor adicionado. Assim como no Alto Sertão, no território do Médio Sertão são baixos os indicadores sociais.

Atualmente o IFS não está presente nesse território.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Médio Sertão	1.582,651	69.078	-	-
Aquidabã	359,286	20.131	0,578	R\$11.149,40
Cumbe	128,597	3.824	0,604	R\$12.608,77
Feira Nova	184,933	5.975	0,584	R\$13.433,82
Gracho Cardoso	242,062	5.834	0,577	R\$12.664,75
Itabi	184,423	4.745	0,602	R\$11.975,32
Nossa Senhora das Dores	483,35	24.996	0,6	R\$12.896,12

Tabela 3: Características socioeconômicas dos municípios do Médio Sertão de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

O território correspondente ao Leste Sergipano, por sua vez, possui boa parte de sua base econômica assentada no setor de serviços, sobretudo pelo setor governamental. É tradicional nessa região o cultivo de cana-de-açúcar e a presença de usinas de açúcar e álcool.

Como característica, registra baixa diversificação da cadeia industrial, com acentuada presença da indústria de petróleo e gás e da extração de minérios, sobretudo o potássio. Dessa forma, o Leste Sergipano é exemplo claro de exploração de riquezas minerais não revertidas para o bem-estar da população local.

Atualmente o IFS não tem campus nesse território, no entanto foi aprovado pelo Governo Federal a criação do Campus Japaratuba, com tratativas em estágio inicial para sua construção e implementação.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Leste	1.510,274	113.391	-	-
Capela	442,744	31.645	0,615	R\$11.393,56
Carmópolis	45,905	13.853	0,643	R\$27.566,67
Divina Pastora	91,792	4.340	0,61	R\$29.479,73
General Maynard	19,975	3.037	0,645	R\$10.800,66
Japaratuba	364,899	16.209	0,621	R\$22.200,81
Pirambu	205,879	7.913	0,603	R\$13.502,72
Rosário do Catete	105,66	9.295	0,631	R\$28.970,49
Santa Rosa de Lima	67,607	3.937	0,592	R\$12.102,07
Siriri	165,813	7.834	0,609	R\$17.018,74

Tabela 4: Características socioeconômicas dos municípios do Leste de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

A microrregião correspondente ao Agreste Central é marcada pela alta participação dos serviços. Sendo economicamente marcantes a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros e a importância da agricultura para o desenvolvimento regional.

Em que pese Itabaiana ser reconhecida como importante centro comercial, sendo a 4ª maior cidade do estado, os demais municípios do território registram forte dependência dos serviços, sobretudo do setor público. O território registra ainda indicadores sociais baixos.

O IFS está presente em Itabaiana, cidade mais próspera da região.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Agreste Central	3.138,944	256.062	-	-
Areia Branca	146,677	18.081	0,579	R\$11.918,21
Campo do Brito	201,725	18.149	0,621	R\$11.827,97
Carira	636,402	19.939	0,588	R\$14.695,13
Frei Paulo	400,363	14.530	0,589	R\$16.392,78
Itabaiana	336,693	103.439	0,642	R\$21.036,18
Macambira	136,937	6.838	0,583	R\$11.370,08
Malhador	100,941	11.533	0,587	R\$13.133,49
Moita Bonita	95,819	11.050	0,587	R\$18.147,47
Nossa Senhora Aparecida	340,38	9.232	0,577	R\$11.133,72
Pedra Mole	82,026	2.778	0,593	R\$13.134,62
Pinhão	155,888	5.677	0,583	R\$11.681,08
Ribeirópolis	258,534	17.033	0,613	R\$16.709,92
São Domingos	102,47	10.327	0,588	R\$9.471,57
São Miguel do Aleixo	144,089	3.434	0,567	R\$10.072,68

Tabela 5: Características socioeconômicas dos municípios do Agreste Central de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

A microrregião do Sul Sergipano possui forte tradição industrial, embora em sua maioria itens de pequeno valor agregado, sobretudo em Estância. Com destaque para a citricultura da laranja, que faz de Estância o maior exportador do estado.

Ainda neste sentido, atividades econômicas como confecções e cerâmica vermelha, embora culturalmente importantes para parcela da população, possuem baixo potencial de geração de riquezas. Por fim, o turismo outrora pujante no litoral na região, hoje carece de investimentos em infraestrutura. Ante o cenário apresentado, o território apresenta baixos indicadores sociais.

O IFS está presente em Estância, cidade mais próspera da região.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Sul	3.123,053	268.973	-	-
Araúá	198,746	10.318	0,595	R\$11.617,72
Boquim	205,939	24.638	0,604	R\$10.924,98

CONTINUAÇÃO

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Cristinápolis	236,186	17.100	0,553	R\$11.747,71
Estância	644,083	65.078	0,647	R\$28.293,45
Indiaroba	313,525	16.549	0,58	R\$10.763,45
Itabaianinha	493,313	40.678	0,556	R\$10.388,17
Pedrinhas	33,942	7.396	0,592	R\$9.453,90
Salgado	247,828	20.279	0,609	R\$9.301,33
Santa Luzia do Itanhy	325,732	13.616	0,545	R\$11.578,31
Tomar do Geru	304,903	12.012	0,551	R\$9.219,30
Umbaúba	118,856	23.917	0,579	R\$13.940,65

Tabela 6: Características socioeconômicas dos municípios do Sul de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

A região Centro-Sul, por sua vez, a exemplo de outros territórios do estado, possui representativa parcela da sua economia oriunda dos serviços, sobretudo governamentais. Neste sentido, embora o parque industrial instalado gere muitos empregos formais, estes em sua grande maioria possuem pouco valor agregado, com destaque para indústrias alimentícias e de confecções, além da pecuária de corte.

O Centro-Sul, a exemplo de outras regiões, registra baixos indicadores sociais.

O IFS está presente em Lagarto (município mais próspero do território) e em Tobias Barreto, polo produtor e comercializador (atacado e varejo) de confecções.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Centro-Sul	3.527,217	243.416	-	-
Lagarto	969,577	101.579	0,625	R\$15.726,50
Poço Verde	440,156	21.794	0,561	R\$10.485,42
Riachão do Dantas	531,474	18.313	0,539	R\$15.300,22
Simão Dias	564,702	42.578	0,604	R\$15.786,83
Tobias Barreto	1.021,308	50.905	0,557	R\$11.215,73

Tabela 7: Características socioeconômicas dos municípios do Centro-Sul de Sergipe.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

Por fim, o microterritório da Grande Aracaju, principal polo industrial, comercial e de serviços de Sergipe; concentrando grande parte do contingente populacional, do emprego formal e do valor adicionado dessas atividades. Excetuando-se Aracaju, os demais municípios que compõem o território apresentam baixos indicadores sociais.

O IFS está presente em Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, além da aprovação do Governo Federal da criação de um segundo Campus na Capital Sergipana.

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Grande Aracaju	2.174,883	1.089.139	-	-
Aracaju	181,857	602.757	0,77	R\$26.688,23
Barra dos Coqueiros	90,322	41.511	0,649	R\$19.028,51
Itaporanga d'Ajuda	739,925	34.411	0,561	R\$24.965,16
Laranjeiras	162,28	23.975	0,642	R\$27.147,97
Maruim	93,771	15.719	0,618	R\$19.730,91
Nossa Senhora do Socorro	156,771	192.330	0,664	R\$14.906,47
Riachuelo	78,938	8.311	0,617	R\$20.174,89
Santo Amaro das Brotas	234,156	11.092	0,637	R\$11.232,42
São Cristóvão	436,863	95.612	0,662	R\$10.514,98

Tabela 8: Características socioeconômicas dos municípios da Grande Aracaju.
Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2023; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2019.

No contexto dos empregos formais, a maior parte, inclusive dos técnicos de nível médio e dos “profissionais das ciências e das artes”, aqui denominados “profissões de nível superior”, está concentrada na Grande Aracaju, sobretudo na capital. Deve-se destacar que boa parte desses profissionais do nível superior que está no interior é formada por professores da educação básica.

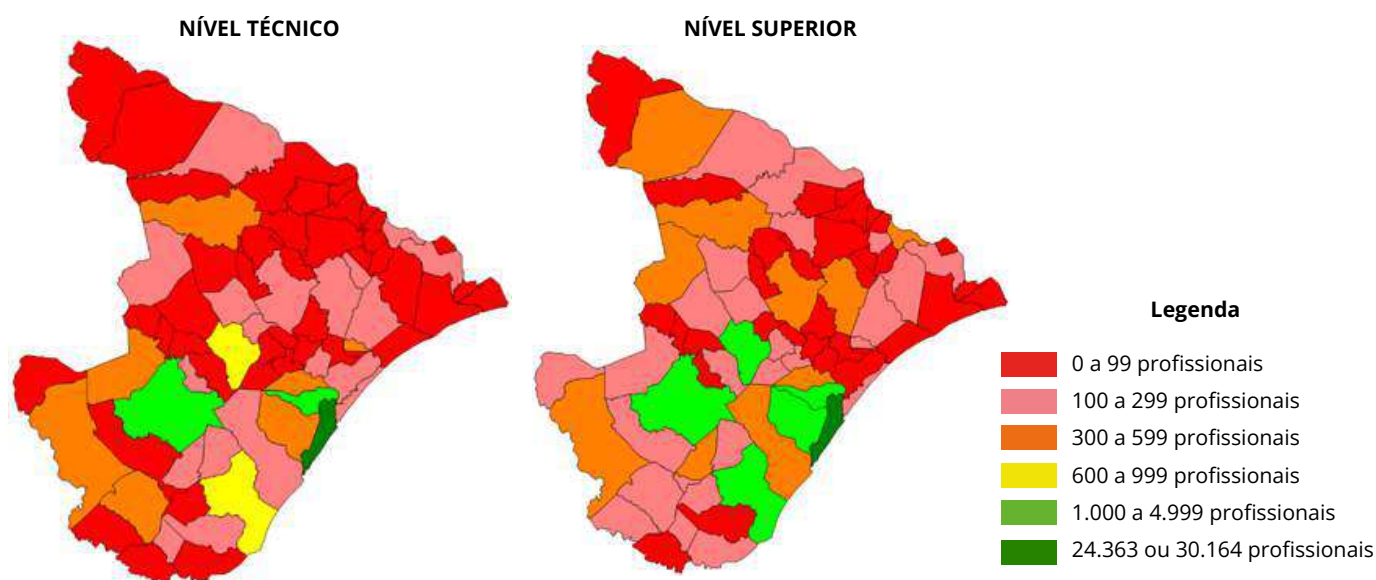


Figura 16: Profissionais do nível técnico e superior.
Fonte: RAIS 2020

Organização Administrativa

2

2.1 Estrutura Geral

2.1.1 Componentes Organizacionais

2.1.2 Estrutura Organizacional de Governança Interna

2.1.3 Estrutura Organizacional de Gestão

2. Organização Administrativa

2.1 Estrutura Geral

A organização administrativa do IFS, representada na figura 17, está estabelecida no Estatuto e detalhada no Regimento Geral da entidade. Compreende a estrutura organizacional de governança interna, composta por órgãos colegiados, cujas decisões beneficiam-se da experiência das autoridades que os compõem; e a estrutura organizacional de gestão, com órgãos singulares nos quais comando e decisão, são atribuições de uma única autoridade pública (Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal - 2ª Edição 2019).

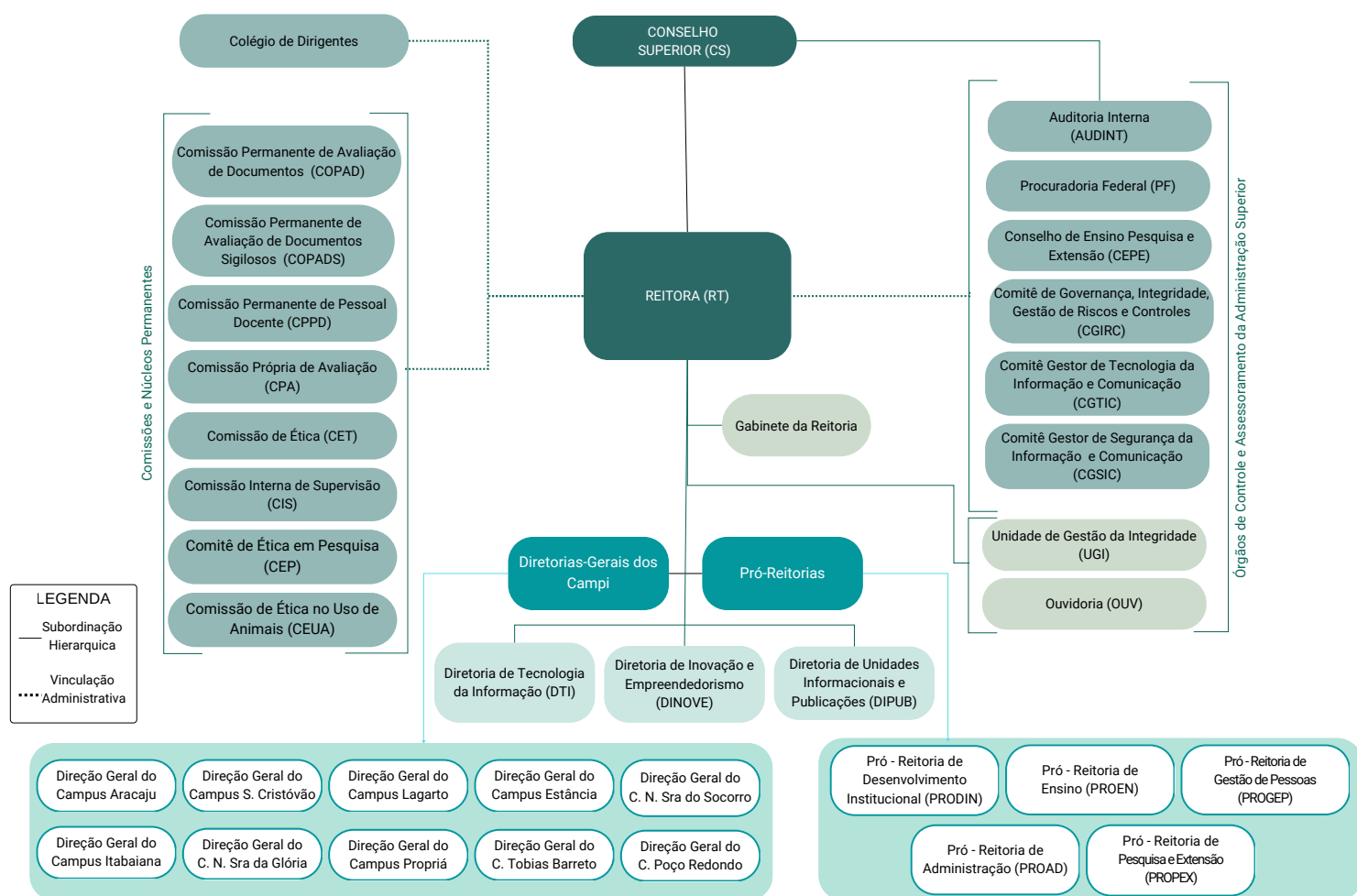


Figura 17: Organização Administrativa do IFS.
Fonte: Relatório de Gestão do IFS (2024).

2.1.1 Componentes Organizacionais

São componentes organizacionais da estrutura de governança ou de gestão no IFS: A Alta Administração (gestão estratégica), nível gerencial (gestão tática), assessoria, e apoio administrativo (gestão operacional), os quais são retratados na figura 17. Em síntese, respondem pelo cumprimento das competências institucionais, exercendo o papel de liderança, coordenando os demais níveis da estrutura organizacional sob seu comando e interagindo com o ambiente externo em nível institucional.

A Alta Administração é constituída pelo conjunto de autoridades públicas investidas de autoridade política, corresponde ao (a) dirigente máximo (a) e aos (as) titulares dos órgãos responsáveis pelos principais macroprocessos organizacionais: gerenciais, finalísticos e de suporte.

No IFS, são autoridades investidas nos cargos em comissão de direção de mais alto nível na hierarquia interna: Pró-reitores (as), Diretores (as) Sistêmicos (as) e Diretores-Gerais (as) de Campi, subordinados (as) diretamente ao Reitor (a), autoridade máxima institucional. Respondem como titulares dos órgãos singulares de nível estratégico e, portanto, por macroprocessos da Cadeia de Valor Integrada (CVI), e participam do processo decisório da entidade como membros natos de colegiados presididos pelo (a) Reitor (a).

O nível gerencial, habitualmente conhecido por gestão tática, é formado por titulares de cargos de chefia ou direção abaixo da Alta Administração, é responsável pela média gerência. Nesse nível, busca-se conectar a estratégia à base operacional e vice-versa, promovendo a integração horizontal entre os processos finalísticos e de suporte, e a integração vertical entre os níveis técnico, gerencial e a Alta Administração. (Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal - 2ª Edição, 2019).

Nas estruturas organizacionais, a gestão tática é representada por diretorias, gerências, departamentos e coordenadorias sistêmicas.

Assessoria, como componente organizacional, situa-se fora da hierarquia da linha de autoridade. Sua competência é oferecer assessoramento técnico para o processo decisório. Seus titulares não respondem por processo finalístico, mas atuam em processos sob a responsabilidade de autoridade pública. No IFS, regimentalmente as assessorias são órgãos de assistência direta a Reitoria.

O apoio administrativo é vinculado a processos de trabalho que suportam, prioritariamente, os processos de negócio finalísticos da entidade, realizados no nível técnico, e também a atuação administrativa da Alta Administração e da gestão tática, no seu âmbito de atuação. No IFS, em regra, está representado por coordenadoria, subcoordenadoria, escritório, divisões e núcleo, nas estruturas de gestão da Reitoria e dos *Campi*.

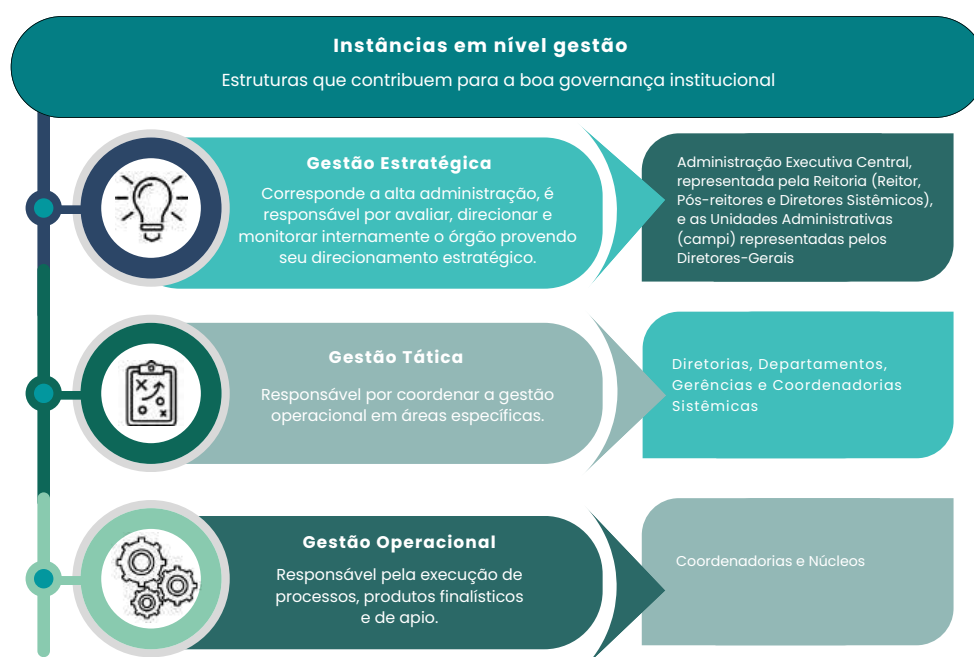


Figura 18: Componentes Organizacionais da estrutura organizacional do IFS.
Fonte: Relatório de Gestão do IFS (2024)

2.1.2 Estrutura Organizacional de Governança Interna

Os colegiados são instâncias internas de governança, que se subdividem em órgãos superiores e de assessoramento especializado. Possuem previsão no estatuto ou regimento geral e, usualmente, têm regimentos internos próprios. Atuam na condução ou apoio ao processo decisório da entidade, desempenhando competências de articulação, deliberação, assessoramento, monitoramento de políticas públicas, formulação de propostas ou normatização de questões internas da entidade ou de suas unidades administrativas (Decreto nº 12.002/2024). Não dispõem de estrutura interna de cargos.

2.1.2.1 Órgãos superiores

São os previstos na Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892/2008).

a) Conselho Superior - Órgão de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Sergipe, tendo sua composição, suas competências e atribuições dispostas no Estatuto do IFS e demais legislações pertinentes de caráter consultivo e deliberativo.

b) Colégio de Dirigentes - É órgão de caráter consultivo, composto pelo (a) Reitor (a), que o preside, pelos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o IFS. O Estatuto da entidade dispõe sobre as competências e as normas de funcionamento desse colegiado.

2.1.2.2 Órgãos de assessoramento especializado

São órgãos previstos no regimento geral da entidade, com composição, competências e funcionamento específicos, em regra, estabelecidos em seus respectivos regimentos internos na forma de conselho, comitê e comissões de natureza permanente e reconhecidos como instâncias internas de apoio à governança.

a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Órgão consultivo e propositivo, de apoio ao processo decisório da Reitoria, Colégio de Dirigentes e Conselho Superior no que tange às políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS, consubstanciado no Regimento Geral do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Tem sua composição, competências e funcionamento definidos em seu regimento interno, conforme Resolução CS/IFS nº 95, de 22 de setembro de 2021.

b) Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles (CGIRC)

Instância colegiada permanente de natureza deliberativa, de caráter normativo e consultivo, recriado através da Portaria nº 3796/2019/IFS em conformidade com a Resolução nº 13/2017/CS/IFS e o disposto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016. Tem como finalidade a adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos no âmbito do IFS. Sua composição, competências e funcionamento estão definidos em seu regimento interno, aprovado por meio da Resolução CS/IFS nº 46, de 22 de outubro de 2020.

c) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)

É instância colegiada de natureza estratégica e deliberativa, de caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 1.039/2014/IFS e convalidado pela Resolução nº 17/2017/CS/IFS, em conformidade com orientação do Decreto nº 10.332 de 28/04/2020, e Portaria nº 788/2019/SGD/ME de 01/09/2019, art. 5º. É responsável por deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e à Governança Digital. Sua composição, competências e funcionamento estão definidos em seu regimento interno, aprovado por meio da Resolução CS/IFS nº 149, de 03 de junho de 2022.

d) Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação (CGSIC)

É instância colegiada de natureza deliberativa, de caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 3.849/2017/IFS, convalidado pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS e recriado pela Portaria Nº 3795/2019/IFS, em conformidade com orientação da art. 5º, inciso VI, da IN – GSI/PR 1/2008, item 5.3.7.3 da NC – DSIC/GSI/PR 3/IN01, item 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. É responsável por implementar a Política de Segurança da Informação e normas relacionadas. Sua composição, competências e funcionamento estão definidos em seu regimento interno, aprovado por meio da Resolução CS/IFS nº 150, de 03 de junho de 2022.

e) Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Instância colegiada que abrange os cursos de Pós-graduação, Graduação, Tecnólogos, Técnicos, Subsequentes, Integrados e Proeja. É órgão assessor do Colégio de Dirigentes do IFS, e tem caráter interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, autônomo, normativo, consultivo, deliberativo e educativo. Sua composição, competências e funcionamento estão definidos em seu regimento interno, reformulado por meio da Resolução CS/IFS nº 207, de 20 de julho de 2023.

f) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É o órgão de assessoramento à alta administração do IFS para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, sendo composta por docentes pertencentes ao quadro efetivo do IFS, eleitos pelos seus pares, com duração de mandato definida em seu regulamento interno. Sua atuação é regulamentada por meio da Resolução 69/2014/CS/IFS.

g) Comissão Própria de Avaliação (CPA)

É o órgão colegiado responsável pela condução do processo de auto avaliação institucional, da sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Atua com autonomia em relação aos demais órgãos colegiados existentes na entidade e sua constituição se dá por ato do dirigente máximo do IFS.

h) Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA)

Órgão deliberativo e de assessoramento da Administração Superior do IFS em matéria normativa e consultiva, nas questões sobre a utilização de animais para o ensino e pesquisa, de acordo com o disposto na Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais. Sua composição, competências e funcionamento

estão definidos em seu regimento interno, aprovado por meio da Resolução CS/IFS nº 48, de 16 de novembro de 2020.

i) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (COPAD)

COPAD, tem como objetivo orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no âmbito do IFS para garantir a sua destinação final, nos termos de legislação e normas aplicáveis. Seu funcionamento é regulamento pela Resolução CS/IFS nº 110, de 21 de dezembro de 2021.

j) Comissão de Ética (CE)

É órgão colegiado responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto a conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994. Atua como instância consultiva do Reitor e dos servidores nos assuntos concernentes a ética profissional, em conformidade com o disposto no regimento interno aprovado pela Resolução nº 60/2013/CS.

k) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS)

Comissão instituída no âmbito do IFS por meio da Portaria nº 1.370, de 17 de maio de 2022, em conformidade com o disposto no Art. 34 do Decreto nº 7.724/2012.

2.1.3 Estrutura Organizacional de Gestão

Órgãos singulares que compõem a estrutura organizacional de gestão, estão divididos em: Órgãos Executivos de Administração Central e Órgãos Executivos de Administração Descentralizada.

A Administração Central representa a Reitoria; a descentralizada é representada pelos campi. De maneira geral, possuem sua estrutura hierárquica registrada no SIORG e encontram-se acessíveis em: <https://www.ifs.edu.br/institucional/estrutura-organizacional.html>

2.1.3.1 Órgãos Executivos de Administração Central

A Reitoria é o órgão executivo de administração central. No IFS, é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao (a) Reitor (a), de assessoramento seccional e por funções singulares de administração executiva central: Pró-reitorias e diretorias sistêmicas, subordinadas diretamente a autoridade máxima da entidade. As competências dos setores e áreas vinculados a esses órgãos, bem como as atribuições de seus titulares, estão definidas no regimento interno da Reitoria.

I. De assistência direta e imediata

Designa funções de direção, assessoramento e assistência direta e imediata à autoridade máxima da entidade.

- a) Gabinete da Reitoria
 - 1. Chefia de Gabinete;
 - 2. Diretoria Executiva;

- 3. Diretoria de Assuntos Administrativos;
- b) Departamento de Comunicação e Eventos;
- c) Assessorias.

II. De assessoramento seccional

Designa órgãos responsáveis pela supervisão das atividades dos sistemas administrativos do Poder Executivo federal, incluindo a Procuradoria Federal.

- a) Auditoria Interna
- b) Ouvidoria
- c) Unidade de Gestão da Integridade
- d) Procuradoria Federal

III De administração executiva central

a) Pró-reitorias

As Pró-Reitorias são órgãos executivos de apoio à Reitoria, com atuação sistêmica, responsáveis por supervisionar e coordenar áreas específicas, com funções delegadas pelo Reitor, e cujos titulares são nomeados pela autoridade máxima institucional.

1. Pró-reitoria de Ensino (PROEN)

Órgão responsável por planejar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas de ensino, de nível médio, graduação e pós-graduação lato sensu, articuladas à pesquisa aplicada, à extensão e à inovação.

2. Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX)

Estrutura com competência para planejar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas de pós-graduação stricto sensu, pesquisa aplicada e extensão, articuladas ao ensino e, quando for o caso, à inovação.

3. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Instância formalmente competente por planejar, gerenciar, promover, administrar e monitorar as atividades e políticas de pessoal do IFS.

4. Pró-reitoria de Administração (PROAD)

Órgão responsável por planejar, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, contratual e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Campi.

5. Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

Instância institucional responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de desenvolvimento institucional.

b) Diretorias Sistêmicas

As Diretorias Sistêmicas, cujos diretores são nomeados pela autoridade máxima do IFS, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

1. Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

Diretoria sistêmica responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionadas às demandas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do IFS.

2. Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINOVE)

Diretoria sistêmica responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar e avaliar a política de inovação tecnológica do IFS e atividades relacionadas.

3. Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações (DIPUB)

Diretoria sistêmica responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar, controlar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas relacionadas aos serviços e produtos oferecidos pelas Bibliotecas Institucionais (COBIBs) e pela Editora do IFS (EDIFS).

2.1.3.2 Órgãos Executivos de Administração Descentralizada

Campi

Os *Campi* são órgãos executivos de administração descentralizada, administrados por Diretores-gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e regulamentação dada pelo Decreto nº 6.986 de 20/10/2009. Em 2024, o IFS conta com 10 (dez) Campi constituídos e mais 2 (duas) unidades autorizadas pelo MEC, em processo de implantação.

As regras de funcionamento desses órgãos estão estabelecidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho Superior, em consonância com o Estatuto, o Regimento Geral e demais normas e legislações vigentes, no qual é indicada a estrutura organizacional e suas competências além das atribuições dos seus respectivos titulares. A estrutura multicampi em funcionamento no IFS está representada na figura 19.

À Direção-Geral compete a gestão administrativa do campus, abrangendo todas as dimensões de sua atuação, em alinhamento com os planos de metas do IFS. Suas responsabilidades incluem o planejamento, a coordenação de despesas de forma delegada e solidária com a autoridade máxima da instituição, além de assegurar o cumprimento das leis, normas, decisões superiores e o bom desempenho das atividades do campus (Regimento Geral do IFS, 2021).



Figura 19: Estrutura multicampi em funcionamento no IFS.
Fonte: Relatório de Gestão do IFS (2024).

Planejamento Estratégico Institucional

3

- 3.1 Cadeia de valor integrada
- 3.2 Análise Ambiental
- 3.3 Mapa estratégico
- 3.4 Objetivos estratégicos, indicadores e metas institucionais
- 3.5 Mapa de riscos estratégicos
- 3.6 Planejamento anual

3. Planejamento Estratégico Institucional

O planejamento estratégico corresponde a um processo estruturado de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre a identidade da organização, seu negócio, e a razão da sua existência.

Além de alocar recursos, tais decisões direcionam o alinhamento de propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como geram aprendizagem organizacional. A concretização do planejamento estratégico é um plano - cuja vigência varia em função da maturidade institucional, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.

No caso das instituições de ensino, a elaboração do planejamento estratégico está disciplinada pela Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

3.1 Cadeia de Valor Integrada do IFS

A Cadeia de Valor Integrada (CVI) é a representação visualmente estruturada dos macroprocessos de trabalho desenvolvidos pelo IFS, que geram valor à sociedade por meio dos produtos ou serviços oferecidos.

Assim, a CVI do IFS é composta por 3 (três) funções: finalística, gerencial e de suporte. Neste sentido, a finalística corresponde às atividades primárias ou essenciais da instituição (ensino, pesquisa, extensão e inovação). A função gerencial refere-se à governança (planejamento e orçamento, informação corporativa, comunicação, controle e segurança institucional). E, por fim, a função de suporte corresponde às atividades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e existe para suportar os processos primários e os de suporte ou de gerenciamento.

Para a concretização dos seus princípios fundamentais de governança e gestão pública é preciso investir no entendimento e na representação da visão sistêmica no IFS, com a demonstração de geração e entrega de valor público. Neste sentido, a construção da CVI consiste na declaração do modelo de negócio institucional, ou seja, na tradução de maneira visual do propósito do IFS - permitindo a identificação dos valores gerados e dos meios utilizados para tanto - representado pelos processos de negócio ativos a serem gerenciados e pela ótica de gestão de processos.

Tem por propósito, portanto, a descrição da estrutura hierárquica para criação e entrega de valor, além de encadear os processos por meio da identificação da adição de valor de um processo ao seu predecessor, permitindo concluir como o IFS se organiza internamente para cumprimento da sua missão.

A Cadeia de Valor Integrada (CVI) do IFS é a representação da macrofunção constitucional da educação, presente no Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação, nos art. 205 a 214, da Constituição Federal (1988).

Nesta conjuntura, não importa “quem faz” ou “onde é feito”, mas sim “o que faz” e “como é feito” para gerar e entregar valor relacionado à educação pública, à sua comunidade acadêmica e à sociedade. Ademais, é importante considerar que os processos de trabalho são interfuncionais e intersetoriais, envolvendo todo o IFS, cruzando limites funcionais necessários para entregar valor aos usuários dos serviços e produtos ofertados.

De acordo com a portaria nº 2.845, de 06 de novembro de 2023, foi estabelecida a matriz de reponsabilidade aplicada à Cadeia de Valor Integrada do IFS, representada pelos macro-processos e seus respectivos processos, conforme o disposto no Parágrafo Único do Art. 7º, da Deliberação nº 47/CGIRC/IFS, que prevê ainda o arcabouço descrito na essência dos conceitos ora apresentados e que irão permear o PDI 2026-2031 do IFS.

Desta forma, facultou-se às unidades organizacionais - Reitoria e Campi - em função de suas respectivas estruturas organizacionais, reconhecer-se enquanto corresponsáveis junto aos processos de negócio, outros setores ou estruturas de atuação permanente ou temporária, (dá a ideia de que reconhecer-se no processo é opcional).

MISSÃO: Promover educação profissional, científica e tecnológica, gratuita, por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, de forma transversal a inovação, para formação integral e desenvolvimento sustentável.

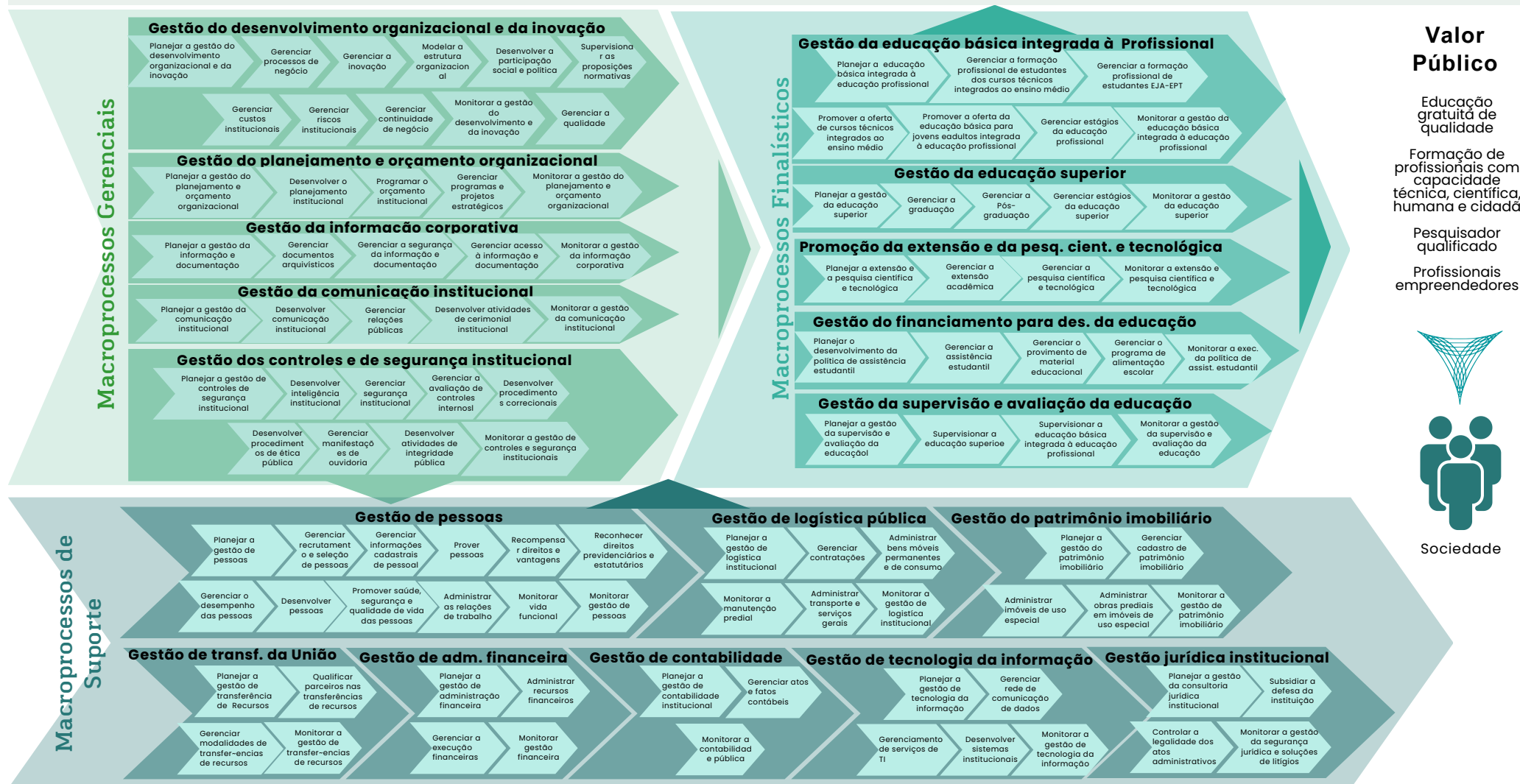


Figura 20: Cadeia de valor integrada do IFS.

Fonte: Deliberação CGIRC/IFS nº 47, de 27 de setembro de 2023.

3.2 Análise Ambiental

A análise do ambiente tem por finalidade fornecer um diagnóstico situacional indispensável à formulação do Plano Estratégico, ao considerar fatores internos e externos que impactam o funcionamento da instituição e o alcance de sua missão institucional.

No processo foi utilizada a análise SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) para identificar, priorizar e relacionar fatores internos e externos que impactam a estratégia da instituição, por meio da aplicação de questionário junto a comunidade acadêmica. A partir da análise e consolidação dos resultados, inicialmente pela Comissão Técnica (Portaria IFS nº 2.605/2023) e posteriormente pela Comissão Central (Portaria IFS 2.605/2023), chegou-se aos seguintes fatores:



Figura 21: Fatores ambientais internos e externos – SWOT Análise.
Fonte: DPG/Prodin

3.3 Mapa Estratégico

O *Balanced Scorecard* (BSC) representa uma metodologia de gestão estratégica fundamentada em cinco princípios gerenciais: traduzir os referenciais estratégicos em termos operacionais; alinhar a organização à estratégia; transformar a estratégia numa preocupação de todos; converter a estratégia em um processo contínuo e mobilizar a mudança por meio da liderança executiva.

Busca, portanto, proporcionar uma avaliação holística do esforço da instituição. Essa visão do todo institucional é enriquecida pelo o mapa estratégico, diagrama que representa de forma visual, as relações de causa e efeito entre os objetivos, servindo para testar hipóteses e comunicar a estratégia.

MISSÃO

Promover educação profissional, científica e tecnológica, gratuita, por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, de forma transversal a inovação, para formação integral e desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser referência nacional em educação profissional, tecnológica e científica, comprometida com a formação integral.

VALORES

Ética, Sustentabilidade, Inclusão, Respeito, Compromisso Social, Qualidade e Comprometimento.

MAPA ESTRATÉGICO pdi 2026-2031

PERSPECTIVA E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Resultados à Sociedade

RS10 – Promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades observando a diversidade, inclusão e sustentabilidade.

ODS 1 2 4 5 8 10 12 13 18

RS13 – Ampliar o acesso, a permanência e o êxito na educação profissional e tecnológica observando os desafios profissionais e éticos.

ODS 4 8 10 13 18

RS11 – Fortalecer a pesquisa e a extensão nos diferentes níveis e modalidades de ensino para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e territorial, contemplando os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS).

ODS 1 2 4 5 7 8 9 10 12 14 15

RS12 – Fortalecer a inovação e o empreendedorismo institucionalmente, contribuindo para a formação profissional e as diferentes formas de organização do trabalho, visando a transformação social.

ODS 4 8 9 10

Processos Internos

PI7 – Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais.

ODS 4 12 16

PI8 – Aprimorar e expandir as parcerias institucionais

ODS 2 4 7 11 17

PI9 – Fortalecer a política de egressos do IFS

ODS 4 8 10

Pessoas e Recursos

PR1 - Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável.

ODS 4 6 7 11 17

PR4 - Promover a Gestão por Competência no IFS

ODS 4

PR2 - Promover a integração, a saúde e a qualidade de vida dos servidores.

ODS 3 5 18

PR5 - Ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários.

ODS 4 5 9

PR3 - Assegurar a capacitação dos servidores visando atender as necessidades estratégicas da instituição.

ODS 4 5

PR6 - Prover infraestrutura necessária para atendimento das demandas da comunidade acadêmica e do público externo.

ODS 4 6 7 9 11

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Figura 22: Mapa Estratégico do IFS 2026-2031.
Fonte: DPG/Prodin

3.4 Objetivos Estratégicos, Indicadores e metas institucionais

O plano de indicadores, metas estratégicas para o ciclo 2026-2031 é composto por treze objetivos Estratégicos, que se encontram em três perspectivas:

3.4.1 Perspectiva Pessoas e Recursos

A perspectiva de pessoas e recursos compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos), inclui também o capital financeiro (fontes de receitas e despesas) necessário para alcançar a estratégia.

Objetivo Estratégico: PR1 - Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
GCA (TCU)	Gasto Corrente por matrícula equivalente	22.605,32	22.600,00	22.590,00	22.585,00	22.580,00	22.575,00
GOC (TCU)	Percentual de Gastos com outros Custeios	11,32%	11,30%	11,25%	11,20%	11,15%	11,10%
GI (TCU)	Percentual de gasto com investimento em relação aos gastos totais	0,86%	0,90%	0,95%	1%	1,05%	1,10%
GP (TCU)	Percentual de gastos com pessoal	87,83%	87,82%	87,81%	87,80%	87,79%	87,78%
IGCC	Índice de gastos com contratos Continuados	7,67%	7,65%	7,63%	7,60%	7,58%	7,55%
PeuAgua	Implantação do plano de economia, uso eficiente e reuso da água dos campi do IFS	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PeuEnergia	Implantação do plano de economia, uso eficiente da energia elétrica dos campi do IFS	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 9: Indicadores do Objetivo Estratégico PR1.

Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
1.1 Aperfeiçoar a gestão do orçamento institucional, com base em prioridades que demandam recursos orçamentários.	PROAD
1.2 Aperfeiçoar a sustentabilidade das contratações institucionais, com base em práticas sustentável.	DLC/PROAD
1.3 Fomentar a captação de recursos extra orçamentários através de projetos.	Pró-reitorias e DG's campi
1.4 Desenvolver planos com o objetivo de sustentar / dar suporte orçamentário as atividades finalísticas	PROAD

Quadro 2: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR1.

Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PR2 - Promover a integração, a saúde e a qualidade de vida dos servidores.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
IQVT	Índice de percepção da qualidade de vida do servidor no trabalho	30%	50%	60%	70%	80%	90%
LTS	Índice médio de dias de afastamento por Licença para Tratamento da própria Saúde	20%	17%	15%	12%	10%	8%
IAD	Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT	10%	15%	35%	50%	70%	80%
ICO	Índice do Clima Organizacional	40%	40%	50%	50%	70%	70%
DInc_Serv	Número de ações desenvolvidas para os servidores sobre diversidade e inclusão	2	3	3	4	4	5

Tabela 10: Indicadores do Objetivo Estratégico PR2.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
2.1 Aperfeiçoar processos de seleção interna e lotação de servidores	PROGEP
2.2 Desenvolver a cultura de combate ao assédio	PROGEP e DDI/PRODIN
2.3 Desenvolver a cultura da diversidade e inclusão	PROGEP (Pró-reitorias e DG's campi)
2.4 Promover um ambiente de trabalho positivo para o pleno desempenho das atividades laborais	PROGEP (Pró-reitorias e DG's campi)
2.5 Aprimorar o processo de reconhecimento de servidores e equipes	PROGEP

Quadro 3: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR2.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PR3 - Assegurar a capacitação dos servidores visando atender as necessidades estratégicas da instituição.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
IPAC	Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	40%	50%	60%	70%	80%	90%
ITD (TCU)	Índice de Titulação do Corpo Docente	4,35	4,36	4,36	4,36	4,37	4,37
ITAE	Índice de Titulação dos Técnicos Administrativos em Educação	1,5	1,55	1,58	1,6	1,6	1,62
ISC	Índice de servidores capacitados	55%	65%	75%	77%	80%	83%
ISQF	Nível dos servidores quanto a qualidade das formações ofertadas pelo IFS	60%	65%	70%	75%	80%	85%

Tabela 11: Indicadores do Objetivo Estratégico PR3.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
3.1 Desenvolver Programa de Formação Continuada da Equipe Pedagógica e Docentes	PROGEP
3.2 Desenvolver Programa Permanente de Capacitação dos Gestores	PROGEP
3.3 Desenvolver o Programa de Formação Continuada dos Técnicos Administrativos	PROGEP
3.4 Aprimorar o processo de Desenvolvimento de Pessoas do IFS	PROGEP
3.5 Aperfeiçoar o processo de Capacitação de servidores	PROGEP

Quadro 4: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR3.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PR4 - Promover a Gestão por Competência no IFS.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
ISCM	Índice de setores com competências mapeadas	10%	20%	40%	60%	80%	90%
GPC	Quantidade de ações desenvolvidas para promover a gestão por competências no IFS.	1	2	3	4	5	6

Tabela 12: Indicadores do Objetivo Estratégico PR4.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
4.1 Gerenciar de forma estratégica a distribuição da força de trabalho, com foco na gestão por competência	PROGEP
4.2 Desenvolver critérios para escolha de membros da alta administração, e respectivos sucessores, cuja escolha independa de consulta pública, com base na gestão por competências.	PROGEP
4.3 Identificar e atualizar lacunas de competência técnica das áreas de gestão	PROGEP
4.4 Implantar Projeto Piloto para a Gestão por Competências em unidade do IFS	PROGEP

Quadro 5: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR4.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PR5 - Ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
IPDTIC	Índice de execução do plano diretor de tecnologia da informação e comunicação	15%	35%	50%	70%	85%	100%
IDCI	Índice de disponibilidade de conexão com a internet	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
IDS	Índice de disponibilidade de serviços de TI	95%	95%	95%	95%	95%	95%
ISU	Índice de satisfação do usuário com serviços de TIC	87%	87%	87%	87%	87%	87%
ICSTI	Índice de satisfação do usuário com serviços de TIC	87%	87%	87%	87%	87%	87%
PCSTI	Percentual de capacitação dos servidores de TIC em temas relacionados as competências em governo digital e inovação	50%	60%	70%	80%	90%	95%

Tabela 13: Indicadores do Objetivo Estratégico PR5.

Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
5.1 Consolidar e implementar o Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação.	DTI
5.2 Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas institucionais, com atenção à privacidade, à proteção de dados pessoais, à segurança da informação.	DTI
5.3 Prover ferramentas e soluções de TIC adequadas às necessidades corporativas.	DTI
5.4 Implementar, aprimorar e manter soluções tecnológicas informacionais com foco em inovação e transformação digital.	DTI

Quadro 6: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR5.

Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PR6 - Prover infraestrutura necessária para atendimento das demandas da comunidade acadêmica e do público externo.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
IM	Índice de manutenção	50%	60%	70%	80%	90%	100%
IEO	Índice de Execução de Obras	0,60	0,65	0,70	0,75	0,80	0,85
IAU	Índice de atendimento às unidades	70%	75%	80%	85%	90%	95%
PLI(i)	Produção de licitações de infraestrutura	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 14: Indicadores do Objetivo Estratégico PR6.

Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
6.1 Aprimorar a gestão das demandas de manutenção predial e infraestrutura física.	DIPOP/PRODIN
6.2 Aperfeiçoar a gestão das contratações de obras e serviços de engenharia	DIPOP/PRODIN
6.3 Desenvolver o plano diretor de infraestrutura física	DIPOP/PRODIN

Quadro 7: Iniciativas do Objetivo Estratégico PR6.

Fonte: Comissão Eixo 1

3.4.2 Perspectiva Processos Internos

Identifica e agrupa os processos internos com a finalidade de criar e entregar a proposta de valor aos usuários dos produtos e serviços da organização. Os processos internos críticos devem ser identificados entre aqueles da cadeia de valor, podendo ser tanto finalísticos quanto processo de governança e gestão.

Objetivo Estratégico: PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
DOI	Quantidade de normativos formalizados voltados a aperfeiçoar o desenvolvimento organizacional e a inovação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PS	Percentual de atividades realizadas para promoção da participação social e política	100%	100%	100%	100%	100%	100%
GE	Percentual de atividades realizadas para o aprimoramento da gestão estratégica	100%	100%	100%	100%	100%	100%
CRI	Percentual de atividades realizadas para aperfeiçoamento da comunicação e das relações institucionais	100%	100%	100%	100%	100%	100%
IGIC	Índice Integrado de Gestão da Informação Corporativa	3%	6%	9%	12%	15%	18%

Tabela 15: Indicadores do Objetivo Estratégico PI7.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
7.1 Aperfeiçoar práticas de desenvolvimento organizacional e inovação	PRODIN e DINOVE
7.2 Aprimorar a gestão da estratégia	DPG/PRODIN
7.3 Aprimorar os modelos de gestão estratégica gerencial, finalística e de suporte	PRODIN (e Pró-reitorias)
7.4 Aperfeiçoar as práticas de transparência ativa e de acesso a informações institucionais	Gabinete da Reitoria e Pró-reitorias
7.5 Aperfeiçoar as práticas de comunicação e de relações institucionais	DCOM (Pró-reitorias e DG's campi)
7.6 Implementar controles internos preventivos fundamentados na gestão de riscos	PRODIN (e Pró-reitorias)

Quadro 8: Iniciativas do Objetivo Estratégico PI7.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PI8 - Aprimorar e expandir as parcerias institucionais.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
PPI	Número de projetos em parceria com outras instituições	2	2	2	2	2	2

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
PIAEX	Parcerias interinstitucionais em ações de extensão	10	15	20	25	30	35
PPP	Número de projetos de pesquisa em parceria com entidades externa	15	17	19	22	25	28
PCI	Número de projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das parcerias internacionais	1	2	3	4	4	5

Tabela 16: Indicadores do Objetivo Estratégico PI8.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
8.1 Desenvolver parcerias com o setor produtivo e instituições nacionais	Pró-reitorias e DG's campi
8.2 Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção da sustentabilidade socioambiental	Pró-reitorias e DG's campi
8.3 Aprimorar a gestão das parcerias no âmbito do IFS	PRODIN
8.4 Implementar o Programa de Internacionalização Assessoria Internacional	Assessoria Internacional

Quadro 9: Iniciativas do Objetivo Estratégico PI8.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: PI9 - Fortalecer a política de egressos do IFS.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Posts	Publicações em redes sociais direcionadas aos egressos	150	150	150	150	150	150
Ex_Eg	Quantidade de ações realizadas para atendimento aos egressos, geral e por campus	8	10	12	14	16	18
IFSEg	Quantidade de egresso participantes em ações voltadas para os egressos do IFS	100	110	120	130	140	150
IMT_Eg	Índice de inserção no mundo do trabalho	42%	42%	45%	45%	50%	50%
IVE_Eg	Índice de verticalização do ensino para os egressos	19%	19%	20%	20%	22%	22%

Tabela 17: Indicadores do Objetivo Estratégico PI9.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
9.1 Desenvolver projetos de integração do IFS ao mundo do trabalho	PROPEX e PRODIN
9.2 Implementar o Programa IFS Egressos	PROPEX
9.3 Implantar sistema/portal para acompanhamento de egressos e para promoção da transparência das ações realizadas	PROPEX

Quadro 10: Iniciativas do Objetivo Estratégico PI9.
Fonte: Comissão Eixo 1

3.4.3 Perspectiva Resultados à Sociedade

Esta é a mais importante do mapa estratégico, pois traduz o valor público que a organização cria para a coletividade. Os objetivos de resultado estão relacionados às competências legais, ao mandato político e à missão da organização.

Objetivo Estratégico: RS10 - Promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades observando a diversidade, inclusão e sustentabilidade.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
MT	Estudos sobre o mercado de trabalho associado aos cursos ofertados no IFS	3	4	4	4	4	4
PVTec	Percentual de vagas em cursos técnicos	45%	50%	50%	50%	50%	50%
PVFor	Percentual de vagas em cursos de formação de docentes	10%	13%	15%	18%	20%	20%
PVEJA	Percentual de vagas em cursos Proeja	2%	4%	6%	8%	10%	10%
EaD	Número de cursos ofertados na modalidade educação a distância	7	8	9	10	11	12
RIV	Relação de inscritos por vagas	4,5	5	5,5	6	6,5	7
RI/A (TCU)	Relação ingressantes/matrículas	40%	43%	43,2%	46,79%	50,7%	50,7%
IV	Índice de verticalização	16	16,5	17	17,5	18	18,5
IEA	Eficiência Acadêmica por Ciclo	45%	45%	45%	45%	45%	45%
Adi	Número de ações de fomento à diversidade e inclusão proporcionadas aos discentes	3	6	6	6	6	6

Tabela 18: Indicadores do Objetivo Estratégico RS10.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
10.1 Aprimorar a oferta de vagas em cursos técnicos de formação profissional e de formação básica integrada à profissional	PROEN
10.2 Desenvolver estudos prospectivos sobre o mercado de trabalho em subsídio à oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades	DDI/PRODIN
10.3 Aprimorar a gestão acadêmica, potencializando a verticalização e a eficiência	PROEN
10.4 Desenvolver programas e projetos que fomentem a diversidade e a inclusão nas práticas acadêmicas	PROEN

Quadro 11: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS10.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: RS11 - Fortalecer a pesquisa e a extensão nos diferentes níveis e modalidades de ensino para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e territorial, contemplando os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS).

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
ExCAL	Número de ações de extensão relacionadas às atividades culturais, artísticas e literárias	40	42	44	46	48	50
EXSP	Número de ações de extensão relacionados às atividades esportivas	10	15	20	25	30	35
EcoSol	Número de ações de extensão relacionados à área de economia solidária	10	15	20	25	30	35
NEPC	Número de eventos de incentivo à popularização da ciência	8	9	10	11	12	13
%OAE	Percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão	0,37%	0,40%	0,45%	0,48%	0,50%	0,52%
%NEE	Percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão	34,7%	36%	38%	40%	42%	44%
%NSE	Percentual de servidores envolvidos em ações de extensão	16,5%	18%	20%	22%	25%	27,5%
PAAE	Quantidade de pessoas atendidas pelas ações de extensão	1081	1100	1110	1120	1130	1140
%AEV	Percentual de ações de extensão destinadas à inclusão de população Vulnerável	3,9%	5%	7%	9%	10%	12%
%AEP	Percentual de ações de extensão com parcerias institucionais vigentes	57,6%	58%	59%	60%	61%	62%
%PPA	Porcentagem de Projetos de pesquisa aplicada	70,5%	72%	73%	74%	75%	76%
%NS	Porcentagem de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa	14,7%	15%	16%	17%	18%	19%
%NAP	Porcentagem de alunos da instituição envolvidos em projetos de pesquisa	4,74%	5%	6%	7%	8%	9%
%NTAFPP	Porcentagem de alunos provenientes das ações afirmativas da instituição envolvidos em projetos de pesquisa	0,63%	1%	2%	3%	4%	5%
NPB	Produção bibliográfica	6064	6065	6066	6067	6068	6069
%TAFPI	Percentual de investimento realizado em pesquisa, pósgraduação e inovação	16,5%	17%	18%	19%	20%	21%

Tabela 19: Indicadores do Objetivo Estratégico RS11.

Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
11.1 Ampliar a participação de estudantes e servidores em projetos e ações de pesquisa aplicada e extensão	PROPEX
11.2 Promover práticas de extensão voltadas à cultura, arte, esporte e ciência junto à comunidade interna	PROPEX
11.3 Promover a pesquisa e extensão aplicadas e a transferência de tecnologias sociais junto à comunidade externa	PROPEX
11.4 Desenvolver projetos e ações de pesquisa e extensão que promovam a cultura da diversidade e inclusão	PROPEX

Iniciativa Estratégica	Responsável
11.5 Potencializar a destinação de recursos financeiros para programas, projetos e ações de extensão	PROPEX

Quadro 12: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS11.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: RS12 - Fortalecer a inovação e o empreendedorismo institucionalmente, contribuindo para a formação profissional e as diferentes formas de organização do trabalho, visando a transformação social.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
NAE	Número de atividades desenvolvidas na área de empreendedorismo	4	5	6	7	8	9
DPII	Número de depósitos de propriedade intelectual (patentes de invenção e de modelo de utilidade)	5	6	7	8	9	10
DPIP	Número de depósitos de propriedade intelectual (programas de computador, marcas, desenho industrial, topografia de circuitos e demais tipos)	54	55	56	58	60	62
TPTPI	Quantidade de ativos de propriedade intelectual	81	82	83	84	85	86
%APILT	Percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual	1	1	1	1	1	1
NACTT	Quantidade de acordos e contratos de transferência de tecnologia e/ou know how para a sociedade	1	1	1	1	1	1
TAHI	Quantidade de ambientes promotores e habitats de inovação	6	6	6	6	6	6
NEAHI	Número de empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação	13	14	15	16	17	18

Tabela 20: Indicadores do Objetivo Estratégico RS12.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
12.1 Desenvolver junto à comunidade acadêmica programas e projetos de com foco na geração de ativos de propriedade intelectual.	DINOVE
12.2 Desenvolver junto à comunidade acadêmica programas e projetos com foco no empreendedorismo, objetivando o desenvolvimento regional.	DINOVE

Quadro 13: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS12.
Fonte: Comissão Eixo 1

Objetivo Estratégico: RS13 - Ampliar o acesso, a permanência e o êxito na educação profissional e tecnológica observando os desafios profissionais e éticos.

Sigla	Indicador	Metas					
		2026	2027	2028	2029	2030	2031
PI	Número de estudos sobre políticas institucionais	1	2	2	2	2	2
IPE	Índice de permanência e êxito	8	8,5	9	9,5	10	10,5
EvCiclo	Retenção por Ciclo	10%	10%	10%	10%	10%	10%
CCiclo(%)	Conclusão por ciclo	11,5%	12%	12,5%	13%	13%	13,5%
TE(%)	Taxa de evasão anual	18%	16%	14%	12%	10%	8%
INEE	Índice de discentes com necessidades educacionais específicas atendidos	50%	70%	80%	90%	100%	100%
CCiclo-Cotas(%)	Taxa de concluintes (cotas)	20%	40%	60%	80%	100%	100%
Rciclo_cotas	Retenção por ciclo (cotas)	10%	10%	10%	10%	10%	10%
IPE_cotas	Índice de permanência e êxito (cotas)	8	8,5	9	9,5	10	10,5

Tabela 21: Indicadores do Objetivo Estratégico RS13.
Fonte: Comissão Eixo 1

Iniciativa Estratégica	Responsável
13.1 Desenvolver programas e projetos com vistas ao incremento dos índices de permanência e êxito (ampla concorrência e cotas)	PROEN (Pró-reitorias e DG's campi)
13.2 Desenvolver programas e projetos com foco na redução da evasão e retenção discente (ampla concorrência e cotas)	PROEN (DG's campi)
13.3 Implementar programas e projetos com vistas ao atendimento de necessidades educacionais específicas de discentes	PROEN (DG's campi)
13.4 Desenvolver programas e projetos com foco no incremento na taxa de conclusão por ciclo (ampla concorrência e cotas)	PROEN (DG's campi)
13.5 Implementar o Programa de Inclusão Digital	PROEN (DG's campi)

Quadro 14: Iniciativas do Objetivo Estratégico RS13.
Fonte: Comissão Eixo 1

3.5 Mapa de riscos estratégicos

Os riscos estratégicos representam eventos positivos ou negativos que podem potencializar ou comprometer, respectivamente, a estratégia institucional no médio prazo.

Os riscos estratégicos representam eventos com capacidade de impactar, positiva ou negativamente, o alcance da estratégia institucional de médio prazo.

Seu mapeamento, como instrumento de gestão, orienta a consecução do planejamento estratégico, apoiando a tomada de decisão, levando em conta a dinâmica do ambiente interno e externo.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos (OE)	ID/Tipo	Evento de Risco	Avaliação			Medidas Estratégicas de Controle
				(P)	(I)	PxI	
Pessoas e Recursos	PR1 - Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável	RE01N	Execução orçamentária sem alinhamento com o planejamento institucional	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de gestores; Integração entre os sistemas e as ações estratégicas de gestão do planejamento e do orçamento.
		RE02N	Captação de recursos externos	5	4	20	<ul style="list-style-type: none"> Atuação sistêmica de unidade de captação de recursos com competência no mapeamento de oportunidades e capacitação de equipes à submissão de projetos e propostas.
		RE03N	Insuficiência de recursos orçamentários para execução de projetos prioritários	5	4	20	<ul style="list-style-type: none"> Priorização da gestão de contingência com foco em projetos e atividades críticos; Formalização e execução de planos de continuidade operacional (PCO).
		RE04N	Definição de agenda de sustentabilidade ambiental	5	4	20	<ul style="list-style-type: none"> Adoção de Plano de Logística Sustentável (sustentabilidade nas aquisições, nas obras e serviços de engenharia, na gestão do patrimônio etc); Formalização curricular integrada a práticas e projetos de sustentabilidade social.
		RE05N	Desconhecimento das regras de dimensionamento orçamentário por área estratégica	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Revisão técnica das diretrizes norteadoras ao dimensionamento orçamentário anual; Sensibilização e capacitação contínua no processo de elaboração de orçamentária e financeira; Processo decisório colegiado e participativo.
	PR2 - Promover a integração, a saúde e a qualidade de vida dos servidores	RE06N	Adoecimento físico e mental de servidores	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Implementação efetiva de programas de saúde integral e qualidade de vida.
		RE07N	Segregação entre setores e equipes estratégicas	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Realização de ações de sensibilização e estímulo ao trabalho colaborativo.
		RE08N	Dificuldade em detectar e responder a demandas de saúde dos servidores	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de pesquisas periódicas de clima e saúde ocupacional.
		RE09N	Capacitação da alta administração sem vinculação aos macroprocessos de tomada de decisão	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa institucional de formação de gestores; Desenvolvimento de plano de sucessão.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos (OE)	ID/Tipo	Evento de Risco	Avaliação			Medidas Estratégicas de Controle
				(P)	(I)	PxI	
Pessoas e Recursos	PR3 - Assegurar a capacitação dos servidores visando atender as necessidades estratégicas da instituição	RE10N	Capacitações desalinhadas com os objetivos estratégicos	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Formalização e execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas anual, com base em análise de lacunas.
		RE11N	Baixa adesão dos servidores aos programas e planos de formação continuada	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Adoção de política de valorização e reconhecimento da aprendizagem contínua; Implementação efetiva do programa de gestão e desempenho (PGD).
		RE12N	Redução ou descontinuidade da oferta de cursos e eventos formativos	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Captação de recursos externos e parcerias com outras instituições voltados à formação continuada dos servidores.
	PR4 - Promover a Gestão por Competência no IFS	RE13N	Resistência à implementação do modelo de gestão por competência	4	5	20	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e oferta de formação na temática gestão por competência.
		RE14N	Incipiente mapeamento e monitoramento de competências	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de sistemas informatizados para viabilizar a estratégia de gestão por competência.
		RE15N	Descontinuidade de execução da estratégia de gestão por competências	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão do tema na agenda estratégica e nas avaliações de desempenho.
	PR5 - Ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários	RE16N	Interrupção ou ineficiência dos serviços digitais	4	5	20	<ul style="list-style-type: none"> Investimento planejado e contínuo em infraestrutura e conectividade.
		RE17N	Baixa usabilidade e resistência à adoção das soluções	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento constante à adoção de ferramentas tecnológicas e suporte técnico acessível.
		RE18N	Vazamento de dados ou ataques cibernéticos	5	4	20	<ul style="list-style-type: none"> Política de segurança da informação atualizada e testes regulares de vulnerabilidades.
		RE19N	Adoção de tecnologias emergentes (IA, cultura maker) nas atividades organizacionais	4	5	20	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de laboratórios (Maker); Capacitação de docentes e técnicos para adoção de novas tecnologias.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos (OE)	ID/Tipo	Evento de Risco	Avaliação			Medidas Estratégicas de Controle
				(P)	(I)	PxI	
Pessoas e Recursos	PR6 - Prover infraestrutura necessária para atendimento das demandas da comunidade acadêmica e do público externo	RE20N	Inobservância a cronogramas e especificações técnicas para aprimoramento da infraestrutura	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de metodologias de gestão de projetos e de cronogramas integrados.
		RE21N	Desgaste ou depreciação das estruturas físicas e tecnológicas	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Formalização e execução anual de Plano de Manutenção Preventiva.
		RE22N	Impossibilidade de atendimento tempestivo às crescentes demandas por manutenção	5	4	20	<ul style="list-style-type: none"> Priorização de investimentos anuais em infraestrutura e busca contínua por fontes alternativas de financiamento.
Processos Internos	PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais	RE23N	Articulação institucional junto à Rede Federal	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Participação ativa do IFS em fóruns temáticos; Formalização de comissões internas para implementação de diretrizes nacionais.
		RE24N	Fragmentação de ações que suportam a missão institucional	4	5	20	<ul style="list-style-type: none"> Revisão periódica do planejamento estratégico e monitoramento contínuo dos planos anuais de trabalho.
		RE25N	Decisões reativas ou sem suporte informacional adequado	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Implementação efetiva da gestão de riscos e controles com foco preventivo, em suporte ao processo decisório.
		RE26N	Baixa qualidade na tomada de decisão	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Fomento à cultura de monitoramento e avaliação contínua com ênfase em indicadores-chave; Adoção de avaliações e autoavaliações institucionais no processo de revisão da estratégia institucional;
	PI8 - Aprimorar e expandir as parcerias institucionais	RE27N	Baixa usabilidade e resistência à adoção das soluções	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento contínuo de oportunidades e de parceiros potenciais; Formalização de estrutura de gestão sistêmica para coordenação e monitoramento integrado das parcerias institucionais.
		RE28N	Perda de editais ou baixa adesão a oportunidades de financiamentos externos	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Atuação de estrutura sistêmica na gestão e prospecção de parcerias; Capacitação de equipes para elaboração de projetos e submissão a editais externos.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos (OE)	ID/Tipo	Evento de Risco	Avaliação			Medidas Estratégicas de Controle
				(P)	(I)	PxI	
Processos Internos	PI9 - Fortalecer a política de egressos do IFS	RE29N	Morosidade na efetivação de convênios e parcerias	3	5	15	• Formalização/divulgação de fluxos internos aplicados à gestão de parcerias.
		RE30N	Desconhecimento de dados para atuação efetiva na gestão de egressos	3	5	15	• Implantação e operacionalização de sistema integrado para acompanhamento e pesquisa de egressos.
		RE31N	Baixa capacidade de inserção de egressos no mercado	4	5	20	• Formalização e aperfeiçoamento de convênios com empresas públicas e privadas/criação de banco de oportunidades.
		RE32N	Desconhecimento pelo egresso de oportunidades de formação complementar e de inserção no mercado de trabalho	4	4	16	• Ações contínuas de comunicação e realização de eventos que potencializem vínculos ativos com os egressos.
Resultados à Sociedade	RS10 - Promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades observando a diversidade, inclusão e sustentabilidade	RE33N	Baixa efetividade da formação técnica e acadêmica	4	4	16	• Planejamento educacional territorializado e participativo.
		RE34P	Expansão do Instituto Federal em Sergipe, com 2 (dois) novos campi	3	5	15	• Elaboração de estudos técnicos para oferta de cursos com propostas para expansão planejada e sustentável dos campi.
		RE35P	Oferta de cursos integrada com o mundo do trabalho	4	4	16	• Fomento à gestão de egressos; • Pactuação de ações junto aos arranjos produtivos locais.
		RE36N	Contribuição à exclusão de públicos vulneráveis	4	4	16	• Fortalecimento da Implementar política e núcleo de proteção da propriedade intelectual.
		RE37N	Desconexão entre temáticas de pesquisas e problemas sociais	3	5	15	• Estímulo a pesquisa aplicada com a publicação de editais internos e parcerias com comunidades locais.
		RE38N	Apropriação indevida de propriedade intelectual	3	5	15	• Aprimoramento das práticas de gestão realizadas pelo núcleo de proteção da propriedade intelectual.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos (OE)	ID/Tipo	Evento de Risco	Avaliação			Medidas Estratégicas de Controle
				(P)	(I)	PxI	
Resultados à Sociedade	RS11 - Fortalecer a pesquisa e a extensão nos diferentes níveis e modalidades de ensino para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e territorial, contemplando os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS)	RE39N	Práticas de extensão dissociadas dos interesses sociais	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de mecanismos de escuta social e articulação com atores externos orientados à formalização de projetos de extensão compatíveis com as demandas sociais.
		RE40N	Curricularização da extensão não ser contemplada legalmente como prática pedagógica estratégica	5	4	20	<ul style="list-style-type: none"> Formalização/atualização de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) superiores para cumprimento da curricularização da extensão; Sensibilização aos gestores, docentes e discentes à execução de ações de extensão em no mínimo 10% da carga horária curricular nos cursos superiores.
	RS12 - Fortalecer a inovação e o empreendedorismo institucionalmente, contribuindo para a formação profissional e as diferentes formas de organização do trabalho, visando a transformação social	RE41N	Estímulo à economia solidária	4	5	20	<ul style="list-style-type: none"> Fomento a incubadoras sociais e projetos integradores; Oferta de formação inicial e continuada sobre cooperativismo.
		RE42N	Resistência a novos processos e soluções	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de inovação institucional, com oferta de bolsas para aproveitamento do potencial criativo de técnicos, docentes e discentes.
		RE43N	Baixa geração de produtos e serviços inovadores	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação e manutenção de ambientes de inovação (NITs, incubadoras).
		RE44P	Desenvolvimento de projetos inovadores e em fomento ao empreendedorismo pulverizados	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Fomento aos projetos integradores que potencializem a inovação e o empreendedorismo institucional.
	RS13 - Ampliar o acesso, a permanência e o êxito na educação profissional e tecnológica observando os desafios profissionais e éticos.	RE45N	Não avaliação da PNAES com base em evidências e indicadores	5	3	15	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e implementação de indicadores institucionais de desempenho do PNAES; Integração de sistemas de informação socioeconômica e de assistência estudantil; Realização de avaliações periódicas do programa.
		RE46N	Não atendimento com equidade a estudantes de maior vulnerabilidade	4	5	20	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento e alocação de recursos anuais, priorizando ações com base nos perfis de maior vulnerabilidade; Participação ativa em fóruns e articulações nacionais para reforço da pauta da ampliação de recursos para a assistência estudantil.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos (OE)	ID/Tipo	Evento de Risco	Avaliação			Medidas Estratégicas de Controle
				(P)	(I)	PxI	
Resultados à Sociedade		RE47N	Implementação inadequada da política de assistência estudantil	3	5	15	<ul style="list-style-type: none"> Realização de diagnósticos periódicos com base em dados socioeconômicos, culturais, regionais e pedagógicos; Promoção de escuta ativa dos estudantes; Promoção de ações integradas com setores pedagógicos, de saúde, cultura, esporte e inclusão Integração de sistemas de informação acadêmica e de assistência para monitoramento contínuo dos indicadores de vulnerabilidade, evasão e retenção.
		RE48N	Internacionalização e mobilidade acadêmica	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de convênios com instituições estrangeiras.

Probabilidade (P); Impacto (I); (P) X (I) => (15-20 => Muito Alto) => indica um nível de risco além do apetite a risco da organização. Deverá ser analisado ao nível estratégico organizacional.

Tabela 22: Mapa de Riscos Estratégicos
Fonte: DGR/PRODIN.

3.6 Planejamento Anual

O Plano Anual de Trabalho (PAT) corresponde a um plano operacional de ações, que objetiva a mobilização das unidades / áreas estratégicas da instituição para o alcance das metas e indicadores definidos no PDI e, em última instância, a concretização da missão e da visão institucionais. São unidades/áreas responsáveis por sua elaboração: Gabinete da Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e os campi.

A construção do Planejamento para o ano subsequente inicia sempre no mês de agosto do ano corrente tendo como principais instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse é o período em que os gestores de cada unidade/área em conjunto com suas equipes elaboram as ações que serão executadas no ano seguinte. Cada unidade/área registra suas ações no SUAP e ao final dessa etapa a DPG/Prodin consolida essas ações em um único documento denominado Plano Anual de Trabalho (PAT), o qual é submetido à aprovação do Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles (CGIRC) em sua última reunião ordinária do ano. Após aprovação, o documento é publicado na página do IFS no espaço Transparência e Prestação de Contas.

O resultado apurado com a execução das ações ao final do exercício é apresentado no Relatório de Gestão do IFS na seção que demonstra o desempenho dos indicadores. Cabe ressaltar, ainda que, os indicadores cujas metas não tenham sido atingidas serão pautados no Plano de Providências, que visa planejar ações focadas no melhoramento da performance desses indicadores.

Então, a ideia é buscar, através do planejamento anual, a melhoria contínua da instituição visando garantir a realização das prioridades acadêmicas e administrativas, com eficiência e eficácia, bem como viabilizar a alocação de recursos para efetivação dos projetos e atividades,

observando princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a economicidade, além de subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

Projeto Político Pedagógico Institucional

4

4.1 Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da instituição

4.1.1 Concepção do Ser Humano

4.1.2 Concepção da Sociedade

4.1.3 Concepção da Educação

4.1.4 Concepção de Gestão

4.1.5 A Educação Integrada como Concepção Pedagógica

4.1.6 O Trabalho como Princípio Educativo

4.1.7 Integração com a ciência, a cultura e a tecnologia

4.2 Políticas Institucionais de ensino

4.2.1 Política de ensino

4.2.1.1 Formação Continuada de Professores

4.2.1.2 Atividades de prática profissional e estágio

4.2.1.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem

4.2.1.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e Perspectivas em relação à Prática Docente

4.2.1.5 Tecnologias Educacionais e seus avanços no processo de Ensino-Aprendizagem

4.3 Política de pesquisa

4.3.1 Dos Princípios e Objetivos

4.3.2 Das Diretrizes

4.3.3 Dos Instrumentos da política de pesquisa

4.4 Política de extensão

4.4.1 Dos Princípios e Objetivos

4.4.2 Das diretrizes

4.4.5. Dos instrumentos

4.5 Política de Assistência Estudantil

4.6 Política de acompanhamento de Egressos

4.7 Responsabilidade Social do IFS

4.8 Desafios e Perspectivas do IFS

4.9 Avaliação deste Projeto Político Pedagógico

4. Projeto Político Pedagógico Institucional

4.1 Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da instituição

O IFS tem como finalidade o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional. Neste sentido, o ensino se ocupa da (re)construção dos conhecimentos, viabilizando e favorecendo a aplicação dos saberes construídos por meio da pesquisa e da contextualização do conhecimento tecnológico, pela troca de experiências e pelo legado da criação cultural, mediante ações de extensão. Dessa forma, a construção do conhecimento terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania, viabilizando ao estudante autoria no processo de investigação, de construção, de produção, de sistematização e de democratização do saber.

4.1.1 Concepção do Ser Humano

O ser humano é social. Ao nascer, constitui-se como humano na medida em que entra no mundo da linguagem e isso se dá por meio das relações que começa a estabelecer com outros seres humanos. Homens e mulheres não vivem sozinhos, necessitam estar constantemente criando vínculos sociais, pois sua formação parte do pressuposto que viver é partilhar conhecimentos e emoções. Assim, é na família, lugar onde, normalmente, ocorrem os primeiros vínculos afetivos e sociais, onde se experimentam conhecimentos e emoções e, posteriormente, estendem-se a outras instituições, tal como a escola ou como o mercado de trabalho onde o convívio será ampliado.

O ser humano é sujeito que pratica ações que alteram o espaço em que vive, que modifica as relações com as quais se envolve, ao mesmo tempo, em que sofre as alterações ocorridas no espaço e as interferências feitas em suas relações sejam com os novos laços de amizade ou velhos laços desfeitos. Ou seja, o ser humano se desenvolve na medida em que age no mundo. E sua ação reverbera em seu ser.

O ser humano compreendido pelo Instituto Federal de Sergipe é o ser que carece de completude. Dar-se-á essa completude pelo binômio trabalho e educação. O trabalho é, aqui entendido, como toda ação que modifica o mundo e, conseqüentemente, modifica o ser. A Educação é compreendida como processo de humanização. O ser humano nasce bruto e pela educação compreenderá a necessidade de conviver com outros e, assim, construir uma sociedade onde todos, dentro de sua singularidade, conseguirão viver dignamente.

4.1.2 Concepção da Sociedade

Ao se tentar definir a sociedade contemporânea, corre-se o risco da incompletude dado que os elementos que a compõem por certo estão entre a “ordem e o caos”. De um lado, o desenvolvimento tecnológico-científico promissor, de outro, precárias ações sociais como parque saneamento ambiental, insuficiente prestação de serviço hospitalar a população de baixa renda, insegurança pública entre outras. Entretanto, quando se reflete sobre que sociedade desejamos construir, ainda que se façam presentes as contradições, consideramos o ideal de uma sociedade justa, igualitária em que o consumo ilimitado não seja a priorida-

de, mas que os bens sociais possam atender a todos com a mesma presteza. Essa concepção de sociedade justa coaduna com a ideia da construção de uma escola que priorize a formação plena do cidadão que está por vir a fim de que ele se torne emancipado e participe da sociedade justa.

Considerando os ideais de justiça e de autonomia é que precisamos pensar em como o Brasil se inserirá na quarta revolução industrial (Schwab, 2018). Os efeitos da fusão das tecnologias digitais, físicas e biológicas afetarão todos os países, nesse sentido, precisamos desenvolver modelos de educação que proporcionem “modelos de formação acadêmica para trabalhar com (e em colaboração) máquinas cada vez mais capacitadas, conectadas e inteligentes” (Schwab, 2018, p. 46).

4.1.3 Concepção da Educação

O IFS entende a educação como um direito de toda criança, de todo jovem e de toda pessoa. Assim, defende a educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todo o país. É por meio dela que se torna possível construir um mundo mais igualitário, justo e, principalmente, um mundo em que as pessoas se reconheçam como humanos independentemente de sua cor, de seu gênero, de seu credo religioso, de sua escolha profissional.

A educação defendida pelo IFS é a que promove a liberdade de expressão, o respeito à diversidade e o desejo de tornar-se um cidadão emancipado, pois só assim se conceberá uma sociedade do conhecimento tecnológico-científico que não oprimirá seu povo, que não degradará o ambiente, que não desrespeitará os princípios democráticos de uma nação. A educação deve formar sujeitos que trabalhem na indústria ou no turismo, na comunicação ou na saúde com ética profissional e com amor ao ser humano, pois só a educação ética e apaixonada pelo humano conseguirá por meio da criatividade artística e/ou científica reduzir as precariedades causadas por um sistema capitalista perverso que cultua o consumismo, que estraga o habitat terra, e que exclui quem não tem poder de compra ou barganha.

A educação defendida pelo IFS é a que reconhece que a produção científica não promove a fome, o desmatamento, o extermínio dos animais, a discriminação racial, social. A educação é a que promove o letramento científico, constrói uma ciência em prol do bem comum, defende uma cultura da paz onde mulheres e homens se reconheçam como iguais diante do mundo do trabalho e, por fim, uma educação que acredite que o conhecimento produzido deva se estender a todos fazendo uma verdadeira e intensa transformação social.

Como educação especificamente qualificada de profissional e tecnológica, o IFS entende que é por meio da educação profissional de qualidade pública e gratuita que se pode efetivar o “acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade”; Compreende que a educação profissional garantindo a formação integral pode promover “a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas” e defende que seus estudantes possam ir além de um saber-fazer imediato para a “compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho” (CONIF, 2018).

4.1.4 Concepção de Gestão

O IFS entende que a gestão deva ser participativa, ser articuladora da autonomia dos campi, isto é, que cada *campus* reconheça as necessidades dos lócus bem como seu potencial de atender às demandas. A gestão participativa defende a pluralidade de ideias, a formação e exposição do pensamento crítico porque só assim se consolida uma nação democrática.

Não se pode perder de vista que a permanência da educação profissional ofertada pela rede federal é melhorar a vida dos brasileiros. Assim, o IFS intenciona contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional, inserindo jovens e adultos no mundo do conhecimento e no mundo da produção. A gestão deve possibilitar a construção e democratização do conhecimento levando-o a todos os brasileiros. Portanto, a gestão criará meios de ampliar a oferta de cursos técnicos com formação humana e integral em todos os seus campi a fim de promover o ingresso no mundo do trabalho ou a ascensão em postos de trabalho.

A gestão defende a formação integral do aluno, entenda-se, a formação profissional amalgamada à formação geral. As ações voltadas ao ensino devem ser facilitadoras da superação da velha dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Para tanto, a gestão não descansará enquanto as ações do ensino não estiverem contíguas às ações da pesquisa, da extensão e da inovação. Logo, compreende-se todas as suas Pró-Reitorias e Direções Sistêmicas como partícipes da formação humanista, tecnológica e científica dos estudantes.

4.1.5 A Educação Integrada como Concepção Pedagógica

O modelo de Educação Profissional proposto neste Projeto Político Pedagógico é concebido numa perspectiva de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo. Essa formação integrada tem como propósito a superação de uma formação pautada na divisão social do trabalho que separa o ser humano em duas classes distintas: uma com a função exclusiva de executar e a outra preparada para pensar, dirigir e planejar. Ao superar esse processo histórico de divisão social do trabalho, a formação integrada busca garantir aos seres humanos, enquanto atores sociais, uma formação completa para a leitura do mundo e para exercer, de forma plena, a sua cidadania.

Ciavatta (2005) lembra que a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano cindido por essa divisão social do trabalho. Para que isso ocorra, é necessário oferecer a este ser humano uma educação unitária, que congregue a formação geral indissociada da formação profissional, em todos os campos e momentos em que ocorre a preparação para o mundo do trabalho: nos cursos de formação inicial e continuada, no ensino técnico em suas diversas formas, nos cursos tecnológicos e demais cursos de nível superior, como também na pós-graduação, sob a perspectiva de uma formação humanizada.

Este é o desafio estabelecido com a proposição de um Projeto Político Pedagógico baseado numa concepção de educação integrada. Para tanto, é preciso, dentre outras coisas, construir um currículo voltado para a formação omnilateral, ou seja, pautado nos seguintes princípios: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

4.1.6 O Trabalho como Princípio Educativo

Saviani (2003) enfatiza a categoria trabalho enquanto definidora da existência humana. É

pelo trabalho que podemos diferenciar o ser humano dos demais animais, ou seja, pela capacidade que apenas os homens têm de transformar a natureza, adaptando-a às suas necessidades e finalidades. Assim, considerar o trabalho como um princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, que se apropria dela e que pode transformá-la. Por esse motivo, é fundamental que o currículo escolar seja guiado por este princípio, afinal, como ressaltava Saviani (2003, p. 132), “o papel da educação é a formação do homem”.

Na Educação Profissional e Tecnológica, a categoria trabalho adquire maior relevância. Isto porque não se pode negar a contribuição vital desta modalidade educacional para o progresso socioeconômico do país. Por diversas vezes, a relação entre a EPT e o progresso justificou a necessidade de tornar a aprendizagem profissional como um mero conjunto de conhecimentos e habilidades, necessários ao exercício do trabalho na sociedade industrializada. A formação profissional constituía-se por parâmetros mínimos definidores de um perfil de trabalhador apropriado a um posto de trabalho.

Em contraposição ao tecnicismo, este PPPI parte do pressuposto de que a formação profissional não busca a preparação exclusiva para o mercado de trabalho, mas intenciona compreender as dinâmicas socioprodutivas da sociedade, em seu contexto histórico, com suas conquistas, suas perspectivas e seus desafios, além de preparar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de suas profissões (BRASIL, 2007).

Assim, reforça-se que o IFS defende uma proposta de educação unitária, que supera a dicotomia de escolas distintas para classes sociais distintas. É uma propositura educacional cuja atividade fim é a formação dos sujeitos, a partir da relação intrínseca entre o trabalho e o conhecimento.

4.1.7 Integração com a ciência, a cultura e a tecnologia

A concepção de ciência que orienta este PPPI é a de ser o conjunto de saberes resultante do processo de formação humana. O ser humano, enquanto um ser da práxis, ou seja, capaz de transformar a natureza e a si mesmo, ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens, necessita compreender a composição desses dois elementos: a natureza e o próprio ser humano.

Por isso, o currículo escolar necessita envolver os conhecimentos acerca da natureza e das leis que a regem. É preciso, também, que este currículo englobe os saberes sobre os seres humanos, não apenas, o conhecimento biológico, que trata do funcionamento e da estrutura, como também do processo sócio-histórico-cultural. A trajetória histórica, sua relação com o ambiente em que vive, as normas estabelecidas para a convivência em sociedade e construção do pensamento são saberes fundamentais para a compreensão do ser humano enquanto ator social e cultural, produtor e produto de sua realidade.

Esses conhecimentos e saberes acerca do homem e da natureza são os conhecimentos científicos, pois são construídos de forma sistemática, por meio de um procedimento metodológico. É da historicidade desses conhecimentos que germina os conteúdos e disciplinas escolares, organizados por áreas de conhecimento.

A produção científica precisa ser percebida, ainda, como um fenômeno cultural. A ciência é o produto de uma cultura, pois, é um conhecimento que “incorpora diferentes áreas e que de diferentes formas nos informa sobre a produção histórica e social do mundo no qual vivemos” (Brasil, 2013a, p. 23). Neste sentido, compreendemos a cultura, como o conjunto dos resultados das ações transformadoras e conscientes do ser humano sobre o mundo. As ações transformadoras correspondem ao trabalho empregado pelo homem para transfor-

mar a natureza e a si mesmo, na interrelação com os outros seres humanos.

A cultura é o processo de construção dos símbolos, das representações, dos significados da atividade humana. Compreende os diversos procedimentos de comunicação oral, escrita, iconográfica, espaço visual e digital. Não podemos esquecer as crenças, costumes, práticas e comportamentos que integram esse conjunto. No entanto, a cultura é muito mais. São os atos que concebem a sociedade e, ao mesmo tempo, são concebidos por ela. Por esse motivo, o currículo na educação integrada não pode se pautar, apenas, pelo acesso e divulgação dos conhecimentos científicos. É preciso promover, também, a reflexão crítica sobre os padrões culturais característicos à nossa sociedade.

Sob o prisma de um currículo voltado para a formação omnilateral, resta-nos exprimir a concepção de tecnologia desta proposta pedagógica. Partindo do sentido etimológico do termo, temos que a tecnologia é o tratado ou o estudo da técnica. Esta acepção possibilitou o entendimento, muito corrente, de que a tecnologia está relacionada ao saber-fazer, como uma nova forma de se obter e utilizar o conhecimento. Por este pressuposto, a tecnologia nada mais é do que a junção da ciência com a técnica. A ciência são os conceitos e enunciados que permitem conhecer a natureza. A técnica são as operações que possibilitam transformá-la.

Estas concepções da tecnologia explicitam que a ciência representa um conhecimento puramente racional e exato de onde surgiria o conhecimento prático, tecnológico. Além do mais, elas incentivam o discurso do determinismo tecnológico, onde a tecnologia se apresenta como uma força autônoma das relações sociais. Assim, a tecnologia determina a sociedade. Em resposta ao discurso determinista, corroboramos com Castells (1999, p. 43), quando diz que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Assim como a ciência, a tecnologia é um fenômeno cultural, compreendida conforme o contexto histórico e as relações de poder e de classe em que está inserida. É uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais (Frigotto, 2009).

Como um fenômeno cultural entendido dentro de um contexto histórico e social, é preciso destacar as transformações iniciadas a partir da segunda metade do século XX e que contribuem para esclarecer o atual momento em que vivemos. Desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico possibilitou o avanço de áreas como a microeletrônica e as telecomunicações. O surgimento da internet e a digitalização das informações interligaram pessoas e instituições, gerando uma teia mundial (Castells, 1999). Essas transformações remodelam a produção científica, cultural, as relações sociais e o mundo do trabalho.

Na medida em que defendemos a escola como o espaço de interação e formação sociocultural, cujos desafios estão centrados na distribuição dos conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente significativos e relevantes para o desenvolvimento da cidadania, ressaltamos a importância de inserir o debate acerca das transformações tecnológicas digitais no processo educativo, preparando seus atores para as mudanças que estão em curso.

A formação integrada defendida pelo IFS tem como desafio abarcar essas quatro dimensões - trabalho, ciência, cultura e tecnologia - como eixos integradores entre o conhecimento das diversas áreas e disciplinas, contextualizando-os histórica e socialmente. Esta é a realidade educacional que buscamos construir, pela dinâmica entre os aspectos identitários de nossa institucionalidade e a apropriação dos princípios educativos que norteiam a nossa

concepção pedagógica. Enfim, é desejo de materialização de uma intencionalidade que se respalda na formação de um sujeito crítico através do domínio dos saberes científicos e culturais, correlacionada à preparação e qualificação para o mundo do trabalho.

4.2 Políticas Institucionais de ensino

4.2.1 Política de ensino

O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e dos Decretos e Pareceres que a regulamentam e asseguram a autonomia e flexibilidade desta Instituição. As políticas aqui definidas devem contemplar com qualidade a diversidade de ofertas e atendimentos nos diversos níveis de educação profissional e ampliar as possibilidades de inclusão do aluno no mundo do trabalho, propiciando-lhe alternativas de educação continuada. Potencializar ações que promovam a interação ensino, pesquisa e extensão em articulação com as exigências oriundas do mundo real.

Fundamentar os currículos no saber-fazer, saber-pensar e construir conhecimentos necessários à atuação do cidadão nas atividades sócio laborais. Salienta-se que é propósito do ensino consolidar institucionalmente a compreensão de que o processo de aprender não termina na escola ou no trabalho, exigindo qualificação contínua do trabalhador.

4.2.1.1 Formação Continuada de Professores

Na década passada, Machado (2015) alertava que a falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas havia marcado as iniciativas de formação docente para a EPT no Brasil. Uma das dificuldades enfrentadas é a carência de profissionais com formação inicial em EPT. As disciplinas das áreas técnicas são ministradas por profissionais que, muitas vezes, não possuem formação inicial em licenciatura. Mesmos os professores licenciados, não tiveram a oportunidade de discutir, em sua formação inicial, os aspectos e concepções que regem a Educação Profissional. Para enfrentar esta realidade, o IFS aposta em duas estratégias: a formação inicial para a Educação Profissional nos cursos de licenciatura e a formação continuada docente em serviço.

A formação inicial consiste no estabelecimento da disciplina Educação Profissional com currículo dos cursos de licenciatura. A formação continuada é compreendida pelo IFS enquanto “o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com a finalidade de assegurar a qualidade ao processo de ensino-aprendizagem (Vieira et al, 2018, p. 101). No IFS, a principal estratégia de formação continuada docente são os Encontros ou Jornadas Pedagógicas. São ações organizadas pelas Direções/Gerências de Ensino em conjunto com as Equipes Pedagógicas de cada campus, no início de cada semestre letivo. Os Encontros ou Jornadas têm como propósito reunir professores e demais profissionais da educação em um espaço de reflexão e discussão sobre os desafios, as especificidades e possibilidades encontrados nos processos de ensino e aprendizagem.

Com o intuito de fortalecer essa ação, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) vem ampliando o tempo destinado à realização dos Encontros e Jornadas Pedagógicas. Além disso, desde 2018, a PROEN realiza o Encontro Pedagógico Multicampi - Um momento de integração entre todos os docentes e equipes pedagógicas e psicossociais que compõem o IFS.

Além dessas ações realizadas no início de cada semestre letivo, o IFS se preocupa em desenvolver atividades formativas ao longo do ano, através das diversas pró-reitorias e diretorias sistêmicas. As Diretorias de Assuntos Estudantis (DIAE) e de Educação Profissional e Superior (DEPS), bem como o Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva (NAEDI), órgãos integrantes da PROEN, têm realizado ações de fortalecimento aos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e de estímulo à Educação Inclusiva. São desenvolvidas palestras, encontros e oficinas, com vistas a capacitar professores, alunos e servidores administrativos para o favorecimento à diversidade no ambiente escolar.

As ações de inclusão, acessibilidade e diversidade do IFS estão presentes em diversas iniciativas e setores da instituição. Embora seja de extrema importância que o IFS se concentre nas ações formativas e de apoio aos estudantes, ressalta-se a dedicação da instituição em se construir políticas abrangentes e estruturadas de ações afirmativas.

Ações afirmativas de heteroidentificação, ações de acessibilidade e promoção da diversidade estão inseridas em processos contínuos, que exigem compromisso, investimento e a participação de toda a comunidade acadêmica. O IFS tem se mostrado engajado nessa construção, buscando aperfeiçoar suas políticas e práticas para garantir um ambiente cada vez mais inclusivo e acolhedor para todos.

Com a construção do Plano de Prevenção ao Assédio e à Discriminação como elemento essencial para consolidar uma cultura organizacional que valorize o respeito às diferenças, à equidade e à diversidade, o IFS internalizará a compreensão dos conceitos e das práticas aceitáveis nos ambientes educacionais e administrativos. Dessa forma, a temática perpassa também o Projeto Político Pedagógico Institucional.

Outra estratégia de formação continuada que merece destaque é a promoção do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT). Esta ação é desenvolvida em rede nacional, com apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O PROFEPT busca aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, em articulação com a demanda por qualificação de profissionais da rede. O IFS participa da rede de oferta do PROFEPT junto com outras 39 instituições. Atualmente, são ofertadas 24 (vinte e quatro) vagas, sendo 12 (doze) para servidores docentes e administrativos da instituição e o restante para ampla concorrência.

Assim como o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, cursos de Especialização lato sensu fazem parte da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Em 2024, o IFS recebeu credenciamento do MEC para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Posteriormente, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil, passou a ofertar em 2024, a Especialização lato sensu em Docência da Educação Profissional e Tecnológica. Em 2025, passa a ofertar a Especialização lato sensu em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica.

Além destas ofertas, o Departamento de Educação a Distância permanece com ofertas contínuas de capacitações para servidores e servidoras da instituição, em parceria com a PROGEP e vem gradativamente ampliando as ofertas de vagas para cursos FIC que contemplam diversas temáticas que envolvem os desafios contemporâneos da Educação.

As ações descritas demonstram que a formação continuada docente é uma preocupação constante do IFS. Mesmo assim, a instituição compreende a necessidade de ampliá-las. A

construção de uma Política de Formação Continuada Docente é o próximo passo a ser definido pela instituição.

4.2.1.2 Atividades de prática profissional e estágio

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. O primeiro é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O segundo é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No IFS, a prática profissional desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPC, através de atividades orientadas por um professor da área do conhecimento, de acordo com o objeto de estudo do aluno. São consideradas práticas profissionais atividades como: estudos de casos, vivências no sistema produtivo, pesquisas, projetos técnico-científicos e comunitários, devendo estar previstas nos projetos pedagógicos de cursos, com suas respectivas cargas horárias totais, horários semanais, metodologias e instrumentos de avaliação.

O estágio propicia ao aluno a complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os PPC e legislação em vigor. Em busca da ampliação da oferta de estágio, ações e estratégias de interlocução e interação com o sistema produtivo e instituições públicas vêm sendo desenvolvidas, mas precisam ser potencializadas, no sentido de estreitar as relações entre o IFS, as empresas e a comunidade.

Dessa forma, haverá uma aproximação entre a realidade possibilitada pelo Estágio Supervisionado e a prática da reflexão sobre essa realidade, a partir da solidariedade entre os demais componentes curriculares do curso, constituindo, assim, um mecanismo de ajuste legal para solucionar ou sanar a defasagem existente entre conhecimentos teóricos e atividade prática (Piconez, 2016). Em outras palavras, nada de teoria no vazio, nada de empirismo desconexo. Essa unidade situa-se no centro em que a teoria é determinada pelo conhecimento preciso da prática e no qual, em contrapartida, a teoria determina com mais rigor sua experiência.

Essa concepção de estágio fomenta a inserção dos alunos no mundo do trabalho, além de ser um instrumento efetivo de avaliação e retroalimentação dos currículos, que estabelecem os itinerários e os processos formativos dos alunos deste Instituto. A sistemática de acompanhamento de estagiários obedece a uma normativa interna e é realizada pelo Núcleo de Apoio ao Estágio - NAE, de cada campus, com apoio da Coordenadoria Geral de Projetos e Estágios - CGPE.

4.2.1.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, que atenda aos princípios metodológicos definidos nas propostas curriculares do IFS, é processual. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem assu-

mida pelo IFS deixa de ter seu foco no desempenho individual, o qual toma o sujeito como o único responsável pela sua aprendizagem, e adota a concepção de avaliação com foco na construção coletiva da aprendizagem do sujeito (Luckesi, 2011). Nessa perspectiva, professor e aluno participam desse processo de construção do conhecimento.

O processo de avaliação será realizado por meio do acompanhamento contínuo do aluno, utilizando estratégias, instrumentos e técnicas que possam aferir seu desempenho nas atividades teórico-práticas. Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, pesquisas bibliográficas e de campo, demonstração prática, seminários, elaboração e execução de projetos, produção científica e artístico-cultural.

Nessa perspectiva, a avaliação deverá ter em vista o desenvolvimento integral do aluno, contemplando os seguintes critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente entre professor e aluno;
- Utilização funcional do conhecimento.

Assumida essa perspectiva e constatadas as dificuldades de aprendizagem, o professor deverá propiciar aos alunos reorientação de estudos para que possam superar as dificuldades apontadas no processo avaliativo. No desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos, será assegurada a adaptação curricular, quando necessária, adequada às especificidades dos estudantes.

4.2.1.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e Perspectivas em relação à Prática Docente

As práticas pedagógicas a serem adotadas pelos educadores do IFS devem ter como prioridade a formação integral do sujeito. Nesta perspectiva, a seleção das metodologias de ensino partirá do pressuposto de que quanto mais inovadoras e desafiadoras forem, mais contribuirão para o desenvolvimento de atitudes críticas, investigativas, criativas e autônomas dos alunos.

Tais práticas devem partir de uma proposta pedagógica que valorize a capacidade intelectual e produtiva dos estudantes, assim como, que priorize as especificidades e interesses individuais e coletivos dos mesmos.

Nessa perspectiva, o IFS busca desenvolver e potencializar ações que respondam aos desafios que se impõem à consolidação de sua identidade institucional e que promovam a permanência e o êxito dos estudantes. Para tanto foram propostos coletivamente procedimentos do fazer pedagógico:

- Potencializar estratégias de interação com o sistema produtivo e interlocução com outras políticas, no sentido de fortalecer o diálogo do IFS com a sociedade;
- Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como processo inerente ao ato educativo, numa perspectiva de aprendizagem continuada, como possibilidade de construir e socializar saberes com maior amplitude, de forma crítica e transformadora;

- Planejar e construir coletivamente referenciais teórico-metodológicos que norteiem o trabalho pedagógico no IFS;
- Adotar processo educativo investigativo, que elimine a dicotomia teoria/prática e fomente a (re)construção de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Buscar a (re)construção do conhecimento através da intervenção na realidade, promovendo contextualização, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e dos saberes com vistas à sua aplicação em projetos comunitários;
- Promover programas de formação continuada dos educadores para atualização dos conhecimentos em suas áreas de atuação, possibilitando adequação de suas metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar propostas curriculares flexíveis e comprometidas com as questões sociais, éticas e ambientais, relacionando-as às áreas específicas de formação profissional e do tecido social;
- Elaborar propostas curriculares que pensem os currículos também voltados ao mundo do trabalho dentro do contexto da **Educação 5.0**, incorporando aspectos humanísticos, socioemocionais e tecnológicos para formar cidadãos mais conscientes e preparados para o futuro.
- Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição, através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção;
- Garantir o acompanhamento psicossocial e pedagógico, visando a permanência e o êxito dos estudantes ao longo do processo formativo.
- Ampliar e fortalecer as ações dos núcleos de promoção e defesa dos direitos humanos, diversidade e inclusão do IFS (Nota de rodapé)
- Garantir a acessibilidade nos espaços físicos e virtuais do IFS, incluindo a adaptação de materiais didáticos, a oferta de recursos de acessibilidade e a formação de professores para atender alunos com deficiência.
- Desenvolver ações específicas para a inclusão de alunos que enfrentam desigualdades históricas e sociais, considerando a vulnerabilidade socioeconômica, a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e de pessoas com deficiência.
- Realizar pesquisas e fóruns com educadores e estudantes do PROEJA para avaliar a efetividade da oferta de cursos nesta modalidade de ensino e identificar oportunidades de melhoria.
- Fortalecer os programas de assistência aos alunos internos, oferecendo um ambiente acolhedor e seguro, com acesso a alimentação, moradia, saúde e lazer.

4.2.1.5 Tecnologias Educacionais e seus avanços no processo de Ensino-Aprendizagem

O uso de tecnologias educacionais é uma realidade cada vez mais presente nas instituições escolares. Silva et al. (2023) nos mostram que atualmente o mundo é das novas tecnologias de comunicação e são caracterizadas por interatividade, mobilidade, convertibilidade, globalização e velocidade.

Assim, as oportunidades e desafios são grandes e complexas dadas as dimensões territoriais e regionais do Brasil que contribuem para a dificuldade de acesso a tecnologias nas instituições educacionais.

Podemos elencar como oportunidades nesse contexto:

- A transmissão do conhecimento, tanto na formação continuada dos docentes no uso de novas metodologias quanto na aplicação dessas estratégias no aprendizado dos discentes;
- Uso da inteligência artificial (IA) no processo de ensino-aprendizagem tornando o ambiente educacional mais atrativo e personalizável, também identificando possíveis empecilhos e pontos de melhorias;
- Iniciativas nacionais e internacionais na prospecção, atualização curricular e criação de novos cursos.

Os desafios são muitos dada a velocidade com que a tecnologia impacta nas atribuições e habilidades essenciais de um perfil profissional e no mundo do trabalho, as funções e competências que são demandadas dos trabalhadores mudam ao longo do tempo e a tecnologia em si tem avanços em suas funções e capacidades:

- Acesso democrático à internet, às tecnologias educacionais e seus avanços;
- Adesão dos docentes e discentes às tecnologias educacionais e de comunicação;
- Formação continuada dos docentes no uso das tecnologias educacionais;
- Dificuldades dos discentes no uso das tecnologias educacionais;
- Dependência excessiva da IA generativa pode impactar no desenvolvimento de habilidades críticas dos discentes;

Portanto, é importante priorizar o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração articulada. O Instituto Federal de Sergipe entende a necessidade de uma transformação nas instituições educacionais como um todo, adaptando-as às novas formas de ensino. Dessa maneira, as tecnologias educacionais podem cumprir seu papel, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade do ensino (Silva et al., 2023).

4.3 Política de pesquisa

A política de pesquisa tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de pesquisa no âmbito do IFS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29/12/2008) A atuação da pesquisa na instituição engloba a Iniciação Científica e Tecnológica.

Em conformidade com a Política de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do IFS e com Regulamento de Pesquisa Aplicada e Extensão no âmbito do IFS, entende-se por pesquisa aplicada “aquelas de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica a serem desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo”. As atividades de pesquisa aplicada devem envolver servidores do IFS, preferencialmente com participação de discentes, objeti-

vando a produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, em articulação com o ensino, inovação e a extensão, ao longo de toda a formação profissional, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições.

4.3.1 Dos Princípios e Objetivos

O IFS fomenta a pesquisa como princípio pedagógico, sendo um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados. Nesse sentido, tem-se como um dos principais objetivos a formação de pessoas voltadas à investigação, à produção, à inovação e à difusão de conhecimentos, buscando o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito local, nacional e até mesmo internacional.

Além disso, para alcançar esses objetivos, foram instituídos Programas de incentivo à Iniciação Científica como o PIBIC, PIBIC Ensino Médio, PIBIC Ações Afirmativas, em parceria com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - Fapitec/SE, Popularização na Ciência, Mulheres na Ciência, IFSustentável, Programa Institucional de Apoio a Laboratórios - PIALAB, Programa de Pesquisa das Licenciaturas - PPLIFS, dentre outros, que permitem a concessão de bolsas e auxílios financeiros para servidores e estudantes.

A fim de assegurar a continuidade e a ampliação das atividades de pesquisa, o IFS acompanha a publicação de editais de fomento de outras instituições, estimulando parcerias externas por meio da captação de recursos na execução de projetos. As bolsas de iniciação científica concedidas seguem a categorização definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) dentre outros.

Com isso, pretende-se elevar as possibilidades de atuação dos estudantes e servidores. Todas as atividades são estimuladas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e desenvolvidas em articulação com os campi. No que se refere às instâncias colegiadas na área, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho Editorial, Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética em Uso de Animais.

A iniciação científica e tecnológica tem por objetivo desenvolver o pensamento científico e crítico dos estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores. No IFS, o estudante tem a possibilidade de realizá-la mediante a concessão de bolsas financiadas pelo IFS, por agências de fomento externo ou voluntariamente.

A interação de servidores e estudantes no desenvolvimento de ações conjuntas resultou, na formação de grupos de pesquisa em áreas como, Agronomia, Educação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Ciência da Computação, Física, Engenharia Civil, Matemática, Química, dentre outras. Todos integram o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, inventário coordenado pelo CNPq.

As ações de estímulo e difusão da produção acadêmica consistem em criação de grupos de pesquisa, participação de servidores e estudantes na realização de eventos científicos, divulgação científicas e institucionais através da publicação de livros e revistas, visita aos campi para divulgação das ações de pesquisa e treinamentos.

A instituição realiza anualmente a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT do IFS,

que oferece uma série de atividades para a divulgação de ações desenvolvidas em seus projetos de pesquisa. A programação aberta à comunidade inclui palestras, minicursos, oficinas e apresentação de artigos científicos.

O evento é a oportunidade para que docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFS e público externo de escolas públicas ou privadas, apresentem os resultados de suas pesquisas. Além dessas ações o IFS possui o programa IFS sustentável, que representa o compromisso institucional em defesa do meio ambiente na perspectiva de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica, através de ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais, financeiros, minimizando os impactos do meio ambiente provocados pelas diversas atividades institucionais.

Para maiores informações sobre a implementação da política de pesquisa podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/propex/>.

4.3.2 Das Diretrizes

As diretrizes da política de pesquisa têm como orientações:

- Incentivar a pesquisa como princípio educativo;
- Fomentar a divulgação científica por meio de ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados;
- Realizar eventos para a divulgar os resultados das pesquisas;
- Promover eventos científicos com a participação de discentes, docentes e técnicos administrativos;
- Incentivar a criação de Grupos de Pesquisa;
- Garantir a distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função das publicações científicas do pesquisador e da relevância do projeto;
- Favorecer a inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa;
- Estimular à Inter e à multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- Apoiar a pesquisa por meio de editais específicos que contemplem a realidade socioeconômica das regiões alcançadas pelo IFS;
- Fomentar a iniciação científica através de editais em parceria com o CNPq e editais com fomento próprio;
- Impulsionar a produção de conhecimento científico e tecnológico por parte dos servidores e estudantes;
- Incentivar parcerias entre o Instituto e indústrias locais;
- Promover o uso racional de recursos humanos e materiais como compromisso institucional em defesa do meio ambiente;
- Assegurar que as pesquisas do IFS que envolvam seres humanos sejam realizadas em consonância com os princípios éticos de legislação vigente;
- Estimular a participação de servidores em eventos científicos;
- Incentivar a publicação da produção científica de servidores em periódicos e revistas de impacto relevante.

4.3.3 Dos Instrumentos da política de pesquisa

Os instrumentos para a implementação da política de pesquisa são:

- Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFS;
- Publicação de livros em formato de papel e e-book;
- Realização da Propex Itinerante;
- Realização de fóruns;
- Realização de eventos científicos para a discussão de temas relevantes e atuais.

4.4 Política de extensão

A extensão constitui um processo educativo, científico, cultural, de interação da academia com outros setores da sociedade, realizado por meio de ações, como programas, projetos, cursos, assessorias, consultorias e serviços.

O IFS compreende que a extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo inclusivo, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar o desenvolvimento científico e tecnológico, para cumprimento de seu papel social.

4.4.1 Dos Princípios e Objetivos

A extensão deverá orientar-se não só pelos desafios tecnológicos, mas, também pela questão ética que diz respeito à amplitude da existência humana. Assim, é fundamental que nessas atividades e ações, se busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nessa intersecção reside o amplo papel de instituição promotora de cultura.

O IFS busca fomentar as ações de extensão articuladas com o ensino e a pesquisa, na perspectiva da promoção dos direitos sociais e educacionais, promovendo o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, oportunizando a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão tecnológica junto às comunidades externas, com aporte de recursos próprios e/ou externos.

Os programas e projetos de extensão contribuem com a transferência de saberes às comunidades com vulnerabilidade socioeconômica, estimulando a capacitação, o cooperativismo e o empreendedorismo para geração de renda e emprego, minimizando, para esse segmento da sociedade, os efeitos negativos da exclusão social.

4.4.2 Das diretrizes

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão acontecerá, quando as atividades de extensão forem entendidas e praticadas como princípio educativo, através de:

- **Indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino:** estabelecer a extensão como prática pedagógica, integrada à pesquisa e ao ensino, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea que exigem uma formação articulada com a máxima or-

ganicidade, competências científicas e técnicas, inserção política e postura ética.

- **Inter/transdisciplinaridade:** priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino, cumprindo o compromisso institucional de atender à comunidade local/regional, com vistas ao seu desenvolvimento econômico-social, artístico e cultural.
- **Promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental:** desenvolver ações e projetos de extensão, atuando nas dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica, que priorizem o combate da exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente como patrimônio natural e cultural da humanidade.
- **Desenvolvimento local e regional:** fomentar ações que objetivem a inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego-renda e produção de conhecimento, atuando de forma decisiva para a transformação da sociedade, respeitando as peculiaridades e potencialidades de cada região.
- **Responsabilidade socioambiental:** garantir que as ações e projetos de extensão possibilitem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades.
- **Difusão de conhecimentos:** promover atividades e eventos para a troca de conhecimentos científicos, técnicos, experienciais e outros, trazendo contribuições fundamentais para o aprimoramento da comunidade interna e externa.
- **Capacitação técnica, operativa e instrumental:** capacitar pessoas, propiciando maiores oportunidades de inserção ao mundo do trabalho (formal ou informal).
- **Arte e cultura na construção da identidade regional:** promover ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte e da cultura nas mais diferentes formas, com vistas à consolidação das identidades regionais e na sua afirmação frente a outras culturas e povos.

4.4.5 Dos instrumentos

Dentre os instrumentos para implementação da política de extensão no IFS destacam-se as seguintes ações e projetos de extensão:

- Criação e fortalecimento de programas de extensão com amplitude social inclusiva;
- Consolidação da política de relacionamento com o setor produtivo;
- Estímulo à prestação de serviços que gerem possibilidades de emprego e geração de renda, contribuindo para minimizar os fatores de exclusão social e para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- Ampliação da oferta de cursos de extensão de cultura e arte, atividades desportivas, profissionalizantes, línguas, elaboração de projetos de extensão em todos os *campus*;
- Fomento e ampliação do desenvolvimento de programas de cultura, arte, saúde, esporte e lazer;
- Fomento ao desenvolvimento de atividades de extensão na área de música;
- Ampliação do programa de aprendizagem para alunos em parceria com empresas;

- Apoio a projetos de assessoria técnica a agricultores, por meio de projetos agroecológicos;
- Criação de programa destinado aos egressos;
- Apoio a projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais para comunidades em situação de risco nas áreas temáticas da extensão (comunicação, saúde, trabalho, educação, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, meio-ambiente e cultura);
- Apoio e incentivo à formação dos Núcleos de Extensão e Prática Profissional - NEPP, no âmbito dos Campi do IFS para o aperfeiçoamento e ampliação dos conhecimentos adquiridos nas atividades do processo de ensino-aprendizagem.

4.5 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFS visa atender a todos os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliação das condições de permanência e êxito no processo educativo. Seu principal objetivo é desenvolver projetos, linhas de ação e serviços que assegurem ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito em seu percurso educacional, consolidando o apoio à formação integral, contribuindo preventivamente nos casos de evasão e retenção.

A PAE/IFS é orientada pelos seguintes princípios:

- Educação enquanto direito social com primazia de oferta pelo poder público;
- Gratuidade no ensino;
- Qualidade nos serviços prestados;
- Qualificação e aprimoramento dos profissionais;
- Gestão democrática com incentivo à participação dos estudantes e servidores nas instâncias deliberativas;
- Transparência nos procedimentos e recursos alocados, resguardados os casos de sigilo ético profissional;
- Promoção da igualdade de condições e equidade na oferta e acesso às ações e serviços;
- Compromisso com a inclusão e acessibilidade;
- Formação cidadã para o desenvolvimento integral dos estudantes;
- Articulação entre ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- Respeito à autonomia e diversidade dos sujeitos e aos direitos humanos;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

A Política de Assistência Estudantil é efetivada por meio do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS) e busca atender, prioritariamente, às necessidades do corpo estudantil cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo, e que está em consonância com as legislações sobre assistência estudantil, permanência e êxito de estudantes no sistema educacional brasileiro, a saber: Lei nº 14.914/2024 (PNAES), Lei nº 9.394/1996 (LDB), Lei nº 8.069/1990 (ECA) e as Resoluções institucionais, amparadas pela legislação vigente.

O PRAAE/IFS é um programa institucional composto por projetos, linhas de ações e serviços, desenvolvidos e executados pela Coordenação de Assistência Estudantil de cada campus, acompanhados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE), composta por ações universais (projetos, auxílios financeiros e bolsas que independem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e ações específicas (projetos, auxílios financeiros e bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica).

Dentre as ações universais, temos o Projeto Jornada de Assistência Estudantil, Ações de Arte, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde e Cidadania, Bolsa Trainee, Bolsa Monitoria de Nível Médio e Superior, Bolsa Partilhando Saberes, Bolsa Tutoria de Pares, Apoio ao estágio, Ações de atenção à saúde, Atenção Psicossocial e Pedagógica, Inclusão Digital, Auxílio Financeiro para participação em Eventos, Auxílio Visita Técnica, Ações de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, Alojamento Estudantil, Refeitório.

Nas ações específicas, o PRAAE/IFS apresenta: Auxílio Permanência Estudantil, Auxílio Residência, Auxílio Material, Auxílio Fardamento, Auxílio Eventual e o Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens Adultos – PROEJA.

A Política de Assistência Estudantil (PAE/IFS) tem por base os valores da ética e respeito, transparência, qualidade e excelência, inovação, integração, compromisso social e desenvolvimento humano, proporcionando o exercício da cidadania e o bem-estar da sociedade.

É importante salientar que para a construção desta política houve um intenso processo dialógico e participativo dos diversos sujeitos: estudantes, coordenadores/as das Coordenadorias de Assuntos Estudantis –CAE/COAE dos campi, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros, gestores em geral, entre outros.

4.6 Política de acompanhamento de Egressos

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram legalmente criados no fim de 2008 através da Lei nº 11.892/2008, a qual em seu Art. 6º define, dentre outras, a finalidade dessas Instituições de “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”.

Na busca de atender com eficácia esta e as demais finalidades previstas na referida Lei, processos que envolvem ensino, pesquisa, extensão e inovação vêm sendo desenvolvidos nos diversos Institutos Federais do país.

São ações direcionadas à oferta de uma formação profissional e tecnológica adequada aos seus alunos, que lhes proporcionem meios de contribuir profissionalmente com o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos setores da economia em que venham a atuar após a conclusão ou mesmo durante os seus estudos.

Para que os processos associados ao ensino sejam desenvolvidos da forma correta e em consonância com as necessidades do ambiente socioeconômico ao qual a Instituição está inserida, é importante conhecer a avaliação dos alunos não apenas em relação a sua completa experiência ao longo do curso, mas também sobre o processo de inserção e adaptação ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se importante no desenvolvimento de uma Instituição de Ensino a existência de um programa de acompanhamento de alunos egressos que fomente a conti-

nuidade da comunicação e da interação entre o aluno e a Instituição, mesmo após o término do vínculo formal entre eles por ocasião da conclusão do curso.

Como egresso, entende-se o aluno que concluiu integralmente algum curso ofertado pela Instituição, uma vez que conceitos que ampliam essa definição costumam se sobrepor a outros – evasão, por exemplo -, causando confusões desnecessárias à análise das informações de públicos específicos e qualitativamente distintos.

Em 2021, o Instituto Federal de Sergipe instituiu a Política e seu Programa de Acompanhamento de Egressos, denominado “IFS egressos”. Regulamentado pela [Resolução CS/IFS nº 86](#), de 29 de julho de 2021, o Programa tem o objetivo de monitorar a situação dos egressos dos cursos ofertados pelo IFS em aspectos relacionados à inserção no mercado trabalho e à continuidade dos estudos. Através das informações geradas nesse monitoramento, são construídas políticas e ações com o intuito de ampliar o acesso de nossos egressos ao mercado de trabalho, a verticalização do ensino em nossa Instituição e a continuidade do sentimento de pertencimento dos estudantes à Instituição.

No IFS, o Programa é coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e executado de forma compartilhada através de ações promovidas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão, de Ensino e de Desenvolvimento Institucional.

O Programa prevê ações que já vinham sendo desenvolvidas na Instituição antes mesmo de sua regulamentação, como:

- A divulgação, aos egressos e estudantes do IFS, de oportunidades de emprego e estágio e de conteúdos relacionados à empregabilidade, através do perfil de Instagram ([@ifs.egressos](#)), ativo desde ago/2019;
- O acompanhamento da situação do mercado de trabalho dos egressos dos cursos ofertados pelo Instituto e o levantamento de informações para subsidiar a elaboração de cursos de aprimoramento profissional e outras ações do Programa, como as pesquisas com egressos de níveis técnico e superior, disponíveis no site institucional (<https://ifs.edu.br/ddi/naec>).

Essas ações vêm trazendo ganhos ao Instituto, na medida em que criam ricas bases de dados sobre a percepção dos egressos em relação aos serviços prestados pelo IFS e sobre a alocação profissional de nossos alunos no mercado de trabalho. Além disso, ao manter um canal direto e de fácil acesso com os egressos, contribuem para a manutenção do sentimento de pertencimento do egresso em relação ao IFS, mesmo após a conclusão do vínculo formal.

As informações oriundas dessas ações já foram utilizadas, por exemplo, para definir propostas a respeito da oferta futura de cursos nos diversos campi e na análise de reformulação de cursos. Contribuem, portanto, para tomadas de decisões mais seguras e de menor risco, uma vez que são baseadas em dados e análises técnicas.

Com essas ações, pretendemos estreitar o relacionamento com os egressos e consolidar uma cultura no Instituto onde a tomada de decisões seja baseada em evidências e orientada a atender aos anseios do aluno em relação aos aspectos educativos e profissionais. Nesse sentido, entendemos que ouvir o aluno e reorganizar nossas políticas em função deste *feedback* é um grande passo para instituição.

4.7 Responsabilidade Social do IFS

É função do IFS promover educação profissional e tecnológica, ofertando cursos nos diversos níveis e modalidades de ensino em sintonia com as demandas sócio laborais, contribuindo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

No projeto de criação dos Institutos Federais de Educação, são notórias as responsabilidades e o compromisso social dessas instituições, que estão sendo convocadas a contribuir com os programas e processos de desenvolvimento e de inclusão social em um país historicamente marcado por enormes contradições na distribuição dos bens socialmente produzidos.

Há de se considerar que o papel requerido das instituições federais de educação profissional e tecnológica implica grande responsabilidade e o IFS enfrentará grandes desafios. Esta Instituição vem aperfeiçoando, transformando e (re)significando as suas práticas, no sentido de responder satisfatoriamente a essas responsabilidades e aos compromissos oriundos desse modelo que ora se apresenta.

O Instituto posiciona-se de maneira estratégica, enquanto instituição pública, nesse projeto de nação que busca a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois através da educação e do trabalho pode-se assegurar inclusão social.

Nesse contexto, temos o compromisso de proporcionar educação profissional e tecnológica que prepare o educando não apenas para o emprego, mas para gestar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social.

4.8 Desafios e Perspectivas do IFS

Após a delimitação da identidade, do histórico institucional, dos princípios pedagógicos, da dimensão curricular e das práticas educativas trilhadas em nossa instituição, a partir das políticas institucionais, é chegada a hora de pensar os próximos passos do IFS, afinal, este é o principal objetivo de um Projeto Político Pedagógico.

Gadotti (2000) adverte que o projeto político pedagógico faz parte do planejamento da escola e que este deve ser um processo de formação social, política e pedagógica. É um projeto que implica na definição de estratégias e tomadas de decisões baseadas nas aspirações e nos anseios da comunidade escolar. Neste sentido, são esboçadas, agora, as metas ambicionadas pelo IFS para os próximos cinco anos. Estas intenções evocam o princípio democrático que guiou a construção deste PPPI, visto que representam o desejo da comunidade acadêmica pela constante melhoria da qualidade educacional de nossa instituição.

As metas estão organizadas em cinco categorias, intituladas dimensões, que representam os principais eixos desafiadores a serem enfrentados pela instituição nos próximos cinco anos: **a) Currículo Integrado; b) Permanência e Êxito; c) Formação Continuada; d) Gestão Democrática; e) Pesquisa, Extensão e Inovação.**

As metas que compõem a dimensão **Currículo Integrado** estão relacionadas ao fazer pedagógico e a promoção de um modelo de educação voltado para a formação completa do cidadão. São metas que evocam o trabalho como um princípio educativo, na busca da superação de uma escola dualista, onde a pesquisa e a técnica sejam indissociáveis, e que permita ao educando o acesso a um conjunto de saberes históricos, culturais, científicos e

técnicos, visando a sua formação integral.

A dimensão **Permanência e Êxito** refere-se à coleção de metas que dialogam com os seguintes documentos: Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e da Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS. Estes instrumentos contribuem para o combate à evasão, ao mesmo tempo em que propõem políticas e ações visando à permanência dos alunos, bem como a conclusão de seus estudos.

A dimensão **Formação Continuada** corresponde às metas e estratégias voltadas para o constante aperfeiçoamento das equipes técnica e docente pertencentes ao IFS. Compreende-se, para tanto, o trabalho educativo enquanto práxis, no sentido de que docentes, equipe pedagógica e demais servidores administrativos ao desenvolverem suas atividades, quais sejam, contribuam para a transformação do IFS em uma instituição de excelência educacional, também se transformam.

Compõem a dimensão **Gestão Democrática**, as metas e estratégias que estimulam a participação de toda a comunidade acadêmica nas tomadas de decisões que resultem em melhoria da qualidade escolar. Estas metas e estratégias visam a criação ou o fortalecimento dos espaços e das instâncias de diálogo. Isso significa oportunizar a todos as experiências de construção coletiva de projetos, currículos, mas também, da escolha de materiais, meios e instrumentos de aprendizagem.

A última dimensão elencada corresponde a **Pesquisa, Extensão e Inovação**. Esta dimensão relaciona-se às premissas de um modelo educativo que promove a articulação entre ciência, tecnologia e cultura. Compreende, ainda, as ações e atitudes que promovam o progresso da região em que o IFS está inserido.

Dimensão	Metas	Status
1. Currículo Integrado	1.1. Implantar, até dezembro de 2031, cursos EJA-EPT em todos os campi do IFS.	Planejado
	1.2. Garantir que 55% das vagas ofertadas, até 2031, sejam para os cursos técnicos na forma integrada, inclusive na modalidade EJA-EPT.	Planejado
	1.3. Aprimorar os projetos pedagógicos para garantir a integração efetiva nos itinerários formativos.	Planejado
	1.4. Fortalecer a integração curricular a partir da supervisão das práticas pedagógicas desenvolvidas em cada campus e da formação continuada dos servidores que atuam no ensino médio integrado.	Planejado
2. Permanência e êxito	2.1. Reduzir, até 2031, a taxa de evasão, para até 13% e a taxa de retenção, por ciclo, para até 5%, visando atingir o índice de eficiência acadêmica de 60%.	Planejado
	2.2. Garantir a participação dos estudantes, com déficit de aprendizagem, em Programas de Recomposição de Aprendizagens do IFS.	Planejado

Dimensão	Metas	Status
	2.3. Fortalecer o PRAAE em todos os seus projetos e linhas de ações, buscando garantir o atendimento a todos os nossos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.	Planejado
	2.4. Desenvolver ações para apoiar a permanência e êxito dos estudantes, buscando garantir condições de acessibilidade e inclusão.	Planejado
	2.5. Implantar a Política de Verticalização do ensino no âmbito do IFS.	Planejado
3. Formação continuada	3.1. Fortalecer a participação dos servidores nos Encontros Pedagógicos Multicampi e nas jornadas pedagógicas dos campi, com avaliação de impacto e implementação de melhorias contínuas.	Planejado
	3.2. Contribuir com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), para o aperfeiçoamento da Política de Capacitação Permanente de Pessoas do IFS.	Planejado
	3.3. Fomentar espaços institucionais de debates, reflexão e formação sobre temas relativos ao ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.	Planejado
	3.4. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e de cursos livres em temáticas que atendam as necessidades institucionais.	Planejado
4. Gestão Democrática	4.1. Ampliar, na sua totalidade, a participação efetiva da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados e instâncias decisórias, com o objetivo de alcançar representatividade de todos os segmentos.	Planejado
	4.2. Estimular a utilização dos diversos instrumentos de comunicação e participação social da instituição, garantindo o acesso amplo e facilitado a todos.	Planejado
	4.3. Apoiar as iniciativas de criação de órgãos colegiados de representação estudantil, possibilitando sua autonomia e participação ativa.	Planejado
	4.4 Fomentar para todos os níveis e modalidades de ensino um sistema de avaliação institucional contínua, por meio da aplicação de questionários e outros instrumentos para coletar dados sobre as necessidades, dificuldades e expectativas da comunidade acadêmica.	Planejado
5. Pesquisa, Extensão e Inovação	5.1 Integrar, até dezembro de 2031, em 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), a pesquisa como princípio educativo, através da identificação e implementação de atividades integradoras entre ensino e pesquisa, com monitoramento e avaliação contínuos.	Planejado

Dimensão	Metas	Status
	5.2 Garantir a curricularização da extensão em todos os cursos de graduação ofertados pelo IFS.	Planejado
	5.3. Incentivar, em todos os campi, ações de Inovação e Criatividade integrando ensino, pesquisa e extensão, com foco na solução de desafios locais e no desenvolvimento de competências empreendedoras e tecnológicas.	Planejado

Quadro 15: Dimensões e meta PPI.
Fonte: PROEN

4.9 Avaliação deste Projeto Político Pedagógico

A avaliação é uma etapa essencial para o aperfeiçoamento de toda política pública. Na educação, o processo avaliativo tornou-se algo tão habitual quanto os atos de ensinar e aprender. Esse fenômeno tem sido alvo de muitas críticas, visto que o papel desempenhado em sala de aula, por professores e alunos, tem se concentrado em uma preparação para as práticas avaliativas.

Críticas à parte, é inegável a contribuição da avaliação enquanto instrumento de captação de informações acerca da qualidade e do progresso, seja da aprendizagem do aluno ou da execução de uma política. Neste sentido, este Projeto Político Pedagógico é suscetível à avaliação. A concepção de avaliação proposta aqui é a da avaliação institucional, pois, a avaliação da aprendizagem foi abordada anteriormente. Este tipo de avaliação busca contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidade social da instituição (BRASIL, 2004).

Nesta perspectiva, é necessário estabelecer estratégias de acompanhamento das ações e metas propostas no PPPI. Uma importante estratégia utilizada para acompanhamento deste PPPI é o relatório de gestão institucional realizado anualmente. As pesquisas e relatórios pedagógicos desenvolvidos pelas equipes nos campi também contribuem como forma de monitoramento das ações e metas estabelecidos.

Outro aspecto importante para a avaliação institucional é o fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esta comissão, prevista pela Lei n. 10.861/2004 e instituída pela Portaria MEC n. 2.051/2004, tem como finalidade coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA tem como foco de trabalho a avaliação dos cursos superiores. Entretanto, suas contribuições refletem no fortalecimento de toda a instituição, possibilitando a melhoria dos cursos nos diversos níveis ofertados.

Finalmente, registra-se a importância da supervisão do processo a partir do estabelecimento claro de tarefas e responsabilidades. Assim, cabe à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) - enquanto órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, fomento, acompanhamento e avaliação das atividades e políticas de ensino - a função de supervisionar a execução deste PPI, acompanhando as práticas desenvolvidas nos campi e nas diretorias e departamentos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas.

Conograma de Oferta de Cursos

5

5.1 Cronograma de implantação da oferta de cursos e vagas

5.1.1 Campus Aracaju

5.1.2 Campus São Cristóvão

5.1.3 Campus Lagarto

5.1.4 Campus Estância

5.1.5 Campus Itabaiana

5.1.6 Campus Glória

5.1.7 Campus Tobias Barreto

5.1.8 Campus Propriá

5.1.9 Campus Socorro

5.1.10 Campus Poço Redondo

5.2 Oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

5. Cronograma de ofertas de cursos

5.1 Cronograma de implantação da oferta de cursos e vagas

O cronograma de implantação de cursos e vagas foi planejado para o período de vigência do PDI, porém para sua implementação as unidades deverão observar os normativos internos e externos para que atendam aos critérios e parâmetros estabelecidos. Desse modo a oferta de cursos e vagas observará as especificidades de cada campus, as potencialidades locais e os normativos quando da proposta de abertura de novos cursos e vagas observando a [Instrução Normativa PROEN nº 001/2022](#), que dispõe sobre as normas para a elaboração e a [reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos \(PPCs\)](#), a abertura, a suspensão ou a extinção de curso no âmbito do IFS. Para maiores informações sobre a oferta de cursos e vagas podem ser acessadas pelo endereço eletrônico: [Processo Seletivo](#).

Através de significativos avanços, impulsionada tanto pela crescente demanda por flexibilidade nos estudos quanto pela evolução tecnológica, a adoção da Educação a Distância (EaD) enquanto modalidade de ensino já está consolidada no Brasil. Dentre outros aspectos, permite a democratização do acesso à educação e potencializa a transformação social com promoção de inclusão. Ciente da sua responsabilidade educacional, inclusive considerando as recentes mudanças estabelecidas pelo novo marco regulatório pelo (Decreto Nº 12.456/2025 – o qual notadamente destaca-se a importância do pilar qualidade a EaD), os **Campi Itabaiana, Tobias Barreto, Glória, Poço Redondo, Propriá, São Cristóvão e Estância** adotarão uma postura ativa no tocante a ofertar cursos e disciplinas na modalidade EaD, vinculadas a seus cursos presenciais, atendendo às exigências legais atinentes à modalidade no Brasil e, sobretudo, fiel ao pilar de uma educação de qualidade e também promotora da inovação.

5.1.1 Campus Aracaju

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Eventos	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Subsequente	Presencial	40	1	Noturno	2026
Administração	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Bacharelado	Presencial	40	1	Noturno	2026 * ¹
Introdução a Serviços de Restaurante e Bar	Turismo, Hospitalidade e Lazer	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2026

*¹ Previsão do ano está relacionado à entrega da obra do campus

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Física	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2027
Segurança do Trabalho	Segurança	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2027
Arquitetura e Urbanismo	Infraestrutura	Bacharelado	Presencial	40	1	Noturno	2029

Quadro 16: Oferta de cursos e vagas: Campus Aracaju.
Fonte: Direção Geral do Campus Aracaju.

5.1.2 Campus São Cristóvão

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	Subsequente	Presencial	40	1	Diurno	2026/2
Agrimensura	Infraestrutura	Concomitante	Presencial	40	1	Diurno	2025/2
Agronomia	Recursos Naturais	Bacharelado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2027/1
Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2027/1
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Concomitante	Presencial	40	1	Diurno	2027/1
Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	Concomitante	Presencial	40	1	Diurno	2027/1
Instalações Elétricas e Automação Residencial (Introdução a Automação Industrial / Instalações Elétricas)	Controle e Processos Industriais	FIC	Presencial	20	1	Diurno	2027/1

Quadro 17: Oferta de cursos e vagas: Campus São Cristóvão.
Fonte: Direção Geral do Campus São Cristóvão.

5.1.3 Campus Lagarto

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Eletromecânica	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Automação Industrial	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Edificações	Infraestrutura	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Eletromecânica	Controle e Processos Industriais	Subsequente	Presencial	80	1	Noturno	2026
Edificações	Infraestrutura	Subsequente	Presencial	80	1	Noturno	2026
Espanhol	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	80	1	Noturno	2026
Metodologias e Práticas no Ensino de Ciências da Educação	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	80	1	Noturno	2026
Física	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	80	1	Diurno	2026
Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	Bacharelado	Presencial	80	1	Diurno	2026
Arquitetura e Urbanismo	Infraestrutura	Bacharelado	Presencial	80	1	Diurno	2026
Sistema da Informação (BSI)	Informação e Comunicação	Bacharelado	Presencial	80	1	Diurno	2026

Quadro 18: Oferta de cursos e vagas: Campus Lagarto.

Fonte: Direção Geral do Campus Lagarto.

5.1.4 Campus Estância

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Programação em Jogos Digitais	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	1	Diurno/Vespertino	2026
Inglês Básico	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	100	1	Noturno	2026
Espanhol Básico	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	100	1	Noturno	2026
Letras-Português	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2026
Produção de Áudio e vídeo	Produção Cultural e Design	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Designer de interiores	Produção Cultural e Design	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Multimídia	Produção Multimídia	Subsequente	Presencial	40	1	Noturno	2026
Programador Inicial	Informação e Comunicação	FIC	EaD	100	1	Noturno	2026
Programador Web	Informação e Comunicação	FIC	EaD	100	1	Noturno	2026
Marketing Digital	Gestão e Negócios	FIC	EaD	100	1	Noturno	2026
Matemática	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2026

Quadro 19: Oferta de cursos e vagas: Campus Estância.

Fonte: Direção Geral do Campus Estância.

5.1.5 Campus Itabaiana

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Técnico em serviços jurídicos	Gestão de Negócios	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Gestão Estratégica de Negócios	Gestão de Negócios	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	40	1	Noturno	2026
Mestrado Profissional em Ensino de Computação para a Educação Básica	Apoio Educacional e Informação e Comunicação	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	20	1	Diurno	2026
Licenciatura em Computação*2	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Semipresencial	30	1	Noturno	2027

*2 Curso de Licenciatura em Computação, será multicampi na modalidade semipresencial, tendo Itabaiana como sede e os campi Tobias Barreto, Glória, Poço Redondo, Propriá, São Cristóvão e Estância como polos.

Quadro 20: Oferta de cursos e vagas: Campus Itabaiana.

Fonte: Direção Geral do Campus Itabaiana.

5.1.6 Campus Glória

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Agropecuária	Recursos Naturais	Integrado	Presencial	35	1	Diurno	Em oferta
Alimentos	Produção Alimentícia	Integrado	Presencial	35	1	Diurno	Em oferta
Biologia	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	30	1	Vespertino/noturno	2025/2
Laticínios	Produção Alimentícia	Tecnólogo	Presencial	25	1	Vespertino	Em oferta
Nutrição	Ambiente, Saúde e Segurança	Bacharelado	Presencial	30	1	Vespertino/noturno	2026/1
Informática	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	35	1	Diurno	2027/1
Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos (Higiene e Manipulação de Alimentos)	Produção Alimentícia	FIC	Presencial	20	1	A definir	2027/1

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Gastronomia	Produção Alimentícia	Tecnólogo	Presencial	25	1	A definir	2029/1
Educação	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	EaD	40	1	A definir	2029/2
Alimentos	Produção Alimentícia	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	EaD	30	1	A definir	2030/2

Quadro 21: Oferta de cursos e vagas: Campus Glória.

Fonte: Direção Geral do Campus Glória.

5.1.7 Campus Tobias Barreto

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Administração	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	Em andamento
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	Em andamento
Inglês Básico	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	40	1		2025
Filosofia da Educação (Arte e Filosofia: Aproximação e Diálogo)	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	40	1		2025
Sociologia da Educação	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	40	1		2025
Logística	Gestão e Negócios	Subsequente	Presencial	40	1	Noturno	2026
Administração	Gestão e Negócios	Bacharelado	Presencial	40	1	Noturno	2026
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	Tecnólogo	Presencial	40	1	Noturno	2026

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Pedagogia	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	40	1	Vespertino/Noturno	2030
Assistente Contábil	Gestão e Negócios	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2027
Programador Web	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2027
Auxiliar de Marketing	Gestão e Negócios	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2030
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2028

Quadro 22: Oferta de cursos e vagas: Campus Tobias Barreto.
Fonte: Direção Geral do Campus Tobias Barreto.

5.1.8 Campus Propriá

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Informática	Informação e Comunicação	Subsequente	Presencial	30	1	Noturno	2026
Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	Infraestrutura	FIC	Presencial	30	1	Matutino/Vespertino/Noturno	2026
Administração	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Subsequente	Presencial	30	1	Noturno	2027
Aquicultura	Recursos Naturais	Integrado	Presencial	30	1	Diurno	2027
Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	30	1	Diurno	2029
Operador de Computador	Informação e Comunicação	FIC/EJA	Presencial	30	1	Noturno	2029
Matemática	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	30	1	Vespertino / Noturno	2030

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Agrocomputação	Informação e Comunicação	Tecnólogo	Presencial	30	1	Vespertino / Noturno	2030

Quadro 23: Oferta de cursos e vagas: Campus Propriá.

Fonte: Direção Geral do Campus Propriá.

5.1.9 Campus Socorro

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Espanhol Básico	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	40	1	-	2025
Inglês Básico	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC	EaD	40	1	-	2025
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Subsequente	Presencial	40	1	Noturno	2025
Segurança do Trabalho	Ambiente, Saúde e Segurança	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2026
Noções Básicas para Cuidador de Idosos	Ambiente, Saúde e Segurança	FIC	EaD	40	1	Diurno	2026
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2027
Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Ambiente, Saúde e Segurança	FIC	EaD	40	1	Diurno	2027
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Subsequente	Presencial	40	1	Noturno	2028
Condutor de Turismo em Unidade de Conservação Ambiental Local	Hospitalidade e Lazer	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2028
Auxiliar de Logística	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	FIC/EJA	Presencial	40	1	Noturno	2028

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Informática	Informação e Comunicação	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2030

Quadro 24: Oferta de cursos e vagas: Campus Socorro.
Fonte: Direção Geral do Campus Socorro.

5.1.10 Campus Poço Redondo

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº de Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação
Formação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação do/no Campo	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial e EaD	40	1		2026/2
Zootecnia	Recursos Naturais	Subsequente	Presencial e EaD	80	1		2026/2
Condutor de Turismo Sustentável (Condutor de Turismo em Espaços Culturais Locais)	Hospitalidade e Lazer	FIC	Presencial e EaD	30	1		2026/2
Ciência da Natureza e suas Tecnologias	Apoio Educacional e Gestão de Negócios	Licenciatura	Presencial	80	1		2029/1
Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	80	1		2029/1

Quadro 25: Oferta de cursos e vagas: Campus Poço Redondo.
Fonte: Direção Geral do Campus Poço Redondo.

5.2 Oferta de Cursos de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*

Com a criação da lei nº 11.892/08, o Governo Brasileiro institui os Institutos Federais de Educação e Tecnologia (IFETs), que estabelece a Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de atender todos os níveis e modalidades de ensino e que estes possam promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, incluindo programas de especialização, mestrados e doutorados otimizando, desta forma a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Esse sistema assegura possibilidades diversas de escolarização e abre caminho para a criação de itinerários de formação, a possibilidade de o aluno ingressar no ensino médio e avançar até o mestrado ou doutorado. Essa arquitetura curricular tornar-se-á possível dado

o fato de os profissionais dessas novas instituições poderem dialogar, simultaneamente e de modo articulado da educação básica à pós-graduação.

Um dos objetivos gerais para a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado é que contribuam com a promoção do estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. A oferta de cursos de pós-graduação do IFS pode ser vista conforme quadro abaixo.

Programa	Curso	Período	Campus
Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Turismo	Mestrado Profissional em Turismo	2025 a 2030	Aracaju
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT – Polo IFS)	2025 a 2030	Aracaju
Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ensino de Computação	Mestrado Profissional em Ensino de Computação para Educação Básica (PROFCOMP)	2026 a 2030	Itabaiana
Programa Nacional de Formação de Docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica	2025 a 2030	Estância Glória Itabaiana Lagarto São Cristóvão
Programa Nacional de Formação de Docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	2025 a 2030	Aracaju Estância Glória Itabaiana Lagarto

Quadro 26: Oferta de cursos de pós-graduação do IFS
Fonte: PROEN.

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo tem como escopo a formação e qualificação interdisciplinar de profissionais do setor público e/ou privado na área de turismo e afins com seguintes objetivos:

- Capacitar e formar profissionais Mestres, mediante o estudo de técnicas, processos e temáticas que atendam à gestão do turismo, capazes de promover o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e regionais em bases sustentáveis e competitivas;
- Contribuir com o setor produtivo do turismo, agregando valor, competitividade e produtividade a destinos, empresas e organizações;
- Aprofundar a formação teórico-prática de gestores, técnicos, professores, pesquisadores e estudantes;
- Habilitar o aluno para a gestão de projetos e de instituições;
- Capacitar o aluno para elaborar, implementar e avaliar programas e projetos em turismo e para a identificação, desenvolvimento e sustentabilidade de destinos turísticos.

O IFS é uma das Instituições Associadas (IAs) ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferta o curso mestrado profissional em Rede Nacional. Cada instituição constitui uma parcela da totalidade concebida com uma identidade comum, com vistas ao desenvolvimento de competências no Ensino da Educação Profissional e Tecnológica. O Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) é a IA que coordena o ProfEPT.

Já o PROFCOMP é um programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciência da Computação, em Rede Nacional, que segue o Programa Profissional para Professores da Educação Básica (PROEB/CAPEB).

O Mestrado tem como objetivo proporcionar formação em educação em computação, de forma aprofundada e relevante, lastreada em pesquisa científica, com foco em professores em exercício na rede pública de educação básica visando dar ao egresso o título de Mestre, com a qualificação certificada para o ensino de computação para Educação Básica.

O IFS é uma das Instituições Associadas (IAs) ao Programa, que conta com uma rede formada por 17 Instituições.

As informações sobre a pós-graduação do IFS podem ser acessadas pelo link:
<http://www.ifs.edu.br/propex/>.

Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

6

6.1 Composição

6.1.1 Perfil do corpo docente

6.1.2 Perfil do corpo técnico-administrativo

6.2 Política de Gestão de Pessoas

6.2.1 Políticas de qualificação continuada

6.2.2 Políticas de Valorização do Servidor

6.2.3 Políticas de Qualidade de Vida no Trabalho

6. Perfil do Corpo Docente e dos Técnicos-Administrativos

6.1 Composição

A Portaria MEC nº 713, de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais.

Atualmente, o IFS conta com uma força de trabalho de 1.307 servidores, incluindo professores substitutos, profissionais especializados, carreiras descentralizadas, servidores em exercício provisório e requisitados, distribuídos entre seus 10 campi e a Reitoria. Essa distribuição leva em consideração o perfil de cada unidade, conforme estabelecido em Portaria, além do banco de equivalência para os cargos docentes e a disponibilidade de códigos de vagas. No caso dos cargos Técnico-Administrativos em Educação (TAE), são considerados os níveis C, D e E, bem como as especificidades de cada função. A configuração detalhada da força de trabalho de docentes e TAEs em cada unidade do IFS está apresentada na tabela a seguir:

UNIDADE	TAE C	TAE D	TAE E	EBTT	CD 1	CD 2	CD 3	CD 4	FG 1	FG 2	FCC	FG 1 NAPNE
REITORIA	16	10	101	0	1	5	15	18	41	20	0	1
ARACAJU	32	46	43	200	0	1	2	3	8	15	24	1
ESTÂNCIA	6	23	9	46	0	1	0	2	0	8	7	1
ITABAIANA	7	15	12	40	0	1	0	2	2	5	8	1
GLÓRIA	7	15	7	22	0	1	0	2	1	5	3	1
LAGARTO	9	31	17	90	0	1	1	3	3	13	10	1
POÇO REDONDO	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	1
PROPRIÁ	7	12	10	8	0	1	0	2	2	3	4	1
SÃO CRISTÓVÃO	21	41	30	70	0	1	2	4	3	10	13	1
SOCORRO	5	5	7	17	0	1	0	2	3	5	5	1
TOBIAS BARRETO	5	11	7	14	0	1	0	2	1	4	4	1
SUBTOTAL	115	209	243	536	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	567			536	1	15	20	42	64	94	79	11

Tabela 23: Demonstrativo de servidores por cargo, nível e funções por unidade.

Fonte: PROGEP (2025).

6.1.1 Perfil do corpo docente

O corpo docente do IFS desempenha um papel essencial na missão educacional da instituição, sendo composto por profissionais qualificados e comprometidos com a excelência no ensino. Sua diversidade de conhecimentos e experiências permite oferecer uma educação de qualidade em diferentes níveis e áreas do conhecimento.

Os docentes do IFS também contribuem para o desenvolvimento institucional por meio de atividades de pesquisa e extensão, ampliando as oportunidades de aprendizado e enriquecendo a experiência acadêmica dos estudantes. A busca contínua por atualização e aprimoramento profissional é parte da cultura docente na instituição, garantindo que os professores estejam sempre alinhados às tendências e inovações em suas áreas de atuação.

O quadro de docentes do IFS é atualmente composto por 536 professoras/es, distribuídas/os entre a Reitoria e os 10 campi em funcionamento. Em relação à qualificação de seu corpo docente, 50,9% são mestres; 42,3% são doutoras/es; e 5,2% possuem especialização, conforme se apresenta na tabela abaixo.

FORMAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
GRADUAÇÃO	8	0	8
ESPECIALIZAÇÃO	21	7	28
MESTRADO	169	104	273
DOCTORADO	134	93	227
TOTAL	332	204	536

Tabela 24: Titulação do corpo docente.
Fonte: PROGEP (2025)

A média de titulação do corpo docente desta Instituição é de 3,34. Visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo docente para, dessa forma, elevar o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, o Instituto tem buscado valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado.

I. Plano de carreira e regime de trabalho

O plano de carreira dos docentes do IFS dispõe sobre:

- do plano de carreiras e cargos de magistério federal
- do ingresso nas carreiras e cargos isolados do plano de carreiras e cargos de magistério federal
- do desenvolvimento nas carreiras do plano de carreiras e cargos de magistério federal
- da remuneração do plano de carreiras e cargos de magistério federal
- do regime de trabalho do plano de carreiras e cargos de magistério federal
- do estágio probatório dos servidores do plano de carreiras e cargos de magistério federal
- da comissão permanente de pessoal docente

- do corpo docente
- dos afastamentos
- do enquadramento dos servidores da carreira de magistério do ensino básico federal
- da estrutura remuneratória do plano de carreiras de magistério do ensino básico federal

Os docentes do IFS estão sob a égide da Lei nº 12.772/2012, estando o plano de carreira especificado na referida legislação, que define como regimes:

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho. § 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

A partir dessa determinação, todos os concursos para docentes deverão seguir a legislação vigente, exigindo que os novos professores sejam contratados sob o regime de 40 horas com Dedicação Exclusiva (DE) ou 20 horas semanais, sendo que, excepcionalmente, algumas áreas específicas poderão contar com docentes no regime de 40 horas sem DE.

Atualmente, a maioria dos docentes do IFS atua em regime de Dedicação Exclusiva, conforme demonstrado na tabela 25, reforçando o compromisso da instituição com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Campi	Início de Funcionamento	Número de Docentes Efetivos			
		20h	40h	DE	Total
Campus Aracaju	01/10/1909	5	11	183	199
Campus São Cristóvão	01/05/1934	0	2	70	72
Campus Lagarto	01/05/1994	1	0	94	95
Campus Estância	01/01/2011	0	1	49	50
Campus Itabaiana	01/01/2011	3	2	37	42
Campus Glória	01/01/2011	0	0	30	30
Campus Propriá	01/07/2014	0	0	10	10
Campus Tobias Barreto	01/04/2014	0	0	19	19
Campus Socorro	29/06/2017	3	1	15	19
Campus Poço Redondo	19/05/2023	0	0	0	0
TOTAL		12	17	507	536

Tabela 25: Regime de trabalho do corpo docente.
Fonte: PROGEP (2025).

A seleção dos candidatos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dará a partir da publicação de edital de concurso público para as áreas de ensino conforme os cursos ofertados pelo IFS. O processo de seleção será composto por prova ob-

jetiva, prova de desempenho didático e prova de títulos. A prova objetiva será composta por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação, Didática e Conhecimentos Específicos, selecionados de acordo com a área que o docente irá atuar. A prova de desempenho didático tem por finalidade avaliar a atuação pedagógica do docente em atividade de sala de aula. A prova de títulos visa a pontuar a experiência profissional do professor, bem como valorizar a sua formação acadêmica. A nomeação será realizada conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e pode ocorrer para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamento ou licença, de acordo com o art. 14 do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de Reitor, Pró-Reitor e Diretor-Geral de campus. O número total de contratação de professor substituto não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do número de professores efetivos em exercício na instituição. O regime de trabalho do professor substituto fica limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

No âmbito do IFS as contratações ocorrem para atender aos afastamentos do docente para programas de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país, para atender a demandas geradas por afastamentos via SIASS e, em casos específicos para composição temporária de força de trabalho destinada a oferta de componentes curriculares em cursos que estão em fase de integralização.

II. Procedimentos para substituição

A substituição de professores do quadro é efetuada a partir do momento da vacância do cargo, nas situações previstas no art. 33 da Lei nº 8.112/90, sendo os principais a exoneração, a aposentadoria e a posse em cargo inacumulável, e ocorrendo tais eventos, automaticamente o código da vaga pode ser utilizado para a realização de concurso público ou para ser utilizado como contrapartida em processo de redistribuição.

Contamos ainda com a concessão de afastamentos dos docentes, com objetivo de possibilitar a participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, tendo como garantia a contratação de professores substitutos, na forma prevista em lei.

III. Cronograma e plano de expansão do corpo docente

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis, no modelo de dimensionamento dos Institutos Federais, estabelecido pela Portaria MEC nº 713, no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, e com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MPDG e MEC nº 405, de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016, e ainda o Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e técnicos administrativos, projeta-se a execução de admissão e preenchimento dessas vagas na seguinte proporção até 2027.

Com relação ao preenchimento dos docentes está condicionado ao alcance da Relação Alunos Professores (RAP), início de novos cursos e, a partir de 2020, disponibilidade de códigos pela SETEC/MEC.

6.1.2 Perfil do corpo técnico-administrativo

O IFS conta com um quadro de servidores técnico-administrativos essenciais para alicerçar as ações acadêmicas e para garantir um ambiente de apoio abrangente aos estudantes. Esses profissionais desempenham funções cruciais, incluindo a gestão de recursos humanos e financeiros, além de coordenar processos administrativos fundamentais, em ações que envolvem administradores, contadores, jornalistas, bibliotecários, técnicos em várias áreas, entre outras profissões.

Destaca-se, especialmente, o compromisso desses técnicos em fornecer apoio direto aos estudantes, abrangendo profissionais como pedagogos, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, odontólogos, médicos, técnicos em assuntos educacionais, entre muitos outros profissionais de fundamental importância para a instituição.

Os cargos da carreira técnico-administrativa são classificados em níveis que diferem em relação a requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições



Figura 23: Distribuição dos TAEs por nível.
Fonte: PROGEP (2025).

No IFS, dos 683 técnicos-administrativos existentes na instituição, com dados de fevereiro de 2025, aproximadamente, 16,9% ocupam cargo nível C, 30,6% ocupam cargo nível D e 35,5% ocupam cargo nível E. Além disso, 116 servidores ocupam cargos nos níveis A e B. Em relação ao regime de trabalho dos técnicos-administrativos do IFS, a Lei nº 11.091/2005 estabelece o regime de trabalho dessa categoria de servidores em 40 horas, 30 horas, 25 horas e 20 horas semanais, a depender da necessidade da instituição e das leis específicas que regulamentam cada carreira.

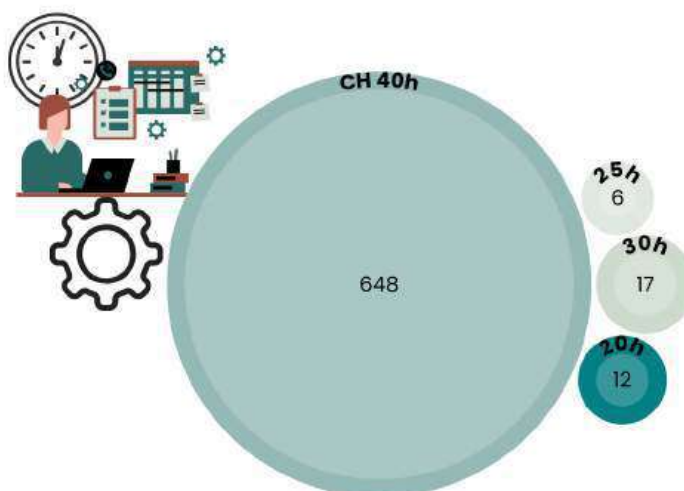


Figura 24: Distribuição da Carga Horária entre os TAEs.
Fonte: PROGEP (2025).

Quanto à titulação, cerca de 94,2% dos técnico-administrativos são graduados em nível superior. Desses, 46,5% possuem titulação *stricto sensu*, sendo 30,4% mestres e 3,7% doutores. Os demais servidores possuem escolaridade até o nível médio, conforme pode ser observado nos números absolutos ilustrados no gráfico a seguir.



Figura 25: Distribuição da Qualificação Acadêmica.
Fonte: PROGEP (2025).

I. Plano de carreira e regime de trabalho

O plano de carreira dos técnicos-administrativos do IFS está sob a égide da [Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005](#) onde dispõe sobre:

- da organização do quadro de pessoal
- da estrutura do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação
- do ingresso no cargo e das formas de desenvolvimento
- da remuneração
- do enquadramento

II. Critérios de seleção e contratação

Os Técnicos Administrativos em Educação serão selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas, são definidos no edital do certame. As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as funções que o cargo demanda. A nomeação será realizada conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso.

III. Procedimentos para substituição

Não há previsão legal para substituição de técnicos administrativos em função de afastamento para capacitação ou qualificação.

IV. Cronograma e plano de expansão do corpo técnico administrativo

Com relação ao preenchimento de cargos Técnico-Administrativos, previstos a partir de 2019 está condicionado à liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e atualização do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010.

O plano de expansão do quadro de servidores TAE considera o perfil de cada unidade, conforme quadro Demonstrativo da Estrutura de Cargos do IFS e a expectativa de mudança de perfis das unidades que já atingiram os seus perfis e que atendem aos critérios definidos para pleitear as mudanças dos quantitativos de TAE.

A configuração do quadro de servidores pode ser alterada pelo plano de expansão da rede com os dois novos campi, um em Aracaju e outro em Japaratuba, e do próprio instituto.

Na carreira TAE, a evolução do processo de composição do quadro de servidores se deu conforme estabelece a legislação, observando-se a seguinte distribuição ano a ano.

6.2 Políticas de Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas do IFS desenvolve-se por meio da atuação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), ligada diretamente à Reitoria, que é o setor responsável por coordenar as políticas, programas e projetos de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Instituto Federal de Sergipe. Agora, a PROGEP disponibiliza, por meio desta plataforma digital, as informações necessárias à formulação de pedidos relacionados à comunidade funcional do IFS. Para garantir uma gestão mais eficiente e transparente, a PROGEP também segue as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 01/2017/ PROGEP, que normatiza processos e procedimentos internos relacionados à gestão de pessoal no âmbito do IFS. Maiores informações sobre a Gestão de Pessoas podem ser acessadas através do endereço no site do IFS: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/pro-reitorias/progep>.

6.2.1 Políticas de qualificação continuada

O Instituto Federal de Sergipe - IFS, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as demais Unidades (Diretorias Sistêmicas, Direções Gerais dos Campi, Pró-Reitorias e Reitoria), tem como objetivo promover ações de aperfeiçoamento por meio de cursos online e presencial, voltados para a qualificação dos seus servidores e melhorias dos serviços prestados a sociedade.

O desenvolvimento dos servidores do IFS é organizado a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), seguindo as orientações do órgão central SIPEC, vinculado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. A partir do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e da definição das áreas prioritárias pela Comissão Permanente de Desenvolvimento de Pessoas, será elaborado o Plano Anual de Capacitação do ano subsequente, com as diretrizes e temáticas contempladas nas capacitações para suprir as

lacunas identificadas pelas unidades. O PAC objetiva uma construção de conhecimentos que contribuam com o êxito pessoal e laboral dos servidores do IFS, mobilizando recursos e fortalecendo experiências que desenvolvam o “saber fazer”.

Além disso, outra estratégia de aperfeiçoamento utilizada para capacitação é a parceria do IFS com a Escola de Governo ENAP, através do Programa ENAP em Rede, e com outras instituições em que são disponibilizados cursos de desenvolvimento técnico e gerencial para servidores públicos do Executivo Federal.

No âmbito da educação formal, o IFS também qualifica seus servidores em busca de uma gestão mais eficiente e do desenvolvimento do capital humano, através dos Programas de Mestrado Profissional em Gestão do Turismo – PPMTUR e do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT.

Para maiores informações sobre capacitação acesso o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/capacitacao-servidor>.

No IFS há um número significativo de servidores TAEs com especialização, desta forma, faz-se necessário desenvolver política de incentivo a qualificação voltada para a formação em nível de mestrado e doutorado utilizando-se da própria formação oferecida pelo IFS, observando-se as necessidades formativas de cada ambiente organizacional no qual o servidor está inserido.

6.2.2 Políticas de Valorização do Servidor

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), a qual, conforme assinalado em nosso site oficial, “é o setor que coordena as políticas e os programas de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores”. (IFS, online, 2021).

Diante disso, os(as) servidores(as) desta Casa de Educação estão no cerne da estruturação da PROGEP. Para que o IFS continue oferecendo uma educação de qualidade, justa e socialmente relevante, é essencial manter uma política institucional voltada à valorização do servidor. Esse compromisso vai além da questão salarial, abrangendo o reconhecimento da importância dos funcionários, o investimento contínuo em seu desenvolvimento pessoal e profissional, além de ações voltadas ao bem-estar e à saúde mental, física e emocional.

Nesse sentido, a PROGEP promove capacitações e eventos, além de desenvolver projetos estratégicos, tais como:

- **Programa de Acolhimento ao Servidor Ingressante no IFS - PASIFS** - voltado para o acolhimento dos servidores ingressantes no IFS;
- **Visibilizando as diferenças no IFS** - projeto que visa reconhecer e valorizar as datas alusivas às questões da diversidade e suas interseccionalidades, promovendo espaços de reflexão e ações que incentivem a visibilidade e o respeito à diversidade;
- **Diálogo 360º** - iniciativa voltada ao aprimoramento da atuação dos(as) servidores(as) nos diferentes cargos do IFS, por meio da escuta ativa e da construção coletiva;
- **Conecta PROGEP** - projeto que busca melhorar a fluidez dos processos relacionados à carreira funcional dos(as) servidores(as), fortalecendo os canais de comunicação entre a gestão, os(as) docentes e os(as) técnicos(as) administrativos(as).
- **Projeto Vida Nova** - tem como objetivo acolher os(as) aposentados(as). O projeto visa

apoiar servidores(as) aposentados(as) e em fase de aposentadoria, oferecendo orientações, reduzindo inseguranças e promovendo um ambiente de troca de experiências. Além disso, busca reconhecer publicamente suas contribuições e incentivar formas de continuidade do vínculo com o IFS.

- **Acolhendo Servidor com Necessidade Específica** - Tem como objetivo possibilitar melhores condições de acessibilidade aos/as servidores/as com deficiência ou com alguma condição (situação, causa ou patologia).
- **Conectando Boas Práticas** - Tem o objetivo de fortalecer o sentimento de valorização do corpo funcional e de reconhecer as boas práticas implementadas no IFS nas áreas Administrativa; de Ensino, Pesquisa e Extensão; e de Gestão, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) deseja tornar públicas iniciativas desenvolvidas por seu corpo funcional.
- **Leitores do IFS** - iniciativa que busca proporcionar momentos de reflexão, troca de ideias e fortalecimento das relações interpessoais entre os(as) servidores(as);
- **Revelando Talentos** - tem como objetivo promover o engajamento e a autoestima no ambiente de trabalho, destacando que os(as) servidores(as) são multifacetados e possuem habilidades que vão além de suas funções técnicas. Proporcionar momentos de convivência e troca de experiências entre os(as) servidores(as), fortalecendo os laços interpessoais e contribuindo para um ambiente de trabalho mais acolhedor e criativo

Além disso, a política de formação continuada do IFS oferece oportunidades constantes de capacitação. Com grande frequência, docentes se afastam de suas funções para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu*, tanto no país quanto no exterior. Durante esses afastamentos, são contratados docentes substitutos por tempo determinado, conforme a Lei Nº 8.745/1993, para garantir a continuidade do ensino.

6.2.3 Políticas de Qualidade de Vida no Trabalho

O SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal - instituído pelo Decreto nº 6.833 - de 29/04/2009, tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em Lei. A portaria SRH Nº 797, de 22 de Março de 2010, que institui o Manual de Perícia Oficial em Saúde objetiva orientar os órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto aos procedimentos relativos à perícia médica e odontológica, de que trata o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90).

No Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor- SIASS os servidores, técnicos-administrativos e docentes recebem assistência à saúde por meio de ações voltadas para a prevenção, detecção precoce e tratamento de doenças, além da reabilitação da saúde, abrangendo diversas áreas relacionadas à atenção à saúde do servidor público civil federal. Especificamente, as ações incluem:

- I. Assistência à saúde: ações para prevenção, detecção precoce, tratamento de doenças e reabilitação da saúde do servidor;

- II. Perícia oficial: avaliação médica ou odontológica para determinar o estado de saúde do servidor e sua aptidão para o exercício das atividades laborais;
- III. Promoção, prevenção e acompanhamento da saúde: ações voltadas para a intervenção no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

Nesse sentido, o SIASS promove ações de promoção à saúde do servidor e prevenção às enfermidades físicas, emocionais e mentais, entre eventos e campanhas, tais como:

- **Projeto Momento Saúde** - Que através de campanhas temáticas e divulgação de conteúdo nas redes sociais, o projeto busca sensibilizar e orientar sobre diversos aspectos da saúde, como a prevenção de doenças, a adoção de hábitos saudáveis e a importância dos exames de rotina.
- **Projeto Mente em Foco** - Que através de cursos, palestras e atividades de sensibilização, o projeto visa aumentar a conscientização sobre a importância de cuidar da saúde mental, prevenir transtornos psicológicos e criar um ambiente de trabalho mais saudável e colaborativo.
- **Projeto Cuidando de Quem Cuida** - Por meio de cursos, eventos e ações de acolhimento, o projeto busca conscientizar sobre a importância do autocuidado, sensibilizar para os desafios enfrentados por pais atípicos e criar um ambiente institucional mais inclusivo e acolhedor.

Além disso, o SIASS tem uma Cartilha Explicativa do Servidor que tem por objetivo apresentar as principais informações sobre o binômio trabalho-saúde, esclarecendo as principais dúvidas sobre os direitos e deveres dos servidores ao afastar-se do trabalho por motivo de saúde.

Todas essas ações e programas têm proporcionado aos nossos servidores uma melhor qualidade de vida no trabalho e por isso a Progep continuará investindo para que projetos como esses ganhem força e haja uma maior satisfação em ser IFS.

Infraestrutura

7

7.1 Infraestrutura física e instalações

7.1.1 Levantamento de necessidades e priorização

7.2 Bibliotecas

7.2.1 Acervo digital

7.2.2 Ações culturais e eventos

7.2.3 Marketing e Divulgação

7.2.4 Plano de Contingência e de atualização dos acervos físico e digital das Bibliotecas do IFS

7.2.5 Planejamento de Aquisições e Recursos

7.3 Infraestrutura tecnológica

7.3.1 Datacenter / Salas técnicas

7.3.2 Parque tecnológico

7.3.3 Conectividade / internet

7.3.4 Soluções tecnológicas

7.3.5 Lista de serviços de TIC

7.3.6 Levantamento de necessidades acadêmicas e administrativas

7. Infraestrutura

7.1 Infraestrutura física e instalações

Atualmente, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) dispõe de uma infraestrutura permanente composta por dez campi, estrategicamente distribuídos ao longo do território estadual. Em consonância com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e alinhado às diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a consolidação dessa infraestrutura ocorreu em três distintas fases de implementação.

As tabelas subsequentes apresentam informações detalhadas acerca das instalações físicas de cada unidade, incluindo suas respectivas áreas, organizadas de acordo com as fases de implantação.

Infraestrutura	Reitoria		Aracaju		Lagarto		São Cristóvão	
	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)
Área de Lazer/Convivência	0	0,00	3	10251,52	3	1404,86	4	1961,31
Auditório	1	190,64	0	0,00	2	406,48	2	281,25
Banheiros	35	298,44	10	155,25	25	449,60	49	662,43
Biblioteca	5	174,87	6	340,00	9	198,03	2	194,83
Instalações administrativas	116	3714,33	38	2295,83	53	1635,43	123	6839,68
Laboratórios	1	54,03	24	1570,81	37	2050,51	23	1830,63
Salas de aula	6	310,54	70	4401,93	12	604,12	40	2251,04
Salas de Coordenação	2	73,70	13	583,47	7	189,71	1	30,31
Salas de Docentes	1	62,06	1	53,54	1	80,34	3	187,39
Refeitório/Cantina	4	197,40	4	214,55	4	233,35	5	452,76
Alojamento	3	28,31	0	0,00	0	0,00	35	1663,33

Tabela 26: Infraestrutura física e instalações acadêmicas das unidades da Fase I do Plano de expansão.
Fonte: DIPOP/PRODIN

Infraestrutura	Estância		Itabaiana		Glória	
	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)
Área de Lazer/Convivência	0	0,00	0	0,00	1	42,38
Auditório	1	109,20	1	109,20	1	96,00
Banheiros	10	209,80	15	262,58	13	272,48
Biblioteca	6	396,21	10	548,70	10	546,06
Instalações administrativas	18	707,66	24	895,96	22	1540,40
Laboratórios	13	832,00	13	880,00	11	840,00
Salas de aula	12	672,00	11	616,00	13	832,00
Salas de Coordenação	1	172,80	1	10,95	1	9,35
Salas de Docentes	2	95,58	1	61,20	1	61,20
Refeitório/Cantina	5	616,13	9	220,48	4	41,12
Alojamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Tabela 27: Infraestrutura física e instalações acadêmicas das unidades da Fase II do Plano de expansão.
Fonte: DIPOP/PRODIN

Infraestrutura	Tobias Barreto		Propriá		Socorro		Poço Redondo	
	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)
Área de Lazer/Convivência	1	68,06	1	33,25	1	98,40	1	98,40
Auditório	1	131,54	1	168,52	1	65,44	1	65,44
Banheiros	9	119,39	9	107,22	9	119,39	9	119,39
Biblioteca	9	403,74	10	285,73	9	385,12	9	398,72
Instalações administrativas	16	479,08	18	418,69	12	384,65	13	422,00
Laboratórios	2	136,79	5	340,31	2	165,52	2	147,45
Salas de aula	7	479,25	4	274,89	5	341,63	5	341,63
Salas de Coordenação	1	19,06	1	17,60	0	0,00	0	0,00
Salas de Docentes	1	22,71	1	22,71	2	136,79	2	137,53
Refeitório/Cantina	0	0,00	1	3,94	1	68,06	1	68,06
Alojamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Tabela 28: Infraestrutura física e instalações acadêmicas das unidades da Fase III do Plano de expansão.
Fonte: DIPOP/PRODIN

7.1.1 Levantamento de necessidades e priorização

Para garantir o desenvolvimento sustentável e a excelência na oferta de ensino, o Instituto Federal de Sergipe realizou um levantamento detalhado das necessidades de infraestrutura física de suas unidades. Este diagnóstico visa identificar as demandas prioritárias, considerando aspectos como ampliação, modernização, manutenção e adequação das instalações, de modo a atender às demandas acadêmicas, administrativas e de convivência.

Com base nesse levantamento, foi elaborada uma estratégia de priorização que orientará as ações e investimentos ao longo do período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026 a 2031. Essa abordagem busca assegurar o uso eficiente dos recursos, promovendo melhorias estruturais que contribuam para a consolidação de uma infraestrutura de qualidade, alinhada às metas institucionais e às necessidades da comunidade acadêmica.

A tabela a seguir apresenta as necessidades específicas de cada unidade, bem como sua classificação de prioridade.

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
Reitoria	1	Construção do <i>campus</i> Japaratuba	R\$ 15.000.000,00
	2	Construção do <i>campus</i> Aracaju Zona Sul	R\$ 15.000.000,00
	3	Serviços de sondagem e topografia nos terrenos do IFS	R\$ 1.000.000,00
	4	Implantação de acessibilidade do prédio da Reitoria	R\$ 400.000,00
	5	Contratação de serviço de apoio na área de engenharia e arquitetura.	R\$ 3.600.000,00
	6	Softwares (Autocad, Revit, Ms Project, Altoqi Builder, etc).	R\$ 2.000.000,00
	7	Reforma e revitalização do prédio da Reitoria	R\$ 2.000.000,00

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
	8	Cursos de capacitação: arquitetura, engenharia e licitações.	R\$ 250.000,00
	9	Aquisição de equipamentos de informática para atendimento à expansão das atividades técnicas	R\$ 200.000,00
	10	Aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimento à expansão das atividades técnicas	R\$ 400.000,00
Campus Aracaju	1	Conclusão da obra da sede do campus Aracaju	R\$ 18.000.000,00
	2	Serviços de reforma geral do campus Aracaju (piso, pintura, reforma dos sanitários, etc)	R\$ 3.600.000,00
	3	Construção do Restaurante do campus Aracaju	R\$ 1.700.000,00
	4	Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Aracaju	R\$ 1.000.000,00
	5	Reforma do sistema de esgotamento e drenagem pluvial do campus Aracaju	R\$ 400.000,00
	6	Recuperação estrutural das edificações do campus Aracaju	R\$ 2.000.000,00
	7	Aplicação de elementos de acessibilidade no campus Aracaju	R\$ 600.000,00
	8	Execução do estacionamento e urbanização do campus Aracaju	R\$ 500.000,00
	9	Revitalização dos revestimentos de forros nas edificações do campus Aracaju	R\$ 300.000,00
	10	Adequação do sistema de Combate à Incêndio e Panico (PCIP) e SPDA do campus Aracaju	R\$ 2.000.000,00
	11	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Aracaju	R\$ 500.000,00
	12	Aquisição e instalação de divisórias no campus Aracaju	R\$ 500.000,00
	13	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Aracaju	R\$ 500.000,00
Campus Socorro	1	Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.800.000,00
	2	Implantação das usinas fotovoltaicas do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.300.000,00
	3	Construção de Restaurante do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.700.000,00
	4	Construção de quadra de areia, cantina e espaço de vivência do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.000.000,00
	5	Construção de bloco de serviços de apoio do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 500.000,00

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
	6	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 300.000,00
	7	Construção de edificações para instalação de laboratórios e atividades acadêmicas do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.200.000,00
	8	Construção passarela guarita-bloco administrativo do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 350.000,00
	9	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 200.000,00
Campus São Cristóvão	1	Revitalização e modernização da estação de tratamento de água (ETA) do campus São Cristóvão.	R\$ 4.000.000,00
	2	Reforma do refeitório do campus São Cristóvão	R\$ 1.000.000,00
	3	Ampliação do sistema elétrico da Didática IV do campus São Cristóvão	R\$ 1.200.000,00
	4	Reforma e recuperação estrutural do prédio da Didática III do campus São Cristóvão.	R\$ 2.000.000,00
	5	Expansão das usinas fotovoltaicas do campus São Cristóvão	R\$ 1.300.000,00
	6	Recuperação dos reservatórios de água potável do campus São Cristóvão	R\$ 600.000,00
	7	Implantação de poço artesiano (para atendimento de água potável da unidade) do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
	8	Reforma geral dos setores produtivos agropecuários do campus São Cristóvão	R\$ 2.000.000,00
	9	Manutenção e Recuperação estrutural da Didática IV do campus São Cristóvão.	R\$ 500.000,00
	10	Reforma dos banheiros do pavimento superior do prédio administrativo e Didática I do campus São Cristóvão.	R\$ 350.000,00
	11	Adequação do sistema de Combate à Incêndio e Pânico (PCIP) e SPDA do campus São Cristóvão	R\$ 1.000.000,00
	12	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
	13	Execução de pavimentação asfáltica do acesso ao setor de transportes/garagem/ oficina e Administração do campus São Cristóvão	R\$ 2.000.000,00
	14	Aplicação de elementos de acessibilidade no campus São Cristóvão	R\$ 800.000,00
	15	Reforma geral das cantinas e salas dos centros acadêmicos do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
	16	Reforma geral do Auditório Central do campus São Cristóvão.	R\$ 2.000.000,00

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
	17	Construção de quadra poliesportiva no campus São Cristóvão.	R\$ 1.800.000,00
	18	Construção de Estacionamentos para ônibus escolares do campus São Cristóvão	R\$ 600.000,00
	19	Execução de sistema de climatização dos ambientes da Agroindústria do campus São Cristóvão	R\$ 650.000,00
	20	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus São Cristóvão	R\$ 300.000,00
	21	Execução de sistema de climatização das salas de aula do curso de Aquicultura do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
Campus Itabaiana	1	Construção de Restaurante do campus Itabaiana	R\$ 1.700.000,00
	2	Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Itabaiana	R\$ 1.300.000,00
	3	Recuperação do sistema de abastecimento do campus Itabaiana	R\$ 100.000,00
	4	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Itabaiana	R\$ 250.000,00
	5	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Itabaiana	R\$ 400.000,00
	6	Construção de garagem para os veículos oficiais do campus Itabaiana	R\$ 400.000,00
	7	Construção de bloco de apoio para guarda de materiais referentes às atividades de educação física do campus Itabaiana	R\$ 650.000,00
	8	Construção de Auditório no campus Itabaiana	R\$ 3.500.000,00
Campus Lagarto	1	Readequação elétrica e ampliação da subestação abrigada do campus Lagarto	R\$ 3.000.000,00
	2	Recuperação estrutural das edificações do Campus Lagarto	R\$ 2.000.000,00
	3	Construção de Restaurante do campus Lagarto	R\$ 1.700.000,00
	4	Recuperação de revestimento cerâmico em paredes de corredores de blocos de sala de aula do Campus Lagarto	R\$ 350.000,00
	5	Implantação das usinas fotovoltaicas do campus Lagarto	R\$ 1.300.000,00
	6	Aplicação de elementos de acessibilidade no Campus Lagarto	R\$ 500.000,00
	7	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Lagarto	R\$ 500.000,00
	8	Reforma do Ginásio Poliesportivo do campus Lagarto	R\$ 500.000,00

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
	9	Adequação do sistema de Combate à Incêndio e Pânico (PCIP) e SPDA do campus Lagarto	R\$ 1.500.000,00
	10	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Lagarto	R\$ 500.000,00
	11	Pintura Geral do Campus Lagarto	R\$ 1.100.000,00
	12	Reforma Geral dos Banheiros do Campus Lagarto	R\$ 500.000,00
Campus Propriá	1	Construção do acesso rodoviário ao campus Propriá	R\$ 1.500.000,00
	2	Implantação das usinas fotovoltaicas do campus Propriá	R\$ 1.300.000,00
	3	Construção do Restaurante do campus Propriá	R\$ 1.700.000,00
	4	Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Propriá	R\$ 1.800.000,00
	5	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Propriá	R\$ 300.000,00
	6	Construção de bloco de serviços de apoio do campus Propriá	R\$ 500.000,00
	7	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Propriá	R\$ 200.000,00
Campus Estância	1	Readequação elétrica e ampliação da subestação abrigada do campus Estância	R\$ 3.100.000,00
	2	Recuperação do telhado dos prédios da biblioteca e administrativo do campus Estância	R\$ 500.000,00
	3	Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Estância	R\$ 1.300.000,00
	4	Construção de Restaurante do campus Estância	R\$ 1.700.000,00
	5	Reforma das grades e portão de entrada, e escada de acesso ao reservatório superior do campus Estância	R\$ 300.000,00
	6	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Estância	R\$ 400.000,00
	7	Construção de garagem para os veículos oficiais do campus Estância	R\$ 600.000,00
	8	Construção de bloco de salas de aula do campus Estância	R\$ 2.000.000,00
	9	Construção de muro de cercamento de terreno adjacente ao campus Estância	R\$ 300.000,00
	10	Construção de Auditório no campus Estância	R\$ 3.500.000,00
	11	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Estância	R\$ 300.000,00

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
Campus Glória	1	Construção do acesso rodoviário ao campus de Nossa Senhora da Glória	R\$ 3.100.000,00
	2	Recuperação do reservatório do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 300.000,00
	3	Construção de Restaurante do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 1.700.000,00
	4	Implantação de usinas fotovoltaicas do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 1.300.000,00
	5	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 400.000,00
	6	Recuperação do portão e gradil do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 300.000,00
	7	Recuperação dos revestimentos do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 200.000,00
	8	Instalação de divisórias nos setores administrativos do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 500.000,00
	9	Recuperação do forro de pvc do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 150.000,00
	10	Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 1.800.000,00
Campus Tobias Barreto	1	Construção de Restaurante do campus Tobias Barreto	R\$ 1.700.000,00
	2	Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Tobias Barreto	R\$ 1.300.000,00
	3	Recuperação da cobertura metálica do prédio administrativo do campus Tobias Barreto	R\$ 500.000,00
	4	Recuperação do sistema de tubulação e bombeamento das instalações de combate à incêndio do campus Tobias Barreto	R\$ 300.000,00
	5	Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Tobias Barreto	R\$ 1.800.000,00
	6	Construção de casa de lixo do campus Tobias Barreto	R\$ 120.000,00
	7	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Tobias Barreto	R\$ 300.000,00
	8	Recuperação do gradil do campus Tobias Barreto	R\$ 150.000,00
	9	Recuperação da pavimentação do campus Tobias Barreto	R\$ 200.000,00
	10	Construção de garagem para os veículos oficiais do campus Tobias Barreto	R\$ 1.000.000,00
	11	Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Tobias Barreto	R\$ 200.000,00
Campus Poço Redondo	1	Construção do Restaurante do campus Poço Redondo	R\$ 1.700.000,00

Unidade	Ordem de Prioridade	Obra e Serviços de Engenharia	Valor estimado
Campus Poço Redondo	2	Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Poço Redondo	R\$ 1.300.000,00
	3	Construção do acesso rodoviário ao campus Poço Redondo	R\$ 1.500.000,00
	4	Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Poço Redondo	R\$ 300.000,00
	5	Cercamento do terreno do campus Poço Redondo	R\$ 400.000,00

Tabela 29: Levantamento das necessidades das unidades do IFS.

Fonte: DIPOP/PRODIN

A seguir, apresentamos os valores totais estimados referentes às demandas do Instituto Federal de Sergipe, distribuídos nos seguintes eixos de atuação: obras, aquisição de equipamentos e mobiliários, melhorias em acessibilidade, obras de saneamento básico, bem como a implementação de usinas solares fotovoltaicas.

OBRAS	
Construção do campus Japaratuba	R\$ 15.000.000,00
Construção do campus Aracaju Zona Sul	R\$ 15.000.000,00
Serviços de sondagem e topografia nos terrenos do IFS	R\$ 1.000.000,00
Reforma e revitalização do prédio da Reitoria	R\$ 2.000.000,00
Conclusão da obra da sede do campus Aracaju	R\$ 18.000.000,00
Serviços de reforma geral do campus Aracaju (piso, pintura, reforma dos sanitários, etc)	R\$ 3.600.000,00
Construção do Restaurante do campus Aracaju	R\$ 1.700.000,00
Recuperação estrutural das edificações do campus Aracaju	R\$ 2.000.000,00
Execução do estacionamento e urbanização do campus Aracaju	R\$ 500.000,00
Revitalização dos revestimentos de forros nas edificações do campus Aracaju	R\$ 300.000,00
Aquisição e instalação de divisórias no campus Aracaju	R\$ 500.000,00
Reforma do refeitório do campus São Cristóvão	R\$ 1.000.000,00
Ampliação do sistema elétrico da Didática IV do campus São Cristóvão	R\$ 1.200.000,00
Reforma e recuperação estrutural do prédio da Didática III do campus São Cristóvão.	R\$ 2.000.000,00
Reforma geral dos setores produtivos agropecuários do campus São Cristóvão	R\$ 2.000.000,00
Manutenção e Recuperação estrutural da Didática IV do campus São Cristóvão.	R\$ 500.000,00
Execução de pavimentação asfáltica do acesso ao setor de transportes/garagem/oficina e Administração do campus São Cristóvão	R\$ 2.000.000,00
Reforma geral das cantinas e salas dos centros acadêmicos do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
Reforma geral do Auditório Central do campus São Cristóvão.	R\$ 2.000.000,00
Construção de quadra poliesportiva no campus São Cristóvão.	R\$ 1.800.000,00

OBRAS	
Construção de Estacionamentos para ônibus escolares do campus São Cristóvão	R\$ 600.000,00
Execução de sistema de climatização dos ambientes da Agroindústria do campus São Cristóvão	R\$ 650.000,00
Execução de sistema de climatização das salas de aula do curso de Aquicultura do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
Readequação elétrica e ampliação da subestação abrigada do campus Lagarto	R\$ 3.000.000,00
Recuperação estrutural das edificações do Campus Lagarto	R\$ 2.000.000,00
Construção de Restaurante do campus Lagarto	R\$ 1.700.000,00
Recuperação de revestimento cerâmico em paredes de corredores de blocos de sala de aula do Campus Lagarto	R\$ 350.000,00
Reforma do Ginásio Poliesportivo do campus Lagarto	R\$ 700.000,00
Pintura Geral do Campus Lagarto	R\$ 1.100.000,00
Construção de Restaurante do campus Itabaiana	R\$ 1.700.000,00
Construção de garagem para os veículos oficiais do campus Itabaiana	R\$ 400.000,00
Construção de bloco de apoio para guarda de materiais referentes às atividades de educação física do campus Itabaiana	R\$ 650.000,00
Construção de Auditório no campus Itabaiana	R\$ 3.500.000,00
Construção do acesso rodoviário ao campus de Nossa Senhora da Glória	R\$ 3.100.000,00
Construção de Restaurante do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 1.700.000,00
Recuperação do portão e gradil do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 300.000,00
Recuperação dos revestimentos do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 200.000,00
Instalação de divisórias nos setores administrativos do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 500.000,00
Recuperação do forro de pvc do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 150.000,00
Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 1.800.000,00
Readequação elétrica e ampliação da subestação abrigada do campus Estância	R\$ 3.100.000,00
Recuperação do telhado dos prédios da biblioteca e administrativo do campus Estância	R\$ 500.000,00
Construção de Restaurante do campus Estância	R\$ 1.700.000,00
Reforma das grades e portão de entrada, e escada de acesso ao reservatório superior do campus Estância	R\$ 300.000,00
Construção de garagem para os veículos oficiais do campus Estância	R\$ 600.000,00
Construção de bloco de salas de aula do campus Estância	R\$ 2.000.000,00
Construção de muro de cercamento de terreno adjacente ao campus Estância	R\$ 300.000,00
Construção de Auditório no campus Estância	R\$ 3.500.000,00
Ampliação de quadra para ginásio poliesportivo no campus Estância	R\$ 1.200.000,00
Construção de Restaurante do campus Tobias Barreto	R\$ 1.700.000,00

OBRAS	
Recuperação da cobertura metálica do prédio administrativo do campus Tobias Barreto	R\$ 500.000,00
Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Tobias Barreto	R\$ 1.800.000,00
Construção de casa de lixo do campus Tobias Barreto	R\$ 120.000,00
Recuperação do gradil do campus Tobias Barreto	R\$ 150.000,00
Recuperação da pavimentação do campus Tobias Barreto	R\$ 200.000,00
Construção de garagem para os veículos oficiais do campus Tobias Barreto	R\$ 1.000.000,00
Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.800.000,00
Construção de Restaurante do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.700.000,00
Construção de quadra de areia, cantina e espaço de vivência do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.000.000,00
Construção de bloco de serviços de apoio do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 500.000,00
Construção de edificações para instalação de laboratórios e atividades acadêmicas do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.200.000,00
Construção do Restaurante do campus Poço Redondo	R\$ 1.700.000,00
Construção do acesso rodoviário ao campus Poço Redondo	R\$ 1.500.000,00
Cercamento do terreno do campus Poço Redondo	R\$ 400.000,00
Construção do acesso rodoviário ao campus Propriá	R\$ 1.500.000,00
Construção do Restaurante do campus Propriá	R\$ 1.700.000,00
Construção de quadra poliesportiva coberta do campus Propriá	R\$ 1.800.000,00
Construção de bloco de serviços de apoio do campus Propriá	R\$ 500.000,00
TOTAL (R\$)	R\$ 131.170.000,00
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	
Contratação de serviço de apoio na área de engenharia e arquitetura	R\$ 3.600.000,00
Aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimento à expansão das atividades técnicas	R\$ 400.000,00
Aquisição de equipamentos de informática para atendimento à expansão das atividades técnicas	R\$ 200.000,00
Cursos de capacitação: arquitetura, engenharia e licitações	R\$ 250.000,00
Softwares (Autocad, Revit, Ms Project, Altoqi Builder, etc)	R\$ 2.000.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Aracaju	R\$ 500.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Lagarto	R\$ 500.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Itabaiana	R\$ 400.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 400.000,00

EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Estância	R\$ 400.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Tobias Barreto	R\$ 300.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 300.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Poço Redondo	R\$ 300.000,00
Implantação de acesso eletrônico e monitoramento do campus Propriá	R\$ 300.000,00
TOTAL (R\$)	R\$ 10.350.000,00
ACESSIBILIDADE	
Implantação de acessibilidade do prédio da Reitoria	R\$ 400.000,00
Aplicação de elementos de acessibilidade no campus Aracaju	R\$ 600.000,00
Aplicação de elementos de acessibilidade no campus São Cristóvão	R\$ 800.000,00
Aplicação de elementos de acessibilidade no Campus Lagarto	R\$ 500.000,00
Construção passarela guarita-bloco administrativo do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 350.000,00
Implantação de acessibilidade do prédio da Reitoria	R\$ 400.000,00
TOTAL (R\$)	R\$ 2.650.000,00
PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	
Adequação do sistema de Combate à Incêndio e Panico (PCIP) e SPDA do campus Aracaju	R\$ 2.000.000,00
Adequação do sistema de Combate à Incêndio e Panico (PCIP) e SPDA do campus São Cristóvão	R\$ 1.000.000,00
Adequação do sistema de Combate à Incêndio e Panico (PCIP) e SPDA do campus Lagarto	R\$ 1.500.000,00
Recuperação do sistema de tubulação e bombeamento das instalações de combate à incêndio do campus Tobias Barreto	R\$ 300.000,00
TOTAL (R\$)	R\$ 4.800.000,00
OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	
Reforma do sistema de esgotamento e drenagem pluvial do campus Aracaju	R\$ 400.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Aracaju	R\$ 500.000,00
Revitalização e modernização da estação de tratamento de água (ETA) do campus São Cristóvão.	R\$ 4.000.000,00
Recuperação dos reservatórios de água potável do campus São Cristóvão	R\$ 600.000,00
Implantação de poço artesiano (para atendimento de água potável da unidade) do campus São Cristóvão	R\$ 500.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus São Cristóvão	R\$ 300.000,00
Reforma dos banheiros do pavimento superior do prédio administrativo e Didática I do campus São Cristóvão.	R\$ 350.000,00
Reforma Geral dos Banheiros do Campus Lagarto	R\$ 500.000,00

OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Lagarto	R\$ 500.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Itabaiana	R\$ 250.000,00
Recuperação do reservatório do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 300.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Estância	R\$ 300.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Tobias Barreto	R\$ 200.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 200.000,00
Desenvolvimento de projeto e implantação de sistema de aproveitamento de águas pluviais do campus Propriá	R\$ 200.000,00
TOTAL (R\$)	R\$ 9.100.000,00
USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS	
Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Aracaju	R\$ 1.000.000,00
Expansão das usinas fotovoltaicas do campus São Cristóvão	R\$ 1.300.000,00
Implantação das usinas fotovoltaicas do campus Lagarto	R\$ 1.300.000,00
Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Itabaiana	R\$ 1.300.000,00
Implantação de usinas fotovoltaicas do campus Nossa Senhora da Glória	R\$ 1.300.000,00
Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Estância	R\$ 1.300.000,00
Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Tobias Barreto	R\$ 1.300.000,00
Implantação das usinas fotovoltaicas do campus Nossa Senhora do Socorro	R\$ 1.300.000,00
Expansão das usinas fotovoltaicas do campus Poço Redondo	R\$ 1.300.000,00
Implantação das usinas fotovoltaicas do campus Propriá	R\$ 1.300.000,00
TOTAL (R\$)	R\$ 12.700.000,00
INCIDENTES CLIMÁTICOS	
TOTAL (R\$)	R\$ -
TOTAL (R\$)	R\$ 170.770.000,00

Tabela 30: Valor total das necessidades por eixos.
Fonte: DIPOP/PRODIN

7.2 Bibliotecas

A Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações (DIPUB), subordinada diretamente à Reitoria, é responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar, controlar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas relacionadas aos serviços e produtos oferecidos pelas Bibliotecas Institucionais (COBIBs) e pela Editora do IFS (EDIFS). Além disso, atua na divulgação da produção cultural e científica do Instituto Federal de Sergipe (IFS), prestando suporte

aos programas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão.

Recursos Humanos	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações - DIPUB	15 Servidores	Solicitados mais colaboradores, a fim de atender melhor as demandas institucionais.					

A Estrutura Organizacional da DIPUB é composta por três coordenadorias:

- **CAEX** – Coordenadoria de Assistência Executiva
- **CBIBLIO** – Coordenadoria Geral de Bibliotecas
- **CEDIFS** – Coordenadoria Geral da Editora do IFS

Com a finalidade de auxiliar no atendimento da sua missão institucional, o IFS conta com a sua própria rede de bibliotecas. Essa rede é formada atualmente por 10 unidades informacionais: Biblioteca Campus Aracaju, Biblioteca Campus Itabaiana, Biblioteca Campus Glória, Biblioteca Campus São Cristóvão, Biblioteca Campus Estância, Biblioteca Campus Lagarto, Biblioteca Campus Propriá, Biblioteca Campus Tobias Barreto, Biblioteca Campus Socorro, Biblioteca Campus Poço Redondo.

Para mais informações sobre as bibliotecas, acesse: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dipub>

7.2.1 Acervo Digital

A instituição disponibiliza um amplo acervo digital para toda a comunidade acadêmica, incentivando a pesquisa e o acesso remoto. O sistema Pergamum gerencia os serviços de consulta, renovação e reserva das bibliotecas.

Os recursos disponíveis incluem:

- Normas ABNT e Mercosul
- Biblioteca Virtual (BV)
- Minha Biblioteca
- Portal de Periódicos da CAPES
- Repositório Institucional do IFS
- Portal Eletrônico de Revistas do IFS
- Open Journal Systems (OJS)
- Open Monograph Press (OMP)
- Bases de dados livres

Acesso pelo site da DIPUB: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dipub>.

Periódicos de acesso livre e assinaturas



O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados

com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 38 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência.

Acervo Digital de Livros



A Minha Biblioteca, formada pelas principais editoras do país, tem uma das melhores soluções digitais de e-books com amplo acervo multidisciplinar. A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas principais editoras de livros técnicos e científicos.

O acervo, em português, atende à bibliografia de mais de 250 cursos de graduação. Tudo isso em uma plataforma prática e inovadora que pode ser usada em computadores, tablets e smartphones: Possui milhares de títulos técnicos, acadêmicos e científicos de diversas áreas do conhecimento; plataforma intuitiva e fácil de usar com ferramentas exclusivas que facilitam a leitura; totalmente online; acervo multidisciplinar; está em constante atualização; atende aos critérios exigidos pelo MEC.

Pode-se acessar através da página da DIPUB ou do link direto: <https://portal.dli.minhabiblioteca.com.br/Login.aspx?key=IFS>



A Biblioteca Virtual é uma iniciativa pioneira para a oferta de livros eletrônicos universitários em língua portuguesa. Desde 2005, a BV disponibiliza um acervo completo de e-books de livros-texto, com acesso ilimitado e multiusuário, é oferecido a toda a comunidade acadêmica, docentes, alunos de pós-graduação, alunos de graduação e servidores administrativos do IFS.

Pode-se acessar através da página da DIPUB ou do link direto: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>.

Biblioteca Virtual disponibiliza conteúdo das seguintes editoras:

Prentice Hall, Makron Books e Addison Wesley e as Editoras parceiras: Contexto, Ibepex/Intersaberes, Rideel, Papirus, Educas, Jaypee Brothers, Callis, Lexikon, Summus, Interciência, Autêntica, Vozes, Freitas Bastos, Oficina de Textos, Difusão, EdiPucRs, Brasport, Labrador, Yendis, Blucher, Atheneu, Global, Neurus, Del Rey, Processo, Ícone, Ediouro, Santos Publicações, Pallas, Revista Cult, autores associados, Boitempo, Bookwire, DSOP, Vetor e Editora Falconi.

Acervo Digital Multidisciplinar



O Repositório Institucional do Instituto Federal de Sergipe (RIFS) tem como objetivo armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Todos os seus conteúdos possuem acesso livre, buscando contribuir

com a democratização do conhecimento e aumentar tanto a visibilidade como o impacto da produção científica institucional.

Segue o link para acesso direto: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/>



O acesso às Normas ABNT e Mercosul, através da base de dados Target GedWeb, é oferecido a toda a comunidade acadêmica, docentes, alunos de pós-graduação, alunos de graduação e servidores administrativos.

Segue o link para acesso direto: <https://www.gedweb.com.br/ifs/>

7.2.2 Ações culturais e eventos

Buscando fornecer meios para que as Bibliotecas se tornem ambientes de pesquisa, fomento à leitura, com a valorização da palavra através de ações de cunho literário, cultural e científico, as bibliotecas do IFS implantam projetos de incentivo à leitura, à cultura local e à produção literária.

Para maiores informações sobre as ações e eventos realizados pelas bibliotecas do IFS, acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/institucional-biblioteca/acao-cultural-biblioteca>

7.2.3 Marketing e Divulgação

Promover os serviços e recursos informacionais das Bibliotecas através de campanhas publicitárias disponibilizadas no site das bibliotecas: <http://www.ifs.edu.br/biblioteca>.

- Página do facebook: <https://www.facebook.com/BibliotecasIFS>
- Instagram: [@ifs.dipub](https://www.instagram.com/ifs.dipub)

7.2.4 Plano de Contingência e de atualização dos acervos físico e digital das Bibliotecas do IFS

O Plano de Contingência e de Atualização para os Acervos Físico e Digital visa ao atendimento do disposto nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) do INEP/MEC, que subsidiam os atos autorizativos de cursos - autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nos graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado para as modalidades presencial e a distância. O principal objetivo é oferecer informações sobre quais meios e mecanismos estão sendo utilizados e viabilizados para que o usuário tenha garantido seu acesso aos serviços oferecidos pelas Bibliotecas do Instituto, presencial e virtualmente.

Os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) do INEP/MEC, que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nos graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado para as modalidades presencial e

a distância, utilizados para avaliações realizadas até meados do ano de 2018, faziam menção a um cálculo de obrigatoriedade quanto ao acervo das bibliografias básica e complementar. Deveria haver, no mínimo, três títulos por disciplina na bibliografia básica, disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais ofertadas. Na bibliografia complementar, deveria possuir, pelo menos, cinco títulos por disciplina, adquirindo dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. Dessa forma, todas as aquisições realizadas com verbas conseguidas até 2017 foram feitas.

O novo IACG, versão outubro/2017, imputou a responsabilidade aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de cada curso de definir quantitativa e qualitativamente o material bibliográfico a ser adquirido pela Instituição/Biblioteca. O NDE deverá realizar um estudo criterioso dos títulos necessários para adquirir, referendado pelo Relatório de Adequação, elaborado pelo próprio NDE do curso, atestando que a composição existente é adequada ao projeto pedagógico, à matriz curricular, ao perfil do corpo docente, à infraestrutura para esse fim e à quantidade de vagas ofertadas. Também nesse Relatório de Adequação deverão constar os critérios para atualização de acervo.

Coordenadoria Geral da Editora do IFS (CEDIFS)

A CEDIFS tem atuação transversal em todos os campi e é responsável pela divulgação da produção científica e cultural do Instituto. Entre suas atribuições, destacam-se:

- Planejamento e organização da divulgação científica;
- Elaboração e atualização de normas editoriais;
- Editoração e promoção de publicações acadêmicas e culturais;
- Intercâmbio com outras instituições e editoras;
- Gestão de catálogos de publicações e editais internos;
- Coordenação do processo de revisão e publicação de obras científicas.

Serviços Prestados pela EDIFS

A EDIFS oferece diversos serviços editoriais, incluindo:

- Lançamento de chamadas públicas e editais;
- Revisão por pares e editoração de obras;
- Solicitação de ISBN e ISSN;
- Organização de eventos de lançamento;
- Publicação de periódicos acadêmicos;
- Atendimento presencial e virtual à comunidade acadêmica;
- Gravação de podcasts e confecção de documentos institucionais.

7.2.5 Planejamento de Aquisições e Recursos

A seguir, apresentam-se os planos de aquisição de equipamentos, softwares e recursos humanos para o período de 2026 a 2031.

Publicações Previstas	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Livros	30	30	40	50	50	50	50
Revistas	4	4	6	6	6	6	6
Anais	2	2	4	4	6	6	6
Cadernos de Graduação	5	5	6	6	9	9	9

Publicações Previstas	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Publicações Institucionais	3	3	3	3	3	3	3
Produtos de Mestrado	19	20	20	40	40	40	40
Cadernos de Pós-Graduação	2	2	2	2	2	2	2
Revista em HQ's	2	2	3	3	4	4	

Equipamentos	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Impressora laser/led policromatica A3 (xerox versant V180) Gráfica	1	1	1	1	1	1	1
Encadernadora (CP bourg BB 3002)	1	1	1	1	1	1	1
Guilhotina (MGL cutter 4908)	1	1	1	1	1	1	1
Seladora conjugada (40x40 shrik isa-581)	1	1	1	1	1	1	1
Mesa digitalizadora	1	1	1	1	1	1	1
Computadores	5	5	8	5	5	5	5
Impressora Normal	1	1	1	1	1	1	1

Softwares	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Adobe Creative Cloud	1	1	1	1	1	1	1
Verificador de Plágio	1	1	1	1	1	1	1
Canva Pro	1	1	1	1	1	1	1

Sistemas	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Open Journal Systems - OJS	1	1	1	1	1	1	1
Open Monograph Press - OMP	1	1	1	1	1	1	1

Eventos	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Lançamento anual de livros	1	1	1	1	1	1	1
Lançamentos de publicações institucionais	3	3	6	6	6	6	6
Lançamentos externos	2	2	4	4	4	6	6
Lançamento ENEDIF	1	1	1	1	1	1	1

Cursos/Capacitação	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Curso de Produção editorial	2	2	2	2	2	2	2
Curso de novos produtos editoriais em áudio	2	2	2	2	2	2	2
Curso Preparação e revisão: o trabalho com o texto	2	2	2	2	2	2	2
Curso Editor de Texto	2	2	2	2	2	2	2

Eventos	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Suprimentos	1	1	1	1	1	1	1
Insumos	1	1	1	1	1	1	1
Peças	1	1	1	1	1	1	1
Manutenção	1	1	1	1	1	1	1
Atribuição de DOI	1	1	1	1	1	1	1
Assessoria de editoração científica ABEC	1	1	1	1	1	1	1

A evolução da rede de bibliotecas do Instituto ao longo dos anos é notória e incontroversa. A fim de se manter nesse caminho, no ano de 2023 a estrutura organizacional de suporte às bibliotecas, competências e atividades foram revistas. Dessa forma, a Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) foi extinta, e assim criada a Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações - DIPUB, concedendo mais autonomia para as bibliotecas na realização de suas atividades e projetos, tendo em vista a estruturação já obtida. A DIPUB planeja e executa ações estratégicas voltadas ao aprimoramento da produção e disseminação científica do IFS.

Pela necessidade de se manter padronização e qualidade dentro da rede de bibliotecas, foi criada a CBIBLIO, que emanará diretrizes para o bom desenvolvimento das bibliotecas da rede IFS. Já a CEDIFS é um setor de publicações que procura difundir os resultados de suas pesquisas, para assim, trazer à sociedade um produto autêntico e de qualidade que viabilize a reflexão e uso do conhecimento em prol da comunidade. Por fim o CAEX, tem como função assessorar a DIPUB em suas diversas atividades executivas, a exemplo da elaboração de processos de aquisição e fiscalização dos serviços.

O presente PDI estabelece diretrizes para fortalecimento institucional, garantindo a continuidade e expansão dos serviços prestados.

7.3 Infraestrutura tecnológica

A infraestrutura tecnológica dos laboratórios do Instituto Federal de Sergipe (IFS) constitui a base para a excelência acadêmica, inovação e formação de profissionais alinhados às exigências do mercado contemporâneo. As instalações laboratoriais contam com equipamentos essenciais como computadores atualizados, impressoras 3D, kits de robótica, simuladores e dispositivos de automação, todos diretamente correlacionados aos cursos técnicos e superiores ofertados no IFS. Esses recursos viabilizam práticas pedagógicas interdisciplinares, projetos de pesquisa aplicada e atividades de extensão, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e científicas além do fortalecimento da gestão.

Contudo, a rápida evolução tecnológica e o crescimento do volume de dados demandam investimentos contínuos em itens estratégicos. A aquisição e atualização de **Switches LAN gerenciáveis** são fundamentais para garantir a segmentação eficiente das redes acadêmicas e administrativas, possibilitando o isolamento de tráfego, a priorização de aplicações críticas e a escalabilidade necessária diante do aumento de dispositivos conectados, como tablets e equipamentos de IoT1. Os **Servidores de Armazenamento de dados** e processamento, tanto físicos quanto virtualizados, são indispensáveis para hospedar sistemas críticos, ambientes virtuais de aprendizagem e realizar backups, assegurando a integridade e a disponibilidade de registros acadêmicos e administrativos diante do crescimento exponencial de dados.

A segurança da informação se torna ainda mais relevante com a necessidade de **Firewalls de Última Geração (NGFW)**, que protegem a instituição contra ataques cibernéticos, filtram conteúdos maliciosos e controlam o acesso a redes sensíveis, especialmente diante do aumento de incidentes no setor educacional1. A infraestrutura física é complementada pela atualização e expansão do **Cabeamento Estruturado Cat 6**, que suporta velocidades de até 10 Gbps, garantindo conectividade estável para laboratórios, bibliotecas e salas técnicas, além de viabilizar a expansão de ambientes de ensino híbrido e remoto.

A adoção de **Nobreaks** com autonomia adequada é imprescindível para evitar perdas de dados e interrupções em atividades acadêmicas e administrativas durante quedas de energia, protegendo equipamentos e garantindo a continuidade dos serviços essenciais. No

campo das inovações, a implementação de **Inteligência Artificial (IA)** destaca-se como ferramenta estratégica para análise preditiva de evasão escolar, personalização do ensino e automação de processos, reduzindo o tempo gasto com atividades burocráticas e potencializando o uso dos dados institucionais para a tomada de decisão.

A ausência ou defasagem desses recursos representa riscos institucionais críticos, como vulnerabilidade a ataques, perda de dados, interrupção de atividades e limitação na oferta de práticas pedagógicas inovadoras. Portanto, a priorização de investimentos em switches LAN, servidores de armazenamento, firewalls NGFW, cabeamento Cat 6, IA e nobreaks é fundamental para garantir a segurança, a continuidade e a modernização da infraestrutura tecnológica dos laboratórios do IFS, assegurando sua missão de formar profissionais preparados para os desafios do mundo digital.

7.3.1 Data Center / Salas técnicas

Unidade / Ambiente	DataCenter (Qtde)	Sala técnica (Qtde)	Área Total (m²)
Aracaju - AJU	1	1	31
Estância - EST	1	3	25
Itabaiana - ITA	1	1	7
Lagarto - LAG	1	1	50
Nossa Senhora da Glória - GLO	1	1	64
Nossa Senhora do Socorro - SOC	1	1	6
Poço Redondo - PR	1	1	12
Propriá - CPP	1	1	18
Reitoria - RE	1	5	15
São Cristóvão - SCR	1	3	42
Tobias Barreto - TB	1	1	16,75

Tabela 31: Data Center / Salas técnicas.
Fonte: DTI/Reitoria/IFS

7.3.2 Parque tecnológico

Unidade / Equipamentos	Máq. Servidor (Qtde)	Computador - Administrativo (Qtde)	Computador - Laboratório (Qtde)	Notebook (Qtde)	Tablet (Qtde)
Aracaju - AJU	4	230	420	67	0
Estância - EST	2	60	150	1	0
Itabaiana - ITA	2	40	127	20	0
Lagarto - LAG	3	70	320	91	714
Nossa Senhora da Glória - GLO	2	43	31	18	86
Nossa Senhora do Socorro - SOC	1	39	63	5	0
Poço Redondo - PR	0	3	15	1	115
Propriá - CPP	1	22	42	2	0
Reitoria - RE	2	554	0	98	0
São Cristóvão - SCR	1	194	105	18	0
Tobias Barreto - TB	1	30	40	0	0

Tabela 32: Parque Tecnológico.
Fonte: DTI/Reitoria/IFS

7.3.3 Conectividade

Unidade / Equipamentos	Router / Firewall (Qtde)	Switch (Qtde)	Access Point (Qtde)	Hosts de Telefonia (Qtde)	Fone VoIP (Qtde)	Link de Internet (Qtde)	Velocidade Link
Aracaju - AJU	1	33	34	1	81	2	CONSULTAR (COIMR/COSEG/DTI)
Estância - EST	1	17	20	1	27	2	100mbps/75mbps
Itabaiana - ITA	1	19	17		22	2	100mbps/100mbps
Lagarto - LAG	1	19	44	1	45	2	100mbps/75mbps
Nossa Senhora da Glória - GLO	1	7	25	1	18	2	100mbps cada
Nossa Senhora do Socorro - SOC	1	4	8	0	20	2	100mbps/75mbps
Poço Redondo - PR	1	4	9	0	1	2	RNP (desconhecido)/BK-50mbps
Propriá - CPP	1	10	10	0	18	2	100mbps/75mbps
Reitoria - RE	1	7	42			2	1GB 100mbps/300mbps
São Cristóvão - SCR	1	34	96	1	52	2	100mbps/75mbps
Tobias Barreto - TB	1	6	6	1	8	2	100mbps/75mbps

Tabela 33: Parque Tecnológico.
Fonte: DTI/Reitoria/IFS

7.3.4 Soluções Tecnológicas

Os quadros seguintes elencam as soluções tecnológicas utilizadas pelo Instituto Federal de Sergipe até o momento da publicação deste documento. O Quadro 14 apresenta as soluções tecnológicas comuns a todos os campi e à reitoria. Já o Quadro 15 retrata a especificidade de cada unidade, conforme o respectivo eixo de atuação.

Soluções Tecnológicas utilizadas no IFS			
Governo Federal	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
Login único; CADUNICO; Plataforma Nilo Peçanha (PNP); Tesouro Gerencial; Sistema de Monitoramento da SETEC/MEC; Sistema de Informações	Microsoft Teams for Windows; SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública); SIG (Sistemas Integrados de Gestão);	Google Classroom; SUAP; SIGAA; IFS Digital; Moodle; Plataforma Cisco; Academy, PRAAE -	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP); Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Sistema Integrado de Administração

Soluções Tecnológicas utilizadas no IFS			
Governo Federal	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
Organizacionais (SIORG); Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC); Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Administração Financeira (SIAFI); Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIAPE); Plataforma LATTES.	Catálogo de Sistemas Informatizados.	Programa de Assistência Estudantil; Pergamum.	Financeira (SIAFI); Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIAPE); Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH); Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC); Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA); Software de Planejamento Estratégico (GEPLANES); Plataforma Nilo Peçanha (PNP); Tesouro Gerencial; Sistema de Monitoramento da SETEC/MEC; Sistema eletrônico para gestão de chamados e ativos de TI (GLPI); Sistema de Informações, Organizacionais (SIORG); Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC); Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.

Quadro 27: Soluções Tecnológicas Comuns aos campi e Reitoria do IFS.

Fonte: DTI/Reitoria/IFS

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
Aracaju - AJU	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Webmail - Correio eletrônico.	IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos. SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos. Pergamum - Consulta ao acervo de livros da	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
	<p>SIGRH - Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.</p> <p>SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos.</p> <p>RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências.</p> <p>GLPI - Gestão dos chamados de Informática.</p> <p>Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor.</p> <p>Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.</p>	<p>biblioteca do IFS.</p> <p>IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc</p> <p>PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.</p> <p>Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão.</p> <p>Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS.</p> <p>Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Portal IFS - Portal oficial da Instituição.</p> <p>Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.</p>	
Estância - EST	<p>Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)</p> <p>SEI - Sistema Eletrônico de Informações.</p> <p>Webmail - Correio eletrônico.</p> <p>SIGRH - Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.</p> <p>SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos.</p> <p>RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências.</p> <p>GLPI - Gestão dos chamados de Informática.</p> <p>Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor.</p>	<p>IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos.</p> <p>SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos.</p> <p>Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS.</p> <p>IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc</p> <p>PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.</p> <p>Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão.</p> <p>Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS.</p> <p>Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Portal IFS - Portal oficial da Instituição.</p>	<p>Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.</p>

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
	Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.	Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.	
Itabaiana - ITA	<p>Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)</p> <p>SEI - Sistema Eletrônico de Informações.</p> <p>Webmail - Correio eletrônico.</p> <p>SIGRH - Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.</p> <p>SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos.</p> <p>RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências.</p> <p>GLPI - Gestão dos chamados de Informática.</p> <p>Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor.</p> <p>Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.</p>	<p>IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos.</p> <p>SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos.</p> <p>Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS.</p> <p>IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc</p> <p>PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.</p> <p>Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão.</p> <p>Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS.</p> <p>Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Portal IFS - Portal oficial da Instituição.</p> <p>Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.</p>	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.
Lagarto - LAG	<p>Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)</p> <p>SEI - Sistema Eletrônico de Informações.</p> <p>Webmail - Correio eletrônico.</p> <p>SIGRH - Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.</p> <p>SIPAC - Patrimônio,</p>	<p>IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos.</p> <p>SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos.</p> <p>Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS.</p> <p>IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc</p> <p>PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.</p>	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
	Administração e Contratos. RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências. GLPI - Gestão dos chamados de Informática. Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor. Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.	Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão. Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS. Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Portal IFS - Portal oficial da Instituição. Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.	
Nossa Senhora da Glória - GLO	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Webmail - Correio eletrônico. SIGRH - Gestão de Recursos Humanos. Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços. SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos. RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências. GLPI - Gestão dos chamados de Informática. Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor. Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.	IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos. SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos. Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS. IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc PRAAE - Programa de Assistência Estudantil. Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão. Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS. Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Portal IFS - Portal oficial da Instituição. Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.
Nossa Senhora do Socorro - SOC	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) SEI - Sistema Eletrônico	IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos. SIGAA - Acadêmico	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
	de Informações. Webmail - Correio eletrônico. SIGRH - Gestão de Recursos Humanos. Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços. SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos. RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências. GLPI - Gestão dos chamados de Informática. Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor. Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.	Professores e Alunos. Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS. IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc PRAAE - Programa de Assistência Estudantil. Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão. Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS. Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Portal IFS - Portal oficial da Instituição. Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.	
Poço Redondo - PR	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Webmail - Correio eletrônico. SIGRH - Gestão de Recursos Humanos. Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços. SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos. RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências. GLPI - Gestão dos chamados de Informática. Remoção Interna - Sistema para solicitar	IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos. SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos. Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS. IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc PRAAE - Programa de Assistência Estudantil. Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão. Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS. Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
	remoção interna do servidor. Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.	Portal IFS - Portal oficial da Instituição. Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.	
Própria - CPP	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Webmail - Correio eletrônico. SIGRH - Gestão de Recursos Humanos. Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços. SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos. RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências. GLPI - Gestão dos chamados de Informática. Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor. Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.	IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos. SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos. Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS. IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc PRAAE - Programa de Assistência Estudantil. Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão. Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS. Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Portal IFS - Portal oficial da Instituição. Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.
Reitoria - RE	Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Webmail - Correio eletrônico. SIGRH - Gestão de Recursos Humanos. Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.	IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos. SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos. Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS. IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc PRAAE - Programa de	Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
	<p>SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos.</p> <p>RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências.</p> <p>GLPI - Gestão dos chamados de Informática.</p> <p>Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor.</p> <p>Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.</p>	<p>Assistência Estudantil.</p> <p>Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão.</p> <p>Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS.</p> <p>Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Portal IFS - Portal oficial da Instituição.</p> <p>Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.</p>	
São Cristóvão - SCR	<p>Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)</p> <p>SEI - Sistema Eletrônico de Informações.</p> <p>Webmail - Correio eletrônico.</p> <p>SIGRH - Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.</p> <p>SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos.</p> <p>RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências.</p> <p>GLPI - Gestão dos chamados de Informática.</p> <p>Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor.</p> <p>Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.</p>	<p>IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos.</p> <p>SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos.</p> <p>Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS.</p> <p>IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc</p> <p>PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.</p> <p>Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão.</p> <p>Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS.</p> <p>Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Portal IFS - Portal oficial da Instituição.</p> <p>Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.</p>	<p>Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.</p>

Soluções Tecnológicas específicas de cada unidade			
Unidades	Administrativos	Educacionais	Ferramentas de Gestão
Tobias Barreto - TB	<p>Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)</p> <p>SEI - Sistema Eletrônico de Informações.</p> <p>Webmail - Correio eletrônico.</p> <p>SIGRH - Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Boletim de Serviços - Informativos publicados em boletins de serviços.</p> <p>SIPAC - Patrimônio, Administração e Contratos.</p> <p>RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências.</p> <p>GLPI - Gestão dos chamados de Informática.</p> <p>Remoção Interna - Sistema para solicitar remoção interna do servidor.</p> <p>Inventário de Hardware - Controle e inventário de hardware.</p>	<p>IFS Calendário - Consulte e crie os calendários acadêmicos.</p> <p>SIGAA - Acadêmico Professores e Alunos.</p> <p>Pergamum - Consulta ao acervo de livros da biblioteca do IFS.</p> <p>IFS Digital - Acompanhe suas Notas, Faltas, horários, etc</p> <p>PRAAE - Programa de Assistência Estudantil.</p> <p>Sispubli - Gestão de programas, processos de editais de pesquisa e extensão.</p> <p>Repositório Institucional - Produção científica e acadêmica do IFS.</p> <p>Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Portal IFS - Portal oficial da Instituição.</p> <p>Portal de Egressos - Empregos e oportunidades para Egressos do IFS.</p>	<p>Microsoft Power BI, SIGAA, SUAP, SEI, Geplanes - Planejamento Estratégico.</p>

Quadro 28: Soluções Tecnológicas Específicas de cada Unidade.
Fonte: DTI/Reitoria/IFS

Observação: as unidades não listadas nesta tabela não possuem soluções específicas.

7.3.5 Lista de Serviços de TIC

A Instrução Normativa nº 02/2023/DTI/IFS estabelece as diretrizes para requisição e gerenciamento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no IFS. Todas as solicitações de serviços de TI devem ser feitas exclusivamente pelo sistema eletrônico de gestão de chamados e ativos, o GLPI, que funciona como ponto único de entrada e contato entre usuários e as equipes de TI. O catálogo atualizado dos serviços de TIC disponíveis no IFS está acessível no site institucional, permitindo que a comunidade consulte e compreenda os serviços ofertados, seus requisitos e procedimentos para atendimento.

O catálogo de serviços de TI vigente pode ser encontrado no link <http://www.ifs.edu.br/catalogos-de-servicos.html>.

7.3.6 Levantamento de necessidades acadêmicas e administrativas

Necessidades Emergenciais para os Campi e Reitoria do IFS:

Licenças do Microsoft 365/Office 365

1. Microsoft 365 A3/A5 (Pago):

- **A3:** Inclui aplicativos desktop do Office, segurança aprimorada (proteção contra phishing e malware), ferramentas de conformidade e gerenciamento de dispositivos (via Microsoft Intune).
- **A5:** Adiciona recursos avançados de segurança (proteção contra ameaças em tempo real), análises preditivas, direitos de acesso a servidores locais e suporte a inteligência artificial (IA).
- **Justificativa:** Essencial para garantir colaboração remota, segurança de dados institucionais e conformidade com leis como a LGPD.

Infraestrutura de Rede e Segurança

1. Switches LAN Gerenciáveis (24/48 portas):

- a. Necessários para segmentação de redes (VLANs), priorização de tráfego acadêmico e isolamento de redes administrativas.
- b. **Justificativa:** Aumento de dispositivos conectados (tablets, laboratórios, IoT) exige capacidade de gerenciamento e escalabilidade.

2. Servidores de Armazenamento e Processamento de Dados:

- a. **Servidores físicos ou virtualizados:** Para hospedagem de sistemas críticos no âmbito acadêmico e administrativo, ambientes virtuais de aprendizagem e backup de dados.
- b. **Storage:** Armazenamento centralizado de projetos de pesquisa, registros acadêmicos e administrativos.
- c. **Justificativa:** Crescimento exponencial de dados e necessidade de redundância.

3. Firewalls de Última Geração (NGFW):

- a. Proteção contra-ataques DDoS, filtragem de conteúdo malicioso e controle de acesso a redes.
- b. **Justificativa:** Ataques cibernéticos a instituições educacionais aumentaram 62% em 2024.

4. Nobreaks (UPS) e geradores:

- a. Autonomia mínima de 4 horas para laboratórios, datacenters e setores administrativos.
- b. **Justificativa:** Evitar perda de dados e interrupção de serviços durante quedas de energia.

5. Cabeamento Estruturado (Cat 6/6A):

- a. Atualização de cabos UTP para suportar velocidades de 10 Gbps em laboratórios, bibliotecas e salas de servidores.
- b. **Justificativa:** Suporte a VoIP, cloud computing e transmissão de vídeos educacionais em alta resolução, ampliação das redes acadêmicas e administrativas.

Tecnologias Emergentes

1. Inteligência Artificial (IA):

- a. Implantação de ferramentas como Inteligência Artificial para análise preditiva de evasão escolar, personalização de ensino e automação de processos administrativos.
- b. **Justificativa:** Redução de 30% no tempo gasto com burocracia, conforme estudos em instituições parceiras.

2. Serviços de Nuvem (Azure/Hybrid Cloud):

- a. Migração de cargas de trabalho não críticas para nuvem pública, reduzindo custos com hardware e energia.
- b. **Justificativa:** Escalabilidade para picos de demanda (ex: matrículas online) e redundância geográfica de dados.

3. Atualização do Parque de Computadores:

- a. Substituição de máquinas com mais de 5 anos por equipamentos com processadores Intel i5/i7 ou AMD Ryzen 5/7, 16 GB de RAM e SSDs de 512 GB.
- b. **Justificativa:** Compatibilidade com softwares modernos (ex: AutoCAD, simuladores de redes) e sistemas operacionais atualizados (Windows 11 Pro).

Resumo das Inclusões Específicas

Necessidade	Justificativa Pedagógica/Administrativa
Microsoft 365 A3/A5	Aplicativos Office completos para desktop e dispositivos móveis, instalação em múltiplos dispositivos por usuário, email corporativo Exchange Online com 100 GB, armazenamento OneDrive for Business de até 5 TB por usuário, Microsoft Teams com recursos premium, SharePoint para colaboração, recursos avançados de segurança (Microsoft Defender para Office 365), prevenção contra perda de dados, criptografia de mensagens, conformidade e auditoria avançadas, Power BI Pro para análise de dados, recursos de inteligência artificial e automação, gerenciamento centralizado de identidades e dispositivos, suporte técnico 24/7, ferramentas educacionais exclusivas para sala de aula virtual, integração com plataformas de avaliação, recursos para aprendizagem personalizada.

Necessidade	Justificativa Pedagógica/Administrativa
Switches LAN	Suporte a VoIP, para atender a defasagem e o legado de dessa solução no IFS e cumprir principalmente as exigências do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), instituído pela Portaria SGD/MGI nº 852/2023
Servidores de Armazenamento de dados	Para atender a defasagem e o legado de dessa solução no IFS e podermos implantar o Assentamento Funcional Digital regida pela Portaria Normativa SGP/MP nº 9, de 1º de agosto de 2018, assim como a Digitalização do Acervo Acadêmico - regida pela Portaria MEC nº 360/2022 e Portaria MEC nº 613/2022, as instituições de ensino superior (IES)
Firewalls NGFW	Proteção de dados sensíveis (ex: históricos escolares) e prevenção de vazamentos.
Cabeamento Cat 6	Conexão estável para plataformas de ensino híbrido e transmissão de videoaulas em 4K.
IA (Inteligência Artificial)	Automação de relatórios acadêmicos e administrativos.
No-breaks	No-breaks garantem o fornecimento ininterrupto de energia para equipamentos essenciais do IFS, protegendo dados e evitando interrupções em atividades acadêmicas e administrativas durante quedas ou oscilações de energia. São fundamentais para a segurança e a continuidade dos serviços institucionais.

Priorização de Investimentos

- 1. Curto Prazo (0-6 meses):** Switches, nobreaks, servidores de armazenamento e processamento, firewall e atualização de computadores, expansão do cabeamento estruturado.
- 2. Médio Prazo (6-12 meses):** Migração para nuvem híbrida dos serviços críticos.
- 3. Longo Prazo (12+ meses):** Implantação de IA.

Essas medidas garantem que o IFS mantenha padrões de excelência acadêmica e eficiência administrativa, alinhando-se às melhores práticas de instituições federais e às demandas do mercado de trabalho em TI.

Aspectos Financeiros e Orçamentários

8

8. Capacidade e sustentabilidade orçamentária-financeira

8.1 Composição da Matriz Orçamentária

8.1.1 Previsão Orçamentária do IFS 2026-2031

8.2 Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

8.2.1 Controle da execução orçamentária

8.2.2 Planejamento Estratégico das Compras e Contratações

8.2.3 Procedimentos

8.2.4 Compras sustentáveis

8.2.5 Captação e arrecadação de recursos

8. Capacidade e sustentabilidade orçamentária-financeira

O contexto da elaboração da proposta de orçamento do IFS está ligado diretamente ao ciclo orçamentário do Governo Federal, qual seja, seguir as diretrizes, objetivos e metas estipulados no Plano Plurianual - PPA, por meio da execução das ações orçamentárias com o intuito de prestar serviços educacionais de qualidade à sociedade. Além disso, tal proposta orçamentária segue as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, que é elaborada anualmente.

Sobre as ações orçamentárias cabe esclarecer que são retiradas das ações da LOA conforme o quadro abaixo traz a divisão do orçamento do IFS para o ano de 2025, com os programas que o compõem e as ações orçamentárias vinculadas a cada programa.

Programa Governo		Ação Governo	
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	00S6	BENEFICIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	00PW	CONTRIBUICOES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS
5112	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA QUE TRANSFORMA	20RG	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDER
		20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P
		2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFI

Quadro 29: Programas e Ações contidos na LOA 2025 do IFS
Fonte: LOA 2025

8.1 Composição da Matriz Orçamentária

A Matriz Orçamentária do IFS é baseada, primeiramente, nos recursos disponibilizados pelo MEC/SETC na Matriz CONIF. Após a definição do valor a ser disponibilizado para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, são calculados os valores com que cada instituição da Rede Federal será contemplada. Os critérios que definem qual o montante orçamentário por Unidade são o número de alunos matriculados, alunos em regime de internato pleno, previsão de inauguração de novas unidades, etc.

Além disso, em 10 de dezembro de 2024 foi aprovada a DELIBERAÇÃO CGIRC/IFS N° 56 visando uma alocação mais justa, eficiente e alinhada com o desempenho acadêmico dos campi.

A deliberação traça um plano de distribuição orçamentária por Eficiência Acadêmica – com fator de correção, utilizando como base os indicadores da plataforma Nilo Peçanha para distribuição do montante a cada unidade gestora e servirão de parâmetro para uma distribuição tanto histórica quanto por mérito nos campi do IFS.

8.1.1 Previsão Orçamentária do IFS 2026-2031

Neste tópico se demonstra o orçamento para o período de 2026 a 2031. Abaixo seguem orçamentos do IFS como todo e, também, por Unidade Gestora.

Unidade Orçamentária		Ação Governo		Ano Lançamento		2026	2027	2028	2029	2030	2031
				Grupo Despesa		PREVISÃO DE DOTACAO	PREVISÃO DE DOTACAO	PREVISÃO DE DOTACAO	PREVISÃO DE DOTACAO	PREVISÃO DE DOTACAO	PREVISÃO DE DOTACAO
26423	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DE SERGIPE	00PW	CONTRIBUICOES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$47.356,00	R\$47.592,00	R\$47.830,00	R\$48.069,00	R\$48.310,00	R\$48.551,00
		00S6	BENEFICIO ESPECIAL – LEI N. 12.618, DE 2012	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$13.065,00	R\$13.130,00	R\$13.196,00	R\$13.262,00	R\$13.328,00	R\$13.395,00
		181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$62.201.960,00	R\$62.512.970,00	R\$62.825.535,00	R\$63.139.663,00	R\$63.455.361,00	R\$63.772.638,00
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$38.650.229,00	R\$38.843.480,00	R\$39.037.697,00	R\$39.232.886,00	R\$39.429.050,00	R\$39.626.195,00
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$3.957.827,00	R\$3.977.616,00	R\$3.997.504,00	R\$4.017.491,00	R\$4.037.579,00	R\$4.057.767,00
		20RG	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDER	4	INVESTIMENTOS	R\$10.050,00	R\$10.100,00	R\$10.151,00	R\$10.202,00	R\$10.253,00	R\$10.304,00
			OBRAS DO PAC	4	INVESTIMENTOS	R\$23.750.000,00	R\$26.300.000,00	R\$7.900.000,00	R\$5.350.000,00	R\$ –	R\$ –
		20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	4	INVESTIMENTOS	R\$603.000,00	R\$606.015,00	R\$609.045,00	R\$612.090,00	R\$615.151,00	R\$618.227,00
				3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$30.940.648,00	R\$31.095.351,00	R\$32.250.828,00	R\$32.412.082,00	R\$32.574.142,00	R\$32.737.013,00
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$199.394.018,00	R\$200.390.988,00	R\$201.392.943,00	R\$202.399.908,00	R\$203.411.907,00	R\$204.428.967,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$18.775.819,00	R\$18.869.698,00	R\$18.964.047,00	R\$19.058.867,00	R\$19.154.161,00	R\$19.249.932,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO–MORADIA A AGENTES PUB	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$21.708,00	R\$21.817,00	R\$21.926,00	R\$22.035,00	R\$22.145,00	R\$22.256,00
		2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$7.418.895,00	R\$7.455.989,00	R\$7.633.269,00	R\$7.671.436,00	R\$7.709.793,00	R\$7.748.342,00
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$100.500,00	R\$101.003,00	R\$101.508,00	R\$102.015,00	R\$102.525,00	R\$103.038,00
Total						R\$385.885.074,04	R\$390.245.749,41	R\$374.805.478,15	R\$374.090.005,54	R\$370.583.705,57	R\$372.436.624,10

Tabela 34: Orçamento do IFS 2026 a 2031.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Reitoria	2	PRIMARIO DISCRICION ARIO	00PW	CONTRIBUICOES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 47.356	R\$47.592	R\$ 47.830	R\$48.069	R\$ 48.310	R\$48.551
			20RG	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDER	4	INVESTIMENTOS	R\$10.100	R\$10.151	R\$10.202	R\$10.253	R\$10.304	R\$10.355
			20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	4	INVESTIMENTOS	R\$606.015	R\$609.045	R\$612.090	R\$615.151	R\$618.227	R\$621.318
					3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$10.253.204	R\$10.304.470	R\$10.355.992	R\$10.407.772	R\$10.459.811	R\$10.486.884
			216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO- MORADIA A AGENTES PUB	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$21.708	R\$21.817	R\$21.926	R\$22.035	R\$22.145	R\$22.256
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.684.782	R\$1.693.206	R\$1.701.672	R\$1.710.180	R\$1.718.731	R\$1.727.325
			4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$101.003	R\$101.508	R\$102.015	R\$102.525	R\$103.038	R\$103.553
			Total				R\$12.724.167	R\$12.787.788	R\$12.851.727	R\$12.915.985	R\$12.980.565	R\$13.020.242

Tabela 35: Orçamento de 2026 a 2031- Reitoria.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Aracaju	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$5.348.669	R\$5.375.412	R\$5.402.289	R\$5.429.301	R\$5.456.447	R\$5.483.730
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$2.201.559	R\$2.212.566	R\$2.223.629	R\$2.234.747	R\$2.245.921	R\$2.257.151
			Total						R\$7.550.228	R\$7.587.979	R\$7.625.919	R\$7.664.048

Tabela 36: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Aracaju.
Fonte: PROAD

UG Executora		Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Lagarto	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$2.028.373	R\$2.038.515	R\$2.048.707	R\$2.058.951	R\$2.069.245	R\$2.079.592	
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.003.676	R\$1.008.694	R\$1.013.738	R\$1.018.806	R\$1.023.900	R\$1.029.020	
			Total				R\$3.032.049	R\$3.047.209	R\$3.062.445	R\$3.077.757	R\$3.093.146	R\$3.108.612	

Tabela 37: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Lagarto.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus São Cristóvão	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$3.541.699	R\$3.559.408	R\$3.577.205	R\$3.595.091	R\$3.613.066	R\$3.631.132
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.343.650	R\$1.350.368	R\$1.357.120	R\$1.363.905	R\$1.370.725	R\$1.377.579
			Total				R\$4.885.349	R\$4.909.776	R\$4.934.325	R\$4.958.996	R\$4.983.791	R\$5.008.710

Tabela 38: Orçamento de 2026 a 2031- Campus São Cristóvão.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Estância	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.973.889	R\$1.983.758	R\$1.993.677	R\$2.003.645	R\$2.013.664	R\$2.023.732
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$323.877	R\$325.496	R\$327.124	R\$328.759	R\$330.403	R\$332.055
			Total				R\$2.297.766	R\$2.309.255	R\$2.320.801	R\$2.332.405	R\$2.344.067	R\$2.355.787

Tabela 39: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Estância.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Itabaiana	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.977.642	R\$1.987.530	R\$1.997.468	R\$2.007.455	R\$2.017.492	R\$2.027.580
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$415.540	R\$417.618	R\$419.706	R\$421.805	R\$423.914	R\$426.033
			Total					R\$2.393.182	R\$2.405.148	R\$2.417.174	R\$2.429.260	R\$2.441.406

Tabela 40: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Itabaiana.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Glória	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.215.377	R\$1.221.454	R\$1.227.562	R\$1.233.699	R\$1.239.868	R\$1.246.067
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$97.178	R\$97.664	R\$98.152	R\$98.643	R\$99.136	R\$99.632
			Total					R\$1.312.555	R\$1.319.118	R\$1.325.714	R\$1.332.342	R\$1.339.004

Tabela 41: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Glória.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Propriá	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.224.181	R\$1.230.302	R\$1.236.454	R\$1.242.636	R\$1.248.849	R\$1.255.094
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$97.178	R\$97.664	R\$98.152	R\$98.643	R\$99.136	R\$99.632
			Total				R\$1.321.359	R\$1.327.966	R\$1.334.606	R\$1.341.279	R\$1.347.985	R\$1.354.725

Tabela 42: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Propriá.
Fonte: PROAD

UG Executora	Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Tobias Barreto	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.229.044	R\$1.235.189	R\$1.241.365	R\$1.247.572	R\$1.253.809	R\$1.260.078
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$100.457	R\$100.959	R\$101.464	R\$101.971	R\$102.481	R\$102.994
			Total				R\$1.329.501	R\$1.336.148	R\$1.342.829	R\$1.349.543	R\$1.356.291	R\$1.363.072

Tabela 43: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Tobias Barreto.
Fonte: PROAD

UG Executora		Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Socorro	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.366.274	R\$1.373.106	R\$1.379.971	R\$1.386.871	R\$1.393.805	R\$1.400.774	
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$97.178	R\$97.664	R\$98.152	R\$98.643	R\$99.136	R\$99.632	
			Total						R\$1.463.452	R\$1.470.770	R\$1.478.123	R\$1.485.514	R\$1.492.942

Tabela 44: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Socorro.
Fonte: PROAD

UG Executora		Resultado Lei	Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Robalo	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$0	R\$0	R\$500.000	R\$502.500	R\$505.013	R\$507.538
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$0	R\$0	R\$70.000	R\$70.350	R\$70.702	R\$71.055
			Total					R\$0	R\$0	R\$570.000	R\$572.850	R\$575.714

Tabela 45: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Robalo.
Fonte: PROAD

UG Executora		Resultado Lei		Ação Governo		Grupo Despesa		2026	2027	2028	2029	2030	2031
Campus Japaratuba	2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$0	R\$0	R\$500.000	R\$502.500	R\$505.013	R\$507.538	
			2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$0	R\$0	R\$70.000	R\$70.350	R\$70.702	R\$71.055	
			Total				R\$0	R\$0	R\$570.000	R\$572.850	R\$575.714	R\$578.593	

Tabela 46: Orçamento de 2026 a 2031- Campus Japaratuba.
Fonte: PROAD

8.2 Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

A gestão econômico-financeira do IFS está prevista no Mapa Estratégico do IFS (2026 - 2031) por meio do objetivo estratégico PR1- Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável. Desse modo, estão previstas iniciativas estratégicas que beneficiem a gestão orçamentária do IFS.

8.2.1 Controle da execução orçamentária

O Controle da execução orçamentária tem por finalidade precípua maximizar a utilização dos créditos orçamentários previstos em Lei Orçamentária.

A execução do orçamento está intimamente ligada a liberação de limites orçamentários por parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento/MEC (SPO). Conforme os limites são liberados, o orçamento é descentralizado e executado por cada Unidade Gestora conforme suas respectivas necessidades.

Outra variável a ser observada no controle do orçamento é o percentual de liquidação. Observar-se-á se os valores liquidados estão de acordo com os empenhos emitidos, evitando-se assim impressões indevidas quanto à execução do orçamento das UG.

8.2.2 Planejamento Estratégico das Compras e Contratações

A estratégia de compras e das contratações a ser adotada no período 2026 - 2031 se dará por meio do Plano de Contratações Anual - PCA, conforme disponibilizado no link <https://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/planejamento-das-contratacoes.html>.

8.2.3 Procedimentos

Os processos de compras e contratações do IFS serão realizados por meio das orientações e normativos da Diretoria de Licitações e Contratos. O setor de licitações atua de forma centralizada desde 2020 e possui, atualmente, 12 agentes de licitação (pregoeiros). Todos os editais de processos de aquisição e contratação de serviços, exceto obras, são realizados no setor, incluindo as contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), atendendo a todos os campi e à Reitoria.

Para manter a organização e o controle das licitações, com vistas a atender às demandas de todas as unidades, o Departamento de Licitações elabora um Cronograma de Licitações a cada ano, com base nos objetos cadastrados nos planos de contratação anual (PCA) da Reitoria que são extraídos do sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC.

Este cronograma de licitações, construído a partir da consolidação do PCA de todo o IFS, prima pelo cumprimento de prazos, pela racionalização da força de trabalho e maximização dos resultados institucionais, além da melhoria da governança e da gestão das contratações, com maior transparência e controle.

O Sistema PGC foi instituído pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 e tem o objetivo de racionalizar as contratações do IFS promovendo aquisições compartilhadas e gerando economia de escala, garantindo o alinhamento com o planejamento estratégico institucional, subsidiando a elaboração das leis orçamentárias, evitando fracionamento de

despesas e sinalizando as intenções e necessidades ao mercado fornecedor, conforme art. 5º do próprio decreto.

Todos os órgãos e entidades devem elaborar seus planos de contratações anual (PCA) no sistema PGC até o dia quinze de maio de cada ano, contendo as demandas que pretendem realizar no exercício subsequente. Após aprovado pela autoridade competente, o plano é disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), através do link Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br).

Desde 2023, o IFS possui contratos centralizados, ou seja, não há mais contratos sendo celebrados pelos Campi, tendo os diretores como representantes.

O processo de centralização durará até 5 anos e tem previsão de término até 2028, ano em que todos os contratos já serão assinados pela Reitoria. A centralização reduzirá o total de contratos da instituição, o que trará melhor gerenciamento e acompanhamento da sua execução, otimizando o trabalho dos fiscais e gestores de contratos.

8.2.4 Compras sustentáveis

Com intuito de atender as legislações, orientações e tendências ambientais e tecnológicas, o IFS irá de acordo com as características e necessidades dos itens de compra priorizar a aquisição de itens (e/ou contratações) que atendam aos requisitos de sustentabilidade ambiental e tecnológica conformes normativos relacionados a área.

Para isso, está elaborando o Plano de Logística Sustentável, trabalho que será concluído pela comissão instituída pela portaria 261/2025, que veja definir Diretrizes e ações sustentáveis a serem exercidas na Instituição.

8.2.5 Captação e arrecadação de recursos

A captação de recursos, bem como a arrecadação de recursos próprios tem papel fundamental na sustentabilidade orçamentária do IFS. No primeiro caso, a ampliação de recursos destinados ao IFS, não previstos na LOA pode-se dar de diversas maneiras, tais como: participação em editais de pesquisa e extensão em órgãos fomentadores (FINEP, CNPq, CAPES, FAPITEC, etc.).

No que tange à estratégia de arrecadação de recursos próprios, além da arrecadação de recursos via processos seletivos e vestibulares, buscar-se-á a ampliação desta por meio de leilões, aluguéis de espaços físicos nos Campi para outsourcing de serviços, venda de animais dos Campi com cursos na área agrícola, depósito de patentes e registro de software, publicações, etc.

Políticas Institucionais de Gestão

9

- 9.1 Política de comunicação
- 9.2 Política de gestão de continuidade de negócio
- 9.3 Política de gestão de pessoas
- 9.4 Política de gestão de riscos e controles internos
- 9.5 Política de governança de tecnologia da informação e comunicação
- 9.6 Política de gestão documental
- 9.7 Política de internacionalização
- 9.8 Política de Inovação
- 9.9 Política de sustentabilidade
- 9.10 Política de segurança da informação e comunicação
- 9.11 Política de transparência e de acesso à informação
- 9.12 Política Editorial

9. Políticas Institucionais de Gestão

As políticas institucionais do IFS, apresentadas no capítulo 9, representam práticas de gestão transversais às políticas acadêmicas e/ou de gestão, que promovem um ambiente interno sustentável, essencial para o cumprimento da missão, visão, valores e objetivos organizacionais.

No seu contexto específico, essas políticas contribuem para o alcance dos objetivos definidos pela entidade em seu mapa estratégico, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) validados pelo IFS para o ciclo 2026-2031, bem como à arquitetura de macroprocessos e processos estabelecida na Cadeia de Valor Integrada (CVI).

As políticas de gestão destacadas na figura a seguir, estão fundamentadas em princípios, diretrizes e objetivos que as orientam, em elementos essenciais para a sistematização da estratégia institucional, e nos resultados esperados com sua implementação efetiva no médio prazo.



Figura 26: Políticas Institucionais de Gestão.
Fonte: IFS, 2024.

9.1 Política de Comunicação (PCOM)

A Política de Comunicação do IFS é fundamentada nos pilares da comunicação institucional, que atende ao interesse público e se baseia nos princípios de transparência, impessoalidade, credibilidade, legalidade, ética, responsabilidade socioambiental e inclusão. Nesse contexto, destaca-se o compromisso com os interesses coletivos em detrimento dos indivi-

duais, promovendo ações voltadas ao bem comum. As divulgações institucionais — sejam elas referentes a ações, projetos, eventos ou campanhas — devem ter caráter educativo, informativo, impessoal ou de orientação social.

9.1.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Comunicação

A gestão integrada da comunicação considera além dos princípios da administração pública, os seguintes:

- **Heterogeneidade de pensamento:** todos serão ouvidos, independentemente das diferenças de ideias;
- **Cooperação integral:** concretizada com a participação de todos;
- **Sustentabilidade:** observará os impactos ao ambiente interno em suas operações;
- **Inteligibilidade:** seus procedimentos serão comunicados de modo a facilitar a compreensão;
- **Acessibilidade:** todos, independentemente de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, origem étnica, nacionalidade, deficiência ou qualquer outra característica pessoal, devem ser incluídos;
- **Planejamento:** as ações de gestão ocorrerão preferencialmente após planejamento, considerando também os riscos nele envolvidos;
- **Incentivo à formação continuada dos profissionais de comunicação:** alocação de recursos financeiros voltados à participação em cursos, eventos, congressos, etc., para os profissionais de comunicação do Instituto.

A Política de Comunicação tem como pressuposto fortalecer e consolidar a Comunicação Social do IFS, seguindo as seguintes diretrizes:

- Divulgação de informações institucionais de forma transparente, confiável, propositiva e de qualidade para a sociedade, estudantes, servidores, colaboradores, autoridades, formadores de opinião e demais públicos de interesse;
- Promoção da visibilidade do IFS no que diz respeito ao ensino, à pesquisa, à extensão, à inovação, às parcerias institucionais e à partilha de boas práticas de gestão e governança;
- Construção de fluxos comunicativos que permitam a participação social na construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade;
- Compromisso com as diversidades, minorias sociais, questões socioambientais, e o fortalecimento da democracia e cidadania;
- Desenvolvimento de produtos de comunicação que fortaleçam a imagem e a reputação institucional, de modo a prestar contas à sociedade, promover o acesso aos serviços e às informações de interesse público, e atender às premissas da ética e da transparência;
- Promoção do intercâmbio de experiências comunicacionais exitosas e inovadoras.

A estratégia de comunicação é integrada à cadeia de valor e visa à gestão unificada da co-

municação institucional. Esse modelo alinha objetivo estratégico e de desenvolvimento sustentável ao objetivo geral da política de comunicação, permitindo o atendimento adequado e tempestivo das demandas de informação do público interno e externo. A Tabela abaixo destaca os principais objetivos que promovem a estratégia de gestão.

Macroprocessos CVI 1.4 - Gestão da comunicação institucional Processos 1.4.1 a 1.4.5 - planejar, desenvolver, gerenciar e monitorar a comunicação institucional	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais.
	<p>ODS 04 - educação de qualidade / ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>PCOM - Promover a gestão integrada da comunicação institucional, para visibilizar a atuação eficaz do IFS perante seus públicos distintos, favorecendo uma visão global da instituição.</p>

Quadro 30: Objetivos da política de comunicação, integrados à estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.1.2 Elementos essenciais à sistematização da comunicação institucional

• Sinergia entre diversos públicos

A comunicação do IFS deve ser diversificada, abrangendo desde estudantes e professores, até profissionais e parceiros da área tecnológica e científica e comunidade em geral. Na figura a seguir, destacam-se os diferentes públicos, destinatários da comunicação institucional.



Figura 27: Públicos-alvo da comunicação institucional.
Fonte: Adaptado da Política de Comunicação do IFS (2024).

• Gerenciamento de crise

Situações de crise — sejam elas previstas, graduais ou abruptas — têm o potencial de afetar a credibilidade e romper a confiança do público, representando uma ameaça, incerteza ou urgência. Na comunicação, a crise é vista como uma ameaça à imagem institucional, que exige ações urgentes para mitigar ou sanar danos. No IFS, a gestão de crise envolve diferentes esferas institucionais, demandando ações planejadas, controladas, rápidas, eficazes e críveis.

- **Metodologias e ferramentas de gestão** - são instrumentos internos e externos para a gestão da comunicação no IFS.

São ferramentas que auxiliam à comunicação interna entre diferentes áreas: fluxos de trabalho e diretrizes para solicitações em áreas como jornalismo, relações públicas, audiovisual, entre outras, e para interação sistêmica com as assessorias; e procedimentos formais, os quais potencializam comunicação eficaz de prazos, processos de aprovação e critérios de priorização, e garantem, assim, a alocação eficiente dos recursos e a entrega oportuna e de qualidade das demandas.

Os *canais de comunicação* apresentados na figura abaixo, também são ferramentas que viabilizam a eficácia da estratégia de comunicação institucional, alcançando diferentes públicos, tanto interna e externamente.



Figura 28: Canais de comunicação externos e internos.
Fonte: Adaptado da Política de Comunicação do IFS (2024).

• Estruturas com responsabilidades e atribuições

O processo decisório aplicado às políticas de gestão, no nível de governança, ocorre em estruturas colegiadas, como conselhos, comitês e colégio de dirigentes, incluindo comitês que atuam no enfrentamento de crises instaladas ou potenciais. A comunicação pública, neste contexto, é formalizada e implementada com um Plano de Administração de Crises (PAC), exigindo um esforço integrado, rápido, controlado e eficaz.

A gestão e a supervisão sistêmica da comunicação institucional são centralizadas no Departamento de Comunicação e Eventos (Dcom), subordinado à Reitoria, e estendidas às Assessorias de Comunicação Social e Eventos (Ascom), vinculadas ao DCOM e subordinadas ao gestor máximo dos Campi. A atualização dos conteúdos técnicos e específicos nos canais adequados é de responsabilidade dos setores que respondem pelas respectivas áreas.

9.1.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Em conformidade com os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos, espera-se:

- Garantir que a comunicação institucional alcance efetivamente seus destinatários, ressoando de maneira significativa e contribuindo para o cumprimento das metas institucionais;

- Assegurar que a instituição permaneça transparente, responsiva e relevante em um ambiente de mídia dinâmico e em constante mudança;
- Garantir a manutenção e atualização de tecnologias relevantes para o trabalho de comunicação social.

9.2 Política de gestão de continuidade de negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (PGCN) do IFS, formalizada pela Deliberação CGIR/IFS nº 34, de 10 de fevereiro de 2023, tem como finalidade estabelecer diretrizes, papéis e responsabilidades, fornecendo a base para o entendimento, desenvolvimento, implementação e aprimoramento da continuidade de negócios no Instituto.

A implementação da PGCN contribui para a manutenção da confiança dos servidores, dos colaboradores e prestadores de serviços e da sociedade em geral, na capacidade de o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) responder de forma efetiva e eficaz as crises, interrupções ou desastres que impactem a continuidade de negócio no IFS.

9.2.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGCN

A gestão de continuidade de negócios é parte integrante do sistema de gestão de riscos da organização. A PGCN reforça os princípios estabelecidos para a gestão de riscos e controles internos, conforme indicados no subitem 9.4.1.

A principal diretriz da PGCN é estabelecer, implementar, manter e aprimorar a gestão de continuidade de negócios, com ênfase nos seguintes aspectos:

- Identificação e documentação das atividades, funções, serviços, produtos e parcerias do IFS, além de cadeias de suprimentos e relações com partes interessadas, considerando o impacto potencial de uma interrupção;
- Garantia de respeito às vítimas em caso de interrupções, preservando sua integridade física e moral;
- Identificação de ameaças internas e externas que possam comprometer os serviços educacionais;
- Análise do impacto no negócio, caso essas ameaças se concretizem;
- Garantia de que a instituição possa operar em níveis aceitáveis durante contingências, preservando a reputação e as atividades de alto valor agregado;
- Elaboração de documentos que orientem os esforços institucionais para mitigar a interrupção das atividades e proteger processos e recursos de falhas ou desastres;
- Implementação de controles internos com base em gestão de riscos, priorizando ações estratégicas de prevenção.

Como prática de gestão integrada a outras políticas e objetivos institucionais, a promoção dos objetivos específicos da gestão de continuidade expressos na tabela abaixo, busca garantir, no médio prazo, o alcance da missão e visão organizacionais.

Macroprocesso CVI 1.1 - Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação.
Processos 1.1.1, 1.1.9 e 1.1.10 - planejar, gerenciar e monitorar a continuidade de negócio.

OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais.

Objetivos

ODS 04 - Educação de Qualidade / **ODS 16** - Paz, justiça e instituições eficazes

PGCN

- Garantir a continuidade na prestação de serviços a comunidade, mantendo uma disponibilidade de no mínimo 95% da operação de serviços disponíveis por ano;
- Identificar quais são os ativos de informação de maior criticidade na organização e implementar controles para reduzir o risco de parada nos processos críticos;
- Adotar boas práticas de Continuidade de Negócios consagradas;
- Capacitar, conscientizar e educar os atores envolvidos no SGCN sobre o tema Continuidade de Negócios.

Quadro 31: Objetivos da PGCN integrados à estratégia institucional.

Fonte: Elaboração própria (2024).

9.2.2 Elementos essenciais à sistematização da gestão de continuidade de negócios

No ciclo 2026-2031, destacam-se os seguintes elementos essenciais à implementação da PGCN no IFS:

Liderança e comprometimento

A alta administração lidera e apoia a gestão de continuidade de negócios, adotando práticas como:

- Integração da continuidade de negócios nos processos organizacionais;
- Garantia de que a política e os objetivos sejam compatíveis com a estratégia institucional;
- Alocação de recursos necessários para identificar riscos e manter estratégias, planos de recuperação e resposta as crises;
- Comunicação da importância da gestão de continuidade de negócios a todos os envolvidos.

Papéis e responsabilidades em governança e gestão

As seguintes estruturas promovem a Continuidade de Negócios no IFS:

- **Conselho Superior (CS):** responsável pela supervisão superior da continuidade de negócios;
- **Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC):** supervisiona o SGCN e assessora o(a) Reitor(a);
- **Área de Continuidade de Negócios (PRODIN):** atua de forma sistêmica para operacionalizar a gestão;
- **Gestores de Continuidade de Negócios:** responsáveis pela continuidade em suas respectivas áreas de atuação;
- **Servidores e colaboradores:** executam a política no nível operacional.

Processo de gestão de continuidade de negócios

O processo de gestão de continuidade de negócios no IFS, inclui:

- Análise de impacto nos negócios;
- Definição de estratégias e soluções para atividades críticas;
- Desenvolvimento e implementação dos planos de continuidade;
- Execução de testes e exercícios periódicos para assegurar a funcionalidade dos planos;
- Revisão e aperfeiçoamento contínuo do processo.

Formalização do Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

O PCN orienta as equipes na resposta a disrupções e é composto por:

- Plano de Administração de Crises (PAC);
- Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI);
- Plano de Continuidade Operacional (PCO);
- Plano de Recuperação de Desastres (PRD);
- Plano de Teste e Validação (PTV).

9.2.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Com a implementação da PGCN, espera-se manter controles e recursos que garantam a continuidade das operações durante disrupções, com foco nas perspectivas apresentadas na figura a seguir.



Figura 29: Resultados esperados com a implementação da PGCN.
Fonte: adaptado da PGCN (2023).

9.3 Política de gestão de pessoas

A Política de Gestão de Pessoas do IFS, estabelecida pela Instrução Normativa 01/2017, conforme Deliberação 12/2027 CD/IFS, está alinhada à legislação e normas federais aplicáveis às instituições federais de ensino, bem como às resoluções e deliberações internas: notas técnicas, notas informativas, instruções normativas e portarias.

9.3.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Gestão de Pessoas do IFS

A execução da política de gestão de pessoas baseia-se nos seguintes princípios fundamentais:

- a) Valorização dos servidores, considerando sua experiência, conhecimentos, habilidades e atitudes;
- b) Promoção da saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, com foco no trabalho como um recurso fundamental para essa construção;
- c) Aperfeiçoamento contínuo das condições de trabalho, considerando aspectos ergonômicos e a experiência dos servidores;
- d) Promoção da cultura de valorização social do trabalho, fundamental para a dignidade humana e o desenvolvimento organizacional;
- e) Foco em resultados, visando eficiência, qualidade e efetividade dos serviços prestados à sociedade;
- f) Alinhamento do desenvolvimento profissional dos servidores aos objetivos estratégicos e valores do serviço público;
- g) Reconhecimento da necessidade de competências específicas e do aprendizado contínuo, individual e coletivo, vinculado à experiência de trabalho;
- h) Responsabilidade institucional pela identificação e promoção de ações de desenvolvimento de pessoas;
- i) Estímulo ao desenvolvimento de talentos, à criatividade e à inovação;
- j) Práticas de gestão pautadas por ética, cooperação, eficiência, eficácia, isonomia, transparência e respeito à diversidade;
- k) Fomento à gestão do conhecimento e ao desenvolvimento de competências, promovendo o compartilhamento de experiências;
- l) Respeito à diversidade e consideração das particularidades pessoais e contextuais nas avaliações e na alocação de recursos;
- m) Garantia de acessibilidade, removendo barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais para promover o amplo acesso de pessoas com deficiência;
- n) Gestão participativa, promovendo cooperação vertical, horizontal e transversal.

A implementação da Política de Gestão de Pessoas no IFS se organiza em quatro subáreas interligadas que representam diretrizes para o alcance dos objetivos institucionais:

Planejamento em Gestão de Pessoas

- Promover a participação efetiva de gestores e representantes dos servidores no planejamento e acompanhamento das ações estratégicas;
- Fomentar o desenvolvimento contínuo dos servidores ao longo de suas carreiras;
- Dimensionar, segmentar e avaliar a força de trabalho com base nas competências necessárias.

Seleção, ingresso e lotação de servidores

- Assegurar que os concursos públicos selecionem candidatos com as competências adequadas aos cargos, respeitando igualdade e acessibilidade;
- Definir formalmente o perfil profissional para cargos de liderança, priorizando o reconhecimento do mérito;
- Garantir acolhimento aos novos servidores, integrando-os ao ambiente organizacional do IFS.

Acompanhamento e desenvolvimento de servidores/as e gestores/as

- Utilizar a Gestão por Competências e promover ações de educação alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP);
- Reforçar a responsabilidade do gestor com a comunicação, cooperação e desenvolvimento de sua equipe;
- Promover a cultura da autoridade cooperativa, confiança, valorização da experiência e compromisso com a qualidade dos serviços.

Promoção de um ambiente de trabalho adequado e de qualidade de vida

- Realizar periodicamente pesquisas com servidores para identificar oportunidades de melhoria no ambiente de trabalho;
- Implementar ações contínuas de melhoria que contemplem os aspectos físicos, sociais, psicológicos e organizacionais;
- Promover a inclusão de pessoas com deficiência e ações de sustentabilidade voltadas ao público interno e aos beneficiários dos serviços institucionais;
- Zelar pelas condições de trabalho para potencializar a motivação, o comprometimento, a cooperação e a retenção de talentos;
- Valorizar a história institucional dos servidores, incentivando a participação ativa de aposentados nas atividades da organização.

Os objetivos da Política de Gestão de Pessoas, alinhados à gestão estratégica, estão apresentados na tabela abaixo.

Macroprocesso CVI 3.1 - Gestão de Pessoas Processos 3.1.1 a 3.1.12 - planejar, gerenciar, prover, reconhecer direitos, desenvolver, promover, monitorar a gestão de pessoas.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais.
	OE-PR2 - promover a integração, a saúde e qualidade de vida dos servidores.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição.
	ODS 03 - Saúde e Bem-Estar PGP - propor e desenvolver ações com fulcro na saúde e qualidade de vida do/a servidor/a.

	estabelecendo um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para os/as servidores/as e colaboradores/as da instituição.
	ODS 04 - Educação de Qualidade PGP - fomentar a capacitação e qualificação do quadro funcional do IFS, por meio de formações continuadas e formais, e assim contribuir com a oferta de uma educação de qualidade, alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.
	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes / ODS 5 - igualdade de gênero PGP - instituir relações de trabalho mais justas, respeitosas e pacíficas no ambiente laboral, por meio de ações para a valorização, a inclusão, a promoção do respeito às diferenças e o fomento à comunicação não violenta.

Quadro 32: Objetivos da PGP integrados à estratégia institucional.
 Fonte: Elaboração própria (2024).

9.3.2 Elementos essenciais à sistematização da prática de gestão de pessoas

As estruturas organizacionais envolvidas no processo decisório da gestão de pessoas no IFS são, em nível de governança, colegiados superiores e colegiados de apoio que atuam em temáticas correlatas. Em nível de gestão estratégica, a execução da política é de competência da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Na figura a seguir, destacam-se as principais instâncias responsáveis pela política.



Figura 30: Estruturas de governança e gestão de pessoas no IFS.
 Fonte: PROGEP (2024).

Em sua atuação, a PROGEP é responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados à seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores. Cabe também à unidade gestora monitorar, identificar e disseminar melhores práticas acadêmicas e administrativas em Gestão de Pessoas no IFS, por meio de uma estrutura de gestão centralizada, estabelecida com a extinção das coordenadorias de gestão de pessoas nos campi (Portaria nº 404/2017).

A PGP do IFS é operacionalizada por meio de diversos instrumentos, tais como:

- Programas e projetos voltados à gestão de pessoas (<https://www.ifs.edu.br/novos-projetos-e-programas-em-gestao-de-pessoas.html>);
- Instruções normativas sobre as temáticas estruturantes da política;
- Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP);
- Plano Anual de Capacitação (PAC).

Entre os produtos oferecidos aos usuários da Política de Gestão de Pessoas, incluindo servidores e contratados temporários, estão:

- Promoção e realização de eventos para integrar, orientar e fortalecer o sentimento de pertencimento dos servidores ao IFS;
- Divulgação de cards e cartilhas orientativas sobre diversos temas relacionados à gestão de pessoas;
- Instruções normativas;
- Publicação de editais de processos seletivos e concursos públicos.

9.3.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Com base nos princípios, diretrizes e objetivos desta política de gestão, a PROGEP busca, por meio da execução de programas, projetos e ações, promover a integração e valorização dos (as) servidores (as) do Instituto. Isso visa fortalecer o sentimento de pertencimento à instituição e, ao mesmo tempo, criar condições para que os (as) servidores(as) desenvolvam seu trabalho de maneira eficiente. Além disso, pretende favorecer o desenvolvimento profissional, melhorar as relações interpessoais, promover a saúde e incentivar a cooperação, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do IFS.

9.4 Política de gestão de riscos e controles internos

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFS (PGRC/IFS) foi formalizada pela Deliberação nº 23, de 18 de maio de 2022/CGIRC/IFS, com atualização conforme o Decreto nº 9.203/2017, incluindo a implementação do Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFS (SGRCI).

A PGRC estabelece os princípios, objetivos, diretrizes, estruturas e responsabilidades para a gestão de riscos e controles internos, aplicáveis a planos, programas, projetos, ações e atividades relacionados aos processos de governança e gestão da entidade. Assim, integra os elementos que compõem o sistema de governança do IFS.

9.4.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGRC

Observar os princípios, as diretrizes e os objetivos estabelecidos para a prática de gestão de riscos e de controles internos é indispensável à adoção efetiva dessa norma. Nas figuras a seguir são listados, respectivamente, os princípios e as diretrizes que norteiam a PGRC no IFS.

PRINCÍPIOS
Implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público;
Integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;
Estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício;
Utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

Quadro 33: Princípios norteadores da PGRC no IFS.
Fonte: PGRC (2022).

DIRETRIZES
Integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico, processos e políticas organizacionais, visando resultados para a sociedade e encontrando soluções inovadoras e tempestivas para lidar com a limitação de recursos e mudanças de prioridades, baseando-se no cenário interno e externo.
Implementação das etapas de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos como um processo contínuo de gestão, com elaboração e revisão periódica de planos de ação, além de capacitação e treinamento em gestão de riscos.
Medição do desempenho da gestão de riscos baseada na implementação das iniciativas estratégicas e suas consequências, por meio de atividades contínuas ou avaliações independentes.
Estabelecimento de um fluxo de comunicação sobre riscos e controles entre os agentes envolvidos nas instâncias do sistema de gestão de riscos e controles internos (primeira, segunda e terceira linha) e a alta administração.
Formalização da gestão de riscos e controles através de metodologias, normas, manuais e procedimentos.
Desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos e controles internos por meio de sensibilização, capacitação e treinamento, com o apoio da alta administração.
Adoção de controles internos baseados na gestão de riscos, priorizando ações preventivas em vez de processos sancionadores.
Manutenção de um processo decisório orientado por evidências e conformidade legal, visando alcançar os objetivos institucionais, gerenciando e mantendo os riscos de acordo com os parâmetros de apetite a risco estabelecidos pela instância supervisora.

Quadro 34: Diretrizes norteadoras da PGRC no IFS.
Fonte: PGRC (2022).

No contexto do planejamento estratégico 2026-2031, os objetivos específicos de gestão apresentados na Tabela abaixo devem estar alinhados à CVI, ao mapa estratégico e aos ODS, garantindo sua integração e contribuição para os resultados planejados.

Macroprocesso CVI 1.1 - Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação. Processos 1.1.1, 1.1.8 e 1.1.10 - planejar, gerenciar e monitorar a gestão de riscos e controles internos.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e 16.
	<p>PGRC</p> <p>Gestão de Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso rápido e suficiente às informações sobre os riscos enfrentados pelo Instituto; - Aumentar a probabilidade de alcançar os objetivos do IFS, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; - Agregar valor à atuação do Instituto melhorando os processos de tomada de decisão e tratando adequadamente os riscos e seus impactos negativos. <p>Controles Internos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a missão, continuidade e sustentabilidade institucional, garantindo o atingimento dos objetivos estratégicos do IFS; - Promover eficiência, eficácia e efetividade operacional através da execução ordenada, ética e econômica das operações; - Assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis para a tomada de decisões, cumprimento de obrigações de transparência e prestação de contas; - Garantir conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos governamentais e da organização; - Proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

Quadro 35: Objetivos da PGRC integrados à estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.4.2 Elementos essenciais à sistematização da prática de gestão de riscos e controles internos

• Engajamento e comprometimento

O principal responsável pela adoção da prática é o (a) dirigente máximo (a) do IFS. No entanto, cabe à alta administração da entidade sistematizar o gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos, visando à identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos.

A adoção da estratégia, numa perspectiva global, requer o reconhecimento da incerteza como parte inerente ao planejamento e à tomada de decisão, sendo que os riscos podem interromper os processos de negócios, o que demanda a harmonização entre sistemas de gestão (Manoel, 2019), conforme expressa a figura abaixo.

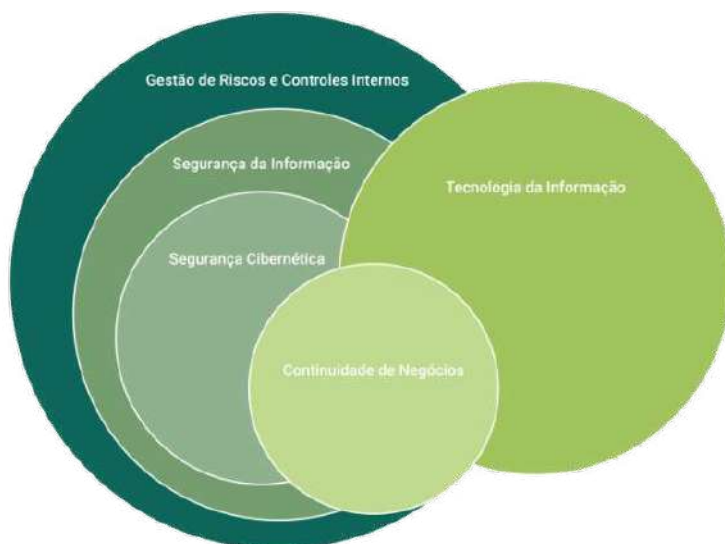


Figura 31: Harmonização de sistema de gestão.
Fonte: E-book Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (2019).

• Estruturas com responsabilidades e atribuições

A sistematização da prática envolve a definição de instâncias com atuação vinculada, que respondem em nível de governança e de gestão, como indicadas na figura.

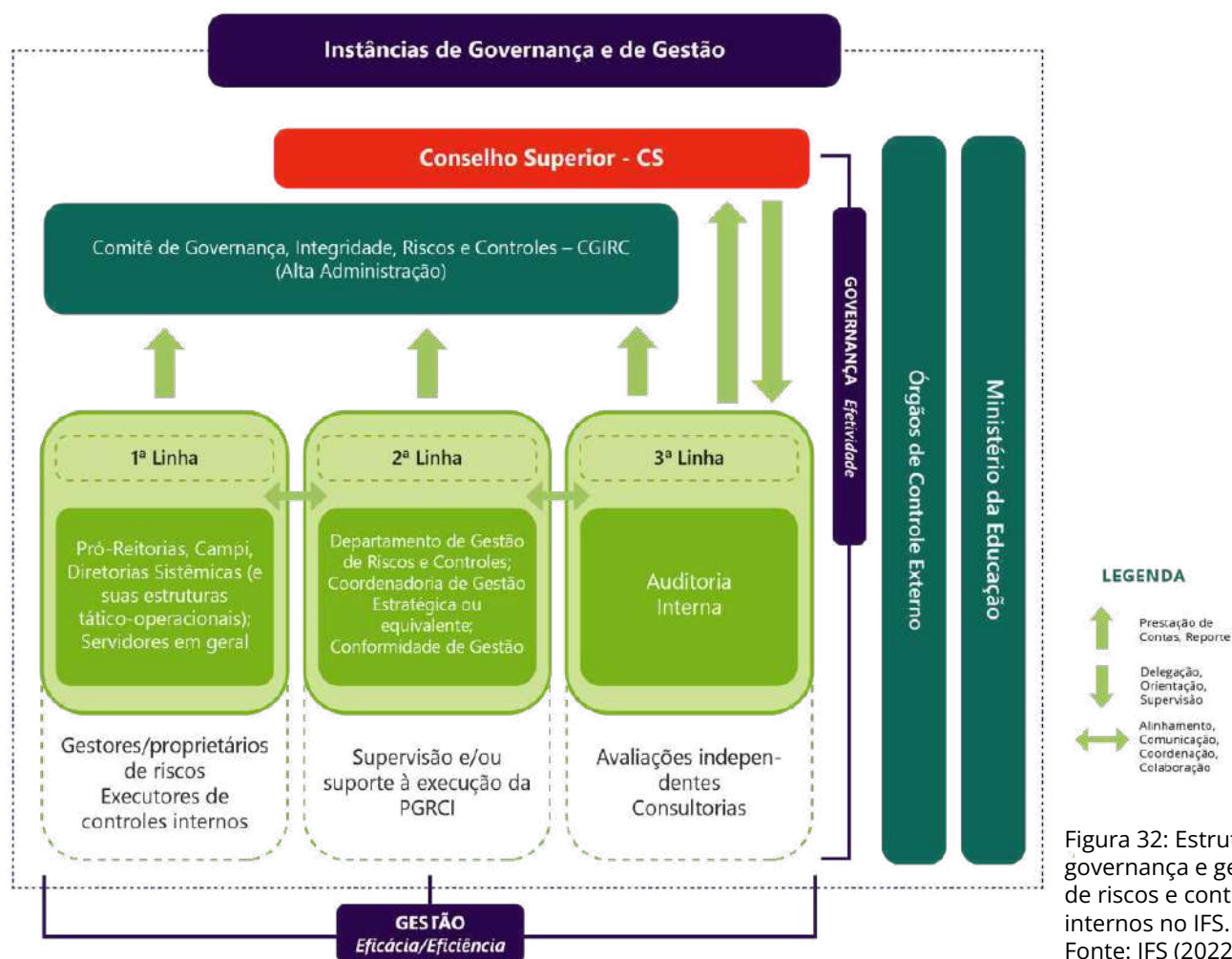


Figura 32: Estrutura de governança e gestão de riscos e controles internos no IFS.
Fonte: IFS (2022).

• Metodologias e ferramentas específicas

A gestão integrada de riscos e controles é operacionalizada por instrumentos específicos,

que podem ser complementados conforme necessário. O processo utiliza ferramentas e técnicas para monitorar e aprimorar a gestão, como:

- Capacitação continuada;
- Vinculação da prática à arquitetura de processos da CVI;
- Declaração de apetite a riscos e níveis de exposição;
- Planos de aperfeiçoamento de governança e gestão;
- Manual de GRCI;
- Método de priorização de processos críticos;
- Programas e planos de gerenciamento de riscos;
- Planos de implementação de controles e comunicação da estratégia;
- Processo decisório baseado em evidências;
- Soluções tecnológicas.

• Processo sistemático

A execução do processo de gestão segue etapas integradas conforme definido na Deliberação nº 23/CGIRC/IFS/2022 e representadas na figura a seguir.

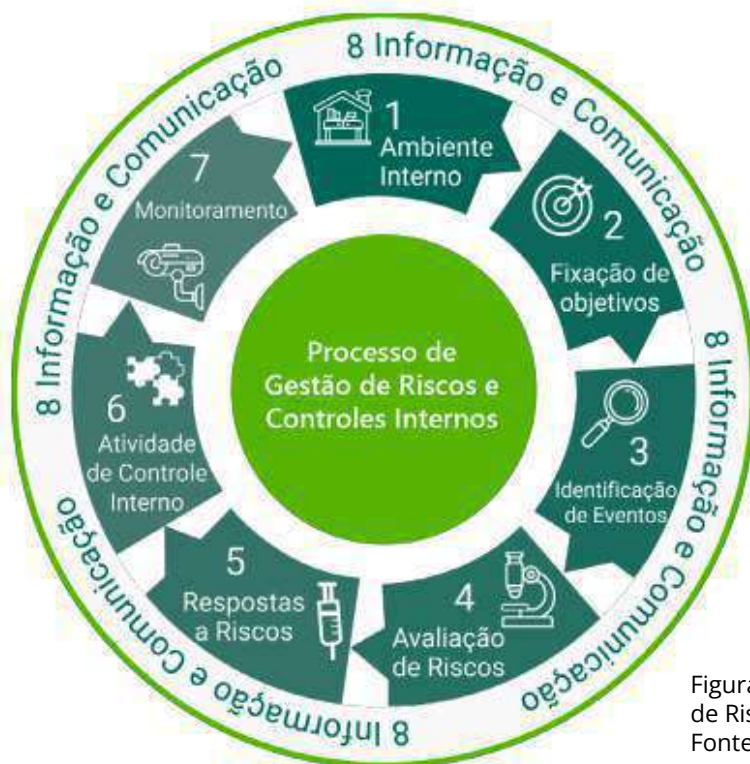


Figura 33: Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos.
Fonte: PGRC (2022).

A execução do processo sistemático aperfeiçoa as práticas de governança e gestão de riscos e controles internos, produzindo entregas efetivas, como: gestores, servidores e colaboradores capacitados; limites aceitáveis de exposição aos riscos e níveis de tolerância estabelecidos e observados; processos críticos priorizados/mapas de riscos de processos críticos estabelecidos; retroalimentação e melhoria contínua do processo ao longo do tempo.

9.4.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

A efetiva implementação da PGRC agrega valor ao processo decisório, aprimora a tomada de decisão e produz resultados que potencializam oportunidades e otimizam recursos, contribuindo para a execução eficaz da estratégia institucional, conforme ilustrado na figura abaixo.



Figura 34: Resultados esperados com a implementação da PGRC.
Fonte: Adaptado da PGRC (2022).

9.5 Política de governança de tecnologia da informação e comunicação

A Política de Governança de TIC/IFS (PGTIC), instituída pela Deliberação N° 63/CGTIC/IFS de 02/10/2017, define princípios, diretrizes e estrutura organizacional referentes a governança e gestão de TIC para a Instituição. Com a finalidade de assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da TIC com as estratégias de negócio do IFS, a PGTIC/IFS estabelece ainda seus objetivos específicos.

9.5.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGTIC

Na figura, são especificados os princípios norteadores da PGTIC/IFS.



Figura 35: Princípios norteadores da PGTIC/IFS.
Fonte: DTI, 2024.

As diretrizes previstas na PG TIC/IFS, por sua vez, ratificam práticas de gestão de TIC segmentadas nos seguintes eixos temáticos:

Gestão da Estratégia de TIC:

- Compreender as políticas públicas, programas, projetos e processos de trabalho do IFS para identificar oportunidades alavancadas pelo uso de TIC;
- Coordenar centralmente as iniciativas para atender às necessidades de TIC;
- Formular estratégias e planos de TIC com objetivos de médio e longo prazo para alcançar os objetivos estratégicos;
- Elaborar indicadores e estabelecer metas para avaliar os objetivos com base nos benefícios esperados para o IFS;
- Garantir ampla participação de todas as unidades do IFS na formulação das estratégias e planos de TIC;
- Desenvolver continuamente competências multidisciplinares, técnicas e gerenciais para os servidores de TIC, incentivando certificações profissionais conforme necessário;
- Assegurar transparência na execução das estratégias e planos de TIC;
- Estabelecer critérios de priorização e alocação orçamentária para programas e projetos de TIC;
- Alinhar a proposta orçamentária anual com as estratégias e planos de TIC.

Provimento de Soluções de TIC:

- Conceber soluções que otimizem os processos do IFS, integrem soluções e reutilizem dados e componentes;
- Considerar requisitos não funcionais importantes, especialmente segurança da informação, disponibilidade, desempenho e usabilidade;
- Adotar arquitetura e padrões tecnológicos aprovados pela DTI, preferindo padrões de mercado e diretrizes de interoperabilidade do Governo Federal;
- Preservar os direitos de propriedade intelectual do IFS sobre soluções desenvolvidas para a instituição;
- Realizar testes necessários antes da implantação das soluções de TIC para assegurar seu funcionamento correto e conformidade com os requisitos;
- Definir, medir e revisar periodicamente acordos de níveis de serviço;
- Planejar e gerenciar o ambiente de TIC e processos operacionais para cumprir os níveis de serviço acordados;
- Identificar lacunas de conhecimento e desenvolver competências dos usuários antes e após a implantação de novas soluções de TIC;
- Seguir as práticas definidas no Processo de Software do IFS (PSW/IFS) para o provimento de soluções de TIC;
- Adotar a modalidade de provimento mais adequada para realizar as estratégias e alcançar os objetivos institucionais, com base em critérios definidos nos planos estratégicos

de TIC ou normas internas;

- Promover uma abordagem centralizada para soluções corporativas e descentralizada para soluções departamentais.

Gestão de Serviços de TIC:

- Relacionar e formalizar os serviços de TIC no Catálogo de Serviços de TIC;
- Definir e revisar periodicamente os níveis de serviços de TIC;
- Mensurar e informar periodicamente o desempenho dos serviços de TIC ao CGTIC;
- Gerenciar os processos operacionais, infraestrutura e aplicações para cumprir os níveis de serviços;
- Centralizar a prestação de serviços de TIC na DTI e nas CTIs dos Campi.
- Racionalizar a utilização da informação, infraestrutura e aplicações necessárias para prestar os serviços de TIC;
- Integrar e assegurar a interoperabilidade dos processos, serviços, infraestrutura e aplicações;

Gestão de Aquisições de TIC:

- Realizar aquisições com justificativas válidas, baseadas em análise adequada, decisão clara e transparente, equilibrando benefícios, custos e riscos.
- Integrar e alinhar as aquisições de TIC às estratégias, planos e prioridades institucionais, considerando a alocação orçamentária necessária.
- Seguir Modelos, Diretrizes e Orientações para Contratação de Soluções de TIC do MGI/SGD;
- Planejar a aquisição de soluções completas, incluindo implantação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários.
- Estabelecer nos contratos com fornecedores previsões de pagamentos baseados em resultados verificáveis e níveis mínimos de serviços.
- Preservar os direitos de propriedade intelectual do IFS sobre soluções desenvolvidas especificamente para a instituição.

Gestão de Riscos de TIC:

- Fomentar a cultura de gestão de riscos como essencial para implementar estratégias e planos de TI, tomar decisões e alcançar objetivos relacionados à TIC;
- Considerar o impacto dos riscos de TIC sobre outras organizações públicas e partes interessadas, consultando e compartilhando informações;
- Identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar continuamente os riscos de TIC mediante processos formalizados.

A PGTIC, como política institucional transversal, direciona seus objetivos para todos os macroprocessos da CVI, alinhando-se com o referencial estratégico (missão, visão e valores),

os objetivos estratégicos, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pertinentes à entidade e a Estratégia de Governo Digital (EGD - 2024/2027). O alcance dos objetivos específicos impacta os ODS e a EGD ratificados pelo IFS, no ciclo 2026-2031.

Macroprocessos CVI 1.2,1.3, 3.7 - Gestão do planejamento e orçamento organizacional/Gestão da informação corporativa e gestão de tecnologia da informação. Processos correlatos - Desenvolver o planejamento Institucional / Monitorar a gestão do planejamento e orçamento organizacional / Gerenciar a segurança da informação e documentação / Gerenciar o acesso à informação e documentação / Planejar a gestão de tecnologia da informação / Gerenciar rede de comunicação de dados / Gerenciar serviços de TI / Desenvolver e gerenciar sistemas corporativos/Monitorar o desempenho de tecnologia da informação.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e 16.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição/ ODS 04 e 05.
	OE-PR5 - ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários.
	Objetivos da EGD (A Estratégia de Governo Digital (EGD) norteia as ações de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão).
	PGTIC: Assegurar a integração das práticas de governança, de gestão e de uso da TIC com as estratégias de negócio a PGTIC/IFS observando: - Os princípios e as diretrizes para a governança, gestão e uso da TIC; - Os papéis e responsabilidades dos envolvidos nas tomadas de decisões sobre TIC; - As estruturas envolvidas na governança de TIC; - Os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TIC; - As interfaces entre as funções de governança e gestão de TIC.

Quadro 36: Objetivos da PGTIC integrados à estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.5.2 Elementos essenciais à sistematização de práticas de governança e gestão de TIC

São essenciais à sistematização de práticas de TIC e incorporadas ao modelo de negócio do IFS: a integração entre os sistemas de governança, estruturas organizacionais de governança e gestão formalizadas, segregação de função e de responsabilidades em suporte ao processo decisório e instrumentos de operacionalização da política.

O Sistema de Governança de TIC (SGTIC), está alinhado ao Sistema de Governança Corporativa do IFS e tem como instância principal o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, o qual exerce função de governança: direção, avaliação e monitoramento. Compõem a estrutura organizacional de Governança e Gestão da PGTIC:

- I. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC);
- II. Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI);
- III. Comitê de Planejamento de TIC;
- IV. Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e Coordenações de Tecnologia da Informação (CTI) dos Campi;

V. Coordenação de Governança de TI (GovTI):

a) Escritório de Processos de TI (EprocTI) e b) Escritório de Projetos de TI (EprojTI);

VI. Auditoria Interna (AUDINT).

Com base na estrutura organizacional, a distribuição dos direitos decisórios de TIC entre os comitês e estruturas organizacionais do IFS está expressa no quadro abaixo.

Questões de TIC	CGTIC	CGSIC	CPLANTI	DTI	CTI's	Coordenações Sistêmicas de TIC	Todas unidades organizacionais do IFS	Unidade Gestora da Solução de TI
Princípios de TI (Política e Diretrizes)	A	A	R	R	C	C	I	I
Arquitetura de TIC	C	C	A	R	R	R	I	I
Infraestrutura de TIC	C	C	A	R	R	R	I	I
Necessidades de Negócio de Soluções de TIC	A	I	C	C	I	I	I	R
Investimento e Priorização de TIC	A	C	R	R	C	C	I	I

Legenda: R - Responsável A - Autoridade C - Consultado I - Informado

Quadro 37: Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC.

Fonte: DTI (2023).

Para obedecer aos princípios e cumprir as diretrizes gerais da PGTIC, bem como contribuir para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, são formulados como instrumentos de operacionalização da política: planos, catálogos e afins, que objetivam nortear a execução de programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TIC.

Destacam-se:

- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC): de caráter plurianual, harmonizado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFS e a Estratégia de Governança Digital (EGD) da Administração Pública Federal;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) - de caráter, no mínimo, bianual com revisão anual, harmonizado com o PETIC;
- Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PC-TIC - de caráter anual, harmonizado com o PDTIC;
- Plano de Capacitação de TIC de caráter plurianual, harmonizado com o PDTIC;
- Catálogo de Programas e Projetos de TIC;
- Catálogo Padrão de Softwares;
- Catálogo de Sistemas;
- Catálogo de Serviços de TIC.

9.6 Política de gestão documental

A Resolução CS/IFS nº 160/2022 instituiu a Política de Gestão de Documentos do IFS, estabelecendo os princípios, diretrizes e normas que regem a gestão dos documentos produzi-

dos, recebidos e arquivados no âmbito do Instituto. Essa prática de gestão visa garantir uma abordagem eficaz e responsável para lidar com documentos físicos e digitais, além de garantir a migração para processos digitais, contribuindo para uma produção mais sustentável e para a redução do consumo de recursos naturais e das emissões de carbono associadas à produção de papel.

9.6.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGD

São princípios alinhados às teorias gerais da gestão documental (GD) seguidos pelo IFS, os reproduzidos na figura 36, abaixo.

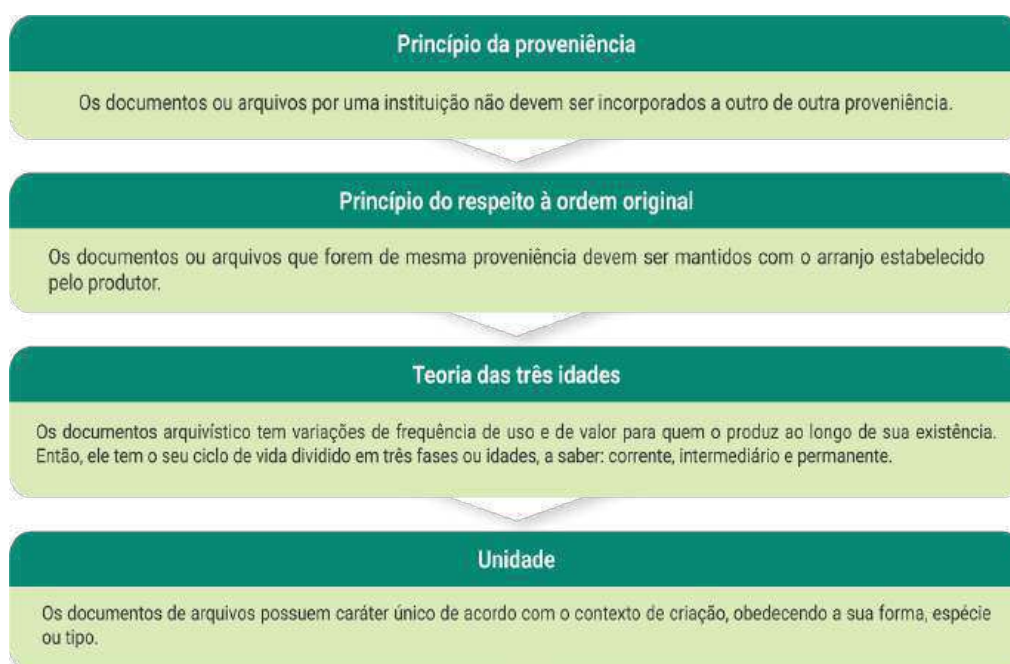


Figura 36: Princípios da Gestão Documental no IFS.
Fonte: IFS, 2024.

A gestão de documentos no IFS observa as seguintes diretrizes:

- **Padronização dos procedimentos:** criação de normas e procedimentos;
- **Descentralização da gestão:** delegação de competências para as unidades administrativas;
- **Uso de tecnologias de informação:** Utilização de ferramentas tecnológicas;
- **Capacitação dos servidores:** Promoção da capacitação dos servidores com foco na gestão documental;
- **Preservação da memória institucional:** Garantia da preservação da memória institucional.

A gestão documental está alinhada com objetivos organizacionais estabelecidos no mapa estratégico para o ciclo 2026-2031. Também está integrada a objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) ratificados pela instituição, e que fornecem base sólida para a gestão de documentos eficaz e responsável, garantindo a preservação e acesso adequados à informação ao longo do tempo.

ODS 4 - Educação de Qualidade	A gestão adequada de documentos contribui para garantir uma educação de qualidade ao facilitar o acesso à informação necessária para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, pesquisas e tomada de decisões.
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	A gestão eficaz de documentos promove o uso responsável de recursos, reduzindo o desperdício de papel, espaço físico e energia associados à armazenagem e manuseio de documentos físicos.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Uma política de gestão de documentos robusta e transparente promove a transparência, prestação de contas e acesso à informação, elementos essenciais para fortalecer as instituições e promover a justiça.

Quadro 38: Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Gestão Documental do IFS.
Fonte: CGPA, 2024.

A operacionalização da estratégia de gestão documental, portanto, potencializa o alcance de objetivos estratégicos e de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a Cadeia de Valor Integrada do IFS, por meio da operacionalização de macroprocessos, processos e objetivos específicos definidos.

Macroprocesso CVI 1.3 - Gestão da informação corporativa Processos 1.3.1 a 1.3.5: planejar a gestão da informação e documentação, gerenciar documentos, gerenciar segurança, gerenciar acesso, monitorar a gestão da informação corporativa.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 4 e 16.
	ODS 04 - educação de qualidade / ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis/ ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes
	Objetivos específicos PGD <ul style="list-style-type: none"> - Cumprir a legislação arquivística, de acordo com a Constituição Federal, a legislação específica sobre arquivos e as normas internas do IFS; - Gerenciar documentos em todo o ciclo de vida: produção, uso, tramitação, avaliação, guarda e eliminação de documentos físicos e digitais; - Assegurar acesso à informação, garantindo a preservação, segurança e confiabilidade dos documentos. - Construir a memória institucional, preservando a história do IFS por meio da documentação histórica. - Otimizar custos da gestão documental, gerindo eficientemente os recursos financeiros destinados à gestão de documentos.

Quadro 39: Objetivos da PGD integrados à estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.6.2 Elementos essenciais à sistematização da gestão documental

• Atuação de estrutura internas de gestão e de apoio à governança:

Além de colegiados que aprovam documentos inerentes à gestão documental, atuam no ambiente interno com responsabilidades no contexto de implementação e de manutenção da política e do programa de gestão documental.









• Estrutura de apoio à governança interna

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivos - fomento à autogestão com informações de desconformidades das ações relacionadas aos procedimentos arquivísticos; e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS)

• Áreas de gestão

- **Em nível estratégico** (equivalente à Alta Administração do órgão): a Reitoria, e as Direções-Gerais dos campi, inclusive por meio das Gerenciais de Administração, respectivamente; a Pró-reitoria de Administração (PROAD), por meio da Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo (CGPA); a Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI; e o Departamento de Comunicação e Eventos - Dcom.
- **Em nível tático:** responsáveis por coordenar a gestão operacional relacionada à GD: Coordenadoria de Apoio Técnico (CATEC), Coordenadoria Documentos Arquivísticos Digitais (CADIG) e CAHISM.
- **Em nível operacional:** são responsáveis pela execução dos processos de GD, sendo representadas pelos ARQ-REI, Arquivos Centrais e Arquivos Setoriais.

• **Participação e envolvimento efetivo das partes interessadas:** fundamental para o sucesso e a eficácia dos processos de gestão documental. São partes interessadas na gestão documental no IFS.

STAKEHOLDERS	DESCRIÇÃO
 Cidadãos	→ Usuários finais das informações produzidas e mantidas pelo IFS, os cidadãos têm interesse em garantir que os documentos sejam adequadamente geridos para garantir transparência, acesso à informação e responsabilidade institucional.
 Setores Administrativos	→ Esses são os departamentos e unidades internas dentro do IFS que produzem e utilizam documentos em suas operações diárias. Eles estão interessados em garantir que os documentos sejam gerenciados de maneira eficiente para apoiar suas atividades.
 Servidores ou Colaboradores Temporários	→ Os funcionários e colaboradores temporários do IFS estão diretamente envolvidos na produção, uso e gestão de documentos. Eles dependem de políticas eficazes de gestão de documentos para realizar suas funções com eficiência.
 Discentes	→ Os alunos do IFS também são partes interessadas na gestão de documentos, pois dependem de informações precisas e acessíveis para apoiar seu aprendizado e pesquisa acadêmica.
 Ex-Servidores e Pensionistas	→ Essas são pessoas que anteriormente trabalharam para o IFS e podem ter interesse em acessar documentos relacionados a seus empregos passados, benefícios de pensão, etc.
 Ex-Colaboradores Temporários	→ Assim como os ex-servidores, os ex-colaboradores temporários podem ter interesse em acessar documentos relacionados ao seu tempo de trabalho no IFS.
 Pesquisadores	→ Acadêmicos, historiadores e outros pesquisadores podem depender dos documentos mantidos pelo IFS para conduzir pesquisas e estudos em uma variedade de áreas.
 Fornecedores	→ Empresas e indivíduos que fornecem bens e serviços ao IFS podem ter interesse em garantir que os documentos relacionados a contratos, transações financeiras, etc., sejam adequadamente gerenciados para evitar disputas e garantir a conformidade com os acordos.

Quadro 40: Partes Interessadas em Gestão Documental no IFS.

Fonte: CGPA, 2024.

- **Modelo de gestão documental estruturado** - o modelo baseia-se nos seguintes pilares:
 - **Cultura organização** - ampla influência no modo de executar dos processos de trabalhos
 - **Pessoas** - que devem ser estimuladas a participarem ativamente da gestão, por meio de estratégias claras e inovadoras com o propósito de alcançar o sucesso do projeto;
 - **Processo de trabalho** - é essencial para a identificação do fluxo de trabalho inter-relacionados e suas possíveis melhorias, em prol da efetividade e otimização dos processos;
 - **Metodologia de GD** - institucionalização dos procedimentos e operações técnicas nos documentos relacionados aos arquivos correntes e intermediários;
 - **Tecnologia essencial** - prepara e disponibiliza a infraestrutura necessária para prover o ambiente operacional da GD.
- **Conformidade legal**

Observância de normas e procedimentos estabelecidos por instâncias de governança e de apoio externas que regulamentam a gestão de documentos:

- **Constituição Federal:** A Constituição brasileira garante o direito à informação e à memória, princípios fundamentais que a gestão documental deve observar.
- **Legislação arquivística:** A Lei nº 8.159/1991 e outras normas regulamentam a gestão de documentos em todo o território nacional.
- **Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos Atividade-meio e fim:** Define a classificação dos documentos por categorias e subcategorias e o estabelece os prazos de guarda dos documentos.
- **Manual de Normas e Procedimentos de Gestão Documental Internos:** O IFS estabelece suas normas e procedimentos para a gestão documental, em consonância com a legislação vigente.

9.6.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Com a implementação efetiva da gestão documental no IFS, espera-se o aprimoramento de processos financeiros, operacionais e de satisfação das partes interessadas, sob as seguintes perspectivas:

- Redução do desperdício de papel, espaço físico e energia, promovendo o uso responsável, com racionalização, economia e redução dos custos institucionais;
- Facilitação do acesso à informação essencial para atividades acadêmicas, pesquisas e decisões;
- Garantia da transparência, prestação de contas e acesso à informação.

Por meio da implementação dessa política e do Programa de Gestão de Documentos, o IFS busca consolidar práticas qualificadas de gestão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para fortalecer a governança e gestão eficaz e promover uma cultura de transparência e responsabilidade.

9.7 Política de internacionalização

Compreende-se internacionalização como um processo transversal que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares e dupla diplomação que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior, promovendo impacto positivo na produção do conhecimento e no desenvolvimento social.

Como política de gestão articulada com o PDI, a PINTER é operacionalizada por meio de programa de cooperação (ação conjunta firmada entre instituições de ensino com a finalidade de promover parcerias acadêmicas) ou de intercâmbio (programa que possibilita ao aluno vinculado a uma instituição de ensino estudar em outra, estabelecendo vínculo temporário na instituição internacional) executado através de acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.

9.7.1 Diretrizes e objetivos para a internacionalização

São diretrizes que orientam à promoção da política de internacionalização do IFS:

- Facilitação da mobilidade internacional de pesquisadores e recepção de pesquisadores estrangeiros em áreas estratégicas;
- Apoio ao ensino e à pesquisa sobre temas internacionais e globais;
- Desenvolvimento de programas de apoio para estudantes, docentes e pesquisadores estrangeiros no IFS, visando à internacionalização e ao compartilhamento de práticas pedagógicas;
- Formalização e desenvolvimento de convênios e cooperações com instituições, universidades, agências de fomento e empresas, tanto nacionais quanto internacionais, e fortalecimento de parcerias existentes;
- Estabelecimento de convênios para colaboração acadêmica, internacionalização de currículos, mobilidade de servidores e estudantes, convite de professores estrangeiros para atividades acadêmicas, oferecimento de cursos online (MOOC) e promoção de programas de graduação conjunta e/ou dupla, além de programas conjuntos de pós-graduação;
- Promoção do ensino de línguas nos Campi, incluindo português para imigrantes e refugiados, destinado à comunidade interna e externa;
- Aprimoramento do relacionamento com instituições da América Latina, especialmente do MERCOSUL, e fomento da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento econômico e social da região, conforme os princípios da Constituição Federal;
- Prospecção de relações com instituições do continente africano e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Articulação do posicionamento do IFS junto à Rede Federal perante organismos e fóruns internacionais.

As diretrizes para a internacionalização reforçam a missão institucional e a visão institucional e ajudam a alcançar objetivos organizacionais e de desenvolvimento sustentável (ODS) relevantes, a exemplo de: fomentar boas práticas de governança e gestão (OE05), Educação de Qualidade (ODS 4), Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16), e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17). Essas diretrizes são orientadas para atingir os seguintes objetivos específicos:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;
- Aumentar a visibilidade nacional e internacional do IFS;
- Mapear as ações de ensino, pesquisa e extensão que possam desencadear práticas de internacionalização no IFS;
- Estabelecer áreas prioritárias para busca de parcerias internacionais, principalmente, com instituições da América Latina e, em especial, com as do MERCOSUL, com instituições do continente africano e com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em conformidade com as diretrizes para elaboração da política de internacionalização das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, estabelecidas pelo CONIF;
- Ampliar os processos de cooperação, aumentando o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;
- Incrementar programas de mobilidade internacional;
- Aumentar a atração de alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros;
- Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação, em conformidade com a Resolução CS/ IFS nº 205, de 13 de julho de 2023;
- Promover a internacionalização do currículo;
- Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, espanhol e, para estrangeiros, em português como língua adicional;
- Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público, garantido pela Constituição, que estabelece educação pública, gratuita e de qualidade;
- Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFS de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;
- Divulgar oportunidades de eventos, cursos, bolsas, visitas técnicas e missões de âmbito internacional;
- Apoiar a realização de eventos acadêmicos de alcance internacional;
- Aperfeiçoar o processo de acolhimento do estudante estrangeiro de cursos presenciais e/ou de EaD;
- Aprimorar a atuação das secretarias de cursos e registros acadêmicos no tocante ao acompanhamento acadêmico dos estudantes em mobilidade internacional.

9.7.2 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Alcançar esses objetivos demanda recursos variados, como orçamento do IFS, aportes de parcerias com outras instituições e de agências de fomento nacionais e internacionais, para a efetiva implementação da estratégia de internacionalização. Na figura abaixo, indicam-se resultados esperados com a implementação da estratégia de que trata a política.

▶	Equipes técnicas estruturadas e capacitadas em nível de assessoria;
▶	Acordos com instituições estrangeiras promovidos;
▶	Projetos de cooperação técnica formalizados;
▶	Atividades de mobilidade de docentes, discentes e técnicos administrativos realizadas;
▶	Intercâmbio no âmbito da pesquisa e da extensão promovidos;
▶	Portal de Ensino Profissional e Tecnológico Internacional atualizados;
▶	Prática de idiomas e de intercâmbio cultural fomentados;
▶	Interação com agências e organismos de cooperação nacionais e internacionais.

Quadro 41: Resultados esperados com a implementação da estratégia.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.8 Política de Inovação

A inovação no IFS é considerada estratégia de gestão transversal a políticas acadêmicas e de gestão. Encontra-se estabelecida como Política de Inovação Tecnológica, por meio da Resolução nº 43/CS/IFS, de 07 de outubro de 2020, sendo aplicável aos Campi do IFS, docentes, técnicos administrativos e discentes e às partes interessadas da comunidade externa (pesquisadores, instituições e empresas).

9.8.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Inovação

As diretrizes da Política de Inovação estão intrinsecamente relacionadas a atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), à extensão tecnológica e à defesa da Propriedade Intelectual, bem como à condução desses processos no ambiente de atuação do IFS. Nesse sentido, ressaltam-se como diretrizes:

- Estímulo e apoio à constituição de alianças estratégicas e ao desenvolvimento de projetos de cooperação;
- Participação na criação e na governança de entidades gestoras de parques e pólos tecnológicos ou de redes de incubadoras de empresas em associação com outras ICTs;

- Garantia de que a defesa da propriedade intelectual promova benefícios como:
 - Desenvolvimento da relação academia / setor produtivo;
 - Geração do conhecimento, processos, produtos e serviços tecnológicos em todas as áreas do conhecimento;
 - Divulgação das atividades científicas e tecnológicas do IFS;
 - Justa recompensa financeira ao IFS e aos criadores;
- Direcionamentos gerais à condução de processos de pesquisa, inovação e extensão.

Os objetivos da Política de Inovação guardam conformidade com as finalidades, características e objetivos de que trata a lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008). Portanto, cooperam para o alcance de objetivos estratégicos, de desenvolvimento sustentável e para a efetiva entrega de valor vinculada a operacionalização de macroprocessos finalísticos e gerenciais do IFS. Nesse sentido, destacam-se como objetivos potencializados pela política:

- Desenvolver e implementar iniciativas e procedimentos para a gestão eficaz da propriedade intelectual;
- Definir e integrar ações de inovação tecnológica com os campos do saber do IFS;
- Disseminar a cultura da inovação empreendedora e a propriedade intelectual em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Estabelecer o processo de inovação tecnológica, incluindo criação, transferência de tecnologias, licenciamento, produção, distribuição e exploração;
- Incentivar e apoiar projetos de cooperação científica e tecnológica que gerem produtos e processos inovadores;
- Promover a criação e expansão de ambientes de inovação, como incubadoras, empresas juniores, parques tecnológicos, startups, spin-offs e aceleradoras, facilitando o acesso a esses recursos;
- Estabelecer parcerias estratégicas, buscando o financiamento junto a órgãos governamentais, empresas e outras instituições da sociedade para apoiar o desenvolvimento de projetos inovadores;
- Promover o uso compartilhado de laboratórios, instrumentos, materiais e instalações do IFS por pesquisadores e instituições externas, apoiando a pesquisa científica e tecnológica;
- Regulamentar a transferência de tecnologia e inventos oriundos de pesquisas do IFS para o setor produtivo local, nacional ou estrangeiro;
- Proporcionar apoio e incentivo aos inventores independentes, integrando-os às atividades da instituição e ao sistema produtivo;
- Oferecer mecanismos de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, incentivando o intercâmbio de pesquisadores e atividades de ensino em temas relacionados à inovação.

9.8.2 Elementos essenciais à sistematização da estratégia de inovação

- **Atuação integrada das estruturas de governança e gestão** - a atuação integrada das estruturas de governança e gestão da inovação no IFS, ocorre por meio de responsabilidades e atribuições formalizadas e segregadas, aplicadas ao processo decisório vinculado à estratégia.



Figura 37: Estruturas de governança e Gestão da Inovação no IFS.
Fonte: Dinove, (2024).

A Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINOVE) atua na gestão sistêmica, com responsabilidades de planejamento, coordenação execução e avaliação, articuladas funcionalmente com órgãos das respectivas áreas de atuação dos Campi. O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à DINOVE, é o responsável por gerir e promover a Política de Inovação Tecnológica do IFS.

Instrumentos de operacionalização estabelecidos

São instrumentos de execução da política:

- Parcerias científicas e tecnológicas:** Formalizadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas, por meio de acordos, convênios e contratos;
- Prestação de serviços tecnológicos especializados:** Em atividades voltadas à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo, serão objeto de celebração de contratos específicos, com ou sem a interveniência de fundação de apoio;
- Compartilhamento e permissão de uso da infraestrutura e capital intelectual do IFS:** Compartilhamento de estruturas internas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, e por prazo determinado, nos termos do instrumento jurídico próprio;
- Pré-incubação e incubação de empresas de base tecnológica:** Pré- incubação e

incubação de empresas de base tecnológica, tradicional ou mista, como atividades de empreendedorismo vinculadas ao IFS;

e) Prestação de contas: Demonstração da destinação dada a recursos públicos alocados em acordos de parceria e convênios para pesquisa, desenvolvimento, extensão e inovação observará as etapas de monitoramento e avaliação por meio de formulário de resultado e a prestação de contas final por meio da apresentação de relatório.

9.8.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia de inovação

Com a efetiva implementação da gestão da inovação no IFS, integrada a objetivos estratégicos e a ODS ratificados pelas políticas acadêmicas e por políticas de gestão, espera-se como resultados possíveis, no ciclo do PDI 2026-2031:

- **Aumento no número de patentes** registradas pela instituição;
- **Proteção adequada dos direitos de propriedade intelectual;**
- **Alinhamento estratégico com a implementação de inovação tecnológica integrada com os campos do saber do IFS**, resultando em projetos mais coesos e estratégicos;
- **Desenvolvimento Multidisciplinar**, com colaboração efetiva entre diferentes áreas de conhecimento, promovendo inovações mais abrangentes.
- **Fortalecimento da cultura da inovação e do empreendedorismo**, a partir de capacitação e sensibilização, **com a ampliação da participação da comunidade acadêmica em atividades de inovação e empreendedorismo;**
- **Aperfeiçoamento do processo de criação e transferência de tecnologias;**
- **Facilitação do processo de inovação tecnológica**, com base na normatização de regras e procedimentos;
- **Crescimento no número de projetos de cooperação científica e tecnológica**, com oferta de novos produtos e processos inovadores;
- **Estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas;**
- **Infraestrutura ampliada** com criação e expansão de incubadoras, empresas juniores, parques tecnológicos, startups, spin-offs e aceleradoras;
- **Aumento na captação de recursos de financiamento** junto a órgãos governamentais, empresas e outras instituições para projetos inovadores;
- **Acesso facilitado a pesquisa colaborativa**, com maior utilização das infraestruturas do IFS por pesquisadores internos e externos, promovendo a pesquisa colaborativa;
- **Otimização de recursos**, com o uso eficiente e compartilhado de laboratórios, equipamentos e materiais, maximizando os recursos disponíveis;
- **Maior integração de inventores independentes às atividades da instituição**, promovendo a inovação colaborativa;
- **Oferta adequada de suporte técnico e administrativo para o desenvolvimento de invenções e comercialização de produtos;**

- **Incentivos à pesquisa**, pela criação de mecanismos eficazes de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- **Aumento no intercâmbio de pesquisadores e nas atividades de ensino relacionadas à inovação**, fortalecendo a colaboração acadêmica;
- **Promoção de transparência e accountability** com práticas adequadas de monitoramento, avaliação e prestação de contas de acordos de parceria e convênios;
- **Publicação de relatórios de resultado, com garantia de transparência das atividades de inovação.**

9.9 Política de sustentabilidade

As práticas de sustentabilidade no IFS foram formalmente iniciadas, por meio da Portaria nº 1.337 de 05 de junho de 2014, com o lançamento oficial do Programa Socioambiental “IFS Sustentável”, marcando um compromisso significativo em prol do desenvolvimento de valores, atitudes e ações sustentáveis no ambiente institucional.

Na iminência de formalização da Política de Sustentabilidade do IFS, prevalece na entidade uma visão holística de sustentabilidade, que integra ações e iniciativas de negócios à sociedade e ao ambiente em que atua, tendo por finalidade legitimar e alinhar a missão, a visão, os valores e as práticas institucionais ambientais, sociais e econômicas, às expectativas de interesse público, no médio prazo.

Nesse contexto a política de sustentabilidade deverá ser implementada de forma articulada com as políticas acadêmicas e com outras políticas de gestão tratadas no PDI/2026-2031 e seus respectivos instrumentos de operacionalização, com destaque para programas, planos, projetos ou ações integradas.

9.9.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade no IFS tem por base os seguintes princípios:

- Uso sustentável dos recursos;
- Gestão responsável de resíduos;
- Ética, saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- Sustentabilidade em compras e serviços;
- Inovação, transparência e eficiência financeira;
- Redução das desigualdades;
- Promoção da inclusão e participação ativa da comunidade acadêmica.

A sustentabilidade como prática e valor institucional, será considerada, preferencialmente, de forma integrada, em suas três dimensões, representadas na figura 38, e diretrizes singulares.



Figura 38: Dimensões de sustentabilidade no âmbito do IFS.
Fonte: : Política de Sustentabilidade do IFS, (2024).

I – DIMENSÃO AMBIENTAL - foco em redução dos impactos ambientais em ações administrativas e acadêmicas, formando cidadãos conscientes de sua responsabilidade com o meio ambiente.

- **Uso sustentável dos recursos naturais e bens públicos**

- Utilização de recursos de forma econômica e racional evitando o seu desperdício;
- Promoção de práticas de consumo sustentável, considerando o ciclo de vida dos produtos adquiridos.

- **Gestão adequada dos resíduos gerados**

- Incentivo a não produzir e a reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos e rejeitos, dispondo deles de forma adequada;
- Estímulo ao uso de tecnologias eficientes em termos socioambientais, buscando otimizar os recursos naturais.

- **Licitações sustentáveis**

- Promoção da responsabilidade socioambiental nas suas compras e contratações, levando à aquisição de produtos e serviços sustentáveis para a conservação do meio ambiente e melhoria da relação custo/benefício a médio ou longo prazo.

- **Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

- Promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, lastreada na valorização, na satisfação, no respeito, na ética na transparência;
- Implementação de melhorias nas condições das instalações físicas e no cuidado preventivo com a saúde e com os riscos de adoecimento relacionado ao trabalho.

- **Sensibilização e capacitação**

- Desenvolvimento de uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores e demais colaboradores internos e externos.
- Contribuição para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, proporcionando aos servidores oportunidades para aperfeiçoar suas atitudes e desempenho.

II – DIMENSÃO SOCIAL - foco no papel da entidade na sociedade e na gestão das relações com as partes interessadas internas e externas, com adoção de medidas para reduzir as desigualdades sociais; promover o respeito às diferenças e formar valores inclusivos, garantindo a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual, a valorização dos direitos humanos e a promoção da diversidade e inclusão em todas as suas atividades.

- **Diálogo social e desenvolvimento territorial**

- Diálogo e engajamento com o público interno e externo, acerca das práticas de desenvolvimento sustentável, incentivando a atuação como agentes de transformação social;
- Redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Integração da teoria e prática em sustentabilidade nas práticas pedagógicas;
- Criação de canais de comunicação e divulgação de resultados de pesquisa;
- Estabelecimento de parcerias, para compartilhamento de experiências com outras instituições e com redes de contato nacionais e/ou internacionais;
- Participação dos estudantes em pesquisas de sustentabilidade;

- **Direitos humanos**

- Respeito aos direitos humanos; prevenção e combate ao assédio; e combate ao trabalho compulsório etc;

- **Diversidade, equidade e inclusão**

- Fomento à inclusão social, ao voluntariado e à cultura da responsabilidade social;
- Prevenção e combate à discriminação;
- Promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

- **Relações e práticas de trabalho**

- Desenvolvimento profissional - alinhamento das necessidades de desenvolvimento dos servidores, prezando pela transparência de informações.

III – DIMENSÃO ECONÔMICA - Foco na otimização do gasto público, promoção da eficiência e eficácia nos processos, e adoção de práticas de gestão responsável, com ênfase em transparência, ética, inovação e soluções sustentáveis que integrem viabilidade econômica com responsabilidade ambiental e social.

- **Aprimoramento das práticas de gestão orçamentária e financeira**

- Distribuição do orçamento alinhada ao planejamento estratégico
- Aperfeiçoamento no uso dos recursos e no controle de custos.

- **Fortalecimento do processo institucional de tomada de decisão**

- Promoção de práticas de economia, racionalização e de sustentabilidade no processo decisório;

- Promoção de práticas de integridade e anticorrupção;
- Conformidade regimental.

• **Promoção de controles e de transparência na gestão**

- Alinhamento com o ambiente legal e regulatório;
- Responsabilidade pela prestação de contas;
- Produção de relatórios de sustentabilidade e/ou relato integrado;
- Gestão de riscos e controles internos;
- Privacidade de dados.

Objetivos

A transversalidade da Política de Sustentabilidade do IFS às demais políticas institucionais reafirma os objetivos de sustentabilidade estabelecidos como indutores ao desenvolvimento sustentável. Essa boa prática é fortalecida pela correlação desses a macroprocessos e processos da Cadeia de Valor Integrada, a objetivos do mapa estratégico do IFS e a ODS ratificados na estratégia institucional, na forma expressa na Tabela “Objetivos da Política de Sustentabilidade integrados à gestão da estratégia institucional”:

Macroprocessos CVI 1.1 a 1.5 (gerenciais) / 2.1 a 2.5 - finalísticos / 3.1 a 3.8 - suporte. Processos correlatos às dimensões de sustentabilidade: ambiental social e econômica.	
Objetivos	OE-RS1 a RS4 / OE-PI1 a PI3 / OE-PR1 a PR6 (ver mapa estratégico)
	ODS 01 a ODS 17 (ver mapa estratégico)
	<p>Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementar uma cultura organizacional focada na sustentabilidade - Adotar práticas que promovam a preservação ambiental e a eficiência nos processos - Divulgar boas práticas sustentáveis entre os Campi, a reitoria do IFS, as Pró-reitorias e outras instituições; - Capacitar servidores, estudantes, colaboradores e parceiros para práticas sustentáveis - Alinhar ações e metas institucionais com os ODS da ONU, integrando-se aos esforços globais de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico; <p>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 03, 04, 05, 07, 09, 10, 11, 12, 15, 16, 17.</p>

Quadro 42: Objetivos da Política de Sustentabilidade integrados à gestão da estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.9.2 Elementos essenciais à sistematização da sustentabilidade institucional

Destacam-se a seguir, os principais insumos à sistematização da prática de sustentabilidade como política institucional.

• **Estruturas de governança e de gestão constituídas**

Atuam na governança: O Conselho Superior (CS), o CGIRC ou colegiado de equivalente; e núcleos que operam como apoio sistêmico.

Atuam na gestão: Pró-reitorias, diretorias sistêmicas e Campi, respondem pela implementação (planejamento, gerenciamento, desenvolvimento e monitoramento) das práticas de sustentabilidade, no seu âmbito de atuação.



Figura 39: Estruturas de governança e de gestão da sustentabilidade no IFS.
Fonte: Adaptado da Política de Sustentabilidade do IFS (2025).

• **Sensibilização e capacitação**

Iniciativas de sensibilização e capacitação afetas às temáticas: sustentabilidade ambiental, social e econômica que devem integrar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFS.

• **Processos e instrumentos de operacionalização**

A operacionalização da sustentabilidade abrange processos de governança, que respondem por formalizar normas e procedimentos e supervisionar práticas; e processos de gestão que compreendem o planejamento, gerenciamento, desenvolvimento e monitoramento das iniciativas, no âmbito de atuação da reitoria e dos *Campi*.

São exemplos de instrumentos de operacionalização da estratégia de sustentabilidade: programas, projetos, planos e práticas integradas no âmbito de atuação das pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *Campi*.

Sustentabilidade ambiental

- Programa de Integridade IFS/Programa de Prevenção e Combate à Corrupção
- Plano Diretor de Logística Sustentável (Portaria nº 642/2024)
- Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de vida dos Servidores (Bem-me-quer)
- Programa de Acolhimento aos servidores ingressantes do IFS - PASIFS
- Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

Sustentabilidade Social

- Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual (Lei 14.540/2023, Art. 4º)
- Programa Mulher, Gênero e Feminismo na Ciência – Mulher na Ciência
- Programa de Popularização da Ciência - Popular IFS

- Programa Institucional de Pesquisa e Extensão em Ações Afirmativas
- Política de Diversidade e Inclusão
- Programa de Integridade IFS/Programa de Prevenção e Combate à Corrupção

Sustentabilidade Econômico-Financeira

- Plano de Gestão Orçamentária e Financeira ou equivalente
- Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva
- Plano anual de Contratação

9.9.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia, por dimensão

A integração da política de sustentabilidade do IFS às demais políticas de gestão, levando em conta os eixos temáticos em suas diferentes dimensões, contribui para um IFS mais sustentável, eficiente e socialmente responsável, promovendo um ambiente educacional mais saudável e inclusivo. Na Tabela “Resultados esperados com a implementação da estratégia de Sustentabilidade” são apresentados benefícios esperados com a sua adoção na forma integrada.

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Redução significativa do desperdício de recursos; - Implementação de práticas de consumo sustentável; - Diminuição da produção de resíduos e melhoria na disposição adequada de resíduos; - Aumento da reciclagem e reutilização de materiais; - Aquisição de produtos e serviços com melhor custo/benefício a longo prazo; - Maior responsabilidade socioambiental nas compras e contratações; - Melhorias nas condições físicas e de saúde no ambiente de trabalho; - Aumento na satisfação e bem-estar dos servidores; - Desenvolvimento de uma consciência cidadã e socioambiental; - Aprimoramento das competências e desempenho dos servidores e colaboradores em geral.
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Maior engajamento da comunidade acadêmica em práticas sustentáveis; - Redução das desigualdades sociais através de ações educacionais e de pesquisa; - Ampliação de parcerias nacionais e internacionais; - Integração eficaz entre teoria e prática em sustentabilidade nas atividades acadêmicas; - Respeito aos direitos humanos disseminado; - Diminuição dos casos de assédio no ambiente laboral; - Maior efetividade das práticas de inclusão social; - Prevenção eficaz contra discriminação; - Melhoria na acessibilidade para pessoas com deficiência.
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Maior racionalização e sustentabilidade nas decisões institucionais; - Implementação de práticas de integridade e anticorrupção; - Melhoria na conformidade com normas legais e regulatórias; - Melhoria da transparência institucional com a produção regular de relatórios de sustentabilidade; - Gestão de riscos e controles internos mais eficazes; - Proteção robusta da privacidade de dados.

Quadro 43: Resultados esperados com a implementação da estratégia de sustentabilidade.

Fonte: Adaptado do gestaopublicagov.br (2.0), 2023.

9.10 Política de segurança da informação e comunicação

A informação é um ativo que a organização tem o dever e a responsabilidade de proteger. A disponibilidade da informação de forma completa, segura e precisa é essencial para que a organização forneça de forma eficiente os serviços. Assim, a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, aprovada pela Deliberação nº 01/2018/CGSIC/IFS, de 30/01/2018, estabelece as diretrizes para a proteção dos ativos de informação da entidade. Esse documento contém ainda direcionamentos gerais de segurança e controle de proteção da informação, objetivos e metas, que são descritos e padronizados nos processos e procedimentos de segurança da informação, ferramentas e práticas de conscientização.

9.10.1 Princípios, diretrizes e objetivos da POSIC

Princípios

São princípios norteadores da POSIC/IFS: Confidencialidade; integridade; disponibilidade; autenticidade; criticidade; não repúdio; responsabilidade; ciência; ética; legalidade e proporcionalidade.

Diretrizes

As diretrizes permeiam as práticas de gestão da informação nas múltiplas áreas de negócios, a saber:

- **Acesso à Informação** - a informação gerada, adquirida, utilizada ou armazenada pelo IFS é considerada seu patrimônio e deve ser protegida conforme normas específicas;
- **Recursos do IFS** - os recursos do IFS são fornecidos exclusivamente para garantir o desempenho de suas atividades;
- **Operações de Informação** - as normas para armazenamento, divulgação, reprodução, recuperação e destruição da informação serão definidas de acordo com sua classificação;
- **Tratamento da Informação** - a informação deve ser protegida para minimizar riscos, com um sistema de classificação que considera seu valor, sensibilidade e criticidade;
- **Gestão de Incidentes** - haverá um serviço para receber, filtrar, classificar e responder a incidentes de segurança, prevenindo ações maliciosas e identificando tendências;
- **Gestão de Riscos** - Um processo contínuo de Gestão de Riscos será implementado, monitorando e analisando periodicamente os riscos para garantir a segurança da informação;
- **Auditoria de Conformidade** - aspectos legais de segurança serão regularmente revisados para evitar ações penais por desconhecimento ou omissão;
- **Controles de Acesso** - serão implementados controles para monitorar o acesso a equipamentos, documentos, suprimentos e locais, restringindo o acesso a pessoas autorizadas;
- **Uso de E-mail** - o serviço de e-mail do IFS é um recurso para comunicação oficial e informal, sujeito a auditoria;
- **Acesso à Internet** - o acesso à Internet será monitorado e auditado, concedido a servidores para atividades do setor e a alunos para fins acadêmicos;
- **Termo de Responsabilidade e Sigilo** - documento que compromete colaboradores e

prestadores de serviços com a POSIC do IFS.

- **Gestão de Continuidade** - planos de prevenção e recuperação serão implementados para garantir a continuidade dos serviços e recursos de TI, com prazos máximos de recuperação baseados na criticidade dos processos;
- **Desenvolvimento de Software** - normas específicas para o desenvolvimento de software seguro serão regulamentadas conforme a norma DSIC nº 16/IN01/DSIC/GSIPR.

Objetivos

A POSIC também estabelece objetivos específicos para a adoção da prática estratégica, integrando-a ao modelo de gestão estratégica na cadeia de valor integrada (CVI) do IFS, ao referencial estratégico, aos objetivos estratégicos, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pertinentes à entidade e a estratégia de Governo Digital (EGD 2024-2027), conforme indicados na Tabela “Objetivos da POSIC integrados à gestão estratégia institucional”:

Macroprocessos CVI 1.3 e 3.7 - Gestão da informação corporativa e gestão de tecnologia da informação. Processos correlatos - Gerenciar a segurança da informação e documentação / Gerenciar o acesso à informação e documentação / Gerenciar rede de comunicação de dados / Gerenciar serviços de TI.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e ODS 16 .
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição / ODS 04 e ODS 05 .
	OE-PR5 - ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários.
	Objetivos da EGD (A Estratégia de Governo Digital (EGD) norteia as ações de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão).
	POSIC: Regularizar e normatizar o uso dos recursos e serviços prestados pelos setores de Tecnologia da Informação (TI) da Reitoria e de todos os campi da instituição. Visando atingir as seguintes metas: <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da segurança dos usuários online; - Melhoria da segurança dos meios de comunicação de dados; - Melhoria da segurança dos sistemas computacionais.

Quadro 44: Objetivos da POSIC integrados à gestão da estratégia institucional.
Fonte: DTI (2024).

9.10.2 Elementos essenciais à sistematização de práticas integradas de SIC

A sistematização de práticas de segurança da informação e comunicação (SIC) do IFS ocorre com sua incorporação de forma transversal ao modelo de negócio da entidade: entre os sistemas de governança, suas estruturas organizacionais, observando a segregação de função e de responsabilidades em suporte ao processo decisório; e na estrutura normativa que viabiliza os processos de operacionalização da política.

Estrutura organizacional - Na figura abaixo, são apresentadas as estruturas organizacionais envolvidas na Governança e Gestão de SIC do IFS:



Figura 40: Estruturas responsáveis pelas SIC/IFS.
Fonte: DTI (2024).

Estrutura normativa - A POSIC compõe a estrutura normativa da SIC do IFS. Em sua operacionalização observa outras políticas e instrumentos de gestão transversais, como: Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFS, Política de Continuidade de Negócios (PCN) do IFS e Manual de Gestão de Riscos IFS.

A POSIC, como principal documento norteador das práticas integradas de SIC, orienta a formalização de normas e procedimentos específicos.

- **Normas de Segurança da Informação** - definem obrigações e procedimentos com base nas diretrizes da Política, aplicáveis a todas as instâncias de tratamento da informação.
- **Procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação** - aplicam diretamente as normas nas atividades do IFS, com o gestor de SIC responsável por sua criação. Cada procedimento pode ser detalhado em instruções.

Seguindo os princípios e diretrizes gerais da POSIC com vistas a contribuir para os objetivos e metas institucionais, encontram-se editadas políticas específicas na forma de normas complementares e procedimentos que orientarão os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TIC:

- Política de controle e gerenciamento de senhas;
- Política de gestão de ativos de informação;
- Política de controle de acesso do IFS;
- Política de backup e restauração dos dados, de modo a garantir segurança, integridade, disponibilidade das informações e proteção de dados;
- Política para armazenamento de arquivos digitais na rede IFS
- Política do Catálogo Padrão de Softwares;
- Regulamento da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais;
- Regulamento de uso do e-mail institucional.

9.11 Política de transparência e de acesso à informação

A gestão da transparência e do acesso à informação no IFS é uma estratégia que visa promover práticas no âmbito da transparência ativa, transparência passiva e do acesso à informação. Sua promoção fortalece a relação da instituição com a sociedade, garantindo, respectivamente, a prestação de informações em atendimento a pedidos apresentados aos canais de comunicação oficiais da entidade, conforme prevista na lei 12.527 de 2011 e a divulgação proativa de informações de interesse público, de forma clara, objetiva e acessível, através dos seus meios públicos de comunicação. Além disso, garante a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela organização.

A estratégia está definida no Decreto nº 11.529/2023 como política de gestão, sendo aplicável ao IFS, entidade da administração pública federal autárquica, seus princípios, diretrizes, objetivos, competências e práticas.

9.11.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação

A implementação da política como estratégia de gestão é orientada pelos seguintes princípios:

- **Observância à publicidade e ao sigilo** - a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção;
- **Atuação com ética e integridade** - conformidade com altos padrões éticos e de integridade, assegurando a veracidade e a relevância das informações divulgadas;
- **Responsabilidade social:** reconhecimento do papel fundamental da informação na promoção do desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

São diretrizes comuns à Política de Transparência e Acesso à Informação e às políticas de dados abertos e de governo aberto, a serem observadas de forma integrada:

- Garantia de acesso irrestrito às bases de dados, as quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto;
- Descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade;
- Permissão irrestrita de reuso das bases de dados publicadas em formato aberto;
- Completude e interoperabilidade das bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar as bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;
- Atualização periódica, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários;
- Designação clara de responsável pela publicação, atualização, evolução e manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso de dados;

- Fomento à participação social nos processos decisórios;
- Estímulo ao uso de novas tecnologias que fomentem a inovação, o fortalecimento da governança pública e o aumento da transparência e da participação social na gestão e na prestação de serviços públicos;
- Aumento dos processos de transparência, de acesso a informação e da utilização de tecnologias que subsidiem esses processos;
- Melhoria da gestão das informações disponibilizadas pela administração pública federal para a provisão mais eficaz e eficiente de serviços públicos e para a prestação de contas adequada à sociedade;
- Combate à corrupção por meio da inibição da prática de atos ilícitos na administração pública federal e de desvios de conduta de agentes públicos; e
- Respeito à proteção dos dados pessoais.

A Política de Transparência e de Acesso à Informação integra-se a outras políticas institucionais a partir de objetivos específicos correlatos. Ao potencializar objetivos estratégicos e de desenvolvimento sustentável ou macroprocessos e processos de negócios comuns a diferentes políticas de gestão, contribui de forma ampla com resultados que agregam valor para o alcance da missão e da visão da entidade. Na tabela a seguir, apresentam-se objetivos correlatos à referida política e integrados à gestão da estratégia institucional.

Macroprocessos CVI - 1,3, 1.4 e 1,5 - gestão da informação corporativa, gestão da comunicação institucional e gestão de controles e de segurança institucional, respectivamente.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e ODS 16 .
	OE-PR2 - promover a integração, a saúde e a qualidade de vida dos servidores / ODS 03 e ODS 05 .
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição / ODS 04 e ODS 05 .
	OE-RS1 - promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, observando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade / ODS 04 e ODS 05 .
	ODS 04 - educação de qualidade / ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes
	Objetivos específicos PTAI <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar a mensuração dos avanços em termos de transparência e contribuir para gestões públicas mais íntegras, responsáveis e eficazes; - Permitir a participação da sociedade na melhoria de políticas públicas; - Reduzir a assimetria de informações entre a instituição e a sociedade; - Contribuir para melhorar o acesso a serviços prestados pelo IFS; - Promover a pesquisa e geração de inovações; - Promover a conformidade de condutas, a transparência, a priorização do interesse público e uma cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade, com a implementação de programas específicos.

Quadro 45: Objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação integrados à estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.11.2 Elementos essenciais à sistematização da política de transparência e acesso à informação

- **Engajamento e comprometimento da alta administração** - membros da alta administração (pró-reitores, diretores gerais e sistêmicos) e colaboradores em geral participativos nas atividades vinculadas à política e aos programas e planos associados.
- **Responsabilidades e atribuições definidas**

Designação formal de unidades responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação no âmbito da entidade, com definição de responsabilidade das unidades e de atribuições dos seus titulares, no âmbito de sua atuação.

- **Definição e divulgação de procedimentos e ferramentas de operacionalização da política:**
 - Definição de canais de comunicação bem como divulgação de dados e informações estratégicas no site institucional para potencializar a transparência ativa, na forma de planos de ação, relatórios de gestão, estudos técnicos e resultados de pesquisas e instrumentos afins.
 - Revisão e atualização periódica das informações disponíveis no Portal da Transparência e demais canais de comunicação
 - Divulgação sistema eletrônico específico para incentivo ao registro e atendimento de pedidos de acesso à informação direcionados à entidade (transparência passiva);
 - Disponibilização de dados em formato aberto (open data), facilitando sua reutilização e promovendo a inovação e a participação cidadã
- **Estruturação, execução, monitoramento e avaliação de programas e planos de gestão integrados**
 - Execução e monitoramento do Programa de Integridade e do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);
 - Orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes aos Programas;
 - Promoção de outras ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade, de forma integrada, por meio de Plano de Integridade Anual;
 - Avaliação de desempenho relacionado à transparência e ao acesso à informação por meio de indicadores, visando melhorias contínuas.

9.11.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia no ciclo 2026-2031

Com base nos princípios, diretrizes e objetivos vinculados à política, na tabela 12, a seguir, são exemplificados resultados potenciais decorrentes da execução de iniciativas estratégicas associadas à adoção da estratégia de transparência e de acesso à informação.

RESULTADOS ESPERADOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS
Acesso amplo e facilitado à informação	- Aperfeiçoamento de portal de transparência e prestação de contas acessível e intuitivo, garantindo o amplo acesso da sociedade às informações e dados produzidos pela instituição; - Publicação regular e atualizada de dados e informações relevantes, sem necessidade de solicitação prévia.
Combate à corrupção	- Transparência nas ações e dados da instituição como forma de inibir práticas ilícitas e desvios de conduta; e criação de canais de denúncia e mecanismos de controle interno eficazes.
Qualidade e integridade das informações	- Disponibilização de informações completas, autênticas e atualizadas; - Revisão e validação periódica das informações para manter a primariedade e integralidade - Utilização de linguagem clara e acessível em todas as comunicações e documentos disponibilizados ao público. - Treinamento contínuo dos servidores para garantir a utilização de uma linguagem de fácil compreensão

Quadro 46: Resultados esperados x iniciativas estratégicas associadas.

Fonte: Elaboração própria (2024).

9.12 Política Editorial

No IFS, a Política Editorial normatiza a atuação da Editora do Instituto Federal de Sergipe – EDIFS. Aprovado *Ad Referendum*, por meio da Resolução nº 236, de 8 de março de 2024, o documento dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Editoriais e estabelece diretrizes e responsabilidades adotadas pela Editora para a atuação de autores, conselheiros, pareceristas e editores.

9.12.1 Objetivos da Política Editorial (PEDIT)

A execução da política é transversal à estratégia institucional estabelecida para o ciclo 2025-2031 e potencializará a missão e visão institucionais, com a integração dos seus objetivos específicos a macroprocessos e processos da cadeia de valor integrada e a objetivos do mapa estratégico do IFS, bem como a ODS ratificados na estratégia, na forma da tabela abaixo:

Macroprocessos CVI - 1.1 e 1.4 - gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação e gestão da informação corporativa, respectivamente.	
Objetivos	OE-PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais/ODS 4 e ODS 16.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição / ODS 04.
	OE-RS1 - promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, observando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade / ODS 04 e ODS 10.
	OE-PR6 - prover infraestrutura necessária para atendimento das demandas da comunidade acadêmica e do público externo / ODS 04 e ODS 09.
	ODS 04 - educação de qualidade / ODS 09 - indústria, inovação e infraestrutura / ODS 10 - redução das desigualdades / ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes
	Objetivos PEDIT <ul style="list-style-type: none"> - Definir os materiais e linhas editoriais que compõem o acervo da Editora do IFS; - Orientar a respeito dos procedimentos que integram o fluxo editorial da Editora; - Dispor sobre as regras para as publicações online e/ou impressas associadas à Editora,

buscando estar em consonância com as leis que regem os direitos autorais e zelar pela integridade da Instituição;
- Definir a organização interna dos Conselhos Editoriais (Pleno e Científico) e suas principais atribuições.

Quadro 47: Objetivos da Política Editorial integrados à estratégia institucional.
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.12.2 Elementos essenciais à sistematização da Política Editorial

A Política Editorial se aplica a todas as unidades de assessoramento da Reitoria e aos campi, alcançando, portanto, a produção cultural e científica de todo o instituto, com suporte, dentro das competências vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Nesse sentido, destacam-se como elementos essenciais à sua transversalidade:

Formalização da estratégia de prestação de serviços editoriais - promoção dos serviços que visam apoiar a comunidade acadêmica em todas as etapas do processo editorial, desde a submissão até a publicação e disseminação das obras:

- **Chamada Pública:** elaboração, lançamento e acompanhamento à formação de Conselhos Editoriais
- **Divulgação de editais para submissão de Obras:** criação e divulgação de editais e monitoramento das submissões;
- **Revisão por Pares:** distribuição de trabalhos submetidos para avaliação e coordenação do processo de revisão por pares.
- **Editoreção:** revisão de textos e diagramação das obras.
- **Solicitação de Identificadores:** ISBN para livros e E-books; ISSN para periódicos; e registro autoral para obras e produtos educacionais.
- **Eventos de Lançamento:** organização de eventos para o lançamento de obras publicadas.
- **Publicação de Revistas e Obras:** Publicação das edições da Revista Expressão Científica (REC) no sistema OJS e disponibilização das obras no site da Editora.
- **Atendimento à Comunidade:** Atendimento presencial e virtual para a comunidade acadêmica interna e externa.
- **Elaboração de Fichas Catalográficas:** criação de fichas catalográficas para as obras publicadas.
- **Produção de Podcast:** Gravação do podcast “Que livro é esse?”
- **Documentação e Declarações:** confecção de documentos pertinentes à EDIFS e emissão de declarações solicitadas.
- **Apoio à Criação de Periódicos:** assistência na criação de novos periódicos.
- **Operacionalização de Sistemas:** apoio no uso do Open Journal Systems (OJS) e Open Monograph Press (OMP);
- **Relatórios de Gestão:** auxílio na elaboração de relatórios de gestão;

- **Prestação de serviços especializados:** Para o ciclo 2026-2031, são serviços especializados: suprimento, insumos, peças, manutenção, atribuição de DOI, assessoria de editoração científica e ABEC.

Definição das linhas editoriais

- **Divulgação Científica:** e-books, livros voltados para a divulgação dos resultados de pesquisas desenvolvidas em meio acadêmico, abrangendo pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses realizados pela ou na Instituição, bem como a (s) revista (s) institucional (is) elaborada para a divulgação do IFS em meio interno e externo;
- **Livros técnicos e/ou didáticos:** livros que tem por finalidade auxiliar no processo de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão;
- **Cultura Regional:** publicações que contemplem a nossa cultura, desenvolvido pelas comunidades acadêmica e administrativa institucional abordando, por exemplo, contos, poesias, romances, etc.
- **Materiais de divulgação do IFS:** jornais, boletins, informes, folders, cartilhas e outros.
- **Coleções temáticas:** cadernos e/ou coletâneas relacionadas às linhas de pesquisa dos programas de graduação e de pós-graduação.

Com base nas linhas editoriais definidas, apresenta-se na Tabela abaixo, as principais publicações estimadas para o próximo ciclo do PDI (2026-2031).

PUBLICAÇÕES	2025	2026	2027	2028	2029
Livros	30	40	50	50	50
Revistas	4	6	6	6	6
Anais	2	4	4	6	6
Cadernos de Graduação	5	6	6	9	9
Publicações Institucionais	3	3	3	3	3
Produtos de Mestrado	20	20	40	40	40
Cadernos de Pós-Graduação	2	2	2	2	2
Revista em HQ's	2	3	3	4	4

Tabela 47: Publicações estimadas - ciclo 2026-2031.
Fonte: DIPUB (2024).

Definição de responsabilidades e atribuições

No contexto de implantação e implementação da Política Editorial atuam as seguintes instâncias:

- Conselho Superior - responde pela formalização e supervisão da política editorial;
- Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações (DIPUB/Reitoria) - atua de forma sistêmica com assessoramento à alta administração, por meio da Editora do Instituto Federal de Sergipe - EDIFS, no que couber.
- EDIFS - atua na divulgação da produção cultural e científica de todo o Instituto, juntamente com a sua estrutura subordinada, com o propósito de prestar suporte, dentro de

suas competências, ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão:

- Coordenadoria Geral da Editora do IFS – CEDIFS;
- A Divisão de Editoração – DED;
- O Conselho Editorial Pleno;
- O(s) Conselho(s) Editorial(is) Científico(s)

Recursos Humanos e capacitação - quadro de pessoal diverso que atenda de forma estratégica e operacional à comunidade acadêmica do IFS, sendo composto por bibliotecárias, colaboradores terceirizados, bolsistas designer, entre outros; e capacitação aplicada a produção editorial e correlatos.

Infraestrutura física e tecnológica - equipamentos, mobiliário, softwares e sistemas.

Produção de Eventos - lançamentos anuais de livros e publicações institucionais, lançamentos externos e ENEDIF.

9.12.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

A implementação da Política Editorial pode trazer os seguintes benefícios para o IFS no ciclo 2026-2031:

- Melhoria na qualidade das publicações;
- Aumento na produção acadêmica;
- Maior visibilidade e acesso ao conhecimento;
- Profissionalização dos processos editoriais;
- Apoio e engajamento da comunidade acadêmica;
- Desenvolvimento de novos projetos editoriais;
- Reconhecimento institucional;
- Fortalecimento da infraestrutura editorial.

Pelo exposto, presume-se que na vigência deste plano, os serviços prestados pela EDIFS contribuirão, elevando a qualidade, a visibilidade e o impacto das publicações acadêmicas, de inovação e de gestão, bem como fortalecendo a infraestrutura editorial e promovendo o engajamento da comunidade acadêmica.

Acompanhe a implementação da Política Editorial, por meio dos seguintes canais:

- **E-mails:** edifs@ifs.edu.br, ded.edifs@ifs.edu.br, dipub@ifs.edu.br
- **Site oficial:** www.ifs.edu.br/biblioteca
- **Sistema de Periódicos OJS:** <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/>
- **Instagram:** @ifs.dipub

Planos e Programas Institucionais

10

- 10.1 Plano anual de auditoria interna
- 10.2 Plano de desenvolvimento de pessoas
- 10.3 Plano Diretor de tecnologia da informação
- 10.4 Plano de transformação digital
- 10.5 Plano de dados abertos
- 10.6 Plano de gestão orçamentária e financeira
- 10.7 Plano de manutenção predial preventiva e corretiva
- 10.8 Programa de gerenciamento de riscos ocupacionais
- 10.9 Programa de privacidade e segurança da informação
- 10.10 Programa de gestão de desempenho
- 10.11 Programa de gestão de documento
- 10.12 Programa de integridade
- 10.13 Programa nacional de prevenção a corrupção

10. Planos e Programas institucionais

No capítulo seguem evidenciados os principais planos e programas transversais a uma ou mais políticas institucionais de gestão, passíveis de execução de forma integrada por diferentes instâncias de gestão, em seus níveis estratégico, tático e operacional. A figura a seguir representa esses instrumentos de gestão institucionais a serem operacionalizados no PDI/2026-2031.



Figura 41: Planos e programas de gestão institucionais.
Fonte: IFS, 2024.

10.1 Plano anual de auditoria interna

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) tem como objetivo definir as atividades e trabalhos prioritários a serem realizados pela Auditoria Interna do IFS nas diversas unidades gestoras que compõem a estrutura organizacional da instituição.

O PAINT é elaborado no ano anterior à sua execução, em conformidade com o §2º do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000 e a Instrução Normativa SFC nº 5, de 27 de agosto de 2021. Após sua elaboração, o Plano é submetido à apreciação e aprovação do Conselho Superior do IFS, ao qual a Auditoria Interna é funcionalmente subordinada.

Para mais informações, acesse: [Auditoria Interna do IFS](#).

10.2 Plano de desenvolvimento de pessoas

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) é o instrumento anual de planejamento das ações de desenvolvimento de servidores no IFS, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), instituída pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

O PDP detalha as necessidades de desenvolvimento identificadas e as respectivas ações a serem implementadas.

O Plano é elaborado a partir da identificação de lacunas entre o desempenho esperado e o desempenho atual dos servidores, visando alcançar os resultados organizacionais.

Os principais objetivos do PDP são:

- Alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia organizacional;
- Atender às necessidades atuais e futuras;
- Orientar o planejamento das ações de desenvolvimento com critérios de economicidade e eficiência;
- Oferecer ações de desenvolvimento de forma equitativa;
- Promover o uso adequado dos recursos públicos.

10.3 Plano Diretor de tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) é instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação de um órgão ou entidade durante um período determinado.

O PDTIC formaliza o alinhamento entre as estratégias e os planos de TIC e as estratégias organizacionais. Dessa forma, as necessidades e ações relacionadas à Privacidade e Segurança da Informação, que envolvem recursos tecnológicos, devem estar devidamente alinhadas ao PDTIC, conforme aplicável.

10.4 Plano de transformação digital

O Plano de Transformação Digital (PTD) é um instrumento de planejamento que reflete os esforços de transformação digital de cada órgão ou entidade da administração pública em um determinado setor de governo.

Com duração de até dois anos, o PTD reúne as ações de transformação digital em andamento, tanto as soluções próprias desenvolvidas pelos órgãos/entidades quanto as que utilizam ferramentas da Plataforma de Cidadania Digital.

As ações do PTD são organizadas em quatro eixos:

- Transformação Digital dos Serviços Públicos;
- Interoperabilidade de Sistemas;
- Unificação de Canais e Plataformas Digitais;
- Segurança e Privacidade.

10.5 Plano de dados abertos

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Ele estabelece as ações necessárias para a abertura e manutenção de dados abertos nas organizações públicas.

Cada órgão ou entidade tem obrigação de elaborar seu PDA, com vigência de dois anos, a partir da data de publicação do documento.

Para mais informações, acesse: [Plano de Dados Abertos - Guia do Gestor](#).

10.6 Plano de gestão orçamentária e financeira

O Plano de Gestão Orçamentária e Financeira do IFS tem por finalidade garantir a distribuição equitativa dos créditos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa distribuição deve seguir princípios de meritocracia, imparcialidade, igualdade e constância nas decisões, promovendo uma nova cultura organizacional focada no desempenho e na eficiência gerencial.

Alinhado ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à LOA, à Política Nacional de Planejamento (PNP) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o documento organiza a distribuição do orçamento com base nos objetivos estratégicos da instituição, estabelecendo critérios claros que reflitam uma gestão pública eficiente e em constante evolução.

O Plano de Gestão enfatiza papéis e responsabilidades, define objetivos, indicadores e metas, e apresenta o fluxo do processo, critérios de distribuição, o alinhamento entre orçamentação e planejamento estratégico, além das metas formais de economia financeira e o planejamento anual de despesas.

10.7 Plano de manutenção predial preventiva e corretiva

O Plano de Manutenção Predial, Conservação e Correção (PMPCC) é um instrumento de gestão destinado à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva no IFS. Seu principal objetivo é garantir uma atuação institucional eficaz, promovendo a economicidade dos gastos públicos e assegurando a confiabilidade dos sistemas e instalações das edificações, o que resulta em mais segurança e bem-estar para servidores, usuários e terceirizados.

A implementação do PMPCC requer a observância de competências e atribuições específicas, orientações para o planejamento e priorização de manutenções, além da elaboração de planos de inspeção e manutenção específicos, conforme necessário.

10.8 Programa de gerenciamento de riscos ocupacionais

Nos últimos anos, o foco em segurança ocupacional tem se intensificado, impulsionado pela crescente conscientização sobre os impactos dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na saúde dos colaboradores e na eficiência das organizações. Nesse contexto, os Programas de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) emergem como resposta estratégica e proativa para mitigar os perigos presentes nos ambientes de trabalho.

No IFS, o PGR está estruturado em conformidade com a Norma Regulamentadora 01, sendo uma prática transversal a várias políticas de gestão. Ele é fundamental para garantir a continuidade das operações, a sustentabilidade da instituição e a antecipação e mitigação de riscos. Dessa forma, o PGR contribui para evitar custos relacionados com acidentes de trabalho, licenças médicas, indenizações e perda de produtividade, além de fortalecer a reputação da instituição e a relação com seus stakeholders.

10.8.1 Princípios, diretrizes e objetivos do PGR/IFS

A definição e a observância de princípios, diretrizes e objetivos do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) são fundamentais para garantir a eficácia e consistência nas ações de segurança e saúde dos colaboradores no IFS.

Princípios: Prevenção, participação ativa dos trabalhadores, abordagem integrada com gestão da qualidade, gestão ambiental, gestão de segurança, e responsabilidade da alta administração.

Diretrizes: Identificação, avaliação, controle e mitigação dos riscos ocupacionais.

Objetivos: Proteger a saúde e segurança dos trabalhadores, prevenir acidentes e doenças ocupacionais, e evitar incidentes no ambiente de trabalho, em alinhamento com os demais objetivos da estratégia institucional.

Macroprocessos CVI: Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação (1.1) Processo: Gerenciar riscos institucionais (1.1.8) Macroprocessos CVI: Gestão de pessoas (3.1) Processo: Promover saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas (3.1.9)	
Objetivos	OE03 - Promover integração dos servidores, buscando melhorias de clima organizacional e da qualidade de vida (ODS3)
	OE05 - Fomentar boas práticas de governança e gestão (ODS 04)
	ODS 03 - Saúde e Bem-Estar PGR - promover a saúde ocupacional, a prevenção de lesões e doenças, o bem-estar mental, fomentando ambientes de trabalho seguros e saudáveis.
	ODS 04 - Educação de Qualidade PGR - promover capacitação e qualificação do quadro funcional do IFS, por meio de formações continuadas e formais, fomentando ambientes de trabalho seguros e saudáveis

Quadro 48: Objetivos do PGR integrados à gestão da estratégia institucional.
Fonte: : NIST, 2024.

10.8.2 Elementos Essenciais à Sistematização da Prática Integrada

A sistematização do gerenciamento de riscos ocupacionais requer a consideração de vários elementos essenciais para garantir sua eficácia:

Engajamento e Comprometimento: A participação ativa da alta administração e dos colaboradores é essencial em atividades como comunicação, treinamento, monitoramento e revisão contínua.

Metodologias e Ferramentas Específicas: Devem ser adequadas para gerenciar diferentes tipos de riscos: os físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, psicossociais e de acidentes.

Processo de Operacionalização Formal: Compreende etapas interligadas, como planejamento, identificação, avaliação, controle e mitigação dos riscos.

Responsabilidades e Atribuições Definidas: A equipe do PGR/IFS é composta por profissionais especializados em saúde e segurança ocupacional, integrando o Núcleo Institucional de Segurança do Trabalho (NIST), vinculado à Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG), subordinada à Prodin.

O NIST é responsável por implementar e coordenar as ações do programa, identificar riscos, elaborar planos de prevenção, fiscalizar o cumprimento das normas e propor melhorias nas condições de segurança e saúde. As unidades gestoras da Reitoria e os campi também são responsáveis pela execução eficaz do gerenciamento de riscos.

Produtos e Práticas de Gestão Integradas: Exemplos incluem matrizes de riscos, procedimentos operacionais, planos de emergência e evacuação, programas de treinamento e capacitação, controles coletivos e individuais (como fornecimento de EPIs), relatórios de monitoramento e registros de incidentes e acidentes.

10.8.3 Resultados esperados do PGR/IFS

Com a implementação do PGR, espera-se alcançar os seguintes benefícios:

- Prevenção de acidentes, lesões e doenças ocupacionais;
- Promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e produtivo;
- Redução de acidentes e taxas de absenteísmo;
- Melhoria da qualidade de vida no trabalho;
- Redução de custos associados a acidentes e a doenças ocupacionais;
- Cumprimento de requisitos legais e normativos;
- Fortalecimento de uma cultura de segurança;
- Aumento da produtividade e eficiência;
- Melhoria da imagem e reputação institucional.

10.9 Programa de privacidade e segurança da informação

O Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) consiste em um conjunto de projetos e processos voltados para a adequação nas áreas de privacidade e segurança da informação, com valores como maturidade, resiliência, efetividade, colaboração e inteligência.

Instituído pela Portaria **SGD/MGI N° 852, de 28 de março de 2023**, o programa abrange ações lideradas pelo DPSI da Secretaria de Governo Digital, visando à melhoria da maturidade e resiliência dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) da Administração Pública Federal.

10.9.1 Princípios, Diretrizes e Objetivos

O PPSI tem por objetivo elevar a confiança e a maturidade dos órgãos e entidades do SISP em relação à proteção de dados pessoais e à segurança da informação. Com isso, o programa também fortalece a proteção dos sistemas críticos do Governo Federal.

10.9.2 Elementos Essenciais à Sistematização da Prática Integrada

Estrutura de Governança: A estrutura de governança do PPSI, apresentada na figura a seguir, é crucial para garantir que as ações sejam coordenadas e alinhadas com as diretrizes

de segurança e privacidade, promovendo a colaboração entre os diversos atores e assegurando a eficiência das iniciativas.



Figura 42: Responsáveis pela estrutura de governança do PPSI.
Fonte: DTI, 2024.

Framework de Privacidade e Segurança da Informação: propõe diretrizes para auxiliar as instituições públicas na identificação, acompanhamento e preenchimento das lacunas de privacidade e segurança da informação existentes na organização.

A representação visual expressa na figura abaixo ilustra a metodologia de implementação a ser adotada na aplicação do Framework, destacando a interconexão entre o Sistema de Controle Interno (SCI), os principais intervenientes e as atividades a serem executadas.

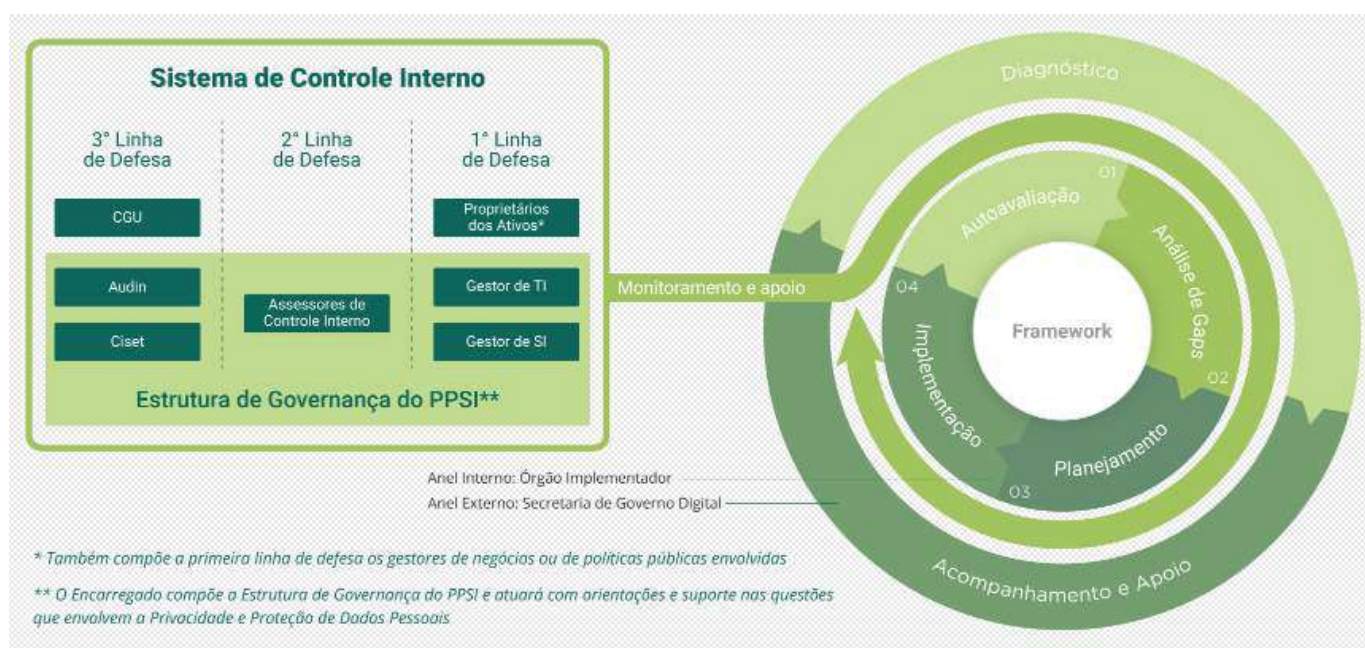


Figura 43: Metodologia de aplicação do Framework.
Fonte: DTI, 2024.

10.10 Programa de gestão de desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito do Instituto Federal de Sergipe foi autorizado por meio da Resolução CS / IFS 107 de 10 de dezembro de 2021, estando implantado, atualmente, em 94% das unidades do IFS. Passada a fase de ambientação da execução do Programa em 2022, o PG está em fase de plena consolidação nas unidades do instituto, contando com a participação de aproximadamente 408 servidores/as.

O PG apresenta-se como um instrumento de gestão que disciplina o desenvolvimento e mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes com foco na entrega por resultados. Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo IFS, o Programa de Gestão e Desempenho do IFS busca, especificamente, alcançar os objetivos representados na figura a seguir.



Figura 44: Objetivos específicos vinculados ao Programa de Gestão de Desempenho do IFS.
Fonte: PROGEPI, 2024.

10.10.1 Conformidade legal do Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho está subordinado à Diretoria de Inovação Governamental do Ministério da Gestão e Inovação - MGI e no IFS, está vinculado ao Núcleo do Programa de Gestão - NPG hierarquicamente subordinado à Coordenadoria de Planejamento e Sistematização em Programas e Projetos em Gestão de Pessoas - CPSPP.

O planejamento e execução do PGD no IFS, segue as orientações previstas na legislação federal e normas direcionadas aos órgãos vinculados ao SIPEC.

Os normativos externos e internos que regulamentam o PDG do IFS e demais informações relacionadas à operacionalização do programa: <https://www.ifs.edu.br/programa-de-gestao-teletrabalho2>.

10.11 Programa de gestão de documento

Vinculado à política de gestão documental e transversal a outras políticas, a exemplo da de sustentabilidade, na dimensão ambiental, o Programa de Gestão de Documentos do IFS oferece diretrizes para a produção, tramitação, avaliação, organização, arquivamento, disseminação e uso de documentos. Seu objetivo é aplicar e respeitar a legislação arquivística,

garantir a gestão eficaz de documentos físicos e digitais, promover o acesso à informação e preservar a memória institucional.

O Programa é um pilar fundamental para a organização, eficiência e transparência da instituição, proporcionando um conjunto abrangente de normas e manuais específicos que orientam todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a destinação final.

Com suas diretrizes abrangentes, o programa assegura a conformidade com a legislação e a gestão eficaz de documentos, promovendo o acesso à informação e a construção de uma cultura de transparência. Assim, contribui significativamente para o sucesso institucional e a preservação da memória organizacional.

10.12 Programa de integridade

Programa de Integridade - conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional.

Como prática de gestão, o programa compõe o Sistema de Integridade, transparência e acesso à informação de que trata o Decreto nº 11529/2023 e é operacionalizado a partir de planos de integridade, cujo documento organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período.

A partir do referido decreto, a manutenção, execução, monitoramento e a avaliação do programa e planos respectivos, ocorrem no âmbito da política de transparência e acesso à informação, e no que couber, de políticas de gestão correlacionadas.

Para saber mais acesse: <http://www.ifs.edu.br/governanca/programa-de-integridade>

10.13 Programa nacional de prevenção a corrupção

A adesão pelo IFS ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), gerido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ocorreu no ano de 2021. De acordo com o tribunal, para uma organização alcançar o nível aceitável de suscetibilidade é necessário que sejam adotadas as boas práticas que integram os mecanismos de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, as quais compõem o Referencial do TCU de Combate à Fraude e Corrupção (TCU, 2018).

Com a realização de autoavaliação pela entidade aplicada aos mecanismos, ainda em 2021, e com base no relatório de desempenho dela resultante, foram evidenciadas oportunidades de melhoria que passaram a integrar o Plano de Integridade vinculado ao Programa de Integridade da instituição, a partir de 2022.

Nesse novo PDI, a execução de iniciativas inerentes ao programa de integridade e a políticas de gestão correlatas corrobora a operacionalização do PNPC, em alguma medida. A divulgação do selo de participante no programa (figura 45), preferencialmente em eventos integrados, em si, já reforça a temática da transparência ativa como instrumento de gestão preventiva à integridade pública. Para acompanhar a execução dos programas de forma integrada, acesse: <http://www.ifs.edu.br/governanca/programa-de-integridade>.



Figura 45: Selo de participante no PNPC.
Fonte: IFS (2021).

Conclusão

A implementação efetiva das políticas institucionais, planos e programas de gestão no IFS, apresentadas nos capítulos 9 e 10, respectivamente, assegurará que as diretrizes estratégicas sejam observadas no seu campo de atuação, agregando valor público à atividade finalística da instituição.

Assim, são fortalecidas a governança e a gestão públicas institucionais, com a geração, preservação ou entrega de valor público na prestação dos serviços de interesse coletivo, contemplados na missão e na visão de médio prazo do IFS.

A estratégia de comunicação é integrada à cadeia de valor e visa à gestão unificada da comunicação institucional. Esse modelo compreende objetivos estratégicos e de desenvolvimento sustentável ratificando o objetivo geral da política de comunicação, permitindo o atendimento adequado e tempestivo das demandas de informação do público interno e externo.

Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

11

- 11.1 Diretrizes gerais de avaliação interna e externa e ações
- 11.2 Dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação
- 11.3 Da avaliação externa
- 11.4 Metodologia
- 11.5. Dos instrumentos
- 11.6 Tabulação e análise dos dados
- 11.7 Elaboração do instrumento de avaliação
- 11.8 Sensibilização
- 11.9 Validação dos instrumentos de Avaliação
- 11.10 Aplicação dos instrumentos da avaliação Interna
- 11.11 Elaboração do relatório final
- 11.12 Divulgação
- 11.13 Ações dos gestores para neutralizar as fragilidades detectadas na avaliação
- 11.14 Recredenciamento Institucional
- 11.15 Enade
- 11. 16 Censo da Educação Superior

11. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Em atendimento a Lei 10.861/2004 e as orientações emanadas da CONAES/SESU/MEC, a Reitoria do IFS constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a finalidade de conduzir o processo de avaliação institucional.

No IFS, a autoavaliação é entendida como um processo contínuo com finalidade de identificar pontos positivos e negativos e propor mudanças que resultem no aprimoramento de múltiplos aspectos da instituição. Durante este período várias reuniões são realizadas com a comunidade interna, com a participação de gestores, professores, alunos, técnicos administrativos, e comunidade externa, para que possam contribuir nesse processo de forma democrática.

11.1 Diretrizes gerais de avaliação interna e externa e ações

A CPA coordena e acompanha os processos avaliativos do IFS que são divididos em internos e externos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Avaliação Interna	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autoavaliação institucional (com a participação de toda comunidade acadêmica)¹; 2. Sociedade civil e egressos a partir de 2019; 3. Avaliação semestral pelo SIGAA a partir de 2019.
Avaliação Externa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação de reconhecimentos e renovação de reconhecimentos dos cursos superiores; 2. Avaliação do credenciamento da IES; 3. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Quadro 49: Processos avaliativos do IFS.
Fonte: : Elaboração própria (2024).

11.2 Dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

No período de autoavaliação, os atores institucionais são convidados a responder os instrumentos de avaliação (questionários) que envolvem as seguintes dimensões:

DIMENSÃO	INDICADORES
1. Missão e PDI	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da missão - Conhecimento do PDI - Metas estabelecidas no PDI
2. Política para Ensino, Pesquisa, Extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos/currículos/prática pedagógica/estágio - Pesquisa/produção científica - Projetos de extensão/cursos de pós-graduação/pesquisa

¹ Por comunidade acadêmica entende-se docentes, discentes e técnicos administrativos.

DIMENSÃO	INDICADORES
3. Responsabilidade Social do IFS	- Inclusão social/projeto social.
4. Comunicação com a Sociedade	- A comunicação interna/externa; - Imagem/divulgação da instituição.
5. Política de Pessoal	- Programas de capacitação/política de incentivo profissional; - Condições de trabalho/qualidade de trabalho do servidor.
6. Organização e Gestão da Instituição	- Plano de gestão e órgãos colegiados.
7. Infraestrutura física	- Salas de aulas/laboratórios/biblioteca/salas de apoio (informática); - Conservação dos ambientes comunitários/segurança/acessibilidade/conforto dos usuários.
8. Planejamento e Avaliação	- Reconstrução do PDI/Planejamento Institucional/ Projeto Pedagógico; - Projetos Pedagógicos dos cursos; - Avaliação Institucional; - Ações dos gestores para minimizar fragilidades detectadas no processo avaliativo.
9. Política de Atendimento ao estudante	- Necessidades essenciais do estudante; - Assistência pedagógica/social/psicológica; - Formas variadas de ingresso.
10. Sustentabilidade Financeira	- Orçamento.

Quadro 50: Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação.
Fonte: Elaboração própria (2024).

As dimensões do Quadro XX são divididas por eixos. A CPA coleta dados relativos às dimensões citadas, em diversos setores da IES conforme quadro abaixo:

EIXO 01 Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 02 Desenvolvimento Institucional	EIXO 03 Políticas Acadêmicas	EIXO 04 Políticas de Gestão	EIXO 05 Infraestrutura Física
Planejamento e Avaliação Institucional (*CPA)	Missão e PDI (*PRODIN)	Ensino, Pesquisa e Extensão (*PROPEX) (*PROEN)	Políticas de Pessoal (*PROGEP)	Infraestrutura (*DIPOP/*DGB)
	Responsabilidade Social (*PROPEX)	Comunicação com a Sociedade (*DCOM)	Organização e Gestão (*PRODIN)	
		Atendimento ao Discente (*DIAE)	Sustentabilidade Financeira (*PRODIN)	

Quadro 51: Eixos e dimensões para avaliação institucional.
Fonte: Item 2.7 da Nota Técnica INEP/MEC nº 14, de 7 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES.

* Setores responsáveis pelas informações.

Além do processo de autoavaliação, a CPA implementará junto com a DTI avaliação semestral com objetivo de obter dados relativos aos cursos, infraestrutura e avaliação do docente pelo discente.

11.3 Da avaliação externa

As avaliações externas são realizadas por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES e envolve:

1. A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) - avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.²

2. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cujo objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).³

O Quadro a seguir mostra a situação atual dos cursos oferecidos pelo IFS.

CAMPUS	CURSO	ATO AUTORIZADO	VISITA IN LOCO		PORTARIA DE RECONHECIMENTO
			PERÍODO	CONCEITO	
Aracaju	L. em Química	Resolução nº 04/2009/CS, de 22/05/2009	04 a 07/11/2012	4	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	L. em Matemática	Resolução nº 03/2006/CD, de 30/08/2006 (criação). Resolução nº 06/2008/CD, de 21/08/2008 (atualização)	06 a 09/05/2012	3	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	B. em Engenharia Civil	Resolução nº 03/2009/CS, de 22/05/2009 (criação) Resolução nº 19/2012/CS, de 21/03/2012 (atualização)	22 a 25/05/2013	4	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018.
	T. em Gestão de Turismo	Início (curso de Ecoturismo): 23/08/2004; Criação: Resolução 14/2005/CD, de 31/08/2005	22 a 25/05/2013	4	Portaria nº 301/2012, de 27/12/2012, publicada no D.O.U em 03 de janeiro de 2013

² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em: 09/04/2019.

³ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acesso em: 04/11/2020

CAMPUS	CURSO	ATO AUTORIZADO	VISITA IN LOCO		PORTARIA DE RECONHECIMENTO
			PERÍODO	CONCEITO	
		Início (T. em Gestão de Turismo): Resolução nº 07/2008/CD, de 21/08/2008; Criação: Resolução 06/2012/CS, de 22/03/2012			
	T. em Saneamento Ambiental	Portaria nº 3.389/2002, de 06/12/2002 (turno matutino)	22 a 25/03/2015	4	Portaria nº 238/2014, de 15/04/2014, publicada no D.O.U em 16 de abril de 2014 (Reconhecimento condicionado)
	T. Análise e desenvolvimento de sistemas	Resolução nº 41/2018/CS/IFS	-	-	-
Estância	B. em Engenharia Civil	Resolução nº 94/2014, de 24/11/2014	06 a 09/06/2018	4	Portaria nº 608/2018, de 06/09/2018
Glória	T. em Laticínios	Resolução nº 57/2011/CS, de 28/12/2011	14 a 17/12/2014	3	Portaria nº 1034/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015
Itabaiana	T. em Logística	Resolução nº 05/2013/CS, de 25/01/2013	23 a 26/08/2015	4	Portaria nº 122/2016, de 22/04/2016, publicada no D.O.U em 25 de abril de 2016
	B. Ciência da Informação	Portaria nº 3273 de 23/10/2018	-	-	-
Lagarto	B. em Sistemas de Informação	Portaria nº 26/2011/CS, de 13/07/2011	22 a 25/03/2015	3	Portaria nº 1.039/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015.
	L. em Física	Resolução nº 25/2011/CS	05 a 08/11/2014	4	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	B. em Engenharia Elétrica	Resolução nº 22/2017/CS/IFS	-	-	-
	B. em Arquitetura	Resolução nº 02/2019/CS/IFS	-	-	-
São Cristóvão	T. em Agroecologia	Resolução nº 13/2009/CS, de 19/08/2009 Portaria nº 484, de 19/12/2011	11/11/2015 a 14/11/2015	3	Portaria nº 297/2016, de 07/07/2016, publicada no D.O.U em 11 de julho de 2016
	T. em Alimentos	Resolução nº 15/2012/CS, de 21/03/2012	14 a 17/12/2014	4	Portaria nº 1035/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015
Propriá	T. Gestão de TI	Resolução nº 56/2018/CS/IFS	-	-	-

Quadro 52: Cursos Reconhecidos.
Fonte: Elaboração própria (2024)

* L = Licenciatura / * B = Bacharelado / * T = Tecnólogo

Após a divulgação dos relatórios de avaliação externa, a CPA solicita às coordenações dos cursos avaliados a proposição de sugestões para minimizar as fragilidades apontadas pelos avaliadores externos. Este trabalho junto ao relatório de avaliação interna constitui uma ferramenta de apoio à gestão do IFS.

11.4 Da Metodologia

Baseados nos indicadores das dimensões, a CPA entendeu que o processo autoavaliativo institucional ao buscar a ampliação dos grupos respondentes, buscou, portanto, possibilitar a participação de toda a comunidade interna. Quanto a instrumento de pesquisa, estes contemplam questões fechadas e abertas.

As questões fechadas são avaliadas a partir de escala de valores que pretende medir o grau de satisfação dos pesquisados conforme tabela 37.

1	Desconheço
2	Fraco
3	Regular
4	Bom
5	Muito Bom

Quadro 53: Escala de valores para medir o grau de satisfação dos pesquisados.
Fonte: Elaboração própria (2024)

Constituem etapas da avaliação interna:

- Levantamento semestral/anual de documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmicos administrativos do Sistema IFS;
- Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do Sistema IFS, bem como da sociedade civil;
- Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- Elaboração do relatório parcial;
- Elaboração do relatório final.

11.5 Dos instrumentos

- Questionários;
- Documentos oficiais institucionais (PDI, PPC, RELATÓRIO DE GESTÃO);
- Relatórios das avaliações externas dos cursos de graduação.

11.6 Tabulação e análise dos dados

A tabulação ocorre de maneira informatizada, momento no qual é atribuída uma escala aos conceitos de 1 a 5 conforme quadro XX. Utiliza-se de ferramentas básicas da estatística como distribuição de frequências, média e moda, além de medidas de dispersão desvio padrão e coeficiente de variação.

A medida de tendência central (moda) ocupa o lugar de destaque neste processo, pois evidência o conceito que ocorreu com maior frequência nos questionários de avaliação, favorecendo a interpretação qualitativa.

11.7 Elaboração do instrumento de avaliação

A CPA, por meio de seus membros, estruturou questionários a serem aplicados com todos os segmentos do IFS, com o fito de diagnosticar possíveis potencialidades e fragilidades e, neste sentido, apoiar a gestão institucional a nortear a definição de diretrizes e a tomada de decisão com vistas ao desenvolvimento organizacional.

11.8 Sensibilização

Nesta etapa ocorrem ações de conscientização da comunidade quanto à importância de sua participação no processo avaliativo, com vistas à construção de uma instituição mais sólida e comprometida com os anseios da comunidade.

11.9 Validação dos instrumentos de Avaliação

Com a finalidade de testar o instrumento de pesquisa, realiza-se a aplicação dos questionários, em menor escala e em grupos pré-definidos, momento em que possíveis dificuldades serão evidenciadas, demandando possíveis correções.

11.10 Aplicação dos instrumentos da avaliação Interna

A comunidade acadêmica é convidada a participar do processo de autoavaliação e vinculados ao sistema desenvolvido pela CPA disponível na página do IFS.

11.11 Elaboração do relatório final

O relatório final é elaborado pela CPA após tabulação e análise dos dados coletados, com a compreensão de que a finalidade da avaliação é manter e potencializar os pontos fortes e buscar corrigir as fragilidades detectadas no processo de avaliação.

Vale ressaltar que a CPA tem autonomia para conduzir todo o trabalho de autoavaliação. Assim, o relatório é apresentado para a comunidade, contando com a participação de gestores, coordenadores, corpo docente, corpo discente, técnico administrativo e comunidade externa.

O IFS utiliza os resultados da autoavaliação para o seu desenvolvimento, pois com o auxílio desse diagnóstico busca com clareza conhecer e potencializar os pontos fortes e neutralizar os aspectos de fragilidade institucional.

O processo avaliativo, neste sentido, se configura em um valioso instrumento norteador das diretrizes a serem traçadas visando à melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem e crescimento da IES.

11.12 Divulgação

A divulgação dos resultados da Avaliação Institucional é feita pela CPA, por meio de seminário destinado a discutir com a comunidade acadêmica os resultados obtidos e disponibilizados por meio de documento no site do IFS, dando transparência a todo o processo.

11.13 Ações dos gestores para neutralizar as fragilidades detectadas na avaliação

De posse dos resultados, a CPA solicita aos gestores ações de curto, médio e longo prazo, visando minimizar as fragilidades e manter/melhorar as potencialidades evidenciadas na avaliação interna e externa. As ações podem ser vistas através do link: <https://drive.google.com/file/d/1aQKlkmTuCi-uxU6q9z4g0kcRdEP7-uPx/view?usp=sharing>.

11.14 Recredenciamento Institucional

O credenciamento institucional corresponde a um processo composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação in loco - na qual são aferidas as informações apresentadas pela IES, e confrontadas com a realidade encontrada durante a visita de avaliadores designados pelo MEC.

O relatório da comissão tem como norte o instrumento de Avaliação Institucional Externa e contempla as 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do SINAES, a saber: a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; a sustentabilidade financeira, agrupadas em cinco eixos com indicadores que apresentam elementos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise e verificação.

Após processo avaliativo é gerado o Conceito Institucional (CI), graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. Em 2014, o IFS foi avaliado e obteve o conceito 3. Em 2024, a IES abriu processo de credenciamento junto ao MEC e aguarda análise documental, compreendida como primeira etapa.

11.15 Enade

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) corresponde à avaliação do desempenho dos estudantes de graduação, que verifica o desenvolvimento de competências e habilidades na formação geral e específica, como também avalia a impressão dos alunos sobre a instituição de ensino.

Dentre os objetivos do ENADE, merecem destaque: avaliar a qualidade dos cursos de graduação; auxiliar as instituições de ensino superior a realizar autoavaliação e melhorias; e fornecer dados ao MEC para implementar políticas públicas que melhorem a qualidade do ensino superior.

O Conceito ENADE é um indicador que busca aferir a qualidade dos cursos de graduação com base nos resultados dos estudantes. Os valores do conceito variam de 0 a 5, sendo que: 1 e 2 indicam que a instituição não está atendendo às expectativas; 3 é um conceito médio; e 4 e 5 atestam a qualidade do curso. O quadro abaixo mostra o conceito dos cursos superiores avaliados:

Curso/Campus	Ano	Conceito
Tecnologia em Logística/ Itabaiana	2022	3
Bacharelado em Sistema de Informação/Lagarto	2021	4
Licenciatura em Física/Lagarto	2021	2
Licenciatura em Matemática/Aracaju	2021	3
Licenciatura em Química/Aracaju	2021	2
Bacharelado em Engenharia Civil/Aracaju	2019	4
Bacharelado em Engenharia Civil/Estância	2019	4
Tecnologia em Saneamento Ambiental/Aracaju	2011	1

Quadro 54: Cursos avaliados no IFS.
Fonte: CPA

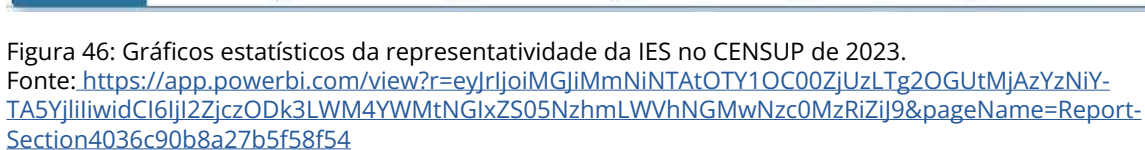
11.16 Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior (CENSUP) corresponde a instrumento da pesquisa nacional sobre as instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação. O CENSUP coleta informações detalhadas sobre os estudantes, a infraestrutura das instituições e os docentes, com objetivo, dentre outros, de subsidiar o MEC com informações estatísticas para as atividades de acompanhamento e avaliação, programas de expansão e de melhoria da qualidade da educação superior; disponibilizar dados para o cálculo de indicadores que fundamentem a formulação e a implementação de políticas públicas; e contribuir para o trabalho dos gestores das instituições e demais gestores de governo.

Seguem abaixo, gráficos estatísticos da representatividade da IES no CENSUP de 2023:







Processo de Monitoramento, Controle e Revisão do PDI

12

- 12.1 Diretrizes para revisão do PDI 2026-2031
- 12.2 Relatório de Avaliação dos Resultados do PDI
- 12.3 Plano de Providências
- 12.4 Orientações para elaboração do próximo PDI

12. Processo de Monitoramento, Controle e Revisão do PDI

O processo de monitoramento, controle e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional se dará anualmente, de modo a favorecer o ajuste/atualização de conteúdo durante a sua vigência. Esse processo ocorrerá por meio da utilização de importantes instrumentos, a saber: relatório de avaliação dos resultados do PDI; demandas da gestão estratégica institucional; plano de providências; e pelo processo de revisão do PDI propriamente dito.

12.1 Diretrizes para revisão do PDI 2026-2031

O processo de revisão de conteúdo do PDI será realizado por Comissão designada para este fim, que atuará com apoio da PRODIN, por meio da elaboração de recomendações fundamentadas no monitoramento e avaliação de execução do PDI, dos responsáveis pela Gestão Estratégica Institucional, da Comissão Própria de Avaliação, da AUDINT, do CGIRC, do CGTIC, ou de órgãos de controle externo.

Ao estabelecer a metodologia para as revisões, a Comissão designada para este fim observará as competências estatutárias e regimentais aplicáveis, além das seguintes diretrizes:

a) As revisões de conteúdo devem ser aditadas ao PDI 2026-2031 após aprovação pelo Conselho Superior, mantendo-se, em local apropriado, a integridade de texto e dados do documento originalmente publicado.

b) Quanto à revisão do Plano Estratégico Institucional, fica estabelecido que:

b.1 - Os objetivos estratégicos terão validade pelo período de vigência deste PDI, cabendo sua revisão apenas em casos extremos, a exemplo de alteração na legislação;

b.2 - Os indicadores de desempenho poderão ser revistos anualmente, tendo a Comissão especificamente designada para revisão do PDI como primeira instância apreciadora;

b.3 - As metas anualmente poderão ser repactuadas, tendo a PRODIN como primeira instância de apreciação;

b.4 - As iniciativas estratégicas poderão ser anualmente revisadas, tendo a Comissão especificamente designada para revisão do PDI como primeira instância apreciadora.

c) A revisão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas ocorrerá formalmente a cada ano do período de vigência do PDI, de modo a atualizar os quadros de oferta de cursos e vagas e a consequente projeção de indicadores, com reanálise das metas gerais institucionais quanto aos percentuais de distribuição da oferta de vagas por finalidade e a relação aluno-professor;

d) O Plano de Expansão do Quadro de Pessoal deverá ser revisto anualmente e atualizando as respectivas composições dos quadros de Composição do Corpo Docente e de Composição do Corpo Técnico Administrativo;

e) As Diretrizes para Ampliação e Adequação da Infraestrutura poderá ser revisto anualmente, considerando o desenvolvimento do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, da avaliação e execução do Plano Quinquenal de Infraestrutura e de mudanças no cenário de

disponibilidade orçamentária, tendo a Comissão especificamente designada para revisão do PDI como primeira instância apreciadora;

f) Recomenda-se que a atualização do Plano de Infraestrutura seja anual e realizada pela Diretoria de Obras e Projetos (DIPOP/PRODIN) com o apoio de cada unidade gestora, respectivamente, tendo a Comissão especificamente designada para revisão do PDI como primeira instância apreciadora;

g) Dado o caráter mais perene do Projeto Pedagógico Institucional, salvo alterações legais estruturantes, este não demanda revisão durante o período de vigência do PDI, mas deverá ser formalmente revisto pelo menos um ano antes do início do processo de elaboração do próximo PDI, em processo coordenado pela Pró Reitoria de Ensino (PROEN) e apreciado pelo Conselho Superior.

12.2 Relatório de Avaliação dos Resultados do PDI

O Relatório de Avaliação dos Resultados do PDI, a ser elaborado pela PRODIN, possui como finalidade realizar um balanço de avaliação da execução do Plano de Desenvolvimento Institucional ao final de cada exercício, de forma concisa e objetiva, por meio dos indicadores e metas que compõem o Plano Estratégico Institucional, e servirá de insumo no processo de revisão do PDI.

O processo de avaliação é fundamental para possibilitar um diagnóstico do planejamento estratégico ao longo do seu período de vigência e representa importante insumo no aperfeiçoamento contínuo de rotinas e processos gerenciais. A partir deste diagnóstico é possível realinhar estratégias a serem seguidas ao longo da execução do PDI, de forma a corrigir possíveis distorções e potencializar oportunidades e vantagens competitivas.

12.3 Plano de Providências

O Plano de Providências (PP) é um documento de competência do Dirigente máximo da unidade administrativa, que formaliza as ações que serão adotadas para alavancar o desempenho da unidade no tocante ao atingimento das metas estabelecidas no PDI do IFS, e que não foram alcançadas no exercício de referência, tendo o seu desempenho demonstrado no Relatório de Gestão, e que servirá de subsídio ao processo de revisão anual do PDI.

Os principais objetivos do PP são:

- Aprimorar procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial;
- Apoiar o Gestor na condução das atividades administradas, proporcionando-lhe a oportunidade de corrigir falhas ou minimizá-las;
- Contribuir para a efetividade das ações de controle;
- Contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho da Instituição.

12.4 Orientações para elaboração do próximo PDI

Considerando a organização do planejamento institucional nas três dimensões apresentadas no Mapa Estratégico (Pessoas e Recursos, Processos Internos e Resultados à Sociedade), a elaboração do próximo PDI deverá começar pela revisão do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a ser demandada pela Comissão Central.

Uma vez aprovado pela Comissão Central, o PPI servirá de base para a construção dos demais planos que compõem o novo PDI e para a revisão integrada dos principais elementos da identidade institucional, garantindo-se a articulação conforme ilustrado a seguir.



Conforme observa-se acima, a Missão institucional, que sintetiza a forma de o IFS cumprir com suas finalidades e objetivos legais, deve ser reavaliada em função do PPI, especialmente em caso de significativa alteração das concepções e políticas nele dispostas.

Em seguida, convém proceder a revisão da Cadeia de Valor, de modo a atualizar os macroprocessos necessários ao cumprimento da Missão da instituição. E, de modo paralelo, em caso de revisão do PPI, este também pode ensejar a alteração da Visão de futuro do IFS para o próximo período.

Por sua vez, a declaração de Visão corresponde ao principal elemento norteador da elaboração do próximo plano estratégico, que também se configura como elemento basilar da identidade institucional, especialmente importante para organizações com a característica multicampi dos Institutos Federais.

Na análise ambiental que precede o planejamento, deve-se identificar quais processos desdobrados da Cadeia de Valor representam fraquezas, de modo a que a estratégia institucional passe pela melhoria ou transformação dos processos críticos ao cumprimento da Missão e à consecução dos objetivos na perspectiva dos alunos e da sociedade.

De forma a subsidiar a condução do processo de elaboração do PDI 2026-2031, elaborou-se [Guia Metodológico](#) e o <https://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifs/285-hotsite-prodin/11170-pdi-2026-2031.html>.

Demandas da Comunidade Acadêmica

13

- 13.1 Campus Aracaju
- 13.2 Campus Estância
- 13.3 Campus Glória
- 13.4 Campus Itabaiana
- 13.5 Campus Lagarto
- 13.6 Campus Propriá
- 13.7 Campus São Cristóvão
- 13.8 Campus Socorro
- 13.9 Campus Tobias Barreto

13. Demandas da comunidade acadêmica

Neste capítulo, apresenta-se o processo de levantamento de demandas da comunidade acadêmica, uma etapa fundamental na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFS. Reconhecendo que a elaboração do PDI é um procedimento participativo e democrático, envolveu ativamente toda a comunidade acadêmica, promovendo um espaço de diálogo e colaboração. Para facilitar esse processo, foi criado o aplicativo denominado “IFS PARTICIPE”, no qual os atores envolvidos tiveram a oportunidade de apresentar suas demandas de forma organizada, por área e por campus. Essa ferramenta permitiu que as necessidades fossem devidamente ouvidas, ampliando o alcance dos reclames institucionais e garantindo uma maior representatividade das diferentes vozes da comunidade.

Durante o período de 13 de agosto de 2024 a 26 de setembro de 2024, o aplicativo esteve disponível para que todos pudessem contribuir com suas demandas, que serão consideradas ao longo da vigência do PDI 2026-2031. Ressalta-se que a implementação dessas demandas está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, sendo um aspecto essencial para a viabilidade de sua execução. Assim, evidencia-se o compromisso institucional de ouvir e integrar as diferentes perspectivas, fortalecendo o planejamento estratégico do IFS.

13.1 Campus Aracaju

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Aracaju para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Finalização da obra de ampliação do campus)	1º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Laboratórios de informática (melhoria das salas, máquinas e mobiliário)	2º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Reforma dos banheiros	3º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Reconstrução do sistema de esgoto	4º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Padronização em processos de pagamento dos contratos administrativos	5º	Sugestão que cada campus tenha um setor de fiscalização de contratos, com servidores. Para cada contrato, pelo menos uma pessoa desse setor estaria na equipe de fiscalização.	Planejada
	Melhoria dos recursos digitais	6º	Aquisição de Computadores e Notebooks para as coordenações de curso	Planejada
Infraestrutura de promoção de acessibilidade	Salas de aula	1º	Melhoria da acessibilidade, ar condicionado, data show, caixas de som. Campanhas permanente para conservação das instalações	Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Políticas de ensino	Políticas educacionais focadas na evasão	1º	Por meio do desenvolvimento de estudos e ações relacionadas a evasão do campus, de forma a controlar melhor os fatores, através de ferramentas que possam mapear os fatores e mitigar o problema, promovendo soluções pertinentes.	Planejada
Pesquisa e inovação	Incentivo e apoio financeiro para pós graduação stricto sensu	1º		-
Oferta de cursos	Ofertas de novos cursos	1º	Hoje existe uma crescente demanda para a área de tecnologia (IA, programação etc), marketing, inovação, que são condizentes com a missão institucional.	Planejada

Quadro 55: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Aracaju.
Fonte: Aplicativo IFS Participe – Campus Aracaju

13.2 Campus Estância

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Estância para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Finalização da obra da biblioteca - IFS Campus Estância	1º		Planejada
	Refeitório	2º		Planejada
	Manutenção preventiva de equipamentos sistemático	3º		Planejada
	Melhoria dos laboratórios de informática	4º		Planejada
	Instalação de câmera de segurança	5º		Planejada
	Aquisição de componentes para aulas práticas no laboratório de eletrônica	6º		Planejada
	Melhoria dos laboratórios de desenhos	7º		Planejada
	Instalação de placas fotovoltaicas em todo o campus	8º		Planejada
	Construção de galpão para aulas práticas de construção civil	9º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
	Aumento no número de salas de aula	10º		Planejada
	Espaço exclusivo para convivência descanso	11º		Planejada
	Construção de vestiário anexo a quadra esportiva em construção	12º		Planejada
	compra de ar-condicionado	13º		Planejada
	Instalação de oficina elétrica e mecânica	14º		Planejada
Infraestrutura de promoção de acessibilidade	Ampliação da equipe multidisciplinar	1º		Planejada
Extensão e Cultura	Implantação de projetos culturais	1º		Planejada
	Fortalecer a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, por meio de ações multidisciplinares e interdisciplinares, a fim de contribuir para o desenvolvimento regional sustentável, a formação integral dos estudantes e a inclusão socioeducacional da comunidade estanciana e demais agentes do Arranjo Produtivo Local.	1º		Planejada
	Projetos com fibras de vidros	2º		Planejada
Oferta de cursos	Implantação de cursos de licenciatura.	1º		Planejada

Quadro 56: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Estância.

Fonte: Comissão Local do Campus Estância

13.3 Campus Glória

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Glória para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	lab de informática	1º	Urgente (pois já tem os computadores e não estão em uso)	Planejada
	Ampliação de biblioteca	2º	Precisa de climatização	Planejada
	Sala de estudo	3º	Precisa de climatização	Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Políticas de atendimento aos discentes	Aumento de auxílio	1º	Necessidade de ampliar no intuito de reverter as recentes diminuições de recursos destinados à assistência estudantil, que são necessárias para atividades como visitas técnicas, auxílio evento, auxílio eventual, monitorias, compra de material escolar, fardamento e são ferramentas importantes para evitar evasão	Planejada
	Melhoras para os alunos que vêm de fora	0	Já está previsto nos auxílios	Não planejada
Oferta de cursos	Curso técnico de informática	1º	É possível mediante a implementação do laboratório e contratação de professores	Planejada
	Curso técnico em inteligência artificial	2º	É possível mediante a implementação do laboratório e contratação de professores	Não planejada
	Curso técnico de enfermagem	3º	o curso foi mencionado pela comunidade local há anos e foi planejado em PDI anterior; porém, entendemos que requer uma infraestrutura e um corpo docente que ainda não temos previsão de ter.	Previsto no PDI 2014-2019.

Quadro 57: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Glória.
Fonte: Comissão local do Campus Glória

13.4 Campus Itabaiana

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Itabaiana para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Recomposição de computadores	6º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Armários para estudantes	5º	Dependendo de Recursos	Planejada
	Recomposição de ar condicionados e projetores para as salas	4º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Câmeras - sistema de interno de TV	2º	Dependendo de Recursos	Planejada
	Restaurante	1º	Dependendo de execução de projetos do governo federal	Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
	Ônibus para o campus	3º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Melhorias nos banheiros	7º		Planejada
Infraestrutura de promoção de acessibilidade	Oferta de atendimento educacional especializado (AEE)	1º	Dependendo de liberação do Governo Federal	Planejada
Políticas de atendimento aos discentes	Suprimentos na enfermaria	1º		Planejada
	Assistência médica em todos os dias da semana	2º	Depende de liberação de código de vagas	Planejada
Extensão e Cultura	Mais opções de entretenimento na vivência	2º		Planejada
	Livros novos para biblioteca	1º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
Pesquisa e inovação	Aumento de visitas técnicas	1º		Planejada
	Melhorar os projetos	2º		Planejada

Quadro 58: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Itabaiana.
Fonte: Comissão local do Campus Itabaiana

13.5 Campus Lagarto

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Lagarto para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Funcionamento dos Computadores COINF	1º		Planejada
	Restaurante	2º		Planejada
	Ventilação/Ar Condicionado	3º		Planejada
	Manutenção dos Espaços Públicos	4º		Planejada
	Salas de Aulas	5º		Planejada
	Manutenção dos Equipamentos dos Laboratórios de Edificações	6º		Planejada
	Salas de Desenho do Campus Lagarto	7º		Planejada
	Laboratórios de CAD do Campus Lagarto	8º		Planejada
	Papelaria	9º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
	Monitoramento de Segurança no Campus Lagarto	10º		Planejada
	Manutenção da Infraestrutura	11º		Planejada
	Aquisição de Softwares de Engenharia para os Laboratórios	12º		Planejada
	Espaço	13º		Planejada
	Manutenção de Máquinas e Insumos	14º		Planejada
	Expansão dos Laboratórios do Curso de Eletromecânica	15º		Planejada
	Reforma da Oficina Mecânica	16º		Planejada
	Loja de Eletrônica	17º		Planejada
	Escada do Refeitório para Vivência	18º		Planejada
Infraestrutura de promoção de acessibilidade	Elevador/Rampa no Prédio da COINF	1º		Planejada
	Reformas, Aquisições e Contratação	2º		Planejada
Políticas de atendimento aos discentes	Orçamento	1º		Planejada
	Transporte	2º		Planejada
	Técnicos de Laboratório para Informática	3º		Planejada

Quadro 59: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Lagarto.
Fonte: Comissão Local do Campus Lagarto

13.6 Campus Propriá

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Propriá para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Edificação de unidades de produção animal, vegetal e de laboratórios específicos para a área de recursos naturais e Laboratórios interdisciplinares.	1º		Planejada
	Disponibilidade de refeição e transporte para os estudantes.	2º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Edificar usina solar na produção de energia.	3º		Planejada
	Quadra de esportes.	4º		Planejada
	Sistema de Segurança para Controle de Entrada e Saída de itens Bibliográficos.	5º		Planejada
	Aquisição de Mobiliário para Adequação do Espaço da Biblioteca e comodidade para os discentes na busca pela informação.	6º		Planejada
	Cobertura para veículos no estacionamento.	7º		Planejada
	Construção da nova didática.	8º		Planejada

Quadro 60: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Propriá.

Fonte: Comissão local do Campus Propriá

13.7 Campus São Cristóvão

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus São Cristóvão para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Reforma da estação de tratamento de água ETA	1º		Planejada
	Reforma e cobertura da quadra poliesportiva	2º		Planejada
	Construção de fossas para os banheiros da Didática I	3º		Planejada
	Construção de sala de vigilância com acesso as câmeras de vigilância	4º		Planejada
	Pavimentação de áreas: espaço da oficina, curral da bovinocultura, via de acesso a ETA, via de acesso a Bovinocultura	5º		Planejada
	Reestruturação elétrica e ativação de gás nos laboratórios da Didática IV	6º		Planejada
	Estruturação dos Laboratórios do Curso de Ciências Biológicas	7º		Planejada
	Construção de usina fotovoltaica para abastecer ao menos 50% da energia consumida pelo Campus	8º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Cercar e sinalizar os setores e as áreas do IFS-SCr	9º		Planejada
	Construção de novo Refeitório Escolar com uma caixa d'água com capacidade mínima de 10.000 litros.	10º		Planejada
	Reforma da agroindústria	11º		Planejada
	Construção de nova Suinocultura	12º		Planejada
	Reforma e reestruturação do setor de bovinocultura	13º		Planejada
	Reforma e modernização dos galpões de criação de aves	14º		Planejada
	Construção de setor de beneficiamento de mel (Casa do mel)	15º		Planejada
	Aquisição de módulos de abate para suínos, ovinos, caprinos e aves	16º		Planejada
	Construção de auditório para grandes eventos	17º		Planejada
	Construção de nova Biblioteca	18º		Planejada
	Reforma dos banheiros	19º		Planejada
	Reforma de uma das casas funcionais para instalação do NAPNE	20º		Planejada
	Reforma de todos os setores administrativos/operacionais da oficina (CEHIDRO, Transporte, Mecanização) e dos Diques com dotação dos mesmos dos equipamentos necessários para lavagem e conservação dos veículos;	21º		Planejada
	Reforma dos espaços multiculturais e de ensino da GAI	22º		Planejada
	Construção dos apriscos	23º		Planejada
	Reforma de sala de aula olericultura	24º		Planejada
	Reforma de sala de aula fruticultura	25º		Planejada
	Reforma e adequação do Setor de Registros Escolares	26º		Planejada
	Construção de espaços de vivência para os discentes	27º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Ampliação das áreas de estacionamento em frente a didática 4	28º		Planejada
	Construção de vestiário	29º		Planejada
	Reforma e adequação do Almoxarifado	30º		Planejada
	Construção de fossas para os banheiros do primeiro andar do prédio central	31º		Planejada
	Reforma do auditório	32º		Planejada
	Construção de novas estufas	33º		Planejada
	Revitalização do Lago, com a criação de um espaço de vivência	34º		Planejada
	Reforma da quadra de areia adaptando-a a esportes de areia (Futvôlei, beachtênis, handebol de areia, vôlei de areia)	35º		Planejada
	Reativação do Campo de Futebol	36º		Planejada
	Construção de garagem para os ônibus	37º		Planejada
	Reforma e adaptações da Lavanderia	38º		Planejada
	Reforma das salas administrativas da Gerência de Produção	39º		Planejada
	Reforma da agrovila	40º		Planejada
	Reforma da sala do memorial da escola	41º		Planejada
	Laboratório de eletricidade, eletrônica e circuitos digitais	42º		Planejada
	Melhoria no sinal e acesso à internet no campus	43º		Planejada
	Renovação dos computadores dos laboratórios de informática	44º		Planejada
	Equipamentos dos laboratórios de processamento em alimentos da agroindústria, câmara de refrigeração do setor de laticínios e de carnes	45º		Planejada
	Equipamentos audiovisuais	46º		Planejada
	Rede de monitoramento por câmeras no campus	47º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
	Laboratório de pesquisa multidisciplinar	48º		Planejada
Políticas de ensino	Insumos para as aulas práticas dos cursos técnicos e superiores	1º		Planejada
	Extensão agroecológica	2º	Para atender a curricularização do ensino e especificamente a Extensão Rural no Curso de Agroecologia é preciso veículo para os deslocamento dos estudantes até as comunidades	Planejada
	Aulas práticas na formação profissional	3º		Planejada
	Utilização do moodle como suporte para aulas presenciais	4º	Implementação do Moodle como apoio às aulas presenciais.	Planejada
Oferta de cursos	Criar curso superior na área de informática	1º		Planejada
	Curso FIC em instalações elétricas e automação residencial	2º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada

Quadro 61: Demandas da comunidade acadêmica do Campus São Cristóvão.
Fonte: Aplicativo IFS Participe – Campus São Cristóvão

13.8 Campus Socorro

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Socorro para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Construção da segunda etapa do campus Socorro / Construção da didática	1º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Quadra com banheiros	2º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Refeitório/ Restaurante	3º	Previsto no PAC	Planejada
	Pintura externa do campus	4º	Dependendo de Recursos de Investimento (capital)	Planejada
	Implementar internet de qualidade	5º		Planejada
	Aquisição de novos computadores	6º		Planejada
	Revitalização dos espaços de convivência	7º		Planejada

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Pesquisa e inovação	Aumentar o quantitativo de bolsas para pesquisa	1º		
Oferta de cursos	Reformulação da grade curricular do curso técnico em segurança do trabalho	1º		Planejada
	Novos cursos	2º		Planejada

Quadro 62: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Socorro.
Fonte: Comissão local do Campus Socorro

13.9 Campus Tobias Barreto

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade do campus Tobias Barreto para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Construção de prédio acadêmico (didáticas)	1º	Construção de outro prédio para acomodação de mais turmas, mais atividades, mais cursos e consequente maior captação de verba para o campus.	Planejada
	Construção de refeitório / restaurante no campus	2º		Planejada
	Aprimoramento da qualidade de acesso à internet no campus (WIFI)	3º	Pensar em formas que se tenha amplo acesso à rede de internet pelos alunos/as, uma vez que a maioria deles/as precisam de acesso para realizar suas atividades acadêmicas	Planejada
	Construção de Quadra poliesportiva	4º	Quadra para aulas práticas de Educação Física e também lazer dos Alunos.	Planejada
	Aquisição de novos notebooks e computadores	5º	Aquisição de equipamentos de processamento de dados de última geração que possibilitem celeridade e eficácia nas ações desenvolvidas no âmbito interno do campus Tobias Barreto (aulas, atividades administrativas, eventos etc)	Planejada
Extensão e Cultura	Reformulação e Ampliação de programas de extensão	1º	Criação de um programa de extensão que diagnostique demandas da comunidade tobiense nas áreas de competência do campus e as transforme em projetos de intervenção, pesquisas, novos cursos, trabalhos de conclusão de curso etc.	Planejada

Quadro 63: Demandas da comunidade acadêmica do Campus Tobias Barreto.
Fonte: Comissão local do Campus Tobias Barreto

13.10 Reitoria

O quadro a seguir contém as demandas cadastradas pela comunidade da Reitoria para que, levando em consideração os recursos disponíveis, possam ser atendidas ao longo do período de vigência do PDI 2026-2031.

Categoria	Demandas	Prioridade	Observação	Situação
Infraestrutura física e tecnológica	Mobiliário ergonômico a ser utilizado pelos servidores, de forma a prevenir lesões.	1º		Planejada
	Disponibilidade, higiene e conservação adequada dos banheiros	2º		Planejada
	Espaço de convivência e copa equipada para servidores	3º		Planejada
	Ampliar número de vagas no estacionamento	4º		Planejada
	Investimento em autonomia e energia limpa renovável.	5º		Planejada
Pesquisa e inovação	Criação de laboratórios de inovação.	1º	Criar um ambiente colaborativo com o propósito de encontrar e desenvolver novas soluções que possam ser inseridas no IFS. Nesses ambientes, servidores com conhecimentos diversos pensariam em novas ideias e na construção projetos inovadores no ambiente organizacional e nos processos administrativos	Planejada

Quadro 64: Demandas da comunidade acadêmica da Reitoria.
Fonte: Aplicativo IFS Participe – Reitoria

Referências

14

Referências

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão. **Guia técnico de gestão estratégica** v.1.0. Brasília: ME, SEDGG, SEGES, 2019. Versão 1/2020. 55 p.

BRASIL, Instituto Federal de Sergipe. Deliberação CGIRC nº 46, de 27 de setembro de 2023. Aprova o **Guia de Metodologia do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029**, Aracaju, 2023. Disponível em: <https://sipac.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: Documento Base. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Formação de Professores de Nível Médio**: Áreas de Conhecimento e Integração Curricular. Etapa I, Caderno 4. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013a. Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pacto-mg/images/cadernos/CADERNO4.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. 562p.

BRASIL. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**, Brasília, 11 Dezembro 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências**, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 03-03. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-publicacaooriginal-13666-pl.html>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Col. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Trabalho necessário, Niterói, ano 3, núm 3, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

CNE, C. N. D. E. -. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CNE, C. N. D. E. -. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, 2012. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECE-BN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CNE, C. N. D. E.-. Resolução Nº 2, 1º de Julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

FRIGOTTO, G. Tecnologia. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GADOTTI, M. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. Petrópolis: Pedagogia da Terra, 2000. Disponível em: <<http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/modulo1/pdf/22%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Gadotti.pdf>> . Acesso em: 05 ago. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [s.l.], v. 1, n. 1, p.8-22, 29 jul. 2015. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/rbept.2008.2862>. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>> . Acesso em: 25 jul. 2019.

PICONEZ, S. C. B. (Org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 2016.

SAVIANI, D. **O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2003.

SCHWAB. Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro. 2018.

SILVA, Edilene Almeida da; AQUINO, Silmara Cristina Silva de; BEZERRA, Carine Almeida Miranda; VIANA, Diego Carvalho. **Tecnologias Educacionais No Processo De Ensino-Aprendizagem**. SIGMA, Macapá, v. 4, n. 4, p. 154-164, jul. - dez. 2023.

VIEIRA, Josimar; VIEIRA, Marilandi; BELUCAR, Maria. **Formação continuada de professores da Educação Profissional: particularidades e ações necessárias**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, [s.l.], v. 4, n. 10, p.100-117, 27 fev. 2018. Revista Eletronica Cientifica Ensino Interdisciplinar. <http://dx.doi.org/10.21920/recei72018410100117>. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518/1535>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO

Pró-Reitorias: PRODIN, PROAD, PROEN, PROPEX, PROGEP

Diretorias Sistêmicas: DTI, DINOVE

Equipe dos campi do IFS: Aracaju, São Cristóvão,
Lagarto, Estância, Itabaiana, Glória, Propriá, Socorro,
Tobias Barreto, Poço Redondo

Gabinete da Reitoria

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Auditoria Interna



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sergipe



Facebook



Instagram



Youtube



Website



(79) 3711-1400



Rua Dom José
Thomaz, 194, Bairro
São José, Aracaju/
SE, CEP 49015-090